

Índice

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo	5
1 - Conjuntura	9
1.1 – Economia mundial	9
1.2 – União Europeia e Zona Euro	17
1.3 – Nacional	18
1.3.1 – Evolução político-legal	18
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico	21
1.3.3 – Portugal no contexto global	32
1.4 – Conjuntura na área do Município	36
1.4.1 – Caracterização do Município	36
1.4.2 – Análise SWOT	37
1.4.2.1 – Pontos Fortes	37
1.4.2.2 – Oportunidades	38
1.4.2.3 – Pontos Fracos	38
1.4.2.4 - Ameaças	39
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município	40
2 – Enquadramento interno	59
2.1 – Alterações no órgão executivo	59
2.2 – Política de recursos humanos adotada	61
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal	61
2.2.2 – Evolução dos recursos humanos	62
2.3 – Atividades desenvolvidas	67
2.3.1 – Divisão de Gestão Financeira	67
2.3.2 – Divisão de Atendimento ao Município e Ativos Humanos	82
2.3.3 – Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	101
2.3.4 – Divisão de Obras Municipais	128
2.3.5 – Divisão de Educação e Ação Social	134
2.3.6 – Divisão de Ação Cultural	239
2.3.7 – Divisão de Gestão Urbanística	270
2.3.8 – Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo	272
2.3.9 – Divisão de Gestão do Território	276
2.3.10 – Subunidade Orgânica de 3º Grau - Relações Institucionais e Comunicação (RIC)	286

2.3.11 – Subunidade Orgânica de 3º Grau - Fiscalização e Contencioso	289
2.3.12 – Subunidade Orgânica de 3º Grau - Licenciamentos não Urbanísticos	294
2.3.13 – Serviço Municipal de Proteção Civil	296
3 – Análise Orçamental	305
<u>3.1 – Evolução do orçamento da receita por classificação económica</u>	305
<u>3.2 – Evolução do orçamento da despesa por classificação económica</u>	313
<u>3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objetivos e programas</u>	322
3.3.1 – Evolução das GOP's	322
3.3.2 – Estrutura das GOP's	329
<u>3.4 – Evolução da execução orçamental</u>	331
3.4.1 – Orçamento da Receita	331
3.4.2 – Orçamento da Despesa	332
3.4.3 – Grandes Opções do Plano	333
<u>3.5 – Compromissos assumidos para anos seguintes</u>	335
<u>3.6 – Evolução dos resultados orçamentais</u>	336
3.6.1 – Resultado corrente	336
3.6.2 – Resultado orçamental	338
4 – Fontes de Financiamento	340
<u>4.1 – Receitas Próprias</u>	340
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias	340
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	341
4.1.3 – Indicadores	341
<u>4.2 – Outros Financiamentos</u>	342
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	342
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	343
4.2.3 – Participação do Município nos Impostos do Estado	343
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	345
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais	346
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	347
4.2.5 – Fundos Comunitários	347
4.2.6 – Endividamento Municipal	347
4.2.6.1 – Curto Prazo	347
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	348

4.2.7 – Indicadores	347
5 – Aplicação dos Recursos Financeiros	350
5.1 – Despesas de Funcionamento	350
5.1.1 – Estrutura das despesas de funcionamento	350
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento	351
5.1.3 – Indicadores	351
5.2 – Despesas com pessoal	352
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal	352
5.2.2 – Indicadores	352
5.3 – Aquisição de bens e serviços	352
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços	353
5.3.2 - Indicadores	353
5.4 – Serviço da dívida	353
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida	354
5.4.2 - Indicadores	354
5.5 – Apoios concedidos a terceiros	355
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros	355
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	355
5.5.3 – Indicadores	356
5.6 – Investimento Municipal	356
5.6.1 – Investimento direto	356
5.6.1.1 – Evolução do investimento direto	356
5.6.1.2 – Indicadores	357
5.6.2 – Investimento total (direto e indireto)	357
5.6.2.1 – Evolução do investimento total	357
5.6.2.2 – Indicadores	358
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	358
6 – Cumprimentos legais na despesa	360
6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal	360
6.2 – Cumprimento dos limites de endividamento	361
6.2.1 – Endividamento líquido – SEC/2010	363
6.2.2 – Endividamento de curto prazo	364
6.2.3 – Endividamento de médio e longo prazo	364

6.2.4 – Volume de pagamentos em atraso	365
6.2.5 – Limite da dívida total	365
7 – Análise Económico-Financeira	367
<u>7.1 – Análise da Situação Económica</u>	367
7.1.1 – Condições Económicas	367
7.1.2 - Proveitos	369
7.1.2.1 – Estrutura dos proveitos	369
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos	370
7.1.3 - Custos	375
7.1.3.1 – Estrutura dos custos	375
7.1.3.2 – Evolução dos custos	376
7.1.4 – Resultados	383
7.1.4.1 – Resultado operacional	383
7.1.4.2 – Resultado financeiro	383
7.1.4.3 – Resultado corrente	383
7.1.4.4 – Resultado Líquido do Exercício	384
<u>7.2 – Análise da Situação Financeira</u>	386
7.2.1 – Condições Financeiras	386
7.2.2 – Dívidas de terceiros	390
7.2.3 – Dividas a terceiros	391
8 – Contabilidade de custos	394
9 – Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro	407
10 – Consolidação das contas do município com o grupo autárquico municipal	416
11 – Outras disposições	417
<u>11.1 – Proposta de aplicação de resultados</u>	417
<u>11.2 – Evolução previsível da atividade</u>	417
<u>11.3 – Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício</u>	417

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo



No cumprimento da alínea j) do nº 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, venho submeter à aprovação da Câmara Municipal de Ourém os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, para que nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da referida Lei possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 76º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com a alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013.

Com referência ao ano de 2017, consideram-se de maior relevância para este Relatório de Gestão, os dados constantes neste documento, sendo de realçar o facto do ano de 2017 ter integrado um processo eleitoral, para as autarquias locais, facto que gerou o agravamento de alguns indicadores importantes derivando, nomeadamente, num aumento do grau de negatividade do resultado líquido do exercício obtido. Note-se que, pese embora se tenha verificado um aumento do volume de investimento face ao ano anterior, o enfoque da margem de liquidez que havia sido acumulada em anos anteriores, não foi alocada para garantir a componente própria dos investimentos a executar com financiamento externo consignado, pois estas despesas públicas continuam por se realizar, tendo agora a autarquia que garantir capacidade financeira para a sua concretização num espaço temporal manifestamente curto, circunstância que induzirá uma elevada concentração de despesa pública e, consequentemente, de afetação de meios próprios avultados, que o Município ainda não tem garantidos.

Neste contexto, considero como dados mais significativos do presente Relatório de Gestão, os seguintes itens:

Receitas

- Superada a meta dos 85% em resultado da revisão orçamental promovida no final de 2017, a qual induziu uma diminuição do orçamento municipal em 2.470.000 euros.
- Caso não fosse promovida a revisão o município teria 84,1% na taxa de execução ficando abaixo da meta definida no regime financeiro das autarquias locais, e apresentando um diferencial na execução face ao previsto de 6.822.012,92 euros;

Despesas

- Aumento global das despesas na ótica das realizações em 14,5%, com destaque para as aquisições de serviços (+14,2%), bens de capital (+94,5%) e transferências de capital (+20%).

Compromissos para anos seguintes

- Compromissos para anos seguintes na ordem dos 16,4 milhões de euros .

Custos:

- Aumento global em 1,7%.
- Aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos (+10,6%, variação absoluta próxima de 1,1 milhões de euros;
 - Nos Fornecimentos e Serviços Externos destaque para:
 - Eletricidade (2,1 milhões e euros);
 - Recolha, transporte e tratamento de RSU's (1,4 milhões de euros);
 - Transportes escolares (1 milhão de euros);
 - Conservação e reparação (701,1 mil euros);
 - Exploração e manutenção de ETAR's (614,3 mil euros).
 - A renda de concessão da EDP já não cobre os encargos com eletricidade (inclui a iluminação pública);
 - A taxa de saneamento e a tarifa de rsu's não garantem a sustentabilidade dos custos inerentes às respetivas atividades, contrariando a recomendação da ERSAR, que aponta para o estabelecimento de uma estratégia conducente a uma perspetiva de sustentabilidade do sistema;
- A área da educação impele uma elevada representatividade nos custos municipais, salientando que no âmbito da delegação de competências firmado com o MEC, 2017 apresenta um desequilíbrio de 412,2 mil euros (2016, o desequilíbrio foi de 326,4 mil euros, ou seja, considerando 2016 e 2017, o desequilíbrio acumulado decorrente deste contrato é na ordem dos 738,6 mil euros).

Resultados

- Resultado operacional negativo próximo de 6,7 milhões de euros (agravou-se num valor próximo de 1,3 milhões de euros);
- Resultado líquido negativo em 4,4 milhões de euros (agravou-se em 898,3 mil euros).

Se efetivamente a situação financeira é favorável, a económica é manifestamente preocupante, e revela que o Município não garante a sustentabilidade dos ativos existentes, bem como o nível de serviços que presta. Problemática da dispersão territorial que induz um conjunto de ativos com elevado grau de depreciação (ex. rede viária, rede de saneamento).

A área da Educação é amplamente impelida em custos decorrentes da excessiva dispersão territorial e ainda pelos modelos de gestão definidos (ex, transportes escolares e refeições, com múltiplos agentes e meios alocados) e ainda pelo o acordo com MEC o qual é manifestamente deficitário.

Na área do Ambiente, verifica-se um défice tarifário na área do Saneamento e dos Resíduos Sólidos, sendo áreas em que também a dispersão territorial induz encargos per capita, manifestamente díspares se efetuada comparação com territórios onde existe maior concentração de aglomerados.

Na área da Energia, veja-se o contexto da iluminação pública (mais uma vez a dispersão territorial), apresentando encargos que já não são totalmente financiáveis pela renda de concessão da EDP;

Na área das comunicações e transportes, a atual rede viária municipal é de tal forma extensa que o volume de investimento anual para repor os ativos existentes, é substancialmente superior à capacidade fixa de investimento municipal, resultante do FEF de Capital.

A pressão gerada pelo elevado número de visitantes ao concelho, induz um sobredimensionamento de um conjunto diverso de serviços e de infraestruturas municipais, sem que, contudo, se verifique qualquer retorno direto que financie esse encargo complementar.

Evolução de 2017

Em 2017, o Fundo de Maneio, embora ainda manifestamente positivo, tramitou de 7,7 milhões de euros em 2016, para 4,9 milhões de euros em 2017 (deterioração próxima de 2,8 milhões

de euros). Ao ritmo de 2017, o Município de Ourém, em 2019, terá um fundo de maneio negativo, ou seja, não sendo possível fazer face ao exigível de curto prazo e consequentemente, incorrendo em pagamentos em atraso.

Embora o investimento municipal, tenha observado um aumento de 97,5% (volume global realizado na ordem dos 6,9 milhões de euros), importa considerar que o quadro comunitário de apoio vigente se reporta ao período 2014-2020. Ora, na presente data o Município apenas disponha de uma obra em curso inerente ao referido financiamento (Requalificação da Av. D. Nuno Álvares Pereira – Ourém), com consignação no último trimestre de 2017 e com um reduzido volume de execução. Desta forma, terá o município que dispor de meios próprios suficientes para garantir a componente própria do investimento com financiamento externo a executar o qual deverá ser promovido num período manifestamente curto e extraordinariamente concentrado de investimento.

PAF (Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro)

Não foram atingidas as metas inerentes às medidas prevista adotar com impacto no PAF, denotando um desvio em 92, mil euros. Porém, a superação das metas nos anos anteriores, permite acomodar este desvio.

Contudo, salienta-se que não foram ainda implementadas quaisquer medidas tendentes à maximização e sustentabilidade das receitas municipais, designadamente na área do ambiente (RSU's e Saneamento).

Ourém, abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal



1. Conjuntura

1.1 Economia mundial

A economia mundial continuou a atravessar um período de particular incerteza e de riscos sistémicos, assistindo-se a uma alteração dos principais impulsionadores. A recuperação da grande recessão tem sido lenta, tendo por vezes ameaçado descarrilar por completo. As economias mais avançadas estão finalmente a fortalecer-se, com um crescente aumento dos níveis de confiança do setor privado. Após anos de fraqueza, o investimento e o comércio têm demonstrado sinais de melhoria, enquanto o desemprego permanece em níveis manifestamente elevados, embora o mercado de trabalho assinalasse alguns progressos na generalidade dos países, tendo-se sustido, virtualmente, a deterioração deste indicador nas economias mais avançadas.

Por outro lado, o ritmo de crescimento económico na maioria das economias emergentes abrandou. Parte desta desaceleração está no seu início, refletindo abrandamentos cíclicos de posições iniciais sobreaquecidas. Contudo, gerir a desaceleração do crédito e os riscos que este construiu durante o período em que vigoraram condições monetárias globais favoráveis estabeleceu-se como um grande desafio que persiste no tempo.

Depois de anos da crise financeira, a economia mundial persistiu em debater-se com inúmeros riscos e incertezas, designadamente as repercussões internacionais do ajustamento em curso na política monetária de economias desenvolvidas, a vulnerabilidade das economias emergentes, as remanescentes fragilidades na área do euro, a insustentabilidade das finanças públicas a longo prazo para muitos dos países desenvolvidos e as tensões geopolíticas,

Os riscos geopolíticos estiveram mesmo no centro das preocupações e do aumento do grau de incerteza. A escalada da retórica de guerra nuclear entre “*Pyongyang*” e “*Washington*” foi e é a que maior inquietação suscita.

Em 2017, segundo a ONU¹, a economia mundial deverá ter crescido 3%, assinalando uma aceleração se efetuada comparação com o crescimento verificado em 2016 (2,4%) e representando a taxa de crescimento mais elevada desde 2011. Para o FMI², o crescimento deverá ter-se situado num valor superior, ao estimar um valor de 3,7%.

Efetivamente, após o final de 2016, a atividade económica mundial começou a observar, uma modesta melhoria. A produtividade acelerou conjuntamente com a recuperação do comércio mundial, essencialmente com a influência da procura no Este Asiático.

Os indicadores económicos referentes aos níveis de confiança sofreram uma melhoria, especialmente nos países desenvolvidos. As condições de investimento observaram cenários mais favoráveis, com maior estabilidade dos mercados financeiros, uma forte melhoria no acesso ao crédito e perspetivas macroeconómicas mais sólidas.

Atualmente, as economias dos países mais desenvolvidos estão a apresentar uma recuperação sincronizada do crescimento. Quando efetuada comparação com o ano anterior, o crescimento económico sofreu um fortalecimento em aproximadamente 2/3 dos países.

Apesar do investimento já não se assinalar como um forte entrave ao crescimento económico, se observado o período mais recente, a recuperação mantém-se modesta num conjunto significativo de países. Note-se que os governos nos países desenvolvidos fizeram cortes abruptos nos investimentos públicos desde 2010, refletindo as políticas de ajustamento fiscal implementadas em resposta a elevados níveis de dívida pública. Desde meados de 2014, os governos dos países exportadores de matérias-primas também reduziram o investimento em infraestrutura e serviços sociais, em resposta à forte perda de receitas. Em alguns outros países da Ásia Oriental e do Sul e partes de África, o fraco investimento privado foi parcialmente compensado por uma expansão dos projetos em infraestruturas públicas.

¹ United Nations, *World Economic Situation Prospects – 2018*

² International Monetary Found – *World Economic Outlook – January 2018*

Importa considerar que o investimento público permanece como crucial, considerando que os investidores privados tendem a avaliar o risco e o retorno a curto prazo e a subinvestir nas prioridades públicas. Contudo, o investimento em áreas-chave, como a pesquisa e desenvolvimento, na educação ou em infraestruturas, circunstâncias fundamentais para um desenvolvimento sustentável permaneceu, tal como em 2016, manifestamente constrangido em 2017. Uma recuperação mais arraigada do crescimento do investimento, provavelmente foi retida pelos futuros acordos de política comercial, pelo impacto dos ajustes financeiros em curso pelos diversos bancos centrais, bem como a alta dívida e acumulação de empréstimos de longo prazo.

Os reduzidos preços das matérias-primas exacerbaram esses fatores em muitos países exportadores destes bens desde meados de 2014, enquanto as tensões geopolíticas e os conflitos continuam a promover fortes constrangimentos em várias regiões.

Desde 2015, muitos países observaram acentuadas contrações no investimento relacionado com as indústrias de petróleo e extração, embora essas quedas sejam cada vez mais cíclicas, ao invés de representarem uma alteração de paradigma, ou seja, para uma economia menos intensiva em combustíveis fósseis.

Uma baixa procura agregada é um fator que desencoraja o investimento, constituindo um ciclo vicioso de influência negativa. Complementarmente, o envelhecimento da população, particularmente nas economias avançadas, restringe ainda mais o investimento. Em alguns países as deficiências institucionais e ou a instabilidade política são recorrentes. Num contexto mais extremo, os agravamentos de crises políticas em algumas áreas territoriais persistiram em induzir um elevado número de pessoas deslocadas, dentro e fora de fronteiras, com custos sociais económicos de elevada amplitude.

Alguns historiadores da área económica avançam com a ideia de que a experiência com o crescimento global do pós-guerra reflete, em larga medida, retornos decrescentes ao longo da margem inerente à inovação tecnológica, temporariamente atenuados pela entrada da China e dos antigos países da União Soviética na economia de mercado global e pela revolução da informação e da comunicação.

Outros afirmam que a inovação transformadora continua em muitas áreas, desde a robótica à bioengenharia. Contudo, tal como no processo de eletrificação ocorrido há mais de um século atrás, estes avanços tecnológicos poderão levar décadas até à sua efetiva incorporação nos processos de produção comerciais, com consequente influência nas rendas nacionais.

Comércio Mundial

Impulsionado pela recuperação cíclica do crescimento global, o comércio mundial recuperou em 2017, expandindo-se a um ritmo estimado de 3,7% durante o ano. A referida circunstância segue os fracos fluxos económicos verificados em 2016, com o volume do comércio mundial a expandir-se a uma reduzida taxa de crescimento no pós-crise.

A recuperação do comércio internacional foi acompanhada por uma recuperação na produção industrial, ganhando um impulso pela procura induzida nos transportes internacionais, em preços mais elevados das matérias-primas, em particular no que respeita ao petróleo e aos metais.

No entanto, enquanto a elasticidade comercial (calculada como a razão entre o crescimento do comércio global e o crescimento do Produto Interno Bruto) subiu de 0,9 em 2016 para 1,2 em 2017, permanecendo baixa em comparação com os índices observados nos anos 90 e início dos anos 2000. Esta circunstância sugere que os fatores estruturais continuam a pesar no ritmo de crescimento do comércio global.

A Ásia emergente contribuiu com cerca de 60% do crescimento do comércio internacional, com a influência da procura interna na referida região e a existência de políticas públicas de estímulo à economia, incluindo a China.

Taxas de juro

Desde a crise financeira global, as reduzidas taxas de juros impeliram a emissão de títulos soberanos no que concerne aos países em desenvolvimento nos mercados de capitais internacionais. Contudo, em alguns casos, as preocupações decorrentes da sustentabilidade da dívida estão agora mais expostas, especialmente quando os

encargos de reembolso estão sujeitos a movimentos cambiais significativos. A oferta de financiamento público internacional, incluindo a ajuda pública ao desenvolvimento (ODA – *Official Development Assistance*), dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, aumentaram ligeiramente, mas permaneceram abaixo das metas das Nações Unidas.

O aumento da ODA reflete, em parte, os recursos gastos pelos refugiados nos países de acolhimento.

Inflação

Em 2017, o índice de preços do consumidor terá aumentado 1,7% nas economias avançadas e 4,1% nas economias em desenvolvimento e referentes a mercados emergentes.

Note-se que no final de 2016, a contribuição do preço do petróleo para a inflação homóloga sofreu o ponto de viragem. Os países da OPEP determinaram uma redução coordenada na produção entre janeiro de 2017 e março de 2018, na ordem de 1,8 milhões de barris por dia.

Emprego

O período prolongado de reduzido crescimento mundial também afetou o emprego, os salários e o bem-estar das famílias, induzindo o abrandamento do crescimento do consumo privado. No contexto mundial, o crescimento dos consumos privados atingiu uma média de 2,2 por cento por ano desde 2012, em comparação com uma média anual de 3,3 por cento na década anterior à crise financeira global, com a desaceleração do mercado apesar da maior resiliência das despesas de consumo relativamente a outras componentes da procura. De acordo com estimativas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), hoje há mais 27 milhões de desempregados do que antes da última crise financeira, ou seja, representando um aumento em cerca de 0,5% da população em idade de trabalhar. Enquanto as taxas de desemprego em alguns dos grandes países desenvolvidos, incluindo a Alemanha, o Japão, o Reino Unido e os Estados Unidos, apresentam recuos para níveis anteriores à crise, a

maioria dos outros membros da UE continuam a lutar com elevadas taxas de desemprego.

As taxas de desemprego observadas são geralmente reduzidas no Leste Asiático, mas o aumento do desemprego em territórios da América do Sul, tais como na Argentina, no Brasil e Colômbia, continua a constituir um forte motivo de preocupação. A Ásia ocidental também ostenta uma elevada taxa de desemprego, particularmente entre os jovens. De acordo com as estimativas da OIT em 2017 haveriam 200 milhões de desempregados.

As mulheres permaneceram com uma maior tendência para o desemprego quando efetuada comparação com os homens, e persistem em enfrentar maiores obstáculos na sua integração no mercado de trabalho. Os jovens têm uma probabilidade três vezes superior a estarem em situação de desemprego, face às restantes faixas etárias, salientando-se que a permanência de elevados níveis de desemprego jovem poderão representar indesejáveis custos sociais e económicos a médio e longo prazo, resultando num aumento dos movimentos migratórios, desincentivo no aumento dos níveis educacionais e num potencial incremento da agitação social.

A segurança do emprego manteve-se como uma preocupação mundial generalizada. O emprego vulnerável, definido como trabalho por conta própria e contribuindo para o emprego familiar, tipicamente sujeito a baixos níveis de segurança no emprego e renda volátil é manifestamente preponderante, ao representar mais de 1/3 das pessoas empregadas em todo o mundo e é particularmente elevado no Sul Asiático e em muitas das regiões de África.

Os aumentos salariais nominais na maioria das economias desenvolvidas têm desacelerado desde as crises financeiras. Esta evidência é generalizada, inclusive em países onde a taxa de desemprego é baixa. Apesar da baixa inflação geral, os salários reais estão estagnados ou em declínio em muitos países e, na maior parte, têm ficado aquém do crescimento da produtividade. Dois terços dos países desenvolvidos registaram ganhos menores nos salários reais do que na produtividade desde a crise financeira. Isto reflete a qualidade dos postos de trabalho que foram criados ao longo

deste período, que foram dominados por empregos de baixa qualidade e baixos salários e pelo aumento da incidência de contratos a tempo parcial e temporários.

Investimento

O fraco investimento observado tem sido o alicerce para o atual panorama da economia mundial, através da sua interação com a procura, produtividade e comércio internacional. A contribuição do investimento para o crescimento global diminuiu de uma média de 1,4 pontos percentuais por ano em 2003-2007 para 0,7 pontos percentuais a partir de 2012.

Tanto fatores globais como específicos de cada país contribuíram para o enfraquecimento do investimento. A persistência de reduzidos níveis de procura reduziu a apetência das empresas inovadoras a investir, especialmente as que tendencialmente estão mais orientadas para a exportação. Desde o início do declínio generalizado dos preços das matérias-primas, sobretudo desde finais de 2014, o setor das matérias-primas, em particular, sofreu com atrasos e cancelamento de investimentos em infraestruturas e atividades de exploração. O investimento global nos sectores da energia, por exemplo, diminuiu 8% em 2015. A incerteza política e, em alguns casos, o mal-estar social também impediram o investimento em vários países, incluindo o Brasil, África do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. A falta de acesso ao financiamento criou também barreiras, especialmente na Europa, em que certos bancos continuam subcapitalizados, bem como em países em desenvolvimento onde as taxas de juro elevadas ou os mercados financeiros subdesenvolvidos não potenciam o investimento.

Depois de dois anos de excepcional fraqueza no crescimento do investimento, 2017 assinala uma melhoria generalizada das condições associadas, suportadas por uma conjuntura macroeconómica mais favorável e a redução das fragilidades evidenciadas pelo setor bancário.

Efetivamente, em 2017, o investimento não foi um travão ao crescimento económico, contribuindo, inclusive, para 60% da aceleração no crescimento verificada. Contudo,

os níveis de investimento permanecem em níveis ainda contidos num conjunto significativo de países.

No Japão, o aumento do investimento foi estimulado por uma forte recuperação do crédito, suportado ainda pelas políticas monetárias adotadas. Os ajustamentos em setores chave da economia, continuaram a restringir o investimento na Austrália e no Canadá. Relativamente aos Estados Unidos, depois de dois anos de fortes cortes, o investimento em exploração mineira, e um abrandamento da regulação ambiental, contribuíram para um aumento da produtividade, o qual foi ainda apoiado pelo mercado imobiliário e pelo investimento em máquinas e equipamentos.

A incerteza inerente ao futuro da relação do Reino Unido com os seus parceiros comerciais, face ao Brexit, tem deprimido o sentimento económico dos investidores e influenciado negativamente o investimento no Reino Unido. Contudo, o investimento no conjunto da UE, manteve-se estável apoiado, em larga medida, pelo setor da construção.

Apesar dos baixos níveis de juros da dívida pública, muitas vezes negativos, os governos dos países desenvolvidos têm continuado a manifestar uma enorme relutância em aumentar os investimentos do setor público para preencher a lacuna do investimento privado. Reduções acentuadas no investimento público refletem, em grande parte, as políticas de aditamento fiscal que foram implementadas em muitas economias desenvolvidas desde 2010, em resposta ao aumento dos níveis de dívida pública.

O desafio da erradicação da pobreza

Em 2017, estima-se que pelo menos 750 milhões de pessoas tenham vivido abaixo da linha de extrema pobreza, circunstância que denuncia que este valor não sofreu alteração face a 2016. Complementarmente, a FAO (Food and Agriculture Organization), entidade das Nações Unidas, estimou que 815 milhões de pessoas estejam subnutridas, valor que significa um aumento em 38 milhões de pessoas face ao ano anterior. Note-se que a linha de extrema pobreza está definida para um rendimento disponível diário inferior a 1,90 dólares, salientando-se que assegurar 1,90

dólares diários a 750 milhões de pessoas representaria 0,7 % do PIB mundial, ou 1,1% do PIB inerente ao bilião de pessoas com maiores rendimentos.

Apesar do enorme progresso verificado nos últimos 20 anos, 10% da população mundial vive em situação de extrema pobreza.

Outros indicadores macroeconómicos

Em dezembro de 2017, a cotação média do spot do petróleo (dólares/barril de *Brent*), foi de 64,07 USD. A cotação média situou-se em 54,79 USD, continuando a revelar algum excesso de oferta na economia mundial, embora a OPEP tenha acordado e promovido um acordo para a redução da produção de petróleo até ao final de 2018.

Ao longo do período em análise, verificou-se uma valorização do euro face às principais divisas internacionais, assinalando-se uma taxa de câmbio Eur/USD, no mês de dezembro de 2017, em 1,199 (1,054 em dezembro de 2016 e 1,089 em dezembro de 2015).

1.2 União Europeia e Zona Euro

União Europeia

Quadro – Indicadores Avançados para a UE28

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017	I T 17	II T 17	III T 17	IV T 17
União Europeia (EU-28) - PIB Real	VH	Eurostat	1,9	2,5	2,2	2,5	2,8	2,6
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,6	111,7	108,3	110,0	111,8	114,1
Área do Euro (AE-19) - PIB Real	VH	Eurostat	1,7	2,5	2,1	2,4	2,8	2,7
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,7	111,3	107,5	109,5	111,5	114,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	1,4	2,9	1,2	2,6	3,6	4,3
Índice de Vendas a Retalho	VH Real	Eurostat	1,9	2,5	2,2	2,9	2,9	2,1
Taxa de Desemprego	%	Eurostat	10,0	9,1	9,5	9,2	9,0	8,7
IHPC	VH	Eurostat	0,2	1,5	1,8	1,5	1,4	1,4

Em 2017, o PIB da União Europeia (EU-28) apresentou um moderado crescimento, em termos homólogos reais (2,5%, que contrasta com 1,9% em 2016). A ligeira melhoria da economia europeia estendeu-se à generalidade dos países.

O indicador de sentimento económico na UE28 denotou uma melhoria, se efetuada comparação com o ano anterior.

Ao nível do IHPC (Índice de Harmonizado de Preços do Consumidor), a variação homóloga foi de 1,5% (0,2% em 2016) e a taxa de desemprego foi apresentando ligeiras melhorias (8,7% no 4.º T/2017).

Área Euro

O PIB da Área do Euro a (AE-19) apresentou uma atividade económica positiva (2,5% em 2017 face a 1,7% em 2016), mas denotando um crescimento igual ao verificado na EU-28.

Em 10 de março de 2016, o Banco Central Europeu deliberou reduzir a taxa de refinanciamento bancário (main refinancing operations), de 0,050% (taxa definida em 4 de setembro de 2014) para 0,0%, circunstância que permaneceu inalterada no decurso de 2017.

1.3 Nacional

1.3.1 Evolução político-legal

Eleições

No decurso de 2017 verificaram-se eleições autárquicas a 1 de outubro. Em resultado das referidas eleições verificou-se a seguinte distribuição de mandatos, no que concerne ao Município de Ourém.

- Câmara Municipal:
 - Presidente e 3 vereadores (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS);

- 3 vereadores (PS).
- Assembleia Municipal:
 - 11 membros (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS);
 - 8 membros (PS);
 - 2 membros (MOVE)
 - 13 Presidentes de Freguesia:
 - 10 Presidentes (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS)
 - 3 Presidentes (PS).

Alterações legislativas

Apresenta-se quadro resumo das alterações legislativas ocorridas em 2017, consideradas mais relevantes, com incidência nas autarquias locais e consequentemente, com condicionalismos na gestão municipal.

Quadro – Legislação do ano 2017 mais relevante, com impacto nas autarquias

Data	Referência	Resumo
17/01	Portaria n.º 30/2017	Procede à primeira alteração da Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro, que estabelece os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental
25/05	Decreto-lei n.º 51/2017	Regime Extraordinário de Regularização Matricial e Registral dos Bens Imóveis do Domínio Privado das Autarquias Locais
30/05	Lei n.º 25/2017	Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro

31/05	Lei n.º 31/2017	Aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de electricidade de baixa tensão
12/06	Decreto-lei n.º 65/2017	Altera o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal
21/06	Decreto-Lei n.º 74/2017	Implementa as medidas SIMPLEX+ 2016 «Livro de reclamações on-line», «Livro de reclamações amarelo» e «Atendimento Público avaliado»
17/07	Lei n.º 55/2017	Alarga o âmbito da ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho e os mecanismos processuais de combate à ocultação de relações de trabalho subordinado, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro
21/07	Portaria n.º 221/2017	Portaria que procede à atualização da declaração periódica de IVA e respetivas instruções de preenchimento
14/08	Lei n.º 70/2017	Quinta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, excluindo a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do respetivo âmbito de aplicação
18/08	Lei n.º 80/2017	Interpreta o n.º 7 do artigo 113.º da Lei n.º 12 - A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.
28/08	Lei n.º 100/2017	Altera o Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, e o Decreto-Lei n.º 6/2013, de 17 de janeiro

31/08	Decreto-lei n.º 111-B/2017	Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.os 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014
11/12	Decreto-Lei n.º 152-B/2017	Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/UE
29/12	Lei nº 114/2017	Aprova o Orçamento de Estado para 2018
29/12	Lei n.º 112/2017	Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários
29/12	Lei n.º 112/2017	Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários

1.3.2 Enquadramento macroeconómico

Evolução

Desde o início deste século que Portugal tem vindo a registar um débil crescimento económico, sempre inferior à média da área do euro. Esta circunstância tem-se caracterizado por uma persistente baixa produtividade, por uma deterioração da competitividade, pelo crescimento do desemprego e por um considerável défice externo.

Segundo a CE (Comissão Europeia), a crise veio exacerbar as fraquezas já existentes, sendo de referir que alguns destes desequilíbrios apenas têm vindo a ser corrigidos de forma lenta e parcial. Efetivamente, com o crescimento dos níveis de incerteza e de

aversão ao risco, observou-se uma queda abrupta e marcada das expectativas dos agentes da atividade económica e do comércio internacional, pelo que os referidos choques adversos se propagaram, rapidamente, ao conjunto das economias integradas globalmente em termos reais e financeiros, incluindo Portugal, e amplificaram a dinâmica de desaceleração já presente em várias economias, nomeadamente, as que observavam correções significativas nos mercados imobiliários.

Por memória, importa mencionar que, em 7 de abril de 2011, Portugal requereu ajuda financeira externa à União Europeia e ao FMI, tendo sido elaborado um programa de ajustamento económico para o período de 2011 a 2014. O programa foi apoiado por um empréstimo de 52 mil milhões de euros da União Europeia e 26 mil milhões de euros do FMI, ao abrigo do mecanismo alargado de financiamento. Embora, desde 2015, Portugal não tenha a intervenção direta da designada *troika*, o acompanhamento do programa de ajustamento financeiro estabelecido, permanece até ao integral pagamento do empréstimo obtido, pelo que, em 2017, os acordos externos firmados continuaram a influenciar a economia portuguesa, particularmente no âmbito de constrangimentos subjacentes à política orçamental e fiscal.

A estimativa das Contas Nacionais Trimestrais aponta para que, em termos anuais, 2017 assinale um aumento do PIB em volume de 2,7% (1,4% em 2016). Ao nível do consumo privado, em termos anuais, o Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu 4% (2,9% em 2016). Das suas componentes a inerente aos bens não alimentares cresceu 5,3% enquanto a componente alimentar observou um crescimento menos expressivo (2,4%).

Relativamente ao investimento, será de reportar que o indicador de FBCF apresentou uma variação positiva em 2,3% invertendo o sentido verificado no ano anterior (-0,2%).

No que concerne ao mercado de trabalho e de acordo com os elementos publicados pelo INE, a taxa de desemprego diminuiu ao longo de todo o período, situando-se a média anual nos 8,9% (11,1% em 2016). Em termos anuais, o emprego cresceu 3,3%. No final de 2017 encontravam-se registados, nos centros de emprego, cerca de 404 mil desempregados, uma redução de 16,3% face ao valor registado no final de 2016.

No término de 2017, estimava-se que cerca de 1,596 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, ou seja, evidenciando um aumento de aproximadamente 23,5% face a 2016. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,7%, ou seja, 0,6 p.p. acima do registado no final de 2016.

No que concerne aos preços, o ano de 2017 nota uma variação do IPC de 1,4 %(0,6% em 2016), ou seja, o valor mais elevado dos últimos 5 anos. De um modo geral, tanto o IPC dos Bens como o IPC dos Serviços, partilharam esta tendência, ainda que a diferentes ritmos, tendo o IPC dos Bens crescido 0,9% (+0,9 p.p. que em 2016) e o IPC dos Serviços 2,1% (+0,6 p.p que em 2016). Já o IPC subjacente, isto é o IPC excluindo produtos energéticos e produtos alimentares não processados, cresceu 1,1%, uma aceleração de 0,4 p.p. face a 2016. A diferença desta face ao IPC total reflete sobretudo um forte aumento da componente energética (3,5%) e um crescimento da componente alimentar não processada (1,8%). Em 2017, ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram o Vestuário (-2,4%) e Acessórios para o Lar (-0,5%), enquanto a Restauração e Hotelaria e os Transportes foram as que mais aumentaram (3,7% e 3,1%, respetivamente).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) foi de 1,6% (1 p.p. acima do valor de 2016. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 1,5%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro fixou-se nos 0,1 p.p (0,4 p.p. em 2016).

Já o Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) foi marcado por uma aceleração nos últimos meses do ano, tendo a variação homóloga do IPPI, se fixado em 3,4%, acima dos -2,8% registados em 2016. A tendência intra-anual encontra-se fortemente condicionada pela componente energética que apresentou uma variação média mensal superior a dois dígitos. Por sua vez, o agrupamento de Bens de Consumo Duradouro foi o único que pressionou negativamente a evolução do IPPI.

Relativamente ao comércio internacional, importa referir que os resultados preliminares das estatísticas apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 10,1% no ano de 2017. Nesse mesmo período as

importações aumentaram 12,5%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 23,4%, no valor de 2.622 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 79,9%, que corresponde a uma redução de 1,8 p.p face a igual período de 2016.

No ano de 2017, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos (9%), foi inferior ao crescimento das exportações totais. As importações cresceram a um ritmo superior ao das exportações (10,6%), em termos homólogos, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 19,8%. As exportações cresceram 10,1%, em termos homólogos, com a generalidade dos grupos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (1,7 p.p) do “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,7 p.p) e das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,5 p.p).

De janeiro a dezembro de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram 8,6%, em termos homólogos, tendo contribuído em 6,4 p.p para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram um crescimento de 8,4%, em termos homólogos, e as exportações para os países do alargamento (10,8%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 6 p.p e 0,4 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,2% do total), registaram o maior contributo Intra UE-15 (1,9 p.p) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e Alemanha (1,1 p.p e 0,8 p.p , respetivamente).

No ano de 2017, as exportações para os Países Terceiros cresceram a um ritmo superior ao das exportações Intra EU (14,8%), passando a representar 25,9% do total das exportações nacionais (+1,1 p.p face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Brasil (75,3%), a China (24,7%) e Angola (19,1%).

De acordo com os dados da Balança de Pagamentos, as exportações de bens e serviços cresceram 11,2% em 2017, em termos homólogos. A componente dos serviços registou um melhor desempenho (13,3%) face aos bens (10,1%), sendo a

componente de bens a que registou maior contributo (6,5 p.p) para o crescimento do total das exportações.

Deste modo, em 2017, o excedente acumulado da balança corrente foi de 879 milhões de euros, diminuindo 223 milhões de euros, em termos homólogos. Este resultado traduz a melhoria dos saldos da balança de serviços (+2.158 milhões de euros) e da de rendimentos secundários (+585 milhões de euros), que não foram suficientes para compensar a deterioração dos saldos das balanças de bens (-2.463 milhões de euros) e de rendimentos primários (-503 milhões de euros). Entre os 12 meses de 2017, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 2.699 milhões, menos 279 milhões do que em 2016.

Finanças Públicas

No final do mês de dezembro, de acordo com os dados provisórios divulgados na Síntese de Execução Orçamental da Direção Geral do Orçamento, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 2.574 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 1.607 milhões de euros, relativamente ao saldo registado no mesmo mês do ano anterior. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento (3,8%) superou o aumento concomitante da despesa efetiva (1,6%). No mesmo período, o saldo primário cifrou-se num excedente de 5.725 milhões de euros, valor que corresponde a uma melhoria de 1.677 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior. O referido crescimento da receita efetiva foi marcado pelo aumento de 4,3% registado na Receita Fiscal, acompanhado, aliás, por um acréscimo de 1,4% nas Contribuições para a Segurança Social. No que respeita à despesa efetiva destacam-se os aumentos nas rubricas Investimentos (5,3%) e Despesas com Pessoal (2,6%), bem como a redução verificada nos Subsídios (7,4%).

- Estado

O subsetor Estado registou um saldo global negativo de 4.822 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 1.310 milhões de euros face ao ano anterior, o equivalente a cerca de 21%. O saldo primário apresenta um excedente de 2.301 milhões de euros, correspondente a um aumento de 1.054 milhões de euros face a idêntico período do ano anterior.

A referida melhoria do saldo global decorreu da combinação de um acréscimo de 3,1% da receita efetiva com um aumento de apenas 0,1% da despesa efetiva do subsetor. O grau de execução da receita efetiva situou-se, entretanto, 1,9 pontos percentuais acima do registado no período homólogo do ano anterior, enquanto o da despesa efetiva ficou 1,5 pontos percentuais abaixo do verificado em igual período.

Para a mencionada evolução da receita efetiva foi determinante o aumento registado na cobrança dos impostos indiretos e dos impostos diretos (3,3% e 6%, respetivamente).

O supracitado aumento da despesa efetiva teve como fator preponderante o aumento registado na rubrica “Transferências Correntes para as AP” (2,9%). No mesmo período, merecem destaque as reduções verificadas nas rubricas “Despesas com Pessoal” (0,5% em relação ao período homólogo anterior) e “Aquisição de Bens e Serviços (31,7%, em relação ao período homólogo).

- Serviços e Fundos Autónomos (SFA), incluindo as Empresas Públicas Reclassefificadas (EPR)

No final o mês de dezembro, a execução orçamental dos SFA (incluindo SNS e EPR) revelou, um saldo global negativo de 114 milhões de euros. Este saldo representa uma melhoria de 133 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Para este resultado contribuiu um aumento da receita efetiva de 4,2% superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (3,7%).

O aumento da receita efetiva está associado ao aumento de 3,2% das receitas provenientes das transferências correntes das Administrações Públicas, que compensou a redução de 2,1% nas receitas registadas na rubrica Contribuições para a SS, CGA e ADSE. Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 7,6% e de 6,9% registados, respetivamente, nas despesas com a Aquisição de Bens e Serviços e nas Despesas com o Pessoal. O grau de execução da receita efetiva foi de 99,6%, ligeiramente inferior ao da despesa efetiva (99,7%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 1.109 milhões de euros. Este valor compara com o saldo negativo de 1.000 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

- Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou, no final do mês de dezembro, um saldo global negativo de 231 milhões de euros, valor que compara com o défice de 301 milhões de euros apurado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 4,1%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 4% verificado na rubrica Outras Receitas Correntes, onde se incluem as transferências do OE. Quanto à despesa efetiva, denota um crescimento de 3,2%, decorrente dos aumentos de 4,8% das Despesas com Pessoal e de 2,5% dos gastos com a Aquisição de Bens e Serviços.

- Caixa Geral de Aposentações (CGA)

No ano em análise, a execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global positivo de 73 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 87 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva da CGA apresenta uma estagnação que tem subjacentes a redução de 2,3% verificada nas Quotas e Contribuições e o aumento de 1,4% da Comparticipação do OE. A despesa efetiva mostra, por seu lado, um aumento de 0,2% decorrente do aumento de 0,1% do montante da rubrica Pensões.

- Segurança Social

No final do mês de dezembro, a execução orçamental do subssector da Segurança Social apresentou um saldo global positivo de 2.078 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 514 milhões de euros em relação ao mês homólogo do ano anterior.

Para esta evolução contribuiu o crescimento de 3,8% da receita efetiva, superior ao aumento concomitante de 1,9% registado na despesa efetiva.

No crescimento da receita efetiva destaca-se o crescimento da receita com origem nas Contribuições e Quotizações (6,3%). O aumento da despesa efetiva decorre dos aumentos verificados nas Pensões (2,3%) e nas Prestações e Ação Social (4,7%), superiores, no seu conjunto, à redução da despesa com o Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego (13,1%).

- Administração Regional

A execução orçamental do subsetor da Administração Regional registou, no fim do mês de dezembro, um saldo global negativo de 181 milhões de euros, valor que compara com o défice de 24 milhões de euros apurado no ano anterior.

Este agravamento resulta da conjugação de uma redução de 4,6% na receita efetiva e um aumento de 1,5% na despesa efetiva. Na base do decréscimo da receita está a diminuição de 4,5% verificado nas Receitas Fiscais, e o crescimento da despesa está associado ao incremento verificado nos gastos com Pessoal (1,9%).

- Administração Local

No final de dezembro de 2017, a execução orçamental do subsetor da Administração Local apresentou um saldo global positivo de 466 milhões de euros, inferior ao registado no ano anterior (658 milhões de euros).

Este resultado assenta no facto de a receita efetiva ter crescido 5,7%, um valor abaixo do crescimento concomitante da despesa efetiva (9,1%). A evolução da receita efetiva

reflete, entretanto, o aumento de 8,7% registado nos Impostos Locais e o crescimento de 1,9% das receitas com origem em Transferências Correntes. Na despesa efetiva destaca-se o elevado crescimento das despesas com Investimento (39,3%). As despesas com a rubrica Transferências Correntes, Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços registaram, por seu lado, crescimentos de 6,3%, 3,2% e 1,7%, respetivamente.

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

Relativamente à dívida pública (ótica de Maastricht), segundo dados publicados pelo Banco de Portugal (ainda carece do último mês do exercício, no que concerne a alguns elementos), a dívida do sector das Administrações Públicas fixou-se em 242.795 milhões de euros (novembro de 2017). A dívida pública líquida atingiu o valor de 227.390 milhões de euros.

Em dezembro, a dívida direta do Estado atingiu o montante de 234.424 milhões de euros, reforçando globalmente uma redução de 206 milhões de euros relativamente ao mês anterior por força de um montante de amortizações ao longo do último mês, superior ao valor de novas emissões de dívida.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira do setor das Administrações Públicas, no final do exercício, situou-se na ordem dos 1.612 milhões de euros (1.881 milhões de euros, no final de 2016), evidenciando uma quebra absoluta em 269 milhões de euros.

O setor das Administrações Públicas encerra o exercício orçamental de 2017 com um valor dos pagamentos em atraso de 1.074 milhões de euros, ainda assim, superior em 223 milhões de euros (+26,3%) ao valor registado no final de 2016.

Os pagamentos em atraso dos hospitais EPE representavam, no final de 2017, mais de $\frac{3}{4}$ do total dos pagamentos em atraso do setor das Administrações Públicas.

Síntese de indicadores económicos nacionais

- Atividade Económica Nacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2015	2016	2017
PIB - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	1,5	1,4	2,7
Indicador de Clima Económico	INE	SRE-VE	0,5	1,2	1,9
Indicador de Confiança da Indústria	INE	SRE-VCS	-6,6	-0,6	2,4
Indicador de Confiança do Comércio	INE	SRE-VCS	-1,3	4,0	3,7
Indicador de Construção dos Serviços	INE	SRE-VCS	-1,3	7,2	138,0
Indicador de Construção da Construção	INE	SRE-VCS	-43,3	-31,8	-22,2
Índice de Produção Industrial - Ind. Transf.	INE	VH	1,3	1,1	4,3
Índice de Volume de Negócios - Ind. Transf.	INE	VH	-1,2	-0,5	6,1
Índice de Volume de Negócios - Serviços	INE	VH	-2,7	-2,3	5,9

- Consumo Privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2015	2016	2017
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-12,3	-11,1	0,5
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho	INE	VH	2,0	2,9	4,0
Bens alimentares	INE	VH	0,5	4,1	2,4
Bens não alimentares	INE	VH	3,0	2,1	5,3
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	25,0	161,0	7,1
Importação de Bens de Consumo (excl. mat. transp.)	INE	VH	8,0	5,4	6,6

- Investimento

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2015	2016	2017
Indicador de FBCF	INE	SRE-VE	3,3	-0,2	2,3
Vendas de Cimento	Cimpor/Secil	VH	2,7	-4,4	-1,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	VH	3,6	13,1	2,9
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	VH	5,4	20,6	4,9
Volume de Vendas de Bens de Investimento	INE	SRE-VE	1,7	-7,1	-8,5
Licença de Construção de Fogos	INE	VH	3,8	36,7	14,6
Importação de Bens de Capital	INE	VH	1,0	6,7	0,6
Índice Vol. Neg. da IT de Bens. de Investimento	INE	VH	0,7	-10,4	-1,1

- Indicadores de Contas Externas

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2015	2016	2017
Importações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	2,5	4,4	7,9
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	7,4	4,4	7,9
Saídas de bens	INE	VH (nominal)	3,6	0,9	4,9
Entradas de bens	INE	VH (nominal)	1,9	1,2	12,5
Saldo Balança Corrente e de Capital	BP	10 ⁶ Euro	4188	3 154	2 699
Saldo Balança de Bens	BP	10 ⁶ Euro	-8801	-9 076	-12 108
Saldo Balança de Serviços	BP	10 ⁶ Euro	11954	13 141	15 619
Saldo Balança de Rendimentos Primários	BP	10 ⁶ Euro	-3057	-3 982	-4 859
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	BP	10 ⁶ Euro	1656	1 474	2 226

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2015	2016	2017
Taxa de Desemprego	INE	%	12,4	11,1	8,9
Emprego Total	INE	VH	1,1	1,2	3,3
Desemprego Registado (fim de período)	IEFP	VH	-7,3	-13,1	-16,3
Desempregados Inscritos (ao longo do período)	IEFP	VH	-1,3	-9,3	-11,5
Ofertas de Emprego (ao longo do período)	IEFP	VH	10,1	-17,1	-1,5
Contratação Colectiva	MSESS	VHA	0,8	1,1	1,7
Índice do Custo do Trabalho	INE	VH	1,8	1,6	2,5

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2015	2016	2017
Índice de Preços no Consumidor	INE	VH	0,5	0,6	1,4
IPC - Bens	INE	VH	-0,1	0,0	0,9
IPC - Serviços	INE	VH	1,3	1,5	2,1
IPC - excl. aliment. não transf. e energéticos	INE	VH	0,7	0,7	1,1
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VH	-3,0	-2,8	3,4
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VH	0,5	0,6	1,6
Diferencial IHPC vs Área do Euro (VH)	Eurostat	p.p	0,5	0,4	0,1

- Indicadores Monetários e Financeiros

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2015	2016	2017
Yield OT 10 anos - Portugal (fim de período)	IGCP	%	2,5	3,7	1,9
Yield OT 10 anos - Spread-vis-à-vis Alemanha	IGCP	p.b.	180	354	149
PSI 20	CMVM	VC	10,7	-11,9	15,2
Empréstimos a particulares: - para consumo	BP	V.Anual	2,8	12,6	8,9
Empréstimos a particulares: - para habitação	BP	V.Anual	-3,3	-2,9	-1,7
Empréstimos a empresas	BP	V.Anual	-2,2	-2,7	-2,2
Taxas de juro de empréstimos p/habitação	BP	%	1,25	1,12	1,13
Taxas de juro de empréstimos p/empresas	BP	%	3,37	2,92	2,65

1.3.3 Portugal no contexto global

Remoção de obstáculos ao crescimento económico

Quadro – Ranking e indicadores do *Doing Business 2018*

Indicadores	2016	2017	2018
Abertura de negócio	31	32	48
Obtenção de alvarás de construção	34	35	32
Obtenção de eletricidade	50	50	58
Registo de propriedades	26	27	28
Obtenção de crédito	97	101	105
Proteção de investidores	69	70	57
Pagamento de impostos	46	38	38
Comércio entre fronteiras	1	1	1
Execução de contratos	19	19	19
Resolução de insolvências	8	7	15
Ranking "Doing Business"	24	25	29

Fonte: Banco Mundial

Segundo o relatório do Banco Mundial “*Doing Business 2018: Doing Business 2018 report*”, o qual cobre o período de junho de 2016 a junho de 2017, Portugal desceu quatro posições, para a 29.^a posição do ranking mundial no que concerne ao ambiente de negócios. Este indicador é apresentado como um ranking que compara 190 economias.

Nesta análise são considerados dez requisitos relacionados com facilidade/dificuldade em fazer negócios.

Os dados do Banco Mundial demonstram que os melhores indicadores respeitantes a Portugal respeitam ao comércio entre fronteiras (1.^a posição), resolução de insolvências (15.^a posição), e execução de contratos (19.^a posição).

As posições menos favoráveis relacionam-se com os seguintes requisitos: obtenção de crédito (105.^a posição), obtenção de eletricidade (58^a posição) e proteção de investidores (57.^a posição).

No primeiro lugar do ranking figura a Nova Zelândia, seguindo-se a Singapura e a Dinamarca.

No que concerne à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Portugal detém a melhor posição, seguido, ainda que a larga distância, pelo Brasil (125.^º), Cabo Verde (127.^º), Moçambique (138.^º), São Tomé e Príncipe (169.^º), Guiné-Bissau (172.^a), Guiné-Equatorial (173.^º), Angola (175.^º) e Timor-Leste (176.^º).

Relativamente ao top 20, verifica-se que 14 são referentes à OCDE e que a Georgia (9º lugar) é o país que maior número de reformas reguladoras implementou (47) desde 2003 (data em que foi implementado este indicador).

A África Subsariana é o território que maior variação apresenta no ranking dos países, com as Ilhas Maurícias no lugar 25º e a Somália em 190º lugar.

Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores padronizados de modo a permitir a avaliação do bem-estar de uma população. Este índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2017 (ainda não divulgado o relatório referente a 2017, a publicar em 2018) divulgado pela Organização das Nações Unidas, Portugal continua no grupo de países com desenvolvimento humano muito alto, mas atrás da maior parte dos países europeus. Portugal subiu duas

posições, situando-se agora na 41.^a posição no IDH, num total de 188 países, num ranking liderado pela Noruega, à qual se segue a Austrália e a Suíça.

Com 0,843, Portugal integra os 51 países de desenvolvimento humano muito elevado, apresentando uma esperança média de vida de 81,2 anos, uma média de escolaridade de 8,9 anos, de escolaridade esperada de 16,6 anos e com um rendimento bruto per capita de 26.104 dólares.

Apesar da melhoria da posição, os dados revelam um desaceleração no crescimento. Nos anos 90, o índice crescia a 0,97% ao ano, na década seguinte a 0,47% e, desde 2010, abrandou para 0,33%, sendo de salientar que, em 2009, Portugal se encontrava no 34.^º lugar.

No contexto europeu, poucos são os países com pontuações inferiores a Portugal e, entre os intervencionados pelo FMI, Portugal é o que se apresenta em pior classificação (a Irlanda está em 8.^º, a Espanha em 27.^º e a Grécia em 29.^º).

Portugal apresenta, porém, bons resultados em alguns indicadores, como seja a igualdade de género, no qual figura em 17.^º lugar.

Ainda no âmbito do relatório em análise, destacam-se as seguintes referências:

- Uma em nove pessoas no mundo está com fome e uma em cada três está desnutrida;
- Cerca de 15 milhões de meninas casam-se, por ano, antes dos 18 anos;
- Em todo o mundo morrem 18 mil pessoas por dia por causa da poluição do ar e o HIV infeta 2 milhões de pessoas por ano;
- A cada minuto, uma média de 24 pessoas são deslocadas de sua casa;
- Tendencialmente, as mulheres e raparigas, as minorias étnicas, os povos indígenas, as pessoas com deficiência e os migrantes são privados, nas dimensões básicas, do desenvolvimento humano;
- Em todas as regiões, as mulheres têm uma esperança de vida mais longa do que os homens. No entanto, em todas as regiões, as mulheres têm, consistentemente, em média, um índice de desenvolvimento humano inferior

ao do homem. A maior diferença está no Sul Asiático, onde o valor do IDH feminino é 20% menor do que o IDH masculino;

- Mais de 370 milhões de auto-identificados povos indígenas, em 70 países, também enfrentam discriminação e exclusão no quadro jurídico, no acesso à educação, na sua própria língua, e no acesso aos recursos naturais e a direitos de propriedade intelectual.
- Estima-se que mais de um milhão de pessoas vivam com alguma forma de deficiência e estão entre as mais marginalizadas na maioria das sociedades.
- Cerca de 244 milhões de pessoas vivem fora dos seus países de origem. Muitos são refugiados económicos que desejam melhorar os seus meios de subsistência. Contudo, muitos migrantes, particularmente os 65 milhões de pessoas deslocadas à força, enfrentam condições extremas, tais como falta de emprego, rendimentos, acesso a serviços de saúde ou sociais, além de assistência humanitária de emergência. Complementarmente, enfrentam frequentemente, animosidade e violência nos países de acolhimento.

Acresce dispor e salientar que, segundo a ONU, no âmbito do IDH, “*As pessoas são a verdadeira riqueza das nações e o desenvolvimento humano concentra-se em alargar a capacidade de escolha do indivíduo*”.

Efetivamente, na atualidade, as pessoas vivem mais tempo, o número de crianças escolarizadas é superior e o número de pessoas com acesso a água potável e saneamento básico é mais elevado. O rendimento per capita no mundo tem aumentado, a pobreza diminuiu e a revolução digital veio interligar pessoas, entre diversos países e sociedades. O trabalho digno veio trazer às pessoas um sentimento de dignidade e a oportunidade de participar plenamente na sociedade.

Contudo, subsistem grandes desafios, seja a pobreza persistente e as desigualdades opressivas às alterações climáticas e à sustentabilidade ambiental em geral, passando pelos conflitos e situações de instabilidade. Problemas decorrentes da discriminação e a violência impedem a existência de relações positivas entre o trabalho e o desenvolvimento humano. Em numerosos casos, os trabalhadores em condições de risco estão sujeitos a situações de abuso, insegurança e perda de liberdade e autonomia. A globalização tem gerado ganhos para uns e perdas para outros. A

revolução digital criou novas oportunidades, mas também deu origem a novos desafios, como os contratos irregulares e o trabalho a curto prazo, os quais se encontram assimetricamente distribuídos entre trabalhadores altamente qualificados e os não qualificados.

1.4 Conjuntura na área do Município

1.4.1 Caracterização do Município

"Ourém, cidade e sede de concelho do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39º 30' N e 39º 50' e a longitude 8º 30W e 8º 40'W. A área afeta a este município desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda encravado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaízere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria".³

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda, Vilar dos Prazeres, e Olival, registando em 2011 (dados censitários), uma população na ordem dos 46 mil habitantes distribuídos por 13 freguesias.

No que concerne a infraestruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias, sendo de referir, a disponibilização recente de uma via complementar de importância regional, o IC9.

³ Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o setor terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do setor secundário (42%) e por fim o setor primário (3%).

O turismo e, em particular, o de cariz religioso detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual na ordem dos 8 milhões de visitantes (volume verificado em 2017 – ano em que se assinalou o Centenário das Aparições em Fátima).

1.4.2 – Análise SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à autoestrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Assinalável dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do setor da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do setor da construção civil no contexto regional e nacional;
- Taxa de desemprego que se mantém inferior à verificada na generalidade dos Municípios da região;
- Capacidade de atração de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supramunicipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de uma escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com pólos nas duas cidades;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;

- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a atividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos Dinossauros, Santuário, Museus, Castelo, ...);
- Capacidade empreendedora dos Ourenses.

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do Município face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima) que deverão reforçar a sua coesão e complementaridade;
- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visitação religiosa, que poderá constituir-se como uma âncora para a região;
- Basílica da Santíssima Trindade como pólo de atratividade de peregrinos;
- Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, bem como o IC9, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- A valorização do setor vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste setor na área deste município;
- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

1.4.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recessão demográfica de algumas freguesias (denominação das Freguesias aquando dos censos 2011): Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;

- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infraestruturação e dinamização cultural;
- Agricultura denotando um subaproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar pontos de urbanização (habitação e indústria)
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém;
- Reduzido aproveitamento turístico da sede de município face à proximidade de Fátima;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade e valorização do serviço ferroviário;
- Centralidade do município dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da atividade turística, embora com tendências em se esbater;
- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).
- Excessiva dispersão de equipamentos e infraestruturas induzindo elevados custos de exploração e manutenção.

1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infra-estruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- A reforma judicial com o encerramento de tribunais e a transferência de valências, circunstância que afetará a proximidade dos municípios deste território aos serviços de referência;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada;

- Tecido económico fortemente fustigado pela advera conjuntura económica nacional e percepção da existência de reduzidos níveis de confiança dos empresários.

1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em dezembro 2017 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro – 2016, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é, fundamentalmente, referente a 2015 e 2016.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se, seguidamente, um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

Quadro – Informação Estatística 2015 e 2016 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, publicado em dezembro de 2017 pelo INE)

1. - TERRITÓRIO	
1.1 - Área, Perímetro e Altitude	
1.1.1 - Área (Km ²)	416,68
1.1.2 - Perímetro (Km)	128
1.1.3 - Comprimento Máximo (Este-Oeste) (Km)	24
1.1.4 - Comprimento Máximo (Norte-Sul) (Km)	34
1.1.5 - Altitude máxima (m)	678
1.1.6 - Altitude mínima (m)	95
1.1.7 - Amplitude altimétrica	583
1.2 - Temperatura média do ar	
1.2.1 - Média	15,7
1.2.2 - Mínima	9,7
1.2.3 - Máxima	21,7
1.3 - Rede Natura 2000	
1.3.1 - Sítios (Rede Natura 2000)	2979

1.3.2 - Áreas Protegidas - Parque Natural	1198
1.4 - Ordenamento do território	
1.4.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)	
1.4.1.1 - Urbano	7 422,7
1.4.1.2 - Solo rural	34 220,2
1.4.1.3 - Áreas Protegidas (PEOT) aprovados (un)	1,0
1.5 - Lugares Censitários	
1.5.1 - População isolada	731
1.5.2 - População residente - com menos de 2000 habitantes	30 446
1.5.3 - População residente - de 5000 a 9999 habitantes	14 763
1.6 - Estrutura Territorial	
1.6.1 - Lugares	244
1.6.1.1 - População residente	45209
1.6.2 - Vilas	4
1.6.3 - Cidades	2
1.6.3.1 - População residente	14813
1.6.4 - Freguesias	13
1.6.4.1 - Área média (ha)	3 205,0
1.7 - Indicadores de Ambiente	
1.7.1 - Gestão de resíduos - despesas por 1 000 habitantes (Eur)	44 511,0
1.7.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem (Eur)	9 741,0
1.8 - Qualidade das águas para consumo humano	
1.8.1 - Análises regulamentares obrigatórias (milhares de m ³)	2 044
1.8.2 - Análises realizadas obrigatórias (milhares de m ³)	2 044
1.8.3 - Análises em falta (milhares de m ³)	0
1.8.4 - Análises realizadas com valor paramédico	
1.8.4.1 - Em incumprimento do valor paramédico	1
1.8.4.2 - Total	1 598
1.8.5 - Água segura (%)	99,94
1.9 - Receitas e despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e proteção do ambiente	
1.9.1 - Receita	
1.9.1.1 - Gestão de resíduos	1285
1.9.1.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	17
1.9.1.3 - Outros	0
1.9.2 - Despesa	
1.9.2.1 - Gestão de resíduos	1998
1.9.2.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	437

1.9.2.3 - Outros	22
2. - POPULAÇÃO	
2.1 - Densidade populacional (hab/km2)	107,4
2.2 - Taxa de crescimento efetivo (%)	-0,64
2.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,49
2.4 - Taxa de crescimento migratório (%)	-0,15
2.5 - Taxa bruta de natalidade (%)	6,90
2.6 - Taxa bruta de mortalidade (%)	11,80
2.7 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	3,70
2.8 - Taxa bruta de divórcio (%)	1,40
2.9 - Taxa bruta de fecundidade geral	30,40
2.10 - Nados vivos fora do casamento (%)	36,40
2.11 - Proporção de casamentos entre portugueses/as e estrangeiros/as	6,00
2.12 - Proporção de casamentos católicos (%)	55,80
2.13 - População estrangeira a quem foi concedido título de residente por 100 hab.	0,4
2.14 - Índice de envelhecimento	172,70
2.15 - Índice de dependência de idosos	33,40
2.16 - Índice de longevidade	55,70
2.17 - Relação de masculinidade	89,7
2.18 - População residente segundo grandes grupos etários e o sexo	
2.18.1 - Homens	21 162
2.18.2 - Mulheres	23 589
2.18.3 - Total	44 751
2.18.1.1 - Dos 0 a 14 anos	5 668
2.18.1.2 - Dos 15 a 24 anos	5 276
2.18.1.3 - Dos 25 a 64 anos	24 021
2.18.1.4 - 65 e mais anos	3 870
2.18.1.5 - 75 e mais anos	5 449
2.19 - Movimento da população e população estrangeira	
2.19.1 - Nados-vivos	
2.19.1.1 - Homem	153
2.19.1.2 - Mulher	155
2.19.1.3 - Fora do casamento	112
2.19.1.4 - Em coabitação dos pais	87
2.19.2 - Óbitos	
2.19.2.1 - Homem	252
2.19.2.2 - Mulher	276
2.19.3 - Casamentos	

2.19.3.1 - Entre pessoas de sexo oposto (só civis)	73
2.19.3.2 - Entre pessoas de sexo oposto (católicos)	92
2.19.3.3 - Casamentos dissolvidos por divórcio	64
2.19.3.4 - Casamentos dissolvidos por morte	201
3. - EDUCAÇÃO	
3.1 - Indicadores de educação	
3.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	101,9
3.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
3.1.2.1 - Ensino Básico	118,4
3.1.2.2 - Ensino Secundário	147,4
3.2 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
3.2.1 - 1º Ciclo	2,5
3.2.2 - 2º Ciclo	2,5
3.2.3 - 3º Ciclo	6
3.2.4 - Total	3,9
3.3 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	
3.3.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	86,5
3.3.2 - Cursos tecnológicos / profissionais	90,5
3.3.3 - Total	88,5
3.4 - Instituições de educação por nível e natureza	
3.4.1 - Educação Pré-Escolar	
3.4.1.1 - PÚBLICO	23
3.4.1.2 - Privado	5
3.4.2 - 1º Ciclo	
3.4.2.1 - PÚBLICO	26
3.4.2.2 - Privado	2
3.4.2.3 - Dos quais com menos de 21 alunos	1
3.4.3 - 2º Ciclo	
3.4.3.1 - PÚBLICO	4
3.4.3.2 - Privado	3
3.4.4 - 3º Ciclo	
3.4.4.1 - PÚBLICO	4
3.4.4.2 - Privado	3
3.4.5 - Secundário	
3.4.5.1 - PÚBLICO	1
3.4.5.2 - Privado	4
3.5 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
3.5.1 - Educação Pré-Escolar	1093

3.5.2 - 1º Ciclo	1615
3.5.3 - 2º Ciclo	1059
3.5.4 - 3º Ciclo	1890
3.5.5 - Secundário	2407
3.6 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
3.6.1 - Educação Pré-Escolar	68
3.6.2 - 1º Ciclo	116
3.6.3 - 2º Ciclo	85
3.6.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	330
3.6.5 – Formadores (escolas profissionais)	61
3.7 - Pessoal não docente do ensino não superior	360
4. - CULTURA E DESPORTO	
4.1 - Indicadores da cultura e desporto	
4.1.1 - Recintos de espetáculos - lotação média total das salas	232,0
4.1.1.1 - Espectadores por habitante	1,0
4.1.1.2 - Valor médio dos bilhetes vendidos (em euros)	11,9
4.1.2 - Visitantes por museu	5 930,0
4.1.3 - Proporção de visitantes escolares (%)	27,4
4.2 - Publicações periódicas por município	
4.2.1 - Publicações	24
4.2.2 - Edições	204
4.2.3 - Circulação Total	
4.2.3.1 - Total	1 479 270
4.2.3.2 - Jornais	1 048 986
4.2.3.3 - Revistas	88 356
4.2.4 - Exemplares vendidos	
4.2.4.1 - Total	309 539
4.2.4.2 - Jornais	179 242
4.2.4.3 - Revistas	40 247
4.3 - Recintos de espetáculos e espetáculos ao vivo	
4.3.1 Recintos utilizados	2
4.3.2 Espetáculos ao vivo	56
4.4 - Museus e galerias de arte	
4.4.1 - Museus	6
4.4.1.1 - Total de visitantes	17 790
4.4.1.2 - Visitantes escolares	4 875
4.4.1.3 - Bens	14 277
4.4.2 - Galerias	4

4.4.2.1 - Exposições temporárias	15
4.4.2.2 - Obras expostas	593
4.4.2.3 - Autores/as representados	108
5. - SAÚDE	
5.1 - Indicadores de saúde	
5.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	3,0
5.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	1,3
5.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,4
5.1.4 - Consultas nos hospitais por habitante	0,0
5.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2011/2015)	2,50
5.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2011/2015)	2,50
5.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,40
5.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	3,00
5.2 - Hospitais	
5.2.1 - Número	0
5.3 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
5.3.1 - Farmácias	15
5.3.2 - Postos farmacêuticos móveis	5
5.3.3 - Farmacêuticos de oficina	41
5.3.4 - Profissionais de farmácia	20
5.3.5 - Médicos com residência na área do município	57
6. - MERCADO DE TRABALHO	
6.1 - Indicadores do mercado de trabalho	
6.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	27,6
6.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	10,0
6.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	912,5
6.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	12,1
6.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	17,5
6.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por sector de atividade (%)	6,4
6.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	17,0
6.1.8 - Disparidade no ganho médio mensal por profissão principal (%)	24,9
6.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o setor de atividade	
6.2.1 - Primário (CAE: A)	119
6.2.2 - Secundário (CAE: B - F)	3425
6.2.3 - Terciário (CAE: G - U)	7013
6.3 - Ganho médio mensal dos trab. por contra de outrem, por setor de atividade	
6.3.1 - Primário (CAE: A) (em euros)	656,78
6.3.2 - Secundário (CAE: B - F) (em euros)	989,96

6.3.3 - Terciário (CAE: G - U) (em euros)	879,00
6.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações	
6.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	74
6.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	1495
6.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	1700
6.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	3022
6.4.5 - Ensino secundário	2651
6.4.6 - Bacharelato	174
6.4.7 - Licenciatura	1324
6.4.8 - Mestrado	101
6.4.9 - Doutoramento	3
6.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por contra de outrem, segundo o nível de habilit.	
6.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	768,11
6.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	833,17
6.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	845,86
6.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	841,76
6.5.5 - Ensino secundário (em euros)	865,29
6.5.6 - Bacharelato (em euros)	1 222,88
6.5.7 - Licenciatura (em euros)	1 285,84
6.5.8 - Mestrado (em euros)	1 256,19
6.5.9 - Doutoramento (em euros)	1189,95
7. - PROTEÇÃO SOCIAL	
7.1 - Indicadores de proteção social	
7.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
7.1.1.1 - Invalidez	4 787
7.1.1.2 - Velhice	4 630
7.1.1.3 - Sobrevivência	2 587
7.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	2 379
7.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	157
7.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	837
7.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	58
7.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência	
7.2.1 - Invalidez	1 521
7.2.2 - Velhice	8 312
7.2.3 - Sobrevivência	3 159
7.3 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade	
7.3.1 - Menos de 25 anos	77
7.3.2 - 25 a 29 anos	158

7.3.3 - 30 a 39 anos	370
7.3.4 - 40 a 49 anos	373
7.3.5 - 50 a 54 anos	173
7.3.6 - 55 e mais anos	334
7.4 - Prestações familiares	
7.4.1 - Abono de família para crianças e jovens	
7.4.1.1 - Beneficiários	3 175
7.4.1.2 - Descendentes ou equiparados	5 221
7.4.2 - Subsídio por assistência de 3^a pessoa	
7.4.2.1 - Beneficiários	54
7.4.2.2 - Descendentes ou equiparados	54
7.4.3 - Subsídio mensal vitalício	
7.4.3.1 - Beneficiários	31
7.4.3.2 - Descendentes ou equiparados	31
7.4.4 - Subsídio de funeral	
7.4.4.1 - Beneficiários	90
7.5 - Subsídio por doença	
7.5.1 - Total de beneficiários	2 609
7.5.2 - Dias processados	152 023
7.5.3 - Valores processados	2 183
7.6 - Subsídio parental	
7.6.1 - Total de beneficiários	674
7.6.2 - Valor processado (milhares de euros)	1039
7.7 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	272
8. - ATIVIDADE ECONÓMICA	
8.1 - Indicadores das empresas	
8.1.1 - Densidade de empresas (N.º/Km2)	12,40
8.1.2 - Proporção de empresas individuais (%)	64,16
8.1.3 - Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	100,00
8.1.4 - Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	95,00
8.1.5 - Pessoal ao serviço da empresa	2,90
8.1.6 - Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	243,10
8.1.7 - Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)	22,65
8.1.8 - Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)	12,01
8.2 - Volume de negócios das empresas segundo a CAE (em milhares de euros)	
8.2.1 - A	25 463
8.2.2 - B	...
8.2.3 - C	245 980

8.2.4 - D	11
8.2.5 - E	...
8.2.6 - F	131 944
8.2.7 - G	594 358
8.2.8 - H	76 393
8.2.9 - I	57 921
8.2.10 - J	5 688
8.2.11 - L	21 710
8.2.12 - M	13 091
8.2.13 - N	34 745
8.2.14 - O	...
8.2.15 - P	2 260
8.2.16 - Q	18 349
8.2.17 - R	4 476
8.2.18 - S	3 765
8.3 - Comércio internacional declarado de mercadorias	
8.3.1 - Importações	82 638
8.3.2 - Exportações	66 013
8.4 - Agricultura e floresta	
8.4.1 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	2 777
8.4.2 - Vinho licoroso com DOP	0
8.4.3 - Vinho com DOP	
8.4.3.1 - Branco	26
8.4.3.2 - Tinto/Rosado	300
8.4.4 - Vinho com IGP	
8.4.4.1 - Branco	268
8.4.4.2 - Tinto/Rosado	446
8.4.5 - Vinho sem certificação	
8.4.5.1 Branco	125
8.4.5.2 Tinto/Rosado	1 612
8.5 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	
8.5.1 - Ameixieiras	252
8.5.2 - Amendoeira	213
8.5.3 - Castanheiros	186
8.5.4 - Cerejeiras	190
8.5.5 - Damasqueiros	166
8.5.6 - Diospireiros	162
8.5.7 - Kiwi	198

8.5.8 - Laranjeiras	264
8.5.9 - Limoeiros	203
8.5.10 - Macieiras	472
8.5.11 - Nogueiras	29
8.5.12 - Pereiras	274
8.5.13 - Pessegueiros	488
8.5.14 - Tangerineiras	175
8.5.15 - Oliveiras	722
8.6 - Incêndios florestais e bombeiros	
8.6.1 - Ocorrência de incêndios florestais	47
8.6.2 - Área ardida (ha)	
8.6.2.1 - Total	64
8.6.2.2 - Povoamentos florestais	40
8.6.2.3 - Matos	24
8.6.2.4 - Corporações de bombeiros	3
8.6.2.5 - Número total de bombeiros	253
8.7 - Energia	
8.7.1 - Consumo de energia elétrica segundo o tipo de consumo (kWh)	
8.7.1.1 - Total	147 999 313
8.7.1.2 - Doméstico	49 401 861
8.7.1.3 - Não Doméstico	53 326 006
8.7.1.4 - Agricultura	3 520 334
8.7.1.5 - Indústria	29 764 904
8.7.1.6 - Iluminação das vias públicas	7 847 582
8.7.1.7 - Iluminação interior de edifícios do Estado	4 138 626
8.7.2 - Consumidores de energia elétrica por tipo de consumo (kWh)	
8.7.2.1 - Total	30 512
8.7.2.2 - Doméstico	25 339
8.7.2.3 - Não Doméstico	4 407
8.7.2.4 - Agricultura	432
8.7.2.5 - Indústria	334
8.7.3 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
8.7.3.1 - Gás	
8.7.3.1.1 - Butano	289,0
8.7.3.1.2 - Propano	1 144,0
8.7.3.1.3 - Gás auto (GPL)	59,0
8.7.3.2 - Gasolina	
8.7.3.2.1 - Sem chumbo 95	4 499,0

8.7.3.2.2 - Sem Chumbo 98	811,0
8.7.3.3 - Petróleo	0,0
8.7.3.4 - Gasóleo rodoviário	60 517,0
8.7.3.5 - Gasóleo colorido	7 176,0
8.7.3.6 - Gasóleo para aquecimento	1 373,0
8.7.3.7 - Fuel	2 838,0
8.8 - Construção e Habitação	
8.8.1 - Indicadores de construção e habitação	
8.8.1.1- Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.1.1 - Pavimentos por edifício	1,80
8.8.1.1.2 - Fogos por pavimento	1,00
8.8.1.1.3 - Divisões por fogo	4,60
8.8.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	20,30
8.8.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.2.1 - Pavimentos por edifício	1,90
8.8.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,90
8.8.1.2.3 - Divisões por fogo	4,80
8.8.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	19,90
8.8.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
8.8.1.3.1 - Urbanos transacionados, em propriedade horizontal	89 704,00
8.8.1.3.2 - Urbanos transacionados, total	83 310,00
8.8.1.3.3 - Rústicos transacionados	8 521,00
8.8.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	85 213,00
8.8.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	106 137,00
8.8.1.3.6 - Rústicos hipotecados	426,00
8.8.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	315,00
8.8.2 - Edifícios licenciados para construção	
8.8.2.1 - Construções novas	
8.8.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	49
8.8.2.1.2 - Edifícios para apartamentos	1
8.8.2.1.3 - Edifícios, total	50
8.8.2.1.4 - Fogos para habitação familiar	89
8.8.2.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	0
8.8.2.2.2 - Edifícios, total	5
8.8.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.3.1 - Entidade promotora	
8.8.3.1.1 - Pessoa singular	87

8.8.3.1.2 - Empresa privada	2
8.8.3.1.3 - Outras entidades	0
8.8.3.2 - Tipologia	
8.8.3.2.1 - T0 ou T1	7
8.8.3.2.2 - T2	33
8.8.3.2.3 - T3	43
8.8.3.2.4 - T4 ou mais	6
8.8.4 - Edifícios concluídos	
8.8.4.1 - Construções novas	
8.8.4.1.1 - Edifícios para habitação familiar	
8.8.4.1.1.1 - Apartamentos	1
8.8.4.1.1.2 - Moradias	36
8.8.4.1.2 - Edifícios, total	37
8.8.4.1.3 - Fogos para habitação familiar	65
8.8.4.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.4.2 - Edifícios para habitação familiar	5
8.8.4.3 - Edifícios, total	8
8.8.5 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar	
8.8.5.1 - Entidade promotora	
8.8.5.1.1 - Pessoa singular	18
8.8.5.1.2 - Empresa privada	0
8.8.5.1.3 - Outras entidades	47
8.8.5.2 - Tipologia	
8.8.5.2.1 - T0 ou T1	6
8.8.5.2.2 - T2	24
8.8.5.2.3 - T3	28
8.8.5.2.4 - T4 ou mais	7
8.8.5 - Estimativas do parque habitacional	
8.8.5.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	24 027
8.8.5.2 - Alojamentos familiares clássicos	29 530
8.8.6 - Habitação Social	
8.8.6.1 - Edifícios para habitação social	0
8.8.6.1.1 - Objeto de obras de conservação no último ano	0
8.8.6.2 - Fogos de habitação social	
8.8.6.2.1 - Arrendados	0
8.8.6.2.2 - Objeto de obras de reabilitação no último ano	0
8.8.6.3 - Contratos de arrendamento efetuados no último ano	0
8.9 - Transportes	

8.9.1 - Indicadores de transportes	
8.9.1.1 - Veículos automóveis novos vendidos e registados por 1000 habitantes	16,04
8.9.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas	0,00
8.9.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas autoestradas (%)	2,55
8.9.2 - Veículos automóveis registados	
8.9.2.1 - Total	718
8.9.2.2 - Ligeiros de passageiros	337
8.9.2.3 - Ligeiros de mercadorias	182
8.9.2.4 - Pesados de passageiros	0
8.9.2.5 - Pesados de mercadorias	20
8.9.2.6 - Pesados, tratores rodoviários	159
8.9.2.7 - Tratores agrícolas	20
8.9.3 - Acidentes de viação e vítimas	
8.9.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	157
8.9.3.2 - Vítimas	
8.9.3.2.1 - Total	219
8.9.3.2.2 - Mortos	0
8.9.3.2.3 - Feridos graves	12
8.9.3.2.4 - Feridos ligeiros	207
8.10 - Comunicações	
8.10.1 - Indicadores de comunicações	
8.10.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	38,36
8.10.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	27,94
8.10.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	2,46
8.10.1.4 - Estações de correio por 100 000 habitantes	6,7
8.10.1.5 - Postos de correio por 100 000 habitantes	24,58
8.10.2 - Postos telefónicos fixos	
8.10.2.1 - Total de acessos telefónicos públicos	110
8.10.2.2 - Total de acessos telefónicos residenciais	12 505
8.10.2.3 - Total de acessos telefónicos não residenciais	4 663
8.10.3 - Estações e postos de correio	
8.10.3.1 - Estações de correio	
8.10.3.1.1 - Total	3
8.10.3.1.2 - Estações fixas	3
8.10.3.1.3 - Estações móveis	0
8.10.3.2 - Postos de correio	11
8.11 - Turismo	
8.11.1 - Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico	

8.11.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	1,7
8.11.1.2 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	171,8
8.11.1.3 - Hóspedes por habitante	11,0
8.11.1.4 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	62,9
8.11.1.5 - Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	36,1
8.11.1.6 - Dormidas em estab. de alojamento turístico por 100 habitantes	1 722,2
8.11.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	
8.11.2.1 - Estabelecimentos	
8.11.2.1.1 - Total	70
8.11.2.1.2 - Hotelaria	46
8.11.2.1.3 - Alojamento local	22
8.11.2.1.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	2
8.11.2.2 - Capacidade de alojamento	
8.11.2.2.1 - Total	7 715
8.11.2.2.2 - Hotelaria	6 232
8.11.2.2.3 - Alojamento local	...
8.11.2.2.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	...
8.11.3 - Hóspedes, dormidas e aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.3.1 - Número total de dormidas	773 154
8.11.3.2 - Número total de hóspedes	495 332
8.11.3.3 - Total de proveitos de aposento (milhares de euros)	18 746
8.11.4 - Dormidas nos estab. de alojamento turístico, segundo o continente de residência habitual	
8.11.4.1 - Total	773 154
8.11.4.2 - Portugal	235 931
8.11.4.3 - Europa (excluindo Portugal)	373 874
8.11.4.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	368 860
8.11.4.5 - Alemanha	12 432
8.11.4.6 - Espanha	157 403
8.11.4.7 - França	48 756
8.11.4.8 - Reino Unido	9 381
8.11.4.9 - África	4 354
8.11.4.10 - América	73 376
8.11.4.11 - Ásia	82 737
8.11.5 - Hóspedes nos estab. de alojamento turístico, segundo o continente de residência habitual	
8.11.5.1 - Total	495 332
8.11.5.2 - Portugal	183 552
8.11.5.3 - Europa (excluindo Portugal)	192 276

8.11.5.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	189 367
8.11.5.5 - Alemanha	6 193
8.11.5.6 - Espanha	74 584
8.11.5.7 - França	30 996
8.11.5.8 - Reino Unido	3 558
8.11.5.9 - África	1 895
8.11.5.10 - América	45 270
8.11.5.11 - Ásia	70 738
8.12 - Setor Monetário e Financeiro	
8.12.1 - Indicadores do setor monetário e financeiro	
8.12.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	6,9
8.12.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	9,9
8.12.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	58,36
8.12.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	6335
8.12.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	...
8.12.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
8.12.1.6.1 - Caixas automáticas Multibanco por 10 000 habitantes	11,4
8.12.1.6.2 - Operações por habitante	75
8.12.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	2 395
8.12.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	2 029
8.12.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.2.1 - Bancos e caixas económicas	
8.12.2.1.1 - Número de estabelecimentos	26
8.12.2.1.2 - Pessoal ao serviço	142
8.12.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
8.12.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
8.12.2.2.2 - Pessoal ao serviço	14
8.12.3 - Movimentos dos estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.3.1 - Depósitos	
8.12.3.1.1 - Total (milhares de euros)	826 921
8.12.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	81 842
8.12.3.2 - Crédito concedido	
8.12.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	487 301
8.12.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	284 401
9. - JUSTIÇA	
9.1 Indicadores de Justiça	
9.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
9.1.1.1 - Cíveis (meses)	...

9.1.1.2 - Penais (meses)	...
9.1.1.3 - Trabalho (meses)	...
9.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1 ^a instância (%)	...
9.1.3 - Proporção de arguidos condenados nos tribunais de 1 ^a instância (%)	...
9.1.4 - Proporção de não condenados por desistência de queixa (%)	...
9.1.5 - Proporção de não condenados por absolvição/carência de prova (%)	...
9.1.6 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	
9.1.6.1 - Crimes contra a integridade física	4,0
9.1.6.2 - Contra o património	12,7
9.1.6.3 - Furto/roubo por esticão e na via pública	0,2
9.1.6.4 - Furto de veículo e em veículo motorizado	2,1
9.1.6.5 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	2,0
9.1.6.6 - Condução sem habilitação legal	0,7
9.2 - Movimento de processos de 1 ^a instância (%)	
9.2.1 - Processos Cíveis	
9.2.1.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.1.2 - Entrados	...
9.2.1.3 - Findos	...
9.2.2 - Processos Penais	
9.2.2.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.2.2 - Entrados	...
9.2.2.3 - Findos	...
9.2.3 - Processos tutelares	
9.2.3.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.3.2 - Entrados	...
9.2.3.3 - Findos	...
9.3 - Principais atos notariais celebrados por escritura pública	
9.3.1 - Total de escrituras	1 783
9.3.2 - Compra e venda de imóveis	637
9.3.3 - Constituição de propriedade horizontal	12
9.3.4 - Constituição de sociedades com. e civis	13
9.3.5 - Doação	243
9.3.6 - Habilitação	437
9.3.7 - Hipoteca	34
9.3.8 - Justificação	296
9.3.9 - Mútuo	106
9.3.10 - Partilha	146
9.4 - Crimes registados pelas autoridades policiais	

9.4.1 - Total	1 107
9.4.2 - Contra as pessoas	
9.4.2.1 - Total	251
9.4.2.2 - Contra a integridade física	178
9.4.3 - Contra o património	
9.4.3.1 - Total	567
9.4.3.2 - Furto/roubo por esticão e na via pública	8
9.4.3.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	96
9.4.4 - Contra a vida em sociedade	
9.4.4.1 - Total	208
9.4.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	89
9.4.5 - Contra o Estado	18
9.4.6 - Legislação avulsa	
9.4.6.1 - Total	57
9.4.6.2 - Condução sem habilitação legal	33
10. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (apuramento geral referente às eleições de 29/09/2013)	
10.1 - Indicadores da participação política	
10.1.1 - Eleição para a Presidência da República (2016)	
10.1.1.1 - Taxa de abstenção	48,8
10.1.1.2 - Proporção de votos em branco	1,3
10.1.1.3 - Proporção de votos nulos	1,1
10.1.1.4 - Proporção de votos do partido/colligação mais votado	76,4
10.1.2 - Eleição para a Assembleia da República (2015)	
10.1.2.1 - Taxa de abstenção	44,2
10.1.2.2 - Proporção de votos em branco	2,3
10.1.2.3 - Proporção de votos nulos	2,2
10.1.2.4 - Proporção de votos do partido/colligação mais votado	67,1
10.1.2.5 - Partido/ coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.3 - Eleição para o Parlamento Europeu (2014)	
10.1.3.1 - Taxa de abstenção	66,8
10.1.3.2 - Proporção de votos em branco	6,4
10.1.3.3 - Proporção de votos nulos	4,2
10.1.3.4 - Proporção de votos do partido/colligação mais votado	51,8
10.1.3.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.4 - Eleição para as Câmaras Municipais (2017)	
10.1.4.1 - Taxa de abstenção	44
10.1.4.2 - Proporção de votos em branco	3,2

10.1.4.3 - Proporção de votos nulos	2,7
10.1.4.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	47,2
10.1.4.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.5 - Eleição para as Assembleias Municipais (2017)	
10.1.5.1 - Taxa de abstenção	44
10.1.5.2 - Proporção de votos em branco	3,5
10.1.5.3 - Proporção de votos nulos	2,8
10.1.5.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	47,6
10.1.5.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.6 - Eleição para as Assembleias de Freguesia (2017)	
10.1.6.1 - Taxa de abstenção	43,9
10.1.6.2 - Proporção de votos em branco	2,7
10.1.6.3 - Proporção de votos nulos	2,6
10.1.6.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	52
10.1.6.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.2 - Resultados e participação na eleição para a Presidência da República (2016)	
10.2.1 - População inscrita	42 863
10.2.2 - Abstenção	20 902
10.2.3 - Votos	
10.2.3.1 - Total	21 961
10.2.3.2 - Em branco	288
10.2.3.3 - Nulos	240
10.3 - Resultados e participação na eleição para a Assembleia da República (2015)	
10.3.1 - População inscrita	42 892
10.3.2 - Abstenção	18 940
10.3.3 - Votos	
10.3.3.1 - Total	23 952
10.3.3.2 - Em branco	551
10.3.3.3 - Nulos	523
10.4 - Participação na eleição para as Câmaras Municipais (2017)	
10.4.1 - População inscrita	42 224
10.4.2 - Abstenção	18 559
10.4.3 - Votos	
10.4.3.1 - Total	23 665
10.4.3.2 - Válidos	22 292
10.4.3.3 - Em branco	747
10.4.3.4 - Nulos	626

10.4.4 - Mandatos	7
10.5 - Participação na eleição para as Assembleias Municipais (2013)	
10.5.1 - População inscrita	42 224
10.5.2 - Abstenção	18 559
10.5.3 - Votos	
10.5.3.1 - Total	23 665
10.5.3.2 - Válidos	22 189
10.5.3.3 - Em branco	820
10.5.3.4 - Nulos	656
10.5.4 - Mandatos	21
10.6 - Participação na eleição para as Assembleias de Freguesias (2017)	
10.6.1 - População inscrita	42 224
10.6.2 - Abstenção	18 555
10.6.3 - Votos	
10.6.3.1 - Total	23 669
10.6.3.2 - Válidos	22 431
10.6.3.3 - Em branco	629
10.6.3.4 - Nulos	609
10.6.4 - Mandatos	123
10.7 - Resultados e participação na eleição para o Parlamento Europeu (2014)	
10.7.1 - População inscrita	42 787
10.7.2 - Abstenção	28 563
10.7.3 - Votos	
10.7.3.1 - Total	14 224
10.7.3.2 - Válidos	12 724
10.7.3.3 - Em branco	903
10.7.3.4 - Nulos	597

2. Enquadramento interno

2.1 Alterações no órgão executivo

No decurso de 2017, a composição do órgão executivo e a distribuição de funções decorreu conforme o quadro que seguidamente se apresenta.

Quadro – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
Paulo Alexandre de Oliveira Fonseca	Presidente	01/01 a 23/10	Prospectiva, estratégia, competitividade e inovação Coordenação geral e planeamento Gestão financeira, fundos europeus estruturais e de investimento ou outros financiamentos externos Assuntos Sociais e Educação, incluindo a gestão do capital humano afeto aos estabelecimentos de Educação Ação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo Empreendedorismo, Desenvolvimento Económico e internacionalização Planeamento e gestão das obras municipais ou em colaboração com terceiros Segurança e Proteção Civil Comunicação, imagem e relações institucionais Desenvolvimento Rural e Florestas Apoio às freguesias Conselho Municipal de Educação Conselho Local de Ação Social Conselho Municipal de Segurança Conselho Municipal de Juventude Comissão Municipal de Trânsito Comissão Municipal de Defesa da Floresta Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém Conselho cinegético municipal Saúde Pública Conselheira/o local para a Igualdade Serviços de assessoria, Planeamento e Coordenação
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque	Presidente	24/10 a 31/12	Coordenação Geral Conselho Municipal de Educação Conselho Municipal de Segurança Conselho Municipal de Ação Social Conselho Municipal de Juventude Conselheiro para a Igualdade Comissão Municipal de Trânsito Autoridade Médico-Veterinária Municipal

			Serviço de Assessoria, Planeamento e Coordenação Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia Contabilidade Tesouraria Contratação Pública e Aprovisionamento Património e Notariado Educação Assuntos Sociais Relações Institucionais e Comunicação Informática
Nazareno José Menitra do Carmo	Vice-Presidente	01/01 a 23/10	Licenciamento e autorização de operações urbanísticas no âmbito do território da Freguesia de Fátima Ambiente, Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos Planeamento e Ordenamento do território Fiscalização e Contencioso Setor Empresarial Local Comissão de Toponímia Acompanhamento das Políticas Municipais Setoriais Sistema de Indústria Responsável (SIR)
Natálio de Oliveira Reis	Vice-Presidente	24/10 a 31/12	Ambiente e Engenharia Recursos Naturais Sustentabilidade Energética e Mobilidade Obras Particulares Turismo Apóio ao Empresário
Maria Lucília Martins Vieira	Vereadora a Tempo Inteiro	01/01 a 23/10	Licenciamento e Autorização de Operações Urbanísticas, exceto no âmbito do território da Freguesia de Fátima Gestão do Capital Humano (exceto os afetos aos estabelecimentos de educação) Tecnologias da Informação e Comunicação, Modernização Administrativa e atendimento ao município Coordenação administrativa Setor Empresarial Local Taxas, Licenças e outros licenciamentos não urbanísticos
Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa	Vereadora a Tempo Inteiro	24/10 a 31/12	Expediente Recursos Humanos e Segurança no Trabalho Apoio ao Consumidor Atendimento ao Município Estudos e Projetos Financeiros (Fundos Comunitários) Cultura Arquivo Municipal Biblioteca Municipal

			Museu Municipal
			Planeamento do Território e Reabilitação Urbana
			Sistema de Informação Geográfica
			Fiscalização e Contencioso
			Estudos e Projetos (Arquitetura e Especialidades)
Rui Manuel Simões Vital	Vereador a Tempo Inteiro	24/10 a 31/12	Obras Municipais
			Fiscalização de Obras Municipais
			Administração Direta
			Gestão de Equipamentos e Frota (Administração Direta)
			Jardins Municipais
			Associativismo, Desporto e Juventude
			Licenciamentos não Urbanísticos
			Serviço Municipal de Proteção Civil
João Paulo Pina Rebelo	Vereador	01/01 a 23/10	--
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Vereador	01/01 a 23/10	--
Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa	Vereadora	01/01 a 23/10	--
José Manuel Dias Poças das Neves	Vereador	01/01 a 23/10	--
Cília Maria de Jesus Seixo	Vereadora	24/10 a 31/12	--
José Augusto Dias dos Reis	Vereador	24/10 a 31/12	--
João Miguel Caldeira Heitor	Vereador	24/10 a 31/12	--

2.2 Política de recursos humanos adotada

2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal

Em 2017 foi aprovada uma nova estrutura orgânica, com publicação em Diário da República, 2^a Série, n.º 33, em 15 de fevereiro de 2017 (Despacho n.º 1626/2018). A mencionada estrutura manteve-se inalterada no decurso do restante período de 2017.

2.2.2 – Evolução dos recursos humanos

Pessoal segundo o grupo profissional

Quadro – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

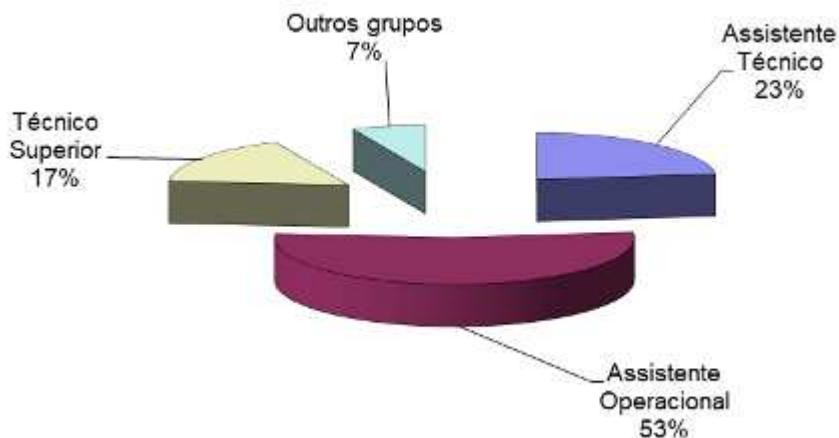
Designação	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	11	11	0	0,00	12	1	9,09
Técnico Superior	53	52	-1	-1,89	64	12	23,08
Informática	3	3	0	0,00	4	1	33,33
Assistente Técnico	100	99	-1	-1,00	87	-12	-12,12
Assistente Operacional	214	201	-13	-6,07	200	-1	-0,50
Outros Grupos	8	9	1	12,50	9	0	0,00
Total	389	375	-14	-3,60	376	1	0,27
Grau de Tecnicidade Superior	16,45	16,80	0,35	2,11	20,21	3,41	20,31
Grau de Tecnicidade Geral	42,93	44,00	1,07	2,49	44,41	0,41	0,94

O ano de 2017 demonstra uma ligeiríssima variação positiva do número de funcionários da autarquia, na ordem de 0,9%, que, em termos absolutos, significou um aumento em 1 funcionário.

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afetos ao Município foi de 44 ou seja, cerca de 44% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, informática e assistente técnico. O grau de tecnicidade superior situou-se ligeiramente superior a 20,2%.

A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal assistente operacional (53%), assistente técnico (23%) e técnico superior (17%).

Gráfico – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



Escalão etário e sexo

Quadro – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 20 anos	0	0	0	--	0	0	--
20-24	0	0	0	--	0	0	--
25-29	1	1	0	0,00	3	2	200,00
30-39	76	60	-16	-21,05	43	-17	-28,33
40-49	112	120	8	7,14	118	-2	-1,67
50-59	158	147	-11	-6,96	157	10	6,80
60-69	41	46	5	12,20	54	8	17,39
70 ou mais	1	1	0	0,00	1	0	0,00
TOTAL	389	375	-14	-3,60	376	1	0,27
Número de Homens	138	129	-9	-6,52	135	6	4,65
Número de Mulheres	251	246	-5	-1,99	241	-5	-2,03

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de mulheres manifesta uma dominância, significando estas cerca de 64,1% do total dos recursos humanos disponíveis.

O escalão etário dos 50-59 é o mais representativo com 157 funcionários, embora apresentando uma variação absoluta positiva, relativa ao ano anterior, em 10 trabalhadores.

Analizando o escalão etário segundo o grupo profissional, verifica-se que a predominância das idades mais baixas está adstrita ao pessoal de informática e técnico superior. Em oposição, a predominância dos escalões etários mais elevados ocorre no pessoal assistente operacional.

Importa realçar que 212 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 54 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos.

Absentismo

Quadro – Evolução do Absentismo

Designação	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)	uni: dias
Casamento	75	0	-75	--	15	15	--	
Proteção na Parentalidade	775	756	-19	-2,45	413	-343	-45,37	
Falecimento Familiar	190	138	-52	-27,37	95	-43	-31,16	
Doença	4678	5989	1311	28,02	6749	760	12,69	
Doença Prolongada	672	0	-672	--	0	0	--	
Assistência a Familiares	172	194	22	12,79	147	-47	-24,23	
Trabalhador Estudante	77	43	-34	-44,16	39	-4	-9,30	
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0	0	--	0	0	--	
Injustificadas	0	0	0	--	0	0	--	
Outras	511	992	481	--	1194,5	202,5	--	
TOTAL (dias de ausência)	7150	8112	962	13,45	8652,5	540,5	6,66	
Dias de ausência (per capita)	18,38	21,63	3,25	17,69	23,01	1,38	6,38	

Face a 2016, o ano de 2017 regista um acréscimo do número de dias de ausência global, na ordem de 6,7%, apresentando uma variação absoluta positiva de 540,5 dias.

Relativamente ao valor apurado *per capita*, verifica-se um aumento próximo de 1,4 dias, pelo que o número de ausência *per capita* se situou em 23 dias.

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 6.749 dias (representam 78% do total do absentismo) e a de proteção na parentalidade com um total de 403 dias (representam 4,8% do total do absentismo).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 8.652,5 dias em detrimento dos 8.112 dias ocorridos em 2016.

Acidentes ocorridos em serviço

O ano de 2017 demonstra uma diminuição do número de acidentes (-3), verificando-se um total de 22, dos quais 12 resultaram em períodos de 4 a 30 dias de baixa e 4 motivaram mais de 30 dias de baixa.

O número de dias perdidos com baixa sofreu um decréscimo absoluto em 29 dias, face ao verificado no ano anterior.

Consequentemente, verificou-se um total de 417 dias perdidos com baixa resultante de acidentes ocorridos no local de trabalho ou no percurso para o respetivo local

Importa ainda referir que se verificaram 5 acidente “*in itinere*” no decurso de 2017, dos quais 4 situações com baixa entre 4 a 30 dias e 1 com baixa superior a 30 dias.

Quadro – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2015	2016	Var. Abs.	Var. (%)	2017	Var. Abs.	Var. (%)
Número total de acidentes	23	25	2	8,70	22	-3	-12,00
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--	3	3	--
4 a 30 dias de baixa	15	14	-1	-6,67	12	-2	-14,29
Superior a 30 dias de baixa	8	5	-3	-37,50	4	-1	-20,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a)	23	19	-4	-17,39	19	0	0,00
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	568	446	-122	-21,48	417	-29	-6,50
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--	8	8	--
4 a 30 dias de baixa	160	137	-23	-14,38	174	37	27,01
Superior a 30 dias de baixa	408	309	-99	-24,26	235	-74	-23,95
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	0	65	65	--	0	-65	--
1 a 3 dias de baixa	0	3	3	--	0	-3	--
4 a 30 dias de baixa	0	11	11	--	0	-11	--
Superior a 30 dias de baixa	0	51	51	--	0	-51	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a1)	568	576	8	1,41	417	-159	-27,60
Número total de Acidentes "in itinere"	1	2	1	100,00	5	3	150,00
1 a 3 dias de baixa	1	0	-1	--	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	0	0	0	--	4	4	--
Superior a 30 dias de baixa	0	0	0	--	1	1	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b)	1	0	-1	0,00	5	5	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	30	158	128	-100,00	138	-20	-12,66
1 a 3 dias de baixa	15	0	-15	-100,00	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	0	6	6	--	95	89	--
Superior a 30 dias de baixa	15	152	137	--	43	-109	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--

Total parcial (b1)	30	158	128	--	138	-20	-12,66
N.º Total de acidentes (a) + (b)	24	19	-5	--	24	5	26,32
N.º de dias perdidos com baixa (a1)+(b1)	598	734	136	22,74	555	-179	-24,39

2.3 Atividades desenvolvidas

2.3.1 – Divisão de Gestão Financeira

Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Administração Pública Local está hoje sujeita a um dilema funcional e conceptual que percorre transversalmente todo o setor público.

Por um lado, verificam-se fortes constrangimentos financeiros, induzidos pelo memorando de entendimento com a Troika, ou mesmo pela crise conjuntural e estrutural que devasta e caracteriza o espectro económico nacional. Noutro sentido, deparamo-nos com uma sociedade civil cada vez mais ávida de mais e melhores serviços públicos, e, especialmente atenta ao binómio custo/benefício, impelindo a maximização do denominado “*value for money*”, em estreita observância pelo retorno legítimo e expectável, que os cidadãos relacionam ao tributo dos seus impostos.

Neste sentido, no primeiro semestre de 2012 surgiu a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a qual veio agravar um enleado complexo, vasto e desarticulado de uma legislação que tornam a administração pública particularmente burocratizante, obstaculizando a criatividade e impedindo uma correta gestão dos meios materiais e dos recursos humanos, potenciando o risco do cometimento de irregularidades.

Não obstante se reconhecer que o contexto burocrático é um requisito essencial ao regular funcionamento das organizações nos Estados de Direito Democrático, sendo fundamental na definição do relacionamento estabelecido entre os cidadãos e a Administração, ou mesmo no adequado funcionamento das Instituições, circunstâncias

que impelem a premência em se definirem e implementarem mecanismos de controlo interno, a LCPA veio induzir um “espartilho” abrupto e nada gradualista, onde o simples e inevitável desenvolvimento de ações que visem um excepcional interesse público ou a salvaguarda da vida humana, está particularmente condicionada.

Apesar do disposto, o Município de Ourém cumpriu integralmente o disposto na LCPA, não constando na listagem de entidades públicas em incumprimento divulgada no website da DGTF (Direção Geral do Tesouro e Finanças).

Controlo externo e estatístico

A área financeira está hoje fortemente assolada por diferentes mecanismos de controlo externo e estatístico, num reporte sistemático e crescente de elementos para entidades externas, designadamente, Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral das Autarquias Locais, Direção Geral do Orçamento e Instituto Nacional de Estatística. Manifesta-se a incompreensibilidade da ausência de partilha de informação entre os diversos organismos públicos, ou ainda a adoção de critérios e conceitos técnicos díspares.

Transparência e divulgação de dados inerentes à área financeira

Neste contexto, assinalam-se inúmeras exigências legais de divulgação de elementos de índole financeira, designadamente no contexto virtual da internet, seja no website do município ou ainda em plataformas públicas nacionais constituídas para o efeito, na qual se destaca o base.gov (divulgação de contratos públicos).

Esta circunstância aumenta, não só, o nível de transparência das políticas públicas, particularmente no que respeita à utilização dos recursos públicos, incrementando a proximidade e grau de informação dos cidadãos.

Atendimento de serviços

No decurso de 2017, permaneceram as regras iniciadas em 2011, no que concerne ao atendimento presencial ou telefónico a fornecedores, estabelecendo-se a quarta-feira no período da tarde e a sexta-feira no período da manhã, para o efeito. Esta

circunstância permite induzir ganhos operacionais significativos, dada a inexistência de constantes interrupções no desenvolvimento das atividades regulares desenvolvidas pelo serviço em referência.

Protocolos

A Divisão de Gestão Financeira promoveu/acompanhou a elaboração de um conjunto de protocolos ou contratos-programa conforme o quadro que abaixo se apresenta.

Quadro – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2017

Natureza do Contrato	Entidade	Designação	Apoio Financeiro
Protocolo de cooperação	ACISO – Associação Empresarial Ourém - Fátima	Apoio financeiro para “Ações de Promoção no âmbito das Comemorações do Centenário de Fátima”.	95.000,00 €
Protocolo de cooperação	Associação de Cultura e Recreio de Outeiro das Mapas	Apoio Financeiro para recuperação do edifício sede	34.440,00 €
Protocolo de cooperação	Associação Humanitária dos Bombeiros de Caxarias	Apoio financeiro para aquisição de uma ambulância de Socorro	35.000,00 €
Protocolo de cooperação	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém	Apoio financeiro para encargos decorrentes da Beneficiação do Pavilhão Gimnodesportivo dos Bombeiros de Ourém	39.411,44 €
Protocolo de colaboração	Associação Recreativa e de Propaganda de Ourém	Apoio financeiro para beneficiação da sede da Associação	18.056,56 €
Protocolo de colaboração	Centro Cultural e Recreativo do Olival	Apoio Financeiro para o evento “Rally Vila Medieval de Ourém”	24.500,00 €
Contrato Programa	Centro Social Paroquial de Rio de Couros	Apoio financeiro para encargos decorrentes da elaboração de projeto, aquisição de mobiliário e aquisição de viatura	62.138,50 €
Contrato Programa	Centro Social Paroquial de São João Batista de Espite	Apoio Financeiro para obras de ampliação das instalações do Centro e aquisição de equipamento.	150.000,00 €
Contrato Programa	Centro Social de Ribeira do Fário	Apoio Financeiro para "Adaptação da Antiga Escola de Formigais em Centro de Apoio a Idosos"	68.911,61 €
Protocolo de colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial de Atouguia	Apoio financeiro para Beneficiação do Salão Paroquial	82.709,65 €
Protocolo de colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial de Fátima	Apoio financeiro para beneficiação da Igreja Paroquial de Fátima	70.000,00 €

Protocolo de colaboração	Fábrica da igreja Paroquial de Nossa Senhora das Misericórdias	Apoio Financeiro para pavimentação do acesso aos cemitérios de Caneiro, Lagoa do Furadouro e Melroeira.	21.600,36 €
Protocolo de colaboração	Fábrica da igreja Paroquial de Nossa Senhora das Misericórdias	Apoio financeiro para Obras de Beneficiação e Ampliação do Cemitério em Melroeira	35.614,17 €
Protocolo de colaboração	Fábrica da igreja Paroquial de Nossa Senhora das Misericórdias	Apoio financeiro para obras de Beneficiação da Capela de Lagoa do Furadouro	35.000,00 €
Protocolo de colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial do Olival	Apoio financeiro para Recuperação da cobertura do telheiro da Capela de Óbidos	8.912,58 €
Protocolo de colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Piedade	Apoio financeiro para construção de sanitários públicos e pintura do salão paroquial, em Vilões	10.000,00 €
Protocolo de colaboração	Freguesia de Alburitel	Apoio financeiro para requalificação do cemitério de Alburitel	33.920,00 €
Protocolo de colaboração	Freguesia de Atouguia	Apoio financeiro para requalificação do cemitério de Atouguia	34.826,30 €
Protocolo de colaboração	Freguesia de Caxarias	Apoio financeiro para reparação e pintura do cemitério	43.134,47 €
Protocolo de colaboração	Freguesia de Espite	Apoio financeiro para beneficiação do edifício sede	10.000,00 €
Protocolo de colaboração	Freguesia de Fátima	Apoio financeiro para beneficiação do edifício sede	24.000,00 €
Protocolo de colaboração	Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Apoio Financeiro para recuperação das Lagoas da Serra, em Bairro e Lagoa do Furadouro	15.000,00 €
Protocolo de colaboração	Freguesia de Seiça	Apoio Financeiro para recuperação dos Fontenários de Seiça.	60.000,00 €
Protocolo de colaboração	Freguesia de Seiça	Apoio financeiro para comparticipação nas despesas decorrentes da comemoração dos 500 anos da fundação da freguesia	15.000,00 €
Protocolo de colaboração	Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ourém	Apoio Financeiro para encargos decorrentes das atividades culturais, recreativas e desportivas	25.000,00 €
Protocolo de colaboração	Grupo Cultural Desportivo e Recreativo Bairrense	Apoio Financeiro para construção de parque infantil	17.000,00€
Protocolo de colaboração	Juventude Oureense	Apoio financeiro para aquisição de viatura	28.344,69 €

Protocolo de colaboração	União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Apoio financeiro para requalificação do muro do cemitério de S. Jorge	66.228,81 €
Protocolo de colaboração	União de Freguesias de Gondemaria e Olival	Apoio financeiro para requalificação do cemitério do Olival	58.300,00 €
Protocolo de colaboração	União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Apoio financeiro para beneficiação do edifício sede da Junta e arranjos exteriores	16.780,16 €

Contabilidade

Esta subunidade tem como principal missão abranger todas as operações relativas à arrecadação das receitas e processamento de despesas, compreendendo um conjunto de tarefas e operações como meio de manter a informação financeira atualizada envolvendo a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

Procedimentos mais relevantes de 2017:

- Comunicação, nos termos do artigo 5º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, à Inspeção-Geral de Finanças de todas as subvenções e benefícios públicos concedidas a pessoas singulares ou coletivas dos setores privado, cooperativo e social e entidades públicas fora do perímetro das administrações públicas.
- Comunicação eletrónica de faturas - envio do ficheiro SAF-T. Configuração do Sistema de Gestão de Faturação de modo a permitir gerar o ficheiro SAF-T relativo à faturação de determinado período para posterior envio através do site da Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Operacionalização das adaptações necessárias nas declarações anexas de regularização de IVA, de acordo com a portaria 255/2013 de 12 de agosto.
- Na sequência do processo de recuperação de IVA junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, o Município foi alvo de uma ação inspetiva, cujo processo ainda está a decorrer.
- Operacionalização do modelo 10 de acordo com as disposições legislativas da Portaria nº 363/2013, de 20 de dezembro, de modo a que fossem excluídos

todos os rendimentos, com origem na conta corrente de vencimentos e que tenham o campo “Tipo de Rendimento” DMR dos códigos de remuneração preenchido.

- Definição de planos de pagamento;
 - Definição de contas patrimoniais e classificações económicas da receita atribuídas a cada artigo de receita;
 - Definição de tipo de penalizações a aplicar de forma automática;
 - Possibilidade de envio da receita para débito ao tesoureiro e para execução fiscal;
 - Possibilidade de utilização da certificação de faturação nos documentos emitidos;
 - Possibilidade de definição de débitos diretos.
 - Toda a faturação emitida a partir das aplicações anteriormente descritas será integrada no SGF.
- Análise e resolução célere de constrangimentos e dificuldades decorrentes da aplicação e operacionalização da LCPA e do reporte de informação à DGAL - SIIAL;
- Envio da informação económico-financeira dos serviços de águas e resíduos de saneamento de águas residuais urbanas no portal da ERSAR;
- Início do processo de transição POCAL/SNC-AP.

Contratação Pública

A realização de despesa por entidades privadas quando objeto de financiamento público está vinculada ao cumprimento do Código dos Contratos Públicos (CCP), pelo que esta subunidade orgânica colaborou com diversas associações e freguesias existentes na área do Município de Ourém, no cumprimento do CCP.

O número de processos lançados em 2018, teve um aumento, transversal a todos os tipos de procedimentos, atingindo um total de 2.445, dos quais 18 concursos públicos.

Quadro – Quantificação dos Processos de Concurso

Tipo de procedimento	2015	2016	2017
Ajuste direto em regime simplificado	1514	2077	2266
Ajuste direto (valor superior a 5 mil euros)	99	101	160
Concurso Público	7	5	18
Acordo Quadro	2	0	1

Quadro – Proced. desenvolvidos (excluindo o ajuste direto – em regime simplificado)

Entidade Adjudicatária	Fundamentação da Escolha do Procedimento	Designação (n.º sequência do proc. / designação)	Preço Contratual (sem IVA) / Observações
Major, Santos & Filhos, Lda.	alínea b) do 19.º do CCP	P001/2017 - Requalificação da Rua Nossa Senhora dos Caminhos - Freguesia de Freixianda - Ourém	121.617,95
Matos & Neves, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P002/2017 - Intervenção na Rua D. João Pereira Venâncio - Fátima	14 575,00 €
Formaz - Engenharia, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P003/2017 - Requalificação da Envoltoriente à Igreja Matriz de Fátima - elaboração de projeto de execução	14 290,00 €
Formaz - Engenharia, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P004/2017 - Requalificação da Estrada da Ortiga - Troço entre a rua do Adro (Fátima) e o Santuário de N.ª Srª. Da Ortiga - elaboração de projeto de execução	14 960,00 €
Formaz - Engenharia, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P005/2017 - Requalificação da Estrada Principal de Fátima - Troço entre a rotunda sul (Fátima) e a igreja matriz - elaboração de projeto de execução	24 870,00 €
Construções Divireis, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P006/2017 - Aplicação de vidros no Edifício do Centro de Negócios - Ourém	5 040,00 €
Wonderlevel Partners, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P007/2017 - Elaboração de relatório com a caracterização do protocolo com o Estado de Minas Gerais	15 000,00 €
João Mendes Ribeiro, Arquitectos, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P013/2017 - Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes para espaços museológicos - Elaboração de projeto de execução	74 950,00 €
Gonçalo Louro & Cláudia Santos - Arquitectos, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P014/2017 - Reabilitação do Cine-Teatro Municipal de Ourém - Elaboração do projeto de execução	74.350,00
Lubrifuel, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P015/2017- Fornecimento com transporte de 20.000 litros de gasóleo rodoviário para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais	20 000,00 €

Hugo Jorge Afonso Paiva Maciel	alínea a) do 20.º do CCP	P017/2017 - Musealização dos Paços do Concelho - Conceção e Produção de Esculturas	13 201,22 €
Arquetis, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P019/2017 - Criação de parque de lazer na Cidade de Fátima (Parque das Pedreiras) - Elaboração de projetos de execução	24 300,00 €
Ambinatura, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P021/2017 - Prestação de Serviço para Poda de Árvores - Cidade de Ourém	39 743,00 €
Arquetis, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P023/2017 - Ampliação do Parque Desportivo do Caneiro - Elaboração de projeto de execução	10 700,00 €
AIRC - Associação de Informática da região centro	alínea a) do 20.º do CCP	P024/2017 - Serviços de manutenção de 23 aplicações AIRC, para o ano de 2017	9 686,42 €
Pavidreno, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P025/2017 - Beneficiação de estradas na União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais (estrada da Amenta, Rua do Outeiro - Lagoa do Grou, Rua da Cavadinha, Rua da Bemposta, Rua dos Jaulinos e Travessa Alves)	131 121,06 €
	alínea b) do 19.º do CCP	P026/2017 - Beneficiação e Ampliação do Complexo escolar da Carvoeira - Caxarias	
Vistaxterior, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P027/2017 - Sistemas de drenagem de águas residuais - Implantação de 1 ramal domiciliário de esgotos domésticos da rede da Bacia 50 - Rua N.º. S.º. Da Esperança - Vilar dos Prazeres - Nº. S.º. das Misericórdias	589,63 €
GIPP, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P028/2017 - Prestação de serviços de consultadoria nas áreas do ordenamento do território, durante 10 meses	35 800,00 €
	alínea a) do 20.º do CCP	P029/2017 - Aquisição de mobiliário para a sala de controlo do Posto Territorial de Fátima da GNR - Guarda Nacional Republicana	
Médio Tejo 21, Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul	alínea a) do 20.º do CCP	P030/2017 - Eficiência Energética em Edifícios Públicos - Piscina Municipal de Ourém - Auditoria Energética e Certificado Energético	5.750,00
Maria Rita Clemente Pires	alínea a) do 20.º do CCP	P032/2017 - Grupo Escultório dos Três Pastorinhos para a Casa do Administrador	13 000,00 €
Vistaexterior, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P033/2017 - Sistemas de Drenagem de Águas Residuais - Implantação de 1 ramal de esgotos domésticos (Rede da bacia 49) - Estrada de Fátima, nº. 1141 - Murtal - Atouguia - Ourém	695,63 €
Socrinel, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P034/2017 - Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Rua Principal (Troço) - Freguesia de Espite - Cabimento 26562/2016	20 576,00 €
Arquihom, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P035/2017 - Requalificação da EM 357, estrada de Leiria - Troço entre a rotunda norte (Fátima) e o limite do concelho - Elaboração de projeto de execução	24 850,00 €
Contec, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P037/2017 - Beneficiação da Estrada de Casais dos Montes - Freguesia de Urqueira	133 796,20 €
Construções J. J. R. & Filhos, S.A.	DL 11/2017	P038/2017 - Requalificação urbana na Cova da Iria no âmbito do Centenário das Aparições	686.970,38

Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	DL 11/2017	P039/2017 - Requalificação / Beneficiação da Av. Dos Pastorinhos e diversos arruamentos na Casa Velha e Eira da Pedra, no âmbito do Centenário das Aparições	256 815,15 €
Ambinatura, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P040/2017 - Manutenção de espaços verdes no perímetro urbano de Fátima durante 10 meses (ano de 2017)	74 899,99 €
Alfredo Moreira da Silva & Filhos, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P041/2017 - Aquisição de flores para os jardins municipais	14 263,00 €
Trigénius, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P043/2017 - Aquisição de mobiliário para a sala de controlo do Posto Territorial de Fátima da GNR - Guarda Nacional Republicana	20 730,00 €
Proap, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P044/2017 - Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira – Elaboração de Estudo Prévio, Projeto de Execução e Assistência Técnica	74 500,00 €
Global - Arquitectura Paisagista, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P045/2017 - PEDU - Reabilitação do Espaço Público da Vila Medieval - Programa Base e Projetos	74 000,00 €
Hugo Manuel Ribeiro Travanca	alínea a) do 20.º do CCP	P046/2017 - Criação de Monumento ao Emigrante	35.000,00
Construções Alto da Barreira, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P047/2017 - Construção do Pontão de Água Boa - Matas - União das Freguesias de Cercal e Matas	58.055,45
Construções J. J. R. & Filhos, S.A.	alínea b) do 19.º do CCP	P048/2017 - Reabilitação da rede Viária no concelho de Ourém - Zona Norte	791.831,06
PROAP - Estudos e Projetos de Arquitetura Paisagista, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P049/2017 - Reabilitação da antiga azenha para centro de interpretação e de apoio ao parque - Elaboração do projeto de execução	55.000,00
Lexarte Advogados (denominação social FPL, Sociedade de Advogados, SP RL)	alínea a) do 20.º do CCP	P050/2017 - Contratação de parecer jurídico sobre matéria referente à Praceta de Santo António (Enquadramento jurídico face ao diferendo entre o Município de Ourém e o Santuário de Fátima)	8 000,00 €
João Aidos - Consultoria e Gestão de Projetos, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P052/2017 - Cineteatro municipal - PEDU - Contratualização de serviços de consultoria	74 500,00 €
Galhispo - Comércio de materiais de construção, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P053/2017 - Aquisição de 1000 barreiras de segurança anti-motim no âmbito do centenário das aparições	37 000,00 €
Manuel Mendes de Sousa, Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P054/2017 - Remodelação da cobertura do edifício da antiga Escola Básica do 1º. Ciclo dos Coroados - Seiça	9 805,00 €
Matos & Neves, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P056/2017 - Fornecimento de massas betuminosas a quente "tipo binder" para beneficiação da Rua de Vale da Charneca da União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	13 475,00 €
Lusocicó - Construções, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P057/2017 Requalificação Urbana da Freguesia da Freixianda - Variante António dos Santos Costa e Rua da Escola Trabalhos Adicionais	11 928,00 €

João Nabais & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.	alínea a) do 20.º do CCP	P059/2017 - Apoio Jurídico - Estatuto dos Eleitos Locais - Vereador Nazareno do Carmo	10.000,00
Contec, S.A.	alínea b) do 19.º do CCP	P064/2017 - ER356 - intervenção para salvaguarda da vida humana - lei 27/2016	272.218,24
Galhispo - Comércio de materiais de construção, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P065/2017 - Fornecimento e transporte contínuo de vários tipos de sinais para sinalização viária do Concelho	21 753,16 €
Lubrifuel, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P066/2017 - Fornecimento com transporte de gasóleo de aquecimento, para garantir o aquecimento dos estabelecimentos de ensino da área do município até 31 de dezembro de 2017 e até ao limite de 40.000,00 euros	40 000,00 €
Grupo Vendap, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P067/2017 - Aluguer de sanitários e chuveiros portáteis para Fátima - maio de 2017	22 535,00 €
Ediestreito - Construções, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P069/2017 - Trabalhos arqueológicos no Castelo e Paço dos Condes - Ourém	10 075,00 €
Ecointegral, Unipessoal Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P070/2017 - Estudo hidrogeológico e monitorização da nascente do Agroal	9 990,00 €
Primo 360 Soluções Artísticas Integradas, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P072/2017 - Festas do Município - Espetáculo com o artista HMB	8 850,00 €
Bridgetown Talent Agency Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P073/2017 - Festas do Município - Espetáculo com o artista Richie Campbell	19 500,00 €
Manuel Mendes de Sousa, Unipessoal, Lda.	alínea b) do 19.º do CCP	P075/2017 - Requalificação de Instalações sanitárias junto a Biblioteca Municipal de Ourém	9 165,76 €
Sérgio & Jorge Gomes, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P076/2017 - Prestação de serviços (pessoal técnico) para apoio na área de projetos municipais	72 500,00 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P077/2017 - Centenário das aparições - Vinda se Sua Santidade - Fátima - maio de 2017 - Preparação de terreno para parque de campismo	39 089,63 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P078/2017 - Centenário das aparições - Vinda se Sua Santidade - Fátima - maio de 2017 - Preparação de bolsas de estacionamento	39.993,86
Rodoviária do Lis, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P080/2017 - Aluguer de autocarros para efetuar os transferes, a realizar, em Fátima, entre os dias 11 e 14 de maio, para as comemorações do Centenário das Aparições	44 842,00 €
Construções J.J.R. & Filhos, S.A.	alínea b) do 19.º do CCP	P082/2017 - Redes de drenagem de águas residuais nas freguesias de Cercal, Espite e Matas	976 185,30 €
Prilux - Comércio, Construção e Obras Públicas, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P085/2017 - Aquisição e Montagem de Estufa para Flores - Fátima	18 445,00 €
Construções Alto da Barreira, Lda.	alínea b) do 19.º do CCP	P086/2017 - Construção de um muro de suporte de terras junto da ER 349 - Olival	37 410,80 €
Geóide - Geosystems, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P087/2017 - Levantamento topográfico tridimensional por varrimento laser 3D - Castelo e Paço dos Condes, em Ourém	21 890,00 €
Senhores do Ar II - Produções, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P088/2017 - Comemorações do 25 de Abril - Espetáculo com o artista "Carlão"	12 500,00 €
Verdasca & Verdasca, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P089/2017 - Fornecimento e transporte de cimento a saco	6 785,10 €

Alfredo Moreira da Silva & Filhos, Lda,	alínea a) do 20.º do CCP	P090/2017 - Aquisição de flores e arbustos para os jardins municipais	12 540,28 €
Viamarca - Pinturas de Vias Rodoviárias, S.A.	alínea b) do 19.º do CCP	P092/2017 - Sinalização vertical para as bolsas de estacionamento e circular - maio de 2017 - Fátima	18 364,00 €
Bigbrand, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P094/2017 - Centenário das Aparições - Maio de 2017 - Fornecimento de suportes de comunicação (estruturas e bandeiras)	21 670,00 €
Zona Matrix - Unipessoal, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P095/2017 - Écrans gigantes para instalação em Fátima nos dias 12 e 13 de maio de 2017	9 480,00 €
Arquijardim, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P096/2017 - Centenário das Aparições e vinda de Sua Santidade - Maio de 2017 - Limpeza de bermas, valetas e taludes nas estradas e caminhos municipais	34.231,50
	alínea a) do 20.º do CCP	P101/2017 - Aluguer de 10 outdoors com dimensão de 12x4 m por um período de 9 meses	
Progressiva - Luís A. M. Teixeira - Serralharia, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	102/2017 - Aquisição de Serviços - Máquinas para a colocação da Peça Decorativa - Cova de Iria - Fátima	25 875,00 €
Construções J.J.R. & Filhos, S.A.	alínea b) do 19.º do CCP	P103/2017 - Reabilitação da rede Viária no concelho de Ourém - Zona Sul	895.917,75
João Nabais & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.	alínea a) do 20.º do CCP	P104/2017 - Eleitos locais - Contratação de serviços de assessoria jurídica - Processo n.º 723/12.1TACBR	10.000,0
Civibérica - Obras Civis, S.A.	alínea b) do 19.º do CCP	P105/2017 - Beneficiação de vários arruamentos na união de freguesias de Gondemaria e Olival	298.031,22
Construções J. J. R. & Filhos, S.A.	alínea b) do 19.º do CCP	P106/2017 - Requalificação de 3 ruas em Moita Redonda, Freguesia de Fátima	119 408,40 €
Nautilus Indústria e Comércio de Mobiliário, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P107/2017 - Aquisição de Mobiliário para os alunos e Professores da EB2.3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão	7 592,00 €
Construções Divireis, Lda.	alínea b) do 19.º do CCP	P108/2017 - Reabilitação de Passadeiras Elevadas na Avenida D. José Alves Coreia da Silva - Freguesia de Fátima	133 663,00 €
Ruela Music Management, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P109/2017 - Festas do Município - Espetáculo com a artista "Áurea"	15 000,00 €
IDTOUR – Unique Solutions, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P110/2017 - Apoio no projeto de criação da <i>Associação Internacional de Cidades Santuário</i>	68 500,00 €
Vistaxterior, Lda.	alínea b) do 19.º do CCP	P112/2017 - Implantação de um ramal de esgotos domésticos nas redes de Caxarias e 1 ramal de águas pluviais - Pontes - Caxarias	1 175,94 €
Andamento Vivo Produções, Unipessoal, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P113/2017 - Festas do Município - Espetáculo com o artista "Mickael Carreira"	17 400,00 €
Vistaxterior, Lda.	alínea b) do 19.º do CCP	P114/2017 - Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Estrada N.º Sr.ª Da Ortiga - Freguesia de Fátima	134 457,90 €
Versus - Construção Civil e Obras Públicas, S.A.	alínea b) do 19.º do CCP	P115/2017 - Sinalização Horizontal das Estradas Municipais no Concelho de Ourém	134 476,47 €
Socrinel, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P116/2017 - Edifício da ex-escola primária em Fátima - Protocolo de cedência de instalações, melhoria de instalações - Vespa Clube de Fátima	15 932,50 €
Vistaxterior, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P117/2017 - Requalificação / beneficiação rodoviária - Rua do Mercado - Caxarias	126 996,42 €

Sicóbrita - Extração e Britagem de Pedra, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P119/2017 - Fornecimento continuo de inertes para o ano de 2017	9 670,00 €
Quadradoametro - Consultores de Engenharia, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P120/2017 - Elaboração de projeto para o Auditório do Conservatório de Música de Fátima	64 900,00 €
Sagartia - Consultores, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P121/2017 - Proposta de Estudo para melhorar, modernizar e Otimizar a Eficiência das Etar's	19 900,00 €
Vistaxterior, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P122/2017 - Execução de um ramal de esgotos domésticos na Travessa Santa Iria - Fátima	831,43 €
Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P123/2017 - Trabalhos Diversos no Agroal	56 479,34 €
Pragosa Betão, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P124/2017 - Fornecimento contínuo de betão pronto C16/20, para aplicar na área do Concelho de Ourém durante o ano de 2017	11 780,80 €
PG Booking, agenciamento e produção de espetáculos, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P125/2017 - Festival de Setembro - Espetáculo com o Artista "Camané"	11 000,00 €
Bloom Up - Unipessoal, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P126/2017 - Serviço de comunicação, fornecimento e desenvolvimento do evento - IV Encontro de Minas Gerais / Ourém	39.000,00
GREENDREAMS - Arquitectura Paisagista, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P128/2017 - Requalificação Ecológica e paisagística da Mata Municipal de Ourém - Proposta para Execução do Projeto	7 750,00 €
Barraqueiro - Transportes, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	129/2017 - Aluguer de autocarros para a deslocação dos idosos para Mafra, no âmbito do Passeio Sénior 2017	9 421,00 €
Construções J. J. R. & Filhos, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	130/2017 - Fornecimento de diversos tipos de betuminosos para aplicar na área do Concelho de Ourém	33 469,00 €
Remarkable - Communication & Image Management, Unipessoal, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P131/2017 - Aquisição de serviços de criação de identidade, criação de website, conceptualização gráfica dos materiais preparatórios do Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação a realizar nos dias 22 e 23 de novembro de 2017	20 950,00 €
Multitendas-Comércio e Aluguer de Tendas, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P132/2017 - Aluguer de tendas para a Festa das Comunidades Portuguesas	8 250,00 €
Vistaexterior, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P134/2017 - Execução de um Ramal de águas Pluviais - Estrada Nacional 113-1 - Carvalhal de Seiça - Seiça	818,25 €
Construções J. J. R. & Filhos, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P135/2017 - Esgotos - Rua Moinhos da Fazarga-Fátima	990,00 €
Construções J. J. R. & Filhos, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P136/2017 - Execução de um ramal de esgotos domésticos - Avenida Beato Nuno - Fátima	1.225,00
Stripeline, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P137/2017 - Casa do Administrador - Proposta de Exposições, Fornecimento e Montagem de Exposição Permanente	65.076,72
SOTKON PORTUGAL - Sistemas de Resíduos, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P138/2017 - Aquisição de seis contentores para resíduos	6.164,98
46A HAUS, Unipessoal, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P139/2017 - Festival de Setembro - Espetáculos com os artistas "Capitão Fausto" e "Memória de Peixe"	8 500,00 €
Vortice Dance Associação Cultural	alínea a) do 20.º do CCP	P140/2017 - Prestação de serviços para: consultoria; desenvolvimento de conteúdos videográficos e espetáculo de videomapping, para o núcleo museológico nos Paços do Concelho	15 000,00 €

Américo Monteiro - Estúdios de Gravação Áudio e Vídeo, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P141/2017 - Festas das Comunidades Portuguesas - Contratação do Artista "Emanuel" - Dia 11 de Agosto de 2017	14 000,00 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P143/2017 - Requalificação da Rua Prof. Dr. Guilherme Barros e Cunha - Seiça	139 850,76 €
Civibérica - Obras Civis, S.A.	alínea a) do 19.º do CCP	P145/2017 - Cobertura do Parque Infantil da Escola Básica 1.º Ciclo de Pisão - Matas	6 400,00 €
Zona Matrix - Unipessoal, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P147/20127 - Aquisição de serviços para o som e luz - Festival de Setembro	13 850,00 €
	alínea a) do 19.º do CCP	P148/2017 - Redes de drenagens de águas residuais na Freguesia de Fátima - Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima antiga	(Em fase de abertura de propostas)
Galp Power, S.A. e Endesa Energia, S.A.	b) n.º 1 252.º do CCP	P151/2016 - Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	1 668 986,00 €
	alínea a) do 20.º do CCP	P152/2017 - Aquisição de software, para utilização profissional no contexto da DOM, DAS e SIGL	(Em fase de adjudicação)
Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P154/2017 - Beneficiação de Edifícios Escolares - Centro Escolar do Olival	79 900,00 €
	alínea a) do 19.º do CCP	P155/2017 - Colocação de Vão no Centro Escolar de Cova da Iria	(Em fase de concurso)
Socrinel, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P157/2017 - Alteração de Coletor de Esgotos Domésticos na Rua do Carvalhal - Fontainhas de Seiça - Seiça - Ourém	6 825,12 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P158/2017 - Implantação de coletor de esgotos domésticos e ramais - Travessa 1º. de Dezembro - Vilar dos Prazeres	8 047,32 €
Tecnorém - Engenharia e Construções, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P159/2017 - Estabilização de Emissário de Caxarias - Sandoeira - Rio de Couros	16 908,94 €
	alínea a) do 20.º do CCP	P160/2017 - Aquisição de cadeiras ergonómicas para os trabalhadores do Município	(Em fase de concurso)
	alínea a) do 20.º do CCP	P161/2017 - Aquisição de calçada grossa e miúda branca	(Em fase de concurso)
	DL 11/2017	P162/2017 - Requalificação da EM 357, estrada de Leiria - Troço entre a rotunda Norte (Fátima) e o Limite do Concelho	(Em fase de concurso)
	alínea a) do 19.º do CCP	P163/2017 - Parque de Lazer na Cidade de Fátima - Parque de Merendas - Fase I	
Martins & Reis Segurança, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P164/2017 - Prestação de serviços de medicina no trabalho para os anos de 2018 e 2019	18 146,00 €
Eurohuman - Sociedade de Trabalho Temporário, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P165/2017 - Contratação de recursos humanos para os agrupamentos de escolas do concelho	19 125,00 €
Fátima Caminhos - Viagens, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P166/2017 - Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação, a realizar em Fátima de 21 a 23 de novembro de 2017 - Passagens aéreas América do Norte (EUA), Ásia (Coreia do Sul e Sri Lanka) e África (Egito e Etiópia), para oradores e moderadores	7 700,00 €
Sonartis - Comércio de Equipamento Eletrónico, Unipessoal, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P167/2017 - Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação a realizar em Fátima de 21 a 23 de novembro de 2017 - Serviços de som, imagem, iluminação, hardware	21.135,00

Agência de Viagens e Turismo Fátima Mundi e Peregrinações, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P169/2017 - Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação a realizar em Fátima de 21 a 23 de novembro de 2017 - Serviço de transferes e transporte dos participantes	9 700,00 €
FTC - Viagens e Turismo, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P170/2017 - Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação, a realizar em Fátima de 21 a 23 de novembro de 2017 - Passagens aéreas para participantes no Congresso (Oradores / Moderadores): Europa e Israel	12 285,00 €
LIZONLINE - Projetos de Internet, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P171/2017 - Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação a realizar em Fátima de 21 a 23 de novembro de 2017 - Serviço de produção e fornecimento de elementos gráficos para a sala do congresso e sala exterior e material de oferta	5 445,00 €
Fábrica do Santuário de N.ª S.ª de Fátima	alínea a) do 20.º do CCP	P172/2017 - Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação a realizar em Fátima de 21 a 23 de novembro de 2017 - Serviço de aluguer de equipamento para tradução simultânea e fornecimento de refeições e coffee break	8 500,00 €
Construtora Civil Casal dos Bernardo, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P173/2017 - Implantação de um ramal de esgotos domésticos nas redes de Caxarias - Rua dos Brejos - Pontes - Caxarias - Ourém	1 750,20 €
LCA - Leal, Carreira e Associados	alínea a) do 20.º do CCP	P175/2017 - Aquisição de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município, para os anos 2018 a 2021	28 000,00 €
Tagusgás, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P176/2017 - Fornecimento contínuo de gás propano a granel, para os Centros Escolares: N.ª S.ª das Misericórdias; Gondemaria; Atouguia; Ourém Nascente (Seiça); Olival e Freixianda e para a Escola do Ensino Básico 2, 3 de Freixianda	43 139,00 €
Américo Marques Duarte, Lda.	alínea a) do 20.º do CCP	P177/2017 - Aquisição de serviços para a montagem e desmontagem de equipamento de iluminação de Natal nas Cidades de Fátima e Ourém	28.380,20
Tyssenkrupp, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P178/2017 - Aquisição de serviços para contrato de manutenção simples dos equipamentos de elevação do município durante 3 anos	7 916,04 €
Socrinel, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P179/2017 - Execução de um ramal de esgotos domésticos - Rua das Hortas - Lagoa do Grou - Freixianda	699,00 €
Universal Music Portugal, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P180/2017 - Contratação de espetáculo "O Mundo de Sara"	6 000,00 €
Gaspe - Combustíveis, Lda	alínea b) n.º 1 do 20.º do CCP	P181/2017 - Fornecimento com transporte de gasóleo rodoviário para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais, durante o ano de 2018 e até ao limite de 145.000,00 €	145 000,00 €
	alínea b) do 19.º do CCP	P182/2017 - Reabilitação do Castelo e Paços dos Condes de Ourém e sua adaptação para Espaços Museológicos	(Em fase de Qualificação)

Prospektiva, S.A.	alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P183/2017 - Empreitada de Requalificação Urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira - Ourém - Serviços de fiscalização e coordenação de segurança	50 160,00 €
	alínea a) do 19.º do CCP	P184/2017 - Obras de revisão de recuperação do edifício da APDAF	(Em fase de concurso)
Socrinel, Lda.	alínea a) do 19.º do CCP	P185/2017 - Requalificação da EB1 do Cercal	132 815,10 €
SABSEG - Corretor de Seguros, S.A.	alínea a) do 20.º do CCP	P186/2017 - Prestação de serviços de seguros para o primeiro semestre de 2018	74.499,51€

Património e Notariado

Neste contexto, atendendo a que os Documentos de Prestação de Contas dispõem de detalhe pormenorizado sobre o inventário municipal, documento complementado pelas notas ao balanço à demonstração de resultados, não se dispõem elementos adicionais.

A atividade desenvolvida no Notariado, durante o ano de 2017 foi a seguinte:

- Atos notariais:
 - Foram celebrados 79 contratos avulso sendo:
 - 34 contratos de empreitadas;
 - 23 contratos de fornecimentos;
 - 22 contratos de prestação de serviços.

No que concerne aos contratos, é organizado todo o expediente inerente aos respetivos contratos, organizados e atualizados os livros de registo dos contratos sendo ainda de destacar as seguintes ações:

- 1 contratos-programa de desenvolvimento desportivo com associações do Concelho;
- 27 protocolos de colaboração com: Freguesias, Associações e Instituições do Concelho, com o objetivo de apoiar o investimento.

- Remessa ao Tribunal de Contas dos contratos que por lei estão sujeitos a visto.

Em 2017 deu-se continuidade à gestão da frota municipal implementada em 2016, com o objetivo de promover uma maior eficiência, eficácia e economia, na operacionalização e utilização das viaturas de serviços municipais eventuais, a qual conforme norma de utilização das viaturas municipais aprovada pelo órgão executivo, atribuí a este serviço a responsabilidade da sua adequada gestão.

2.3.2 – Divisão de Atendimento ao Município e Ativos Humanos

A Divisão de Atendimento ao Município, adiante designada por DAM, foi criada com base na alteração da estrutura orgânica publicada a 6 de abril de 2017, e tem como principal missão, “*Garantir uma adequada e eficiente gestão processual administrativa e de comunicação com o exterior, promover uma gestão dinâmica em matéria de recursos humanos e integração de políticas de natureza estratégica através do recurso a instrumentos de planeamento e financiamento comunitário ou nacional.*

Importa referir, que em dezembro de 2017 a DAM incorporou as competências associadas à gestão e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários e/ou nacionais, pelo que, o presente relatório traduz as principais atividades associadas a estas competências.

RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA NO TRABALHO

Alteração ao mapa de pessoal de 2017

Em junho de 2017, foi elaborada proposta referente à 1ª Alteração do Mapa de Pessoal para 2017, com o objetivo de criar 20 postos de trabalho com relação jurídica de emprego público de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, a prover mediante recrutamento e seleção de trabalhadores.

Elaboração do mapa de pessoal para 2018

A elaboração do mapa de pessoal para 2018, requereu a atualização dos postos de trabalho e a afetação de trabalhadores, a introdução de novos postos de trabalho a prover, quer em mobilidade intercarreiras ou categorias quer através de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

A preparação deste mapa, mereceu especial destaque, pela introdução de postos de trabalho a ocupar através da cedência de interesse público, por inerência à dissolução da empresa municipal, Ourémviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M. S.A. e, bem assim, pelo cálculo dos encargos associados à progressão automática das carreiras, na sequência do descongelamento da mesma.

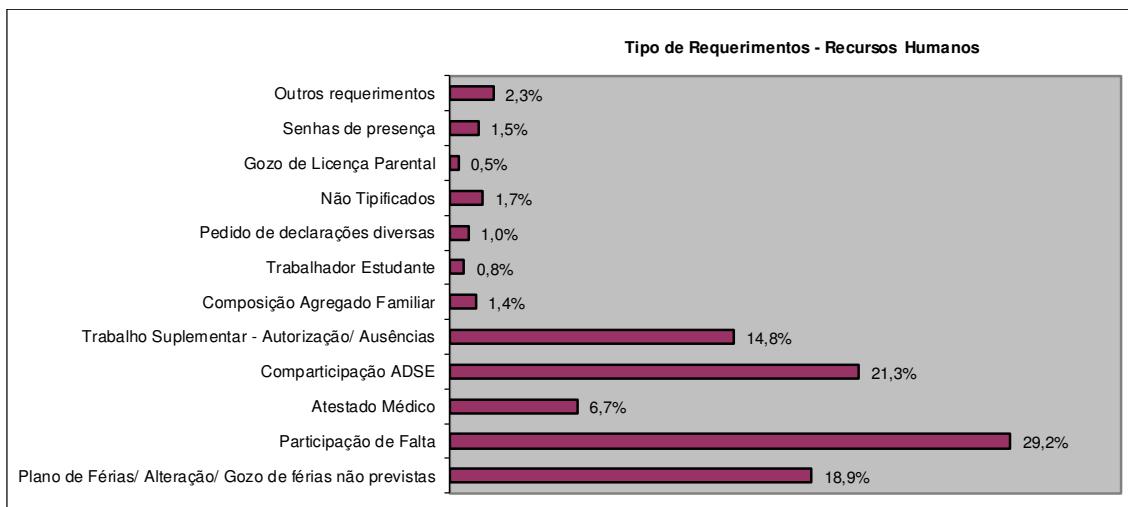
Dos diversos requerimentos, tratados ao longo do ano 2017, são de evidenciar **3.500 pedidos**, submetidos via mynet⁴, conforme o quadro que se apresenta na página seguinte.

Tipo de Requerimento	2017	2016
Plano de Férias/ Alteração/ Gozo de férias não previstas	660	690
Participação de Falta	1023	1009
Atestado Médico	233	204
Comparticipação ADSE	746	735
Trabalho Suplementar - Autorização/ Ausências	518	312
Composição Agregado Familiar	48	43
Trabalhador Estudante	27	33
Pedido de declarações diversas	35	48
Não Tipificados	61	32
Gozo de Licença Parental	16	7
Senhas de presença	53	47
Outros requerimentos	80	50
TOTAL	3 500	3 210

Fonte: Aplicação SGD - Sistema de Gestão Documental

* Inclui cópias

⁴ O total dos registos inclui as cópias efetuadas na aplicação SGD



Conforme se constata no gráfico e quadro acima expostos, verifica-se que cerca de 29,2% dos requerimentos submetidos respeitam a pedidos de participação de falta ao serviço, seguidos de pedidos de comparticipação da ADSE e de Planos de Férias/ Alteração do Plano de Férias/ Gozo ou acumulação com 21,3% e 18,9%, respetivamente.

Durante o ano 2017, foram realizadas 32 ações de formação externas em diversas áreas que envolveram 92 participantes e em parceria com diversos estabelecimentos escolares, o município promoveu a integração de 16 alunos para a realização de estágios curriculares integrados nos planos de formação dos respetivos cursos.

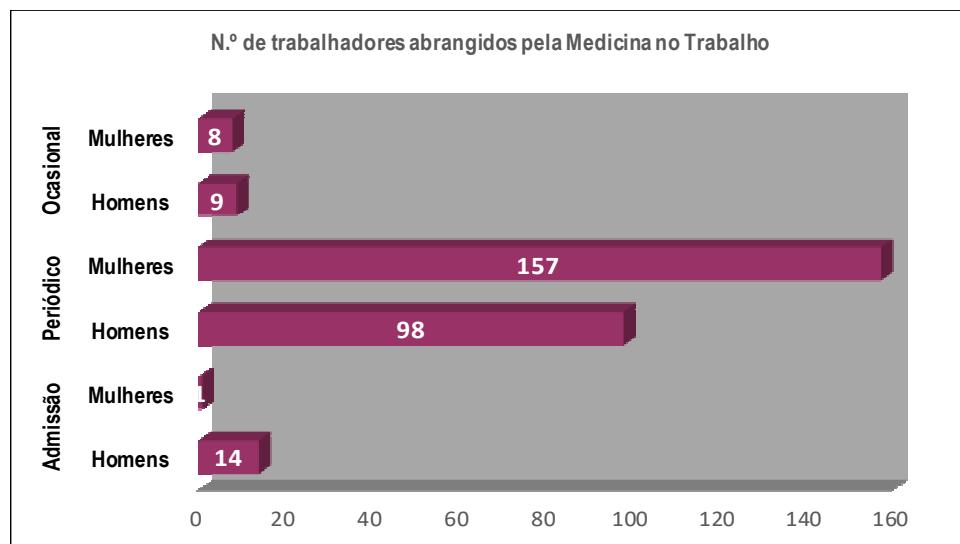
Na sequência da integração de 5 Estágios Profissionais ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública (PEPAL), encontra-se ainda em curso o processo de encerramento dos citados estágios.

Ao longo do ano 2017, o Município integrou ainda 5 beneficiários, no âmbito dos Programas Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção +, que consistem na realização, por desempregados, subsidiados ou desempregados subsidiados do RSI – Rendimento Social de Inserção, de atividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses.

Estágios Profissionais/ Curriculares e Contratos Emprego Inserção	2017	2016	2015
N.º Estágios Profissionais:	0	0	5
N.º Contratos Emprego Inserção	5	9	2
N.º Estágios Curriculares:	16	17	15

A Medicina no Trabalho foi assegurada mediante celebração de contrato de prestação de serviços com a empresa Polidiagnóstico Empresas, SA, tendo sido asseguradas, durante o ano 2017, **287 consultas a trabalhadores**, distribuídas da seguinte forma:

	Admissão		Periódico		Ocasional		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
TOTAL	14	1	98	157	9	8	287



Da análise do quadro e gráfico anteriores, constata-se que 89% dos trabalhadores foram abrangidos por consultas designadas periódicas, seguido de 6% de trabalhadores abrangidos por consultas ocasionais.

Na sequência do despacho n.º 4/2016, do então Presidente da Câmara, datado de 28/01/2016, a coordenação de segurança e saúde em projeto e obra nas empreitadas no Município, passou a ser assegurada por entidades externas, com exceção de obras que se encontravam em curso à data.

EXPEDIENTE, REPROGRAFIA E ARQUIVO

- Elaboração e tratamento de 31 agendas / atas das reuniões camarárias e respetivas convocatórias;

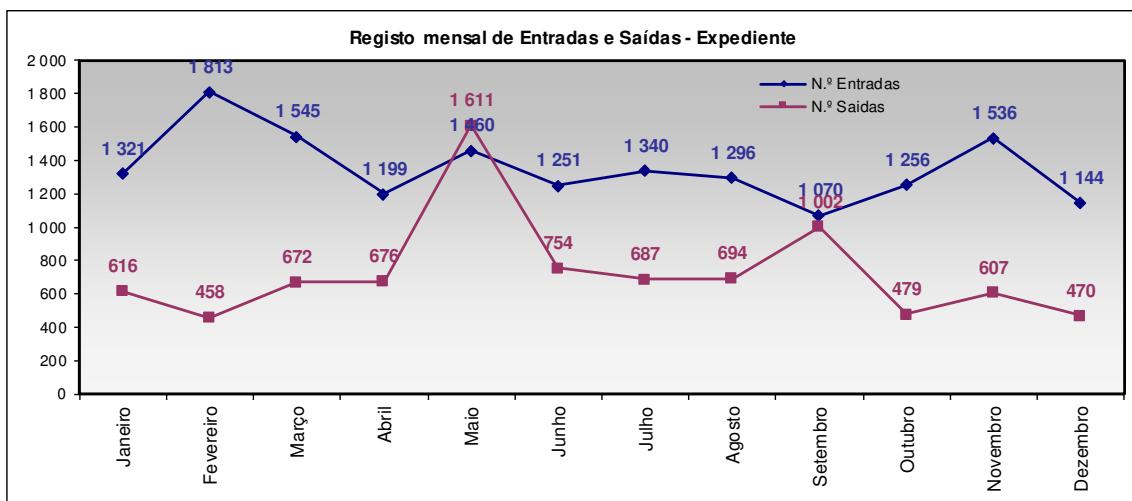
A elaboração e tratamento das agendas e atas das reuniões do órgão executivo, carecem da execução de um conjunto de atividades, desde a elaboração da ordem do dia até à finalização da ata, destacando-se as seguintes tarefas:

- Elaboração da agenda;
 - Elaboração de convocatórias;
 - Digitalização de todos os assuntos agendados, incluindo a agenda, que são remetidos via e-mail a todos os Vereadores e Dirigentes;
 - Elaboração de formulários dos assuntos agendados;
 - Preparação, elaboração e finalização da ata, após confirmação/comparação entre a informação constante da ata e os dados contidos nos processos apreciados em reunião;
 - Emissão de certidões de deliberação;
 - Indexação das deliberações respeitantes aos processos no Sistema de Gestão Documental (SGD) e ou no Sistema de Processo de Obras (SPO);
 - Impressão e recolha de assinaturas das atas;
 - Elaboração de correspondência diversa desde a ordem de trabalhos até à finalização da ata;
 - Elaboração de ofícios necessários ao seguimento dos assuntos agendados, após finalização da ata;
 - Publicitação de reuniões públicas e atas através de edital e página eletrónica do município.
-
- Registo, classificação e digitalização da **correspondência entrada e saída** diariamente no serviço de Expediente;

O registo de entrada e saída de correspondência é efetuado diariamente no serviço de Expediente, através da aplicação Sistema de Gestão Documental (SGD) e abrange o

registro de ofícios, fax's, emails, faturas, recibos, avisos, cartas, requisições, requerimentos, entre outros.

Apresenta-se de seguida o número de registo⁵ de entradas e saídas efetuados no serviço de Expediente:

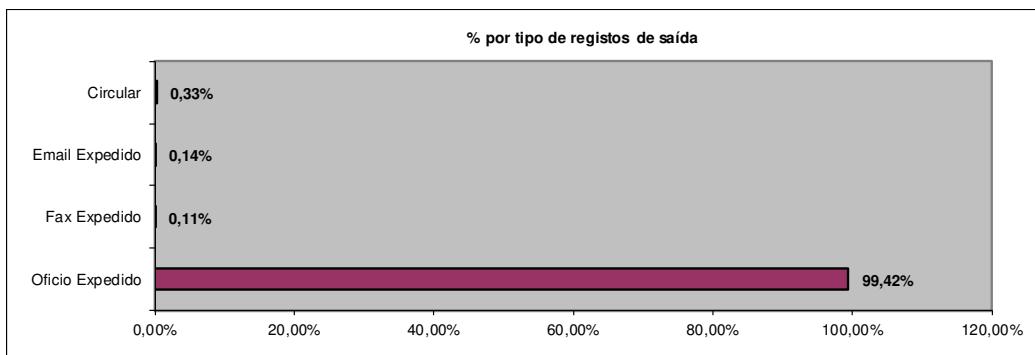
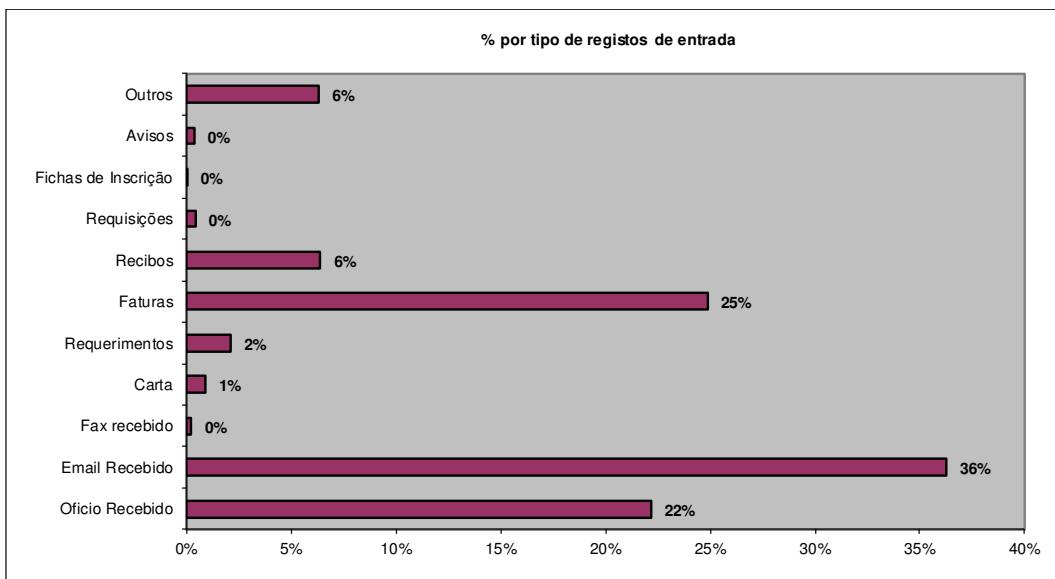


	Entradas	Saídas
Número de Registros	16 231	8 726
Média mensal de registo	1353	727
Média diária de registo	65	35

Ao longo do período em análise, registou-se um total de 16.231 entradas, determinando um registo diário em média de 65 documentos. Por outro lado, verificou-se um registo total de 8.726 saídas, resultando uma média de 35 registo efetuados por dia.

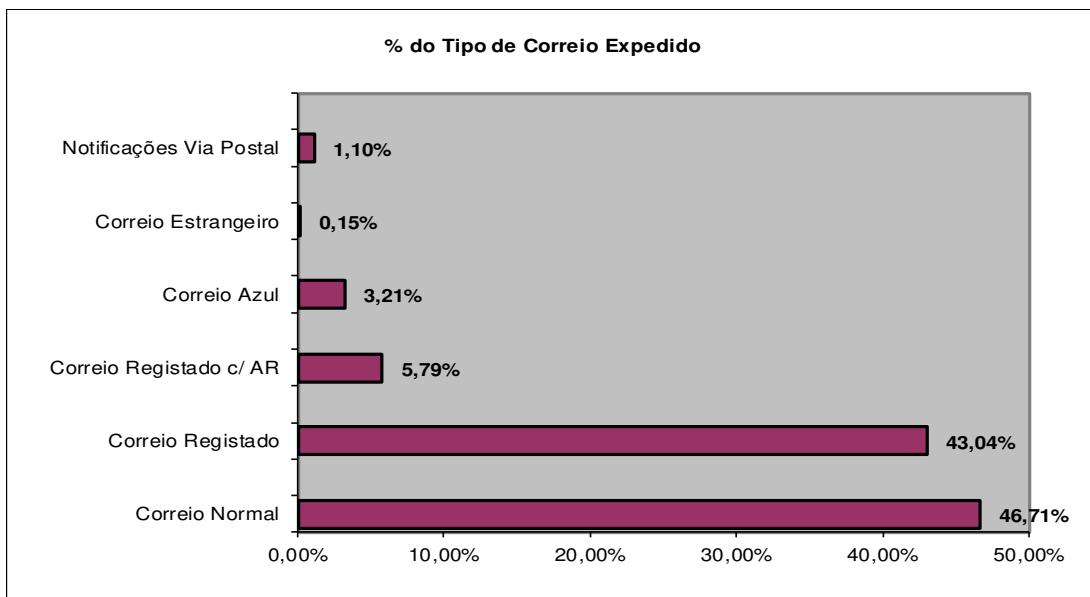
Do número de registo de entrada e saída, destacam-se os seguintes tipos de correspondência:

⁵ O total dos registo inclui as cópias efetuadas na aplicação SGD



De salientar que do número total de registos de entrada efetuados no serviço de Expediente, verifica-se que 36% são emails, 25% são faturas e 22% são ofícios.

Em 2017, registou-se um total 12.492 de correio expedido, via CTT, tipificado do seguinte modo:

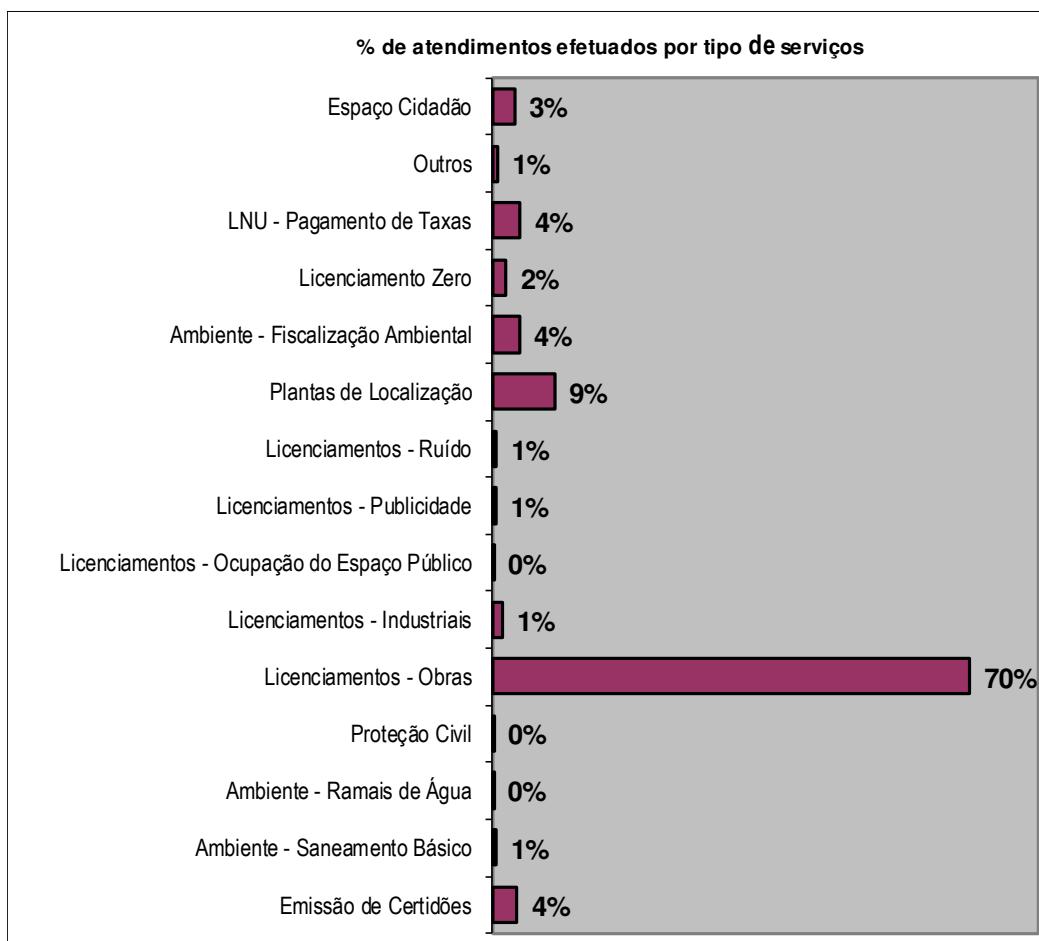


ATENDIMENTO AO MUNÍCIPÉ

- Número e Tipo de Atendimentos efetuados;

No que concerne à área do Atendimento ao Município, nas instalações sede do Município, a gestão do atendimento ao público é efetuada através do sistema eletrónico que permite a chamada de senhas. Para atendimento no balcão único é selecionada a senha A, possibilitando ao munícipe ser atendido em 3 mesas distintas. O número de atendimentos efetuados no período em apreço, foi de 8.792.

Do gráfico que se apresenta, na página seguinte, conclui-se que 70% dos atendimentos efetuados, no decurso de 2017, respeitam a licenciamento de obras particulares e 9% correspondem à emissão de plantas de localização.



Importa referir que o serviço de Atendimento ao Município integra também o serviço de atendimento do Espaço Cidadão, assegurado atualmente apenas por uma das

trabalhadoras. Relativamente a este tipo de atendimento, destaca-se os seguintes tipos de serviços:

Tipo de Serviço	Pedido de esclarecimento	Serviço realizado	Totais
Cartas Condução	58	218	276
Cartão do Cidadão	1	0	1
Chave Móvel Digital	5	0	5
Total	64	218	282

- Registo, classificação e digitalização da correspondência entregue no balcão único.

Para além do atendimento realizado no balcão único, é efetuado todo o registo⁶, classificação, digitalização e encaminhamento da correspondência, ali entregue, resultante do atendimento praticado.

Neste sentido, ao longo do ano 2017, foram registados cerca de 5.267 documentos, dos quais destacam-se, expressivamente, 4.018 requerimentos (76%) relacionados com diversas áreas.

Tipo	Registros efetuados	
	N.º	%
Ofício Recebido	192	4%
Email Recebido	311	6%
Carta	18	0%
Requerimentos	4 018	76%
Faturas	414	8%
Recibos	86	2%
Outros	228	4%
TOTAL	5 267	

Nota: Os dados estatísticos poderão eventualmente incluir cópias

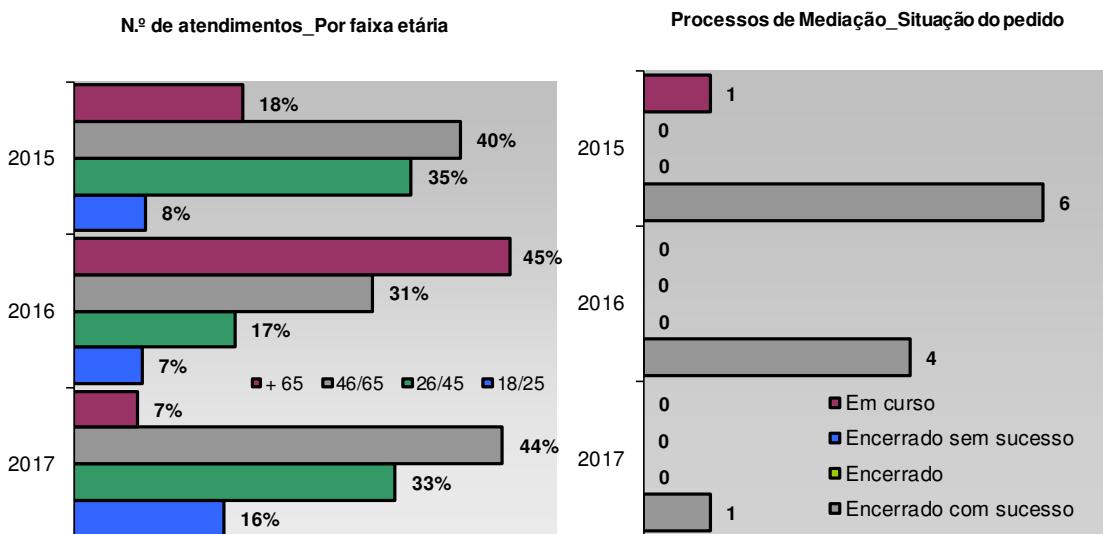
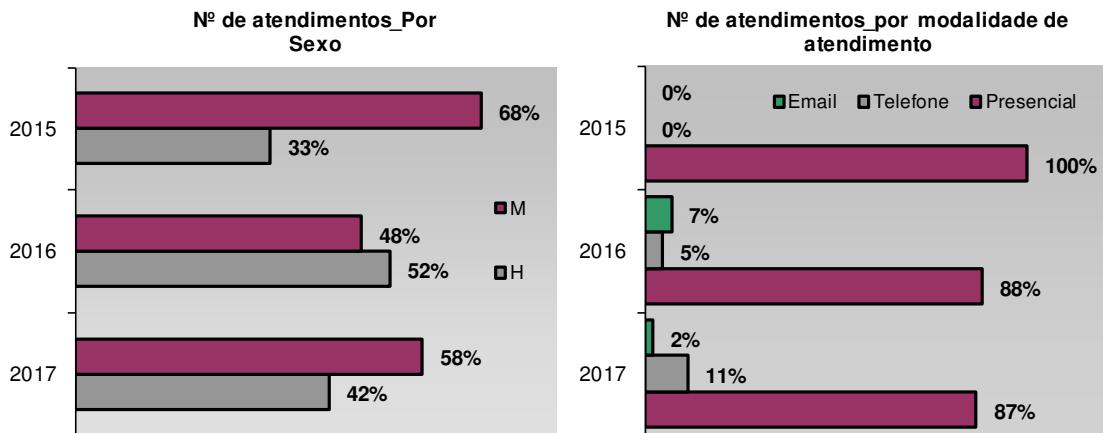
GIAC - GABINETE DE INFORMAÇÃO AUTARQUICA AO CONSUMIDOR

⁶ O total dos registos inclui as cópias efetuadas na aplicação SGD

No âmbito do Gabinete de Informação Autárquica ao Consumidor, apresentam-se de seguida, os quadros e respetivos gráficos de apoio, para o período de 3 anos (2015/2017), relativos ao número de municíipes atendidos e processos mediados.

Total de Atendimentos	2017	2016	2015
Por sexo:			
H	19	22	13
M	26	20	27
T	45	42	40
Por modalidade de atendimento:			
Presencial	39	37	40
Telefone	5	2	0
Email	1	3	0
T	45	42	40
Por faixa etária:			
18/25	7	3	3
26/45	15	7	14
46/65	20	13	16
+ 65	3	19	7
T	45	42	40
N.º Pedidos de Informação	44	38	33
N.º Total de Processos Mediados iniciados no ano	1	4	7
Situação do Pedido/ Processo:			
Encerrado com sucesso	1	4	6
Encerrado	0	0	0
Encerrado sem sucesso	0	0	0
Em curso	0	0	1

Graficamente:



Analizando o quadro e os gráficos anteriores, observa-se o seguinte:

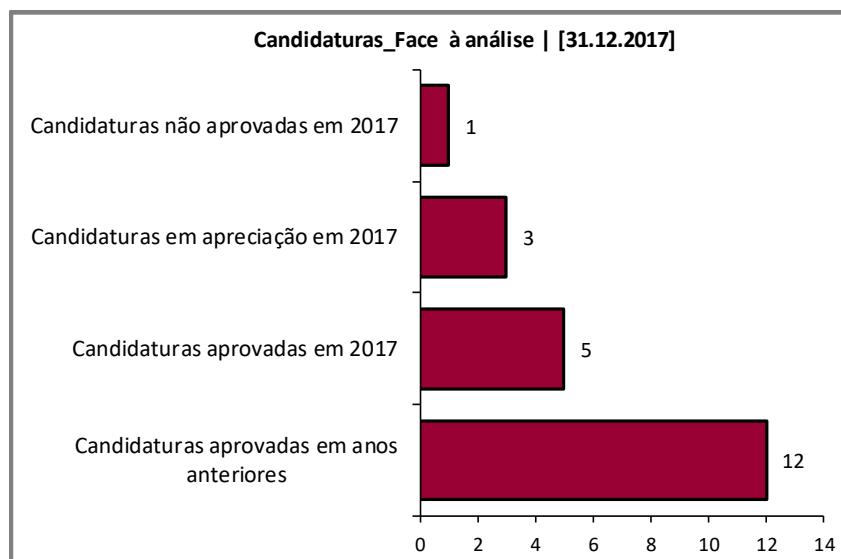
- No ano 2017, o número de atendimentos aumentou ligeiramente face ao ano anterior;
- Neste último ano, os utentes são maioritariamente do sexo masculino, com mais de 46/65 anos;
- O atendimento é realizado normalmente de forma presencial;

- Do número de atendimentos efetuados, 98% referem-se a pedidos de informação, que são respondidos no imediato e 2% reportam-se a processos de mediação.
- O único processo de mediação, ocorrido em 2017, foi encerrado com sucesso, ou seja, favoravelmente ao consumidor.

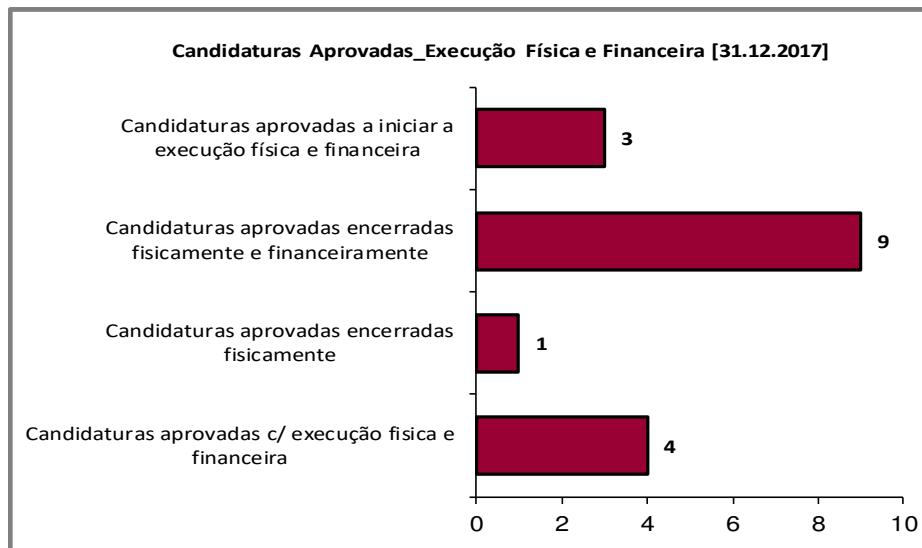
ESTUDOS E PROJETOS FINANCEIROS

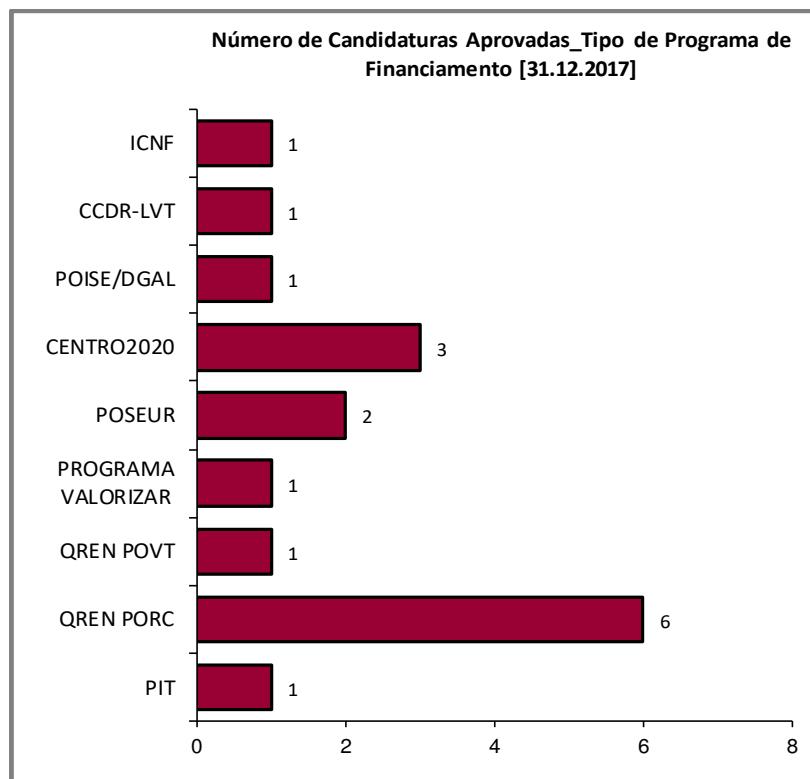
A descrição adiante apresentada refere-se à elaboração e gestão de candidaturas apresentadas pelo Município de Ourém a fundos comunitários e/ou nacionais. Os dados apresentados reportam-se ao número de candidaturas ativas durante o ano de 2017.

A 31 de dezembro de 2017, o município detinha no total 21 candidaturas ativas, das quais 12 foram deferidas em anos anteriores e 5 aprovadas em 2017, sendo que, o conjunto das candidaturas aprovadas em 2017 inclui a aprovação de 2 candidaturas condicionadas à disponibilidade de verba.



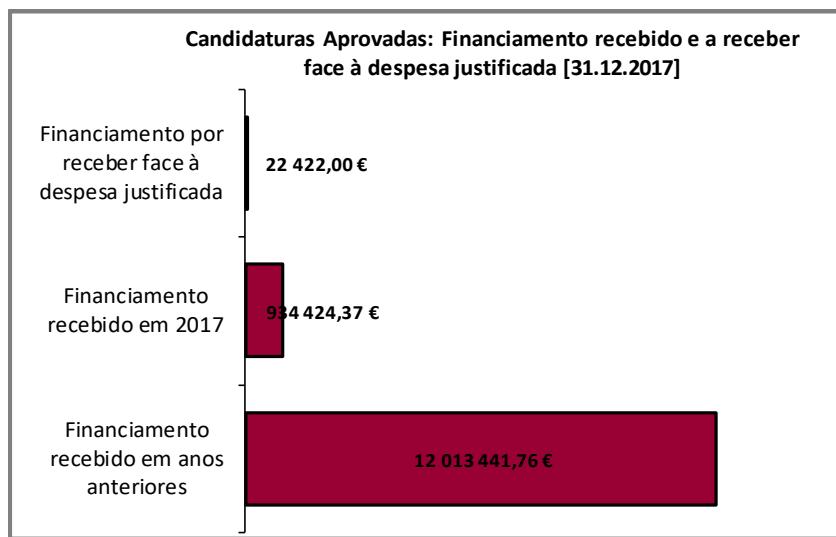
Das 21 candidaturas aprovadas e ativas, à data de 31 de dezembro de 2017, a situação relativa à execução física e financeira das mesmas, encontra-se exposta no quadro que se apresenta.





De acordo com o gráfico apresentado na página anterior, verifica-se que das 17 candidaturas, destacam-se o PORC (Programa Operacional da Região Centro) ainda com 6 candidaturas a aguardar o encerramento definitivo.

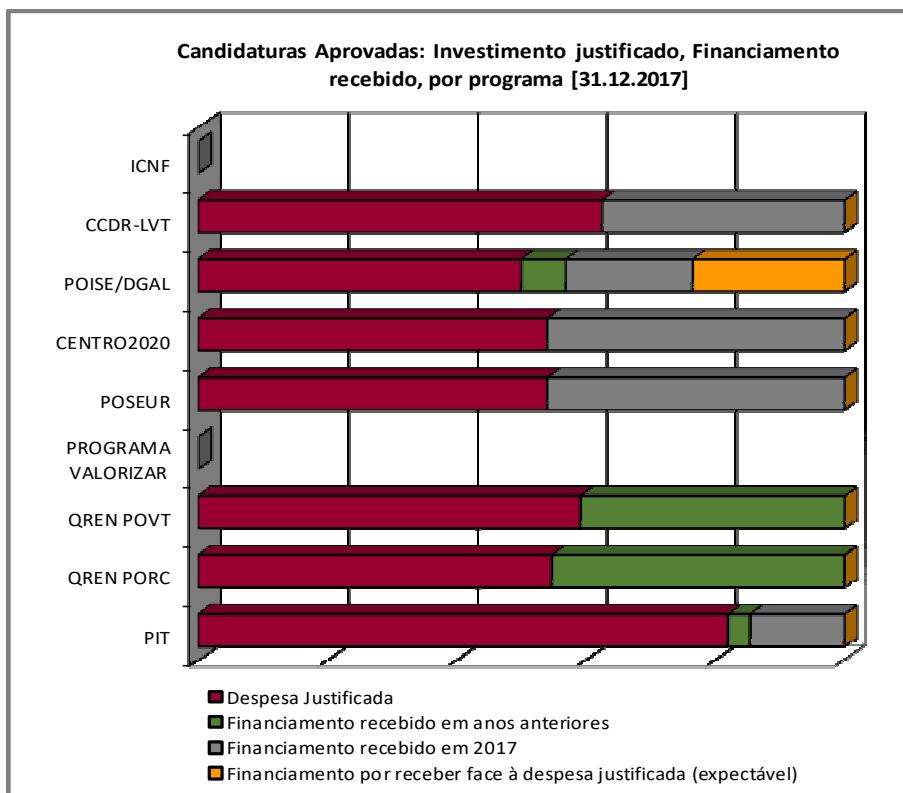
Importa salientar, que no atual quadro comunitário, nomeadamente no Programa Operacional da Região Centro, vulgarmente designado por CENTRO2020, as citadas candidaturas incluídas no mesmo, encontram-se abrangidas, quer por um PARU - Programa de Ação de Regeneração Urbana, quer através da ITI – Investimento Territorial Integrado subjacente no pacto celebrado entre os Municípios, Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, ambos aprovados, cujos projetos estão a ser individualmente submetidos através de candidatura.



Conforme o gráfico acima apresentado, constata-se o seguinte:

- 71,74% de financiamento recebido em anos anteriores face à despesa justificada;
- 5,80% de financiamento recebido em 2017 face à despesa justificada;
- 0,14% de financiamento por receber face à despesa justificada.

Analizando a situação referida anteriormente, apresenta-se no gráfico seguinte, a relação do volume de financiamento recebido/a receber por cada programa de financiamento face à despesa justificada.



De seguida apresenta-se o mapa resumo das candidaturas ativas durante o ano 2017.

Ano de Apres	Ano de Decisão	Ano Enc	Programa	N.º Processo	N.º Projecto	Designação do projecto	Entidade promotora	Situção em sede análise	Despesa Justificada	Financiamento atribuído					Financiamento por Receber da despesa justificada (expectável)	Situação em termos de Execução	OBS
										À despesa justificada	Mecanismo Pop up (95%) / Adiantamento	Compart. Recebida em anos anteriores	2017	Total Recebido			
2008	2008	2017	QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1ºCEB e Pré-Escolar	07/08/PORC/525	ID 726	Centro Escolar de Ourém (Caridade)	CCDRC	Deferida	1751988,77 €	1489 190,45 €	- €	1489 190,45 €		1489 190,45 €	0,00 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	
2008	2008	2017	QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1ºCEB e Pré-Escolar	08/08/PORC/525	ID 734	Centro Escolar Beato Nuno	CCDRC	Deferida	1809 644,08 €	1538 197,47 €	- €	1472 888,75 €	65 308,72 €	1538 197,47 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	
2008	2008		QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1ºCEB e Pré-Escolar	10/08/PORC/748	ID 744	Centro Escolar Nossa Senhora das Misericórdias	CCDRC	Deferida	1927 783,84 €	1638 616,26 €		1691444,31 €	- 52 826,03 €	1638 616,28 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	
2008	2009	2017	QREN - POVT - Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	11/08/POVT/525	POVT-09-9999-feder-000011	Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria	DGOTDU/POVT	Deferida	1104 49197 €	773 144,38 €	10 288,92 €	762 855,48 €		773 144,40 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	
2009	2010	2017	PIT - Programa de Intervenção no Turismo	19/09/PIT/525	077/PIT-4/03	Gestão da Mobilidade da Cova da Iria	Turismo de Portugal	Deferida	615 922,5 €	215 919,29 €	75 226,37 €	25 529,11 €	110 092,65 €	210 848,13 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	
2009	2009		QREN - PORC - Regulamento Específico "Mobilidade Territorial"	20/09/PORC/525	ID 182	Beneficiação da EN 10-1	CCDRC/CIMT	Deferida	619 954,38 €	526 961,22 €	40 634,13 €	564 099,30 €		604 733,43 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	
2010	2011		QREN - PORC - Regulamento Específico Parcerias para a Regeneração Urbana	03/10/PORC/525	ID 2647	Requalificação da Av. D. José Alves Correia da Silva - PARTE B	CCDRC	Deferida	5 637 759,46 €	4 792 095,54 €	277 374,93 €	4 514 720,61 €		4 792 095,54 €	0,00 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	
2010	2011	2017	QREN - PORC - Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar do 1ºCEB e Pré-Escolar	07/10/PORC/525	ID 3429	Centro Escolar de Olival	CCDRC	Deferida	1273 650,28 €	1082 602,74 €	59 397,79 €	1023 204,95 €		1082 602,74 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	
2015	2016		PEPAL - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local	02/2015/POISE/748	POISE-02-3220-FSE-0001/1	PEPAL V	DGAL/POISE	Deferida	47 729,40 €			6 586,66 €	18 720,75 €	25 307,41 €	22 421,99 €	A encerrar	
2016	2016		Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)	01/2016/POSEUR/748	POSEUR-03-2012-FC-000490	Redes de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Espite, Matas e Cercal	POSEUR	Deferida	4 060,88 €	3 451,75 €	- €	- €	3 451,75 €	3 451,75 €	- €	Em execução	
2016	2016		Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)	02/2016/POSEUR/748	POSEUR-03-2012-FC-000550	Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Fátima – Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga	POSEUR	Deferida	18 35,74 €	16 418,38 €		- €	16 418,38 €	16 418,38 €	- €	Em execução	
2016	2016		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Património Cultural	03/2016/CENTRO2020/748	03/2016/CENTRO2020/748	Reabilitação do Castelo e do Paço do Conde	CENTRO 2020	Deferida	4 303,06 €	3 657,60 €		- €	3 657,60 €	3 657,60 €	0,00 €	Em execução	
2016	2017	2017	Contrato-Programa - Decreto-Lei nº384/87 de 24 de dezembro	04/2016/CCDRLVT/748	CP-Ourém-001/2017	Beneficiação de Infra-estruturas urbanas em Fátima - Preparação do Centenário das Aparições	CCDRLVT	Deferida	1282 667,58 €	769 600,55 €		- €	769 600,55 €	769 600,55 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	

Ano de Apres	Ano de Decisão	Ano Enc	Programa	N.º Processo	N.º Projeto	Designação do projecto	Entidade promotora	Situuação em sede análise	Despesa Justificada	Financiamento atribuído		Compart. Recebida em anos anteriores	2017	Total Recebido	Financiamento por Receber da despesa justificada (expectável)	Situação em termos de Execução	OBS	
										À despesa justificada	Mecanismo Pop up (95%) / Adiantamento							
2017	2017		Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEDUPARU	01/2017/CENTRO2020/748	CENTRO-09-2316-FEDER-000041	Reabilitação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira	CENTRO 2020	Deferida	- €			- €		- €		Em execução		
2017	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - P1: Infraestruturas educativas para o ensino escolar	02/2017/CENTRO2020/748	CENTRO-03-5673-FEDER-000087	Centro Escolar de Carvoeira	CENTRO 2020	Deferida	- €			- €		- €		Por iniciar		
2017	2017		Despacho n.º2434-B/2017 de 21/03, DL n.º8/2017 de 09/01	03/2017/ICNF/748		Equipa de Sapadores Florestais de Ourém	ICNF	Admitida, mas sem verba										
2017			Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio: Turismo Acessível	04/2017/TP/748	P042017	Ourém-Fátima: Destinos Turísticos Acessíveis	Turismo de Portugal	Em apreciação						- €		Por iniciar		
2017	2017		Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)	05/2017/POSEUR/748	POSEUR-02-2017-26	Redes de Drenagem de Águas Residuais na União das Freguesias de Freixilão, Ribeira do Fârio e Formigais e na União das Freguesias de Rio de Coursos e Casal dos Bernardos.	POSEUR	Indeferida										
2017			Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEDUPARU	06/2017/CENTRO2020/748	CENTRO-09-2316-FEDER-000074	Reabilitação do Cineteatro Municipal	CENTRO 2020	Em apreciação								Por iniciar		
2017			Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEDUPARU	07/2017/CENTRO2020/748	CENTRO-09-2316-FEDER-000075	Reabilitação do Castelo e do Paço do Conde para Espaços Museológicos	CENTRO 2020	Em apreciação								Por iniciar		
2017			Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio: WiFi	08/2017/TP/748	P084717	Fátima: Disponibilização de Rede Wi-Fi	Turismo de Portugal	Em apreciação								Por iniciar		
			TOTAL						16 100 261,69 €	12 849 855,63 €	462 922,14 €	11 550 519,62 €	934 424,37 €	12 947 866,13 €	22 422,00 €			

LEGENDA:
 Deferida
 Indeferida
 Em apreciação
 Anulada

2.3.3 – Divisão de Ambiente e Sustentabilidade

A Divisão de Ambiente e Sustentabilidade tem como missão garantir o equilíbrio entre a salvaguarda dos valores ambientais e a existência de atividades humanas com impacte no ambiente ou na qualidade de vida das pessoas, através da promoção de medidas de proteção e planeamento, de gestão e tratamento, bem como de fiscalização, de modo a que toda a fauna, flora e vida humana possam viver, crescer e morrer num ambiente saudável e harmonioso e de forma sustentável.

Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana (Ambiente e Engenharia)

A Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana tem a missão de promover uma excelente qualidade de vida à população do Município de Ourém, utilizando e fomentando a utilização das melhores tecnologias disponíveis em termos de engenharia, no que diz respeito à minimização de impactes relacionados com as áreas de ruído, ar, gestão de resíduos e limpeza urbana, bem como os serviços de água e saneamento, controlando a qualidade do serviço prestado pelos parceiros privados e a conformidade com a lei pelos diversos agentes económicos que operam no Concelho.

A política de gestão de resíduos e limpeza urbana no concelho de Ourém tem como principais objetivos:

- Promover e dotar a população de soluções variadas para a triagem, depósito e tratamento de resíduos, prevenindo situações de depósito irregular que danifiquem a paisagem natural, que acarretem custos desnecessários ou que sejam focos de poluição lesivas para o ambiente em geral;
- Garantir a limpeza dos arruamentos, passeios e jardins, acautelando a higiene e saúde pública, de modo a transmitir imagem de asseio na área do município;
- Garantir o cumprimento de toda a legislação aplicável;

No concelho de Ourém a gestão de resíduos sólidos urbanos é assegurada por três empresas que são parceiras do município nesta matéria, nomeadamente:

- ✓ A SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A que, através de um contrato de prestação de serviços celebrado em 1995 e renegociado em 2011, com clara melhoria dos serviços, é responsável pela recolha e transporte até à estação de transferência da Gondemaria (ETG) de resíduos sólidos urbanos e pela limpeza urbana;
- ✓ A VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., criada a 6 de agosto de 1996, pelo Decreto-Lei 116/96, é uma empresa participada pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, sendo responsável pelo transporte em alta e tratamento de resíduos sólidos urbanos e por todo o sistema que envolve os resíduos sólidos urbanos recicláveis;
- ✓ A Ourémviva E.E.M responsável para recolha de monos.

Para além dos RU indiferenciados, dos RU recicláveis e dos monos, da competência do Município de Ourém, existem outros fluxos de resíduos, do mercado privado, que o Município acompanha, nomeadamente, os resíduos de construção e demolição (RCD's), os resíduos de medicamentos e suas embalagens, os resíduos de óleos usados, os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), entre outros, garantindo que os mesmos têm um destino adequado.

Análise de Processos de Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana

No ano de 2017 deram entrada 67 processos na base de dados, de pedidos relacionados com a gestão de resíduos e limpeza urbana. No quadro seguinte é possível verificar a quantidade por tipo de processos nos últimos sete anos.

Tabela: Processos por tipo e anos

Nº de Processos - Tipo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Contentores para a via pública	30	54	19	24	16	29	28
Ilha ecológica	1	3	1	1	0	0	0

Festas/Eventos	6	8	4	3	3	10	6
Ecopontos	11	9	2	8	6	3	6
Contentores adicionais	42	14	13	9	18	14	13
Limpeza Urbana	33	14	6	3	2	0	3
Ecocentro de Fátima	---	---	---	---	---	22	11
Total	127	107	45	48	45	78	67

Dos processos existentes destacam-se os pedidos de contentores do sistema público, os pedidos de contentores adicionais e, pela primeira vez, os pedidos de autorização de descarga no ecocentro de Fátima.

Em relação aos processos registados, nos últimos três anos, à exceção do ecocentro de Fátima, verificou-se uma estabilização no número de processos e uma diminuição significativa, relativamente aos anos anteriores, devido essencialmente à diminuição do pedido de contentores adicionais e assuntos relacionados com a limpeza urbana, o que denota a melhoria dos serviços prestados pelas entidades, fruto de um melhor acompanhamento desses serviços.

Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos

As quantidades de RU recolhidos colocados na ETG, entre janeiro e dezembro, foram as que constam do quadro que se apresenta na página seguinte:

Tabela: Quantidade de RU depositado na ETG em 2017

Meses	Dif. ETG. 2016	Total Depósito 2017					Total (ETG)
		SUMA	Santuário	Ourémviva	CMO		
janeiro	-18,94	996,28	10,26	1,02	2,5	1010,06	
fevereiro	7,11	983,46	9,08	1,8	3,38	997,72	
março	47,94	1096,62	14,26	0,740	3,64	1115,26	
abril	56,3	1117,54	23,04	0,46	0	1141,04	
maio	174,2	1322,28	66,7	1,12	0	1390,10	
junho	77,02	1190,36	38,66	0,6	1	1230,62	
julho	148,4	1312,38	40,72	1,24	1,84	1356,18	
agosto	90,56	1583,12	57,56	3	1,1	1644,78	
setembro	60,5	1222,36	36,88	1,82	1,72	1262,78	
outubro	96,12	1208,46	33,66	1,18	3,98	1247,28	
novembro	62,34	1067,18	14,46	3,5	3,6	1088,74	
dezembro	58,2	1099,64	13,34	1,8	1,5	1116,28	
Total	859,75	14 199,68	358,62	18,28	24,26	14.600,84	

Durante o ano de 2017, a quantidade de RU depositada na ETG aumentou 859,76 ton relativamente ao ano de 2016. No que diz respeito ao total de resíduos recolhidos pela SUMA verificou-se um aumento de 779,57 ton em relação ao ano anterior, aumento também registado pelo Santuário de Fátima de 69,38 ton, aumento de depósito também proveniente do ecocentro e da Ourémviva. Os últimos dois anos verificou-se um aumento na produção total de resíduos urbanos, que vem contrariar a tendência de diminuição registada nos anos anteriores, tal como se pode visualizar no gráfico seguinte.

A produção de RU indiferenciados, evoluiu a um ritmo considerável desde o início da prestação do serviço de recolha por parte da SUMA, no entanto, a partir de 2007 tem-se verificado a alteração dessa tendência, com uma diminuição progressiva da quantidade recolhida, que se alterou em 2014 (2013-2014 - +4,19%; 2014-2015 - +0,43%; 2016 + 1,46%; 2017+8,08%).

Neste último ano o aumento registado é bastante considerável, cerca de 8% o que poderá estar relacionado com o centenário das aparições que causou um aumento na população flutuante, bastante significativo, ao longo de quase todo o ano.

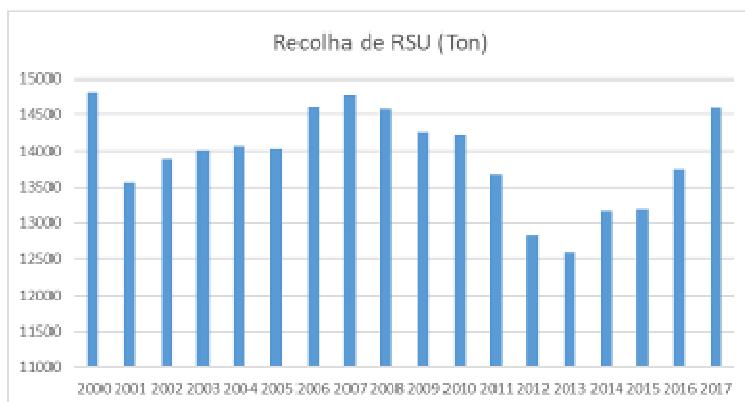


Gráfico: Evolução na Recolha de RU indiferenciados

Controle da Colocação e manutenção de Equipamentos de Deposição de Resíduos Urbanos

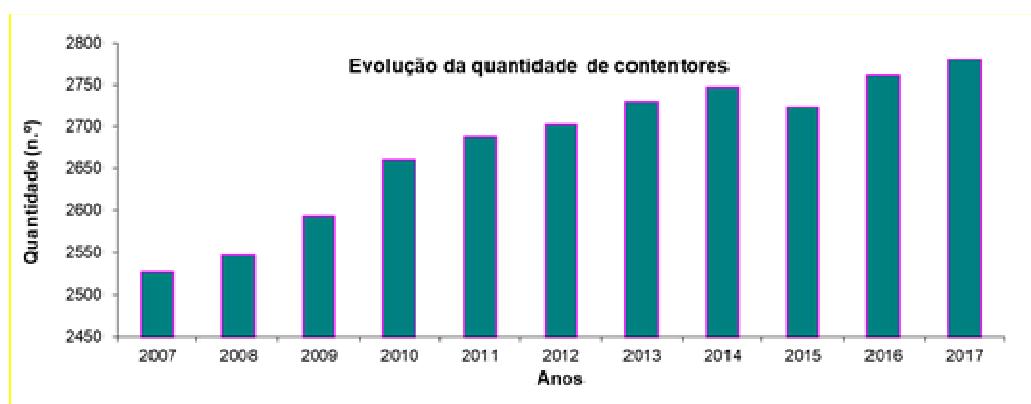
A SUMA é responsável pelo fornecimento de contentores nos locais aprovados pelo Vice-presidente, por subdelegação de competências. O fornecimento de contentores é efetuado na sequência da aprovação dos pedidos efetuados, pelos municípios e pelas Freguesias ao Município e das constatações efetuadas pelos serviços.

Nas tabelas seguintes é possível verificar as quantidades e tipo de contentores disponíveis no sistema público em 2017 e a evolução ao longo dos anos.

Tabela: Evolução do N.º de Contentores por Anos

Anos	Quantidade e Tipologia dos Contentores							
	1000 L	800 L	600 L	500 L	240 L	110 L	3000 L	TOTAL
2007	827	1066	116	123	13	382	23	2527
2008	685	1307	164	95	17	252	27	2547
2009	648	1382	164	104	26	235	32	2593
2010	676	1441	159	105	24	220	35	2660
2011	676	1467	159	107	24	221	35	2689
2012	674	1483	159	105	24	221	37	2703
2013	674	1495	159	105	25	221	51	2730
2014	674	1512	159	105	26	221	51	2748
2015	634	1622	299	3	27	109	49	2743
2016	636	1635	300	3	29	109	49	2761
2017	637	1652	300	3	29	109	51	2782

Em 2017 entraram em funcionamento na rede 19 contentores no sistema público, tendo-se substituído 118 por se encontrarem danificados e ainda colocados em situação de reforço 22 contentores. Complementarmente, entraram em funcionamento a ilha junto ao Aldi e ao Mc Donald's, em Fátima.



Lavagem de Contentores Superficiais – SUMA

No contrato está estabelecido que as lavagens dos contentores devem ser efetuadas com uma periodicidade quinzenal entre maio e outubro, e mensal entre novembro e abril. Considerando uma média de cerca de 2750 contentores de RU, é necessário lavar cerca de 5500 contentores por mês, entre maio e outubro e 2750 contentores por mês, entre novembro e abril, o que equivale a uma frequência média de lavagem por contentor de 1,5 vezes por mês.

Neste contexto, verifica-se que na época alta não está a ser cumprido o estipulado no caderno de encargos e na época baixa o número de contentores lavados é superior ao previsto. A diferença entre a quantidade de contentores lavados e a lavar, de acordo com o contratualizado aumentou, contrariando a tendência verificada nos últimos 3 anos, passando de -8000 em 2014 para -7733 em 2015, para -8882 lavagens em 2016 e -10.011 em 2017 (não considerando os contentores das ilhas ecológicas). Esta diminuição deve-se ao aumento do número de contentores, mas essencialmente à diminuição de contentores lavados nos meses de verão entre junho a outubro.

Limpeza Urbana

O serviço de limpeza urbana contratualizado é efetuado de 2^a feira a 4^a feira, 6^a feira e sábado com início às 06h e à 5^a feira com início às 07h30, abrangendo o núcleo central urbano da Cidade de Ourém e Fátima, incluindo a limpeza dos jardins em Ourém e Fátima, a limpeza do recinto do mercado de Ourém com frequência trissemanal (das 07h às 10h30) e os núcleos das sedes de freguesias não abrangidas por Ourém e Fátima. Ao domingo é efetuado o serviço de limpeza urbana em Fátima, formalizado pela adenda ao contrato, das 07h às 11h, com recurso a dois cantoneiros.

O serviço de piquete (de tarde) é efetuado de 3^{af}Feira a 6^a feira, sábado e domingo com início às 12h, para limpeza das ilhas ecológicas e papeleiras, em Ourém e Fátima. No âmbito da limpeza urbana, na varredura normal, são extraídas algumas ervas.

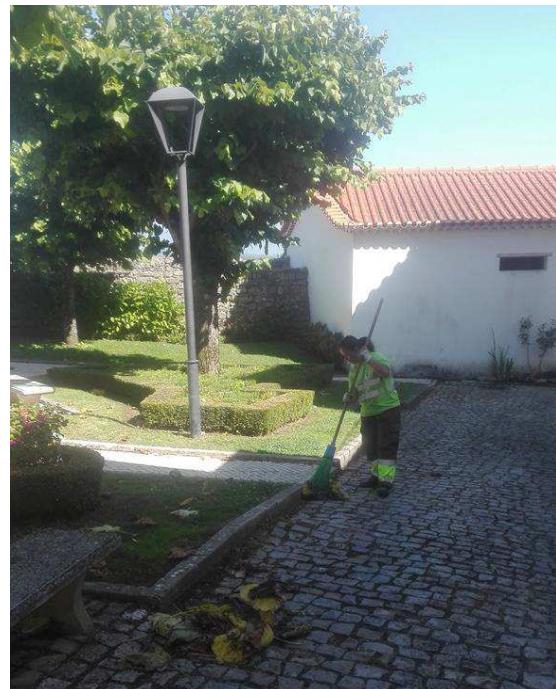
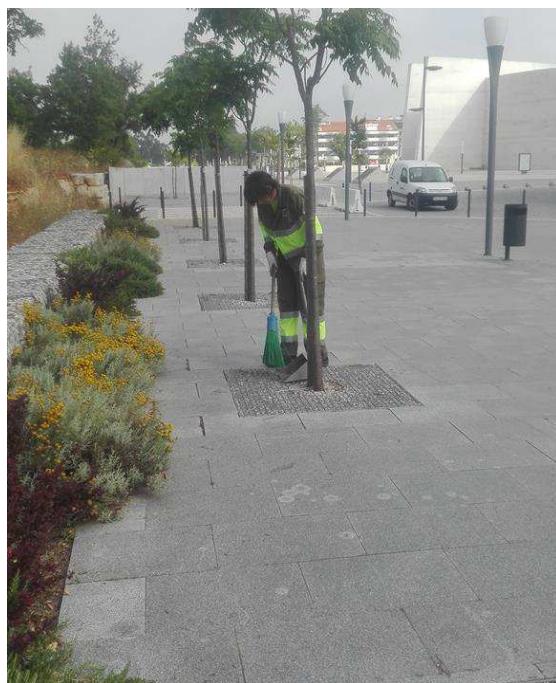


Figura: Limpeza Urbana Usual

Aplicação de Herbicida

O contrato de prestação de serviço prevê a aplicação de herbicida, em março e setembro por dois cantoneiros 24 dias por mês. No entanto verifica-se que tal não foi cumprido, ou seja, na maioria dos cantões o herbicida apenas foi

aplicado uma vez, e o corte de ervas foi praticamente inexistente. Relativamente ao corte de ervas verificou-se a sua execução na zona da Vila Medieval de Ourém e, pontualmente, em algumas ruas, verificando-se um aumento deste serviço relativamente ao ano anterior.

Lavagem Mecânica de Ruas e Praças

No contrato de prestação de serviços (aditamento), está prevista a lavagem semanalmente de maio a outubro (um motorista e camião quatro dias por mês) e, quinzenalmente, de novembro a abril (um motorista e camião dois dias por mês). Neste contexto, podemos verificar que, no período compreendido entre maio a setembro, o número de dias com lavagens pode-se considerar cumprido.

Assim, verificamos que no período compreendido entre maio a setembro foram efetuados 18 dias de lavagem, ficando aquém das 26 previstas no aditamento ao contrato. No período de novembro a abril foi efetuada uma lavagem, estando previstos no contrato 12 dias de lavagens. Podemos então concluir que, mais uma vez, a SUMA não está a cumprir, na íntegra, as lavagens previstas no contrato de prestação de serviços.

Sensibilização Ambiental

A empresa SUMA, S.A. disponibiliza 1% das receitas provenientes do concelho para a realização de ações de sensibilização e educação ambiental, que se traduziu numa verba disponível para o ano letivo 2016/2017, de 19.217,00 euros sendo que, dessa verba, apenas foram gastos 12.526,05 euros em 2017. Ao longo do ano 2017 decorreram algumas campanhas de sensibilização, previstas no Plano Estratégico de Intervenção, sendo que duas delas foram dirigidas à população escolar e outras duas ao público em geral.

Figura: Campanhas de Sensibilização (fotos)



Controlo de Atividade da Valorlis – Concessão do Serviço Recolha e Transporte de Resíduos Recicláveis

EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SELETIVOS – RECOLHA SELETIVA

No ano de 2017 destaca-se a entrada em funcionamento de ilhas ecológica junto ao McDonald's e ao Aldi, em Fátima. Ambas as ilhas foram suportadas pelos promotores dos empreendimentos. De salientar ainda a colocação de um ecoponto no Bairro junto ao Jardim Infantil.

Tabela: Evolução do n.º de Equipamentos de Recolha Seletiva

Anos	Ecopontos	Ilhas Ecológicas (recicláveis)	Outros Equipamentos			TOTAL
			Papelão	Vidrão	Embalão	
2007	86	21	4	26	2	139
2008	87	24	4	29	2	146
2009	103	31	4	36	3	177
2010	105	33	1	39	3	181
2011	108	34	1	44	3	190
2012	109	36	1	45	4	195
2013	110	47	1	45	4	207
2014	105	47	1	39	4	196
2015	112	47	1	38	3	201
2016	114	49	1	40	3	207
2017	115	51	1	40	3	210

Acompanhamento dos Utilizadores de Recolha Consignada

O sistema de recolha consignada do município consiste na recolha porta-a-porta dos resíduos urbanos dos produtores especiais, aqueles que têm uma produção cuja deposição não deve ser feita na via pública, nos termos do Regulamento, sendo estes utilizadores acompanhados, de forma mais controlada, por parte dos serviços municipais. O ponto de situação está descrito no capítulo da Gestão de Utilizadores.

Recolha de Monos – OurémViva

Desde o ano de 2003 que a recolha de monos é feita pela empresa municipal, agora designada por OurémViva, E.E.M., após solicitação do utente detentor

do resíduo, sendo posteriormente depositado na ETG, para valorização na Valorlis e sendo cobrado ao município os encargos com o mesmo.

De modo a otimizar o serviço, iniciou-se o estudo da otimização deste tipo de recolha, com a possibilidade de os mesmos serem recolhidos pela empresa SUMA, no âmbito do contrato de prestação de serviços, sem mais encargos, com a mais valia de ser possível efetuar campanhas de sensibilização para esta temática, pela empresa, sem custos para a autarquia, dinamizando-se assim o serviço.

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução das quantidades recolhidas ao longo dos últimos anos, sendo que o decréscimo verificado em 2015 e 2016 poderá estar relacionado com a entrada em funcionamento do ecocentro de Fátima, verificando-se uma ligeira subida no ano de 2017.

Tabela: Quantidade de Monos recolhidos

Ano	Quantidades Recolhidas (ton)	Ano	Quantidades Recolhidas (ton)
2008	30,00	2013	20,26
2009	34,10	2014	15,36
2010	38,02	2015	13,58
2011	25,88	2016	13,40
2012	19,48	2017	18,28

Acompanhamento da Entrega de RU do Santuário de Fátima

O Município de Ourém através de protocolo de cooperação, assinado em abril de 2014, autoriza o Santuário de Fátima à entrega dos seus resíduos na ETG. Esta iniciativa e estratégia de cooperação surgem no âmbito do acordo previsto no artigo 12.º, do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Ourém, tendo em consideração os pressupostos estabelecidos no DL n.º 178/2006, de 5/10, alterado e republicado pelo DL n.º 73/2011, de 17/06. Assim sendo, as quantidades de RSU's provenientes do Santuário de Fátima são mensalmente somadas e, posteriormente, é solicitado o reembolso da verba paga à Valorlis.

Acompanhamento da Entrega de RU do Santuário de Fátima

Tabela: Quantidade e Valores (euros)

Ano	Quantidade (ton)	Custo suportado pela CMO com IVA (€)
2006	298,19	8.538,22
2007	455,98	15.402,32
2008	433,80	15.031,17
2009	405,70	14.270,50
2010	388,74	13.950,69
2011	364,74	13.899,15
2012	353,26	13.517,80
2013	357,46	13.845,28
2014	327,52	12.692,58
2015	288,48	10.763,83
2016	289,24	11.298,00
2017	358,62	13.390,37

A quantidade de resíduos recolhidos no concelho de Ourém aumentou nos três últimos anos. Tal tendência não se verificou com a recolha de resíduos do Santuário de Fátima, que decresceu significativamente em 2015 tendo-se mantido em 2016. No entanto, aumentou substancialmente em 2017, presumivelmente devido ao Centenário das Aparições de Nossa Senhora de Fátima.

Acompanhamento da Recolha Seletiva de Óleos Alimentares Usados

No ano de 2009 foram colocados quatro Oleões no Concelho de Ourém, dois na cidade de Ourém e dois na cidade de Fátima, na via pública, ao abrigo de um protocolo celebrado com a empresa Oleotorres, aprovado em reunião de Câmara de 20/04/2009.

Contudo, cedo se verificou que os equipamentos eram mal utilizados, sendo depositados todo o tipo de resíduos e ocorrendo derrame de óleo no chão, colocando em causa, o asseio e a limpeza pública. A empresa Oleotorres

quando era chamada para resolver os problemas não denotava a melhor colaboração.

Por estes motivos, no final de 2011, os equipamentos foram retirados da via pública, com o objetivo de serem cedidos às escolas inscritas no programa Eco-Escolas, através de um protocolo a celebrar entre escolas, o município e empresa Bioeste. A Bioeste foi a empresa que apresentou as melhores contrapartidas, já que após um ano de recolha por cada 1000L recolhidos, a empresa entrega à escola 150 euros para atividades escolares.

No ano de 2012 foi elaborado protocolo de cedência de Oleão para uso da população em geral no Centro Comunitário de Voluntariado.

Deste modo a autarquia contribui com equipamentos de recolha em seis pontos do concelho designadamente:

Tabela: Pontos de Recolha de Óleos

Pontos de recolha	Localização	Utilizadores
Escola Profissional de Ourém (EPO)	Ourém	Comunidade escolar
Escola Básica e Secundária de Ourém (EBSO)	Ourém	Comunidade escolar
Colégio do Sagrado Coração de Maria	Fátima	Comunidade escolar
Escola de Hotelaria de Fátima (EHF)	Fátima	Comunidade escolar
Centro Comunitário de Voluntariado	Ourém	População em geral

Tabela: Entrega de óleos alimentares usados por anos

Data	Quantidade (L)	Nome
2013	285	Vários estabelecimentos
2014	586	Vários estabelecimentos
2015	275	Colégio Sagrado Coração de Maria
2016	359	Colégio Sagrado Coração de Maria
2017	310	Colégio Sagrado Coração de Maria
	150	Centro comunitário (CM Ourém)

Gestão do Ecocentro de Fátima

Para contrariar a tendência verificada de diminuição da quantidade de papel, plástico e vidro nos ecopontos e aumento destes nos contentores de resíduos indiferenciados, o Município de Ourém em parceria com a Valorlis SA, a 5 de junho de 2015, inauguraram o ecocentro de Fátima que se tem traduzido numa mais valia para a colocação de materiais recicláveis, principalmente por parte dos grandes produtores, designadamente o do setor Horeca.

O Ecocentro de Fátima visa satisfazer as necessidades em termos de deposição de resíduos em grandes quantidades e/ou de grandes dimensões na parte sul do concelho, pretendendo também fazer face às imposições legais relativas aos fluxos especiais de resíduos, designadamente, resíduos de construção e demolição, monos, óleos alimentares usados, e às elevadas quantidades de resíduos recicláveis produzidas. Este ecocentro vem assim incrementar os pontos disponibilizados gratuitamente à população em geral, para a deposição de resíduos, bem como às atividades económicas.

No ecocentro de Fátima para além da fileira de papel/cartão e embalagens existem muitas outras fileiras de resíduos. Traduzindo-se numa mais valia para a colocação de materiais recicláveis que, pela sua dimensão e/ou quantidade, não podem ser colocados nos equipamentos existentes na via pública (ecopontos e ilhas ecológicas).

Atualmente, o Ecocentro de Fátima funciona entre as 9h e as 17 h, de segunda a sábado, encontrando-se, neste momento, registadas cerca de 27 empresas que o utilizam com alguma regularidade, bem como particulares que procedem à descarga dos resíduos sem prévia autorização.

Em seguida apresenta-se o resumo das quantidades de resíduos entregues no ecocentro por fileira, desde a sua entrada em funcionamento, a 15 de junho de 2015.

Tabela: Quantidades de resíduos entregues no ecocentro (desde junho 2015)

Fileiras	2015	2016	2017	Unidade	Operador	Destino
RCD's*	8	32		m3 Ton	Desarfate, Ida	Valorização
Verdes*	30 (m3)	50,16	39,96		Terrarito – Terraplanagens Lda	Valorização
Madeiras	8,44	0	0		Valorlis, SA	Valorização
Plásticos	6,44	8,08	7,54		Valorlis, SA	Valorização
Papel	12,8	35,74	29,6		Valorlis, SA	Valorização
Monos	9,44	19,78	27,80		Valorlis, SA	Aterro sanitário
Vidro	1,2	4,64	5,2		Terrarito – Terraplanagens Lda	Valorização
REEE	2	17,44	3,18		Valorlis, SA	Valorização
Sucata	0	6,1	6,3		Valorlis, SA	Valorização
Roupas	1,264	2,3	1,85		Sarah Trading	Valorização
Total RU (ton) gratuito	39,584	94,08	81,47			

* Resíduos que representam encargos

As fileiras dos RCD's e Verdes não são encaminhados para a Valorlis, tem como destino operadores licenciados, sendo que a sua entrega para valorização acarreta custos para o município que carecem de ser colmatados com a criação de uma taxa de deposição, principalmente quando estes são entregues por empresas, como é a maior parte dos casos.

Acompanhamento dos Equipamentos de Deposição de Grandes Dimensões

Encontram-se disponíveis no concelho de Ourém contentores de grandes dimensões para a recolha de papel e plástico. Os equipamentos localizam-se em locais geograficamente estratégicos para aumentar e facilitar a deposição, por parte dos grandes produtores, deste tipo de resíduos. A deposição nestes equipamentos aumenta a quantidade de papel/cartão, embalagens plásticas

recicladas e diminui a sua colocação nos contentores de resíduos indiferenciados. Os equipamentos estão disponíveis para a população em geral, sendo utilizados principalmente por grandes produtores de papel, cartão e plásticos (estabelecimentos comerciais, industriais e de restauração):

- Na Estação de Transferência da Gondemaria
- No Estaleiro Municipal;
- Estaleiro de Cascalheira do Grilo (até junho de 2015);
- No ecocentro de Fátima (a partir de junho de 2015).

Tabela: Quantidade de Recicláveis Recolhidos (ton)

Origem	2011		2012		2013	2014	2015	2016	2017
	Papel	Plásticos			Papel/Plásticos				
Estaleiro CMO	10	0	12	10,32	9,00	3,74	1,90	2	
ETG Ourém	8,68	1,66	4,98	3,00	4,00	3,40	8,26	7	
CRIF/Cascalheira	56,26	16,02	26,30	26,94	16,00	12,64	---		
Ecocentro de Fátima						14,06	42,54	34	
Total	74,62	17,68	42,92	40,26	29,00	33,84	52,70	43	

Ruído e Ar (Ambiente e Engenharia)

Ruído

Tabela: Processos de Ruído

N.º	Fontes de Incomodidade	Morada	Ponto de situação
Processo de 2017			
1	Ruído Coluna de Exaustão de fumos – Pregaria de Iria	Fátima	Resolvido
2	Pastelaria Califórnia - Ruído	Alburitel	Resolvido
3	Sociedade de Móveis Vilarense	Vilar dos Prazeres	Em avaliação

4	Taberna do Baco - Petisqueira	Estrada de Minde - Fátima	Advertido o estabelecimento para cumprimento do horário
Processos anteriores			
1	Nakas Bar	Fátima	----
2	Praça Viva, estabelecimento de bebidas	Ourém	Aguarda a avaliação do critério de incomodidade junto do recetor sensível (reclamante mudou de residência)
3	Space club – Estabelecimento de bebidas	Fátima	Aguarda avaliação acústica
4	Vigobloco - Urqueira	Urqueira	Para análise – Vistoria Industrial

Relativamente ao ruído, as situações reclamadas são referentes, na sua maioria, às atividades ruidosas permanentes (bares, indústrias), atividades temporárias (obras de construção civil) e equipamentos.

Qualidade do Ar

Em relação à qualidade de ar, em 2017, foi analisada uma reclamação relativa a uma chaminé de uma pastelaria, tendo sido realizada vistoria ao local conjuntamente com os técnicos da CCDR-LVT.

Gestão de Infraestruturas de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais

A Gestão de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, visa cuidar dos serviços municipais de abastecimento público de água e drenagem e tratamento de águas residuais, promovendo a acessibilidade universal dos alojamentos ao ciclo urbano da água, protegendo as infraestruturas existentes, providenciando a sua manutenção ou

beneficiação, procurando resolver os problemas dos utilizadores, salvaguardando o património público municipal e gerindo os bens de modo a reduzir encargos com a sua gestão, indo ao encontro da procura da tarifa reduzida sem quebrar a qualidade do serviço.

Sistema de Água

Na área do Município de Ourém, o abastecimento de água está concessionado à empresa CGE(P) (atualmente, Be Water, S.A.) desde 1996. Em 2005, verificou-se um aditamento ao contrato inicial, o qual prorrogou por mais 5 anos o período da concessão, transferindo-se simultaneamente para a concessionária responsabilidades em matéria de investimento, num montante total de 15 milhões de euros, atualizáveis, anualmente, em janeiro de cada ano, com base na variação do IPC. Complementarmente, caso se verifique que a concessionária realizou, num determinado ano, Investimento Produtivo, esta deverá ainda assumir a responsabilidade de um investimento adicional de 3% do referido Investimento Produtivo, em acréscimo à atualização ordinária baseada no IPC. Para além da remodelação de infraestruturas, o Plano de Investimentos previa uma pequena verba para ser despendida em ampliações de redes de água, no valor de 245 mil euros. Este aditamento ao contrato veio responsabilizar a concessionária pela realização de obras de remodelação dos sistemas de abastecimento de água do concelho de Ourém, através de um Plano de Investimentos, onde está discriminado o montante de investimentos a realizar pela concessionária e o respetivo calendário. Será de referir que o atual contrato de concessão vigora até 2027.

Na sequência da audiência do dia 27 de outubro de 2015 do Tribunal Arbitral, constituído para a resolução do conflito existente entre o Município de Ourém e a Be Water, foi proferida a decisão arbitral que tem valor de sentença e que considera o seguinte acordo entre as partes:

1. Alteração dos Anexos E1, H1, e L do Contrato de Concessão, de acordo com as novas redações;
2. O tarifário previsto no Anexo H2, a preços constantes de 2012, a atualizar a 2015, passar a vigorar em 01/12/2015;

3. A empresa concessionária comprometer-se a suportar, relativamente ao tarifário social e de famílias numerosas, um valor máximo total de 120 mil euros por ano, sendo o restante suportado pelo MO;
4. A empresa concessionária comprometer-se a pagar anualmente ao MO uma renda no valor de 50 mil euros, valor que vence no dia 31 de dezembro de cada ano que respeita, tendo início em 2016, do qual deverá ser deduzida a importância de 1.500 euros anuais, destinada à realização de ações de sensibilização ambiental;
5. Qualquer financiamento ou subvenção pública de investimento a realizar pela concessionária, designadamente através de fundos comunitários, determina o direito de reequilíbrio económico-financeiro do Contrato, o qual se repercutirá direta e imediatamente no tarifário, na proporção do investimento que a concessionária deixa de suportar.

O novo tarifário seguiu a recomendação tarifária da ERSAR, estando previstas apenas duas tipologias, “Domésticos” e “Não Domésticos”. Para além destas duas tipologias prevê-se um tarifário social e um tarifário para famílias numerosas, destacando-se estas duas realidades do tarifário normal, numa perspetiva do acesso universal ao “Bem Água”. Que ninguém fique sem acesso ao sistema público de abastecimento de água por dificuldade económica.

Projetos de Ampliação e Remodelação da Rede Pública de Água

Em 2017 foram analisados 14 pedidos de ampliação da rede de água, 2 foram arquivados, considerando que já estava garantido o abastecimento de água, 4 deram origem a projetos de ampliação da rede de água e 8 ficaram em análise no serviço de gestão de infraestruturas.

Os projetos realizados traduzem uma extensão de 2.109,00 metros com um investimento base de 152.408,75€. As soluções preconizadas para os projetos são analisadas localmente com a Be Water e com a Proteção Civil, de modo a garantir a satisfação de todos os interessados.

Tabela: Projetos de Ampliação da Rede de Água elaborados em 2017

Ano do Processo	Local	Freguesia	Extensão (m)	Orçamento (€)	Técnicos
2008	Vale Porto	Nª Sr.ª das Misericórdias	122	2.049,27	Ana Bento
2012	Maxieira	Fátima	100	7.388,32	Ana Bento
2014	Bairro	Nª Sr.ª das Misericórdias	105	8.502,82	Ana Bento
2016	Pinheiro	Nª Sr.ª Piedade	77	6.580,26	Ana Bento
2016	Outeiro das Matas	Nª Sr.ª das Misericórdias	80	6.465,16	Ana Bento
2016	Outeiro das Matas	Nª Sr.ª das Misericórdias	37	4.164,42	Ana Bento
2016	Vilar dos Prazeres	Nª Sr.ª das Misericórdias	130	9.164,16	Ana Bento
2016	Póvoa	Freixianda	335	24.916,66	Ana Bento
2016	Granja	Freixianda	68	5.001,96	Ana Bento
2017	Lameira	Fátima	145	9.358,48	Ana Bento
2017	Fontainhas da Serra	Atouguia	570	35.986,64	Ana Bento
2017	Caneiro	Nª Sr.ª das Misericórdias	80	6.370,16	Ana Bento
2017	Fátima	Fátima	260	26.457,44	Ana Bento
Total			2.109	152.408,75	

A Freguesia de Nª Sr.ª das Misericórdias foi a que teve mais pedidos de ligação, analisados em 2017. As respetivas necessidades de ampliação surgem, maioritariamente, na sequência do licenciamento de novas construções, a maioria habitacionais.

Tabela: Obras Realizadas no âmbito do Plano de Investimentos

N.º Projeto SCE	Designação	Extensão (m)	Valor (€) – Orçamento	N.º de Ramais
	Remodelação da conduta de Água e dos Ramais Domiciliários – Estrada da Mata	2.015	122.915,25	64

	– Caridade – N ^a Sr. ^a da Piedade – Ourém			
	Remodelação da conduta de Água e dos Ramais Domiciliários – Estrada do Ribeirinho – Caridade – N ^a Sr. ^a da Piedade – Ourém	880	66.073,43	22
	Implantação da conduta de Água e dos Ramais Domiciliários – Rua Principal das Fontainhas – Seiça – Ourém	1.322	127.010,05	64
	Total	4.217	315.998,73	150

Tabela: Obras Realizadas ao longo dos Anos

Anos	N. ^º obras empreitada MO	Extensão (m)	Custo (€)	N. ^º Obras adjudicadas pela Be Water		Extensão (m)	Custo (€)
				Pl	PI		
2008	10		36.377,20	-	-	-	-
2009	12	936	49.217,72	12		1211	55.734,03
2010	19	1594	82.416	-	-	-	-
2011	10		51.046,60	13			61.238,13
2012	0	0	0	4			7.978,00
2013	0	0	0	9		1021	36.664,00
2014	0	0	0	0		0	0
2015	8	779	41.844,94	0		0	0
2016	5	453	38.118,49	1		230	22.500,00
2017	18	1227	96.555,39	3	4217	315.998,73	

Controle do Plano de Investimentos

ENQUADRAMENTO:

Nos termos do artigo 86.^º do Contrato de “CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO DO CONCELHO DE OURÉM”, na

redação dada pelo contrato n.º 20/2005 (aditamento ao contrato de concessão) e pela decisão do Tribunal Arbitral, vem referido no, n.º 2, que até 30 de setembro de cada ano, a concessionária apresentará o Programa Anual respeitante a todas as obras a realizar no âmbito do Plano de Investimentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

De acordo com o n.º 1, do artigo 86.º, este Programa Anual será aprovado pela Concedente e englobará obras até ao montante previsto no Plano de Investimentos, definindo detalhadamente a totalidade das intervenções a efetuar. Este Programa Anual considera-se tacitamente aprovado se decorridos 60 dias, contados da data de entrega da proposta, a Concedente não se tiver pronunciado (cf. n.º 4, do artigo 86.º).

O Plano de Investimentos deve obedecer ao previsto no Anexo E2, do contrato de concessão, incluindo alterações que venham a ser acordadas nas revisões periódicas, estando a responsabilidade da concessionária limitada aos montantes globais e anuais previstos no anexo referido, mesmo no caso de ocorrerem valores diferentes na fase de adjudicação das obras (cf. artigo 85.º).

Os montantes do Plano de Investimentos são atualizáveis anualmente, em janeiro de cada ano, com base na variação do IPC verificada nos últimos 12 (doze meses), tomando como valor de referência o IPC relativo ao mês de outubro de 2004 (cf. artigo 85.º)

A primeira proposta da empresa concessionária foi entregue no dia 21 de outubro de 2017, que considerava um montante de investimento atualizado de 1.677.948,00€.

PLANO DE INVESTIMENTOS PREVISTO NO CONTRATO DE CONCESSÃO – ANEXO E2:

De acordo com o Anexo E2, do contrato de concessão, referente ao Plano de Investimentos, em 2015, 2016 e 2017 estavam previstas executarem-se as seguintes obras:

Tabela: Obras do Anexo E2

Designação	2015	2016	2017
Reservatório da Achada			
- 1 Captação na Achada		67.249,00€;	
- 1 Posto de Transformação na Achada		67.000,00€;	
Reservatório no Estreito		115.257,00€	
- 2 X Captações do Estreito			163.000,00€
- 1 X PT			75.000,00€
Remanescente Leirislena	148.000,00€		
Reservatório de S.Gens		242.949,00€	242.949,00€
Rede de Distribuição para Ourém + Olaia + Peras Ruivas			187.500,00€
Substituição de Captação Caridade		40.000,00€	
Total	148.000,00€	532.455,00€	668.449,00€

O valor dos investimentos referidos no quadro, é a preços constantes de 2004, tal como indicado no Anexo E2 da Ata do Tribunal Arbitral.

Controlo de Qualidade da Água Fornecida

Água Segura – Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA)

O Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) tem como objetivo analisar a qualidade da água, para consumo humano, distribuída na torneira dos municíipes do concelho ligados à rede de abastecimento de água pública e nos pontos de entrega a outras entidades. O controlo efetuado à qualidade da água, visa possibilitar o reconhecimento de situações anómalas procedendo-se, de imediato, à identificação das causas e implementação de medidas preventivas/ corretivas, com o objetivo de melhorar o serviço prestado.

O PCQA é definido anualmente, de acordo com os requisitos previstos no Decreto-lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e submetido à aprovação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Tendo em conta o cumprimento da legislação em vigor, a Águas de Ourém elabora trimestralmente o mapa de divulgação de resultados da qualidade da água, que envia para as seguintes entidades: Câmara Municipal de Ourém, Juntas de Freguesia e Centro de Saúde de Ourém. Este mapa está também disponível nos serviços de atendimento ao público e é disponibilizado no site da Empresa.

O PCQA divide-se em dois planos de análises:

- PCQA em Baixa que inclui as análises realizadas nas torneiras dos consumidores finais do concelho de Ourém;
- PCQA em Alta que integra os pontos de entrega aos utilizadores em Alta (PEA), Câmara Municipal de Pombal e SMAS de Leiria.

Programa de Controlo Operacional (PCO) do Sistema de Abastecimento

O programa de controlo operacional visa assegurar a melhoria contínua e permanente da qualidade da água fornecida ao concelho desde a origem, reservatórios até aos pontos de finais de rede, com objetivo de detetar e corrigir, em tempo útil, as alterações que eventualmente ocorram na qualidade da água.

Nesse sentido, esta entidade gestora, tem vindo a promover as seguintes ações:

- Controlo/monitorização da água bruta, com a realização de análise à água, várias vezes ao ano;
- Manutenção e gestão das ETA, que inclui operações de reposição de reagentes para o tratamento da água, verificação/ ajuste dos equipamentos de monitorização e de medida, verificação do funcionamento de todo o sistema de doseamento de reagentes, limpeza das instalações e manutenção dos equipamentos de higiene e segurança coletiva;
- Controlo e monitorização de água para consumo humano, através de recolhas de água analisadas em laboratório, com frequência semanal, e

recolhas de água analisadas pelos técnicos da Águas de Ourém, com o recurso a equipamentos portáteis, diariamente;

- Manutenção de um plano de purga que permite renovar a água em locais de baixo consumo;
- Tratamento de reclamações de qualidade da água.
- Planos de limpeza e higienização de reservatórios.

Tratamento da Água

Para garantir a qualidade da água, esta concessionária trata a água captada em várias estações de tratamento de água e procede à sua monitorização em contínuo. O tratamento é adequado às características da água captada, e compreende a operação de regulação de pH, com hidróxido de sódio e de desinfeção, utilizando-se o hipoclorito de sódio, não se verificando alterações significativas no modo de operação.

Plano de Investimentos do PDM (Saneamento Básico)

Em 2016 os serviços realizaram um estudo referente ao Plano de Investimentos para o PDM. Este estudo foi efetuado de acordo com a necessidade de dotar os novos espaços urbanos das infraestruturas de saneamento básico. Deste modo, foram apuradas as extensões em falta, tendo-se verificado a necessidade de afetar cerca de 19 milhões de euros, no horizonte do plano (10 anos).

Tabela: Plano de Investimentos - PDM

Valor de Investimento	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Observações
	2016-2020	2020-2023	20203-2026	
Fase 1	3.511.773,56€			POSEUR + EHF + Padroeira
Fase 2		7.000.000,00€		Restante

Fase 3			6.781.031,43€ + 1.791.589,15€	Restante + Zonas Industriais
Total	19.084.394,14 €			

Investimentos em Águas Pluviais

Persiste a necessidade em se tratar a questão das águas pluviais que, por todo o concelho, dão problemas e carecem da realização de investimento.

Os problemas mais difíceis de resolver situam-se em Fátima, em resultado da configuração do terreno, verificando-se que o túnel existente já não tem capacidade de escoamento, sendo de verificar a existência de algares que colocam em risco pessoas e bens, devido à instabilidade que provocam no solo e nas estruturas dos edifícios.

Deste modo, foi efetuado o projeto de águas pluviais de Fátima, que considera uma solução definitiva, para a resolução dos problemas, através da construção de um novo túnel, interceptor sul, que recebe as restantes áreas do perímetro urbano de Fátima e alivia o túnel antigo. O valor orçamentado no projeto para todos os trabalhos é na ordem dos 18,8 milhões de euros.

Embora a execução das redes de pluviais fique resolvida com estes trabalhos, ainda falta efetuar um estudo da ribeira de Seiça, para verificar o impacto das águas na mesma, descrevendo as medidas de minimização de descargas torrenciais, através, por exemplo, da execução da bacia de retenção em Alvega, que poderá servir também para outros fins.

Exploração e Manutenção de ETAR's

Ourémviva E.M.M.

No âmbito dos sistemas de saneamento, a Ourémviva é responsável pela Exploração, Manutenção e Conservação das Estações de Tratamento de Águas Residuais de Seiça, Alto Nabão e Zona Industrial de Ourém.

As ETAR's cumprem as normas de qualidade da água à saída do tratamento, não se tendo verificado problemas relevantes neste ponto, embora tenham ocorrido reclamações em Tomar da qualidade da água do Rio Nabão. O principal problema é devido à chegada de águas pluviais, que entram nas redes e emissários, provocando um aumento do caudal nas ETAR's.

Contrato de Concessão - AdCL

No âmbito dos sistemas de saneamento, a AdCL é responsável pela Exploração, Manutenção e Conservação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Fátima, em Vale de Cavalos, pela Manutenção dos Emissários do Sistema de Fátima, incluindo o emissário nos túneis de Fátima e o emissário de Alvega e pela Manutenção dos Emissários do Sistema do Lis (Cercal, Espite e Matas), que ainda não estão em funcionamento.

Um dos principais problemas é devido à chegada de águas pluviais, que entram principalmente nos túneis de Fátima, sempre que há danos nos emissários, provocando um aumento do caudal nas ETAR's, com consequências a nível dos custos com o tratamento de água limpa e com a destabilização da comunidade microbiológica local. Um outro problema está relacionado com a elevada concentração de óleos e gorduras e, por esse motivo, está a ser dinamizada uma campanha de sensibilização, já mencionada no presente relatório.

2.3.4 – Divisão de Obras Municipais

A Divisão de Obras Municipais comprehende, o Sector de Apoio Administrativo, o Setor de Fiscalização de Obras, o Setor de Obras por Administração Direta, o Setor de Gestão, Manutenção e Reparação do Parque de Máquinas e Viaturas, o Setor de Eficiência Energética e Iluminação Pública, o Setor de Topografia, Setor de Mobilidade e Trânsito, Setor de Projeto e Imagem e Setor de Medições e Orçamentos.

Fiscalização de Obras

A sua atividade reparte-se nas seguintes áreas:

- Fiscalização das empreitadas promovidas pelo Município e adjudicadas a empreiteiros;
- Realização de projetos relativos a beneficiação de caminhos e estradas municipais, pontões, muros de suporte de terras e de vedação, medições e orçamentos diversos; Pareceres sobre projetos de obras públicas realizados por gabinetes projetistas;
- Acompanhamento de obras promovidas por outras entidades, ex. Be Water e Freguesias;
- Acompanhamento de intervenções na via pública, ex. Tagusgás, PT, EDP;
- Outras ações relevantes, como por exemplo vistorias para análise de anomalias em edifícios, vias de comunicação, obras de arte, infraestruturas de drenagem pluvial;
- Elaboração de relatórios técnicos; Despacho de expediente, verificação no terreno de anomalias comunicadas por municípios, por juntas de freguesia, por superiores hierárquicos ou outras entidades.

Fiscalização de empreitadas promovidas pelo Município

- P02/2016 - Beneficiação da rede viária estrada dos Engenhos (Rio de Couros);
- P04/2016 - Requalificação urbana - Variante António dos Santos Costa e Rua da Escola;
- P5/2016 - Delimitação de propriedade na Avenida D. José Alves Correia da Silva;
- P6/2016 - Beneficiação da estrada da ribeira - Rio de Couros;
- P7/2016 - Instalação de caldeiras para aquecimento escola EB2,3 da Freixianda;
- P8/2016 - Beneficiação da escola EB1 das Fontainhas;
- P9/2016 - Beneficiação da escola EB1 do Bairro;
- P10/2016 - Beneficiação da escola EB 1 da Moita Redonda;

- P12/2016 - Beneficiação da estrada da Mata (N^a Sr^a da Piedade)
- P13/2016 - Construção da zona pedonal - Rua Principal – Cercal;
- P15/2016 - Beneficiação estrada do Casal Caneiro (N^a Sr^a das Misericórdias);
- P16/2016 - Novo pontão na ribeira de Alvega;
- P28/2016 - Reabilitação CM Espite - Matas - 2^a Fase;
- P29/2016 - Centro escolar Ourém Nascente - Realização de trabalhos diversos;
- P31/2016 - Obras de revisão e recuperação - escola EB2,3 IV Conde de Ourém;
- P39/2016 - Reabilitação da rua do Campo de Futebol e rua do Ribeirinho
- P46/2016 - Intervenção na casa Dr. Alves - muro de suporte e vedação;
- P48/2016 - Remodelação dos Balneários do campo de jogos de Ourém;
- P49/2016 - Reabilitação da Rede Viária do concelho Rua das Vinhas / Rua Francisco Sá Carneiro – Espite;
- P52/2016 - Beneficiação de Edifícios escolares EB1 do Bairro, N^a Sr^a das Misericórdias;
- P56/2016 - Requalificação da escola de Alburitel em edifício da junta de freguesia;
- P62/2016 - Trabalhos de manutenção no estádio municipal de Fátima;
- P70/2016 - Requalificação Urbana da Av. D. Nuno Alvares Pereira
- P74/2016 - Reabilitação da rede viária do concelho - rua de S. Bartolomeu, Rua S. António e Ruas Envoltentes – freguesia de Caxarias
- P77/2016 - Sinalização horizontal nas áreas urbanas de Ourém e de Fátima e vias recentemente pavimentadas;
- P94/2016 - Requalificação da rua do Padrão e estacionamento junto à casa Museu;
- P97/2016 - Reparação / Beneficiação em ruas do centro urbano de Fátima;
- P99/2016 - Beneficiação da rua Principal do Moimento – Fátima;
- P100/2016 - Reabilitação da rede viária do concelho - rua Casal do Aroeiro - N^a Sr^a da Piedade;

- P103/2016 - Pavimentação e drenagem pluvial na rua Central - Soutaria - União de Freguesias Gondemaria Olival
- P107/2016 - Obras de revisão e recuperação - mercado municipal de Ourém;
- P110/2016 - Reabilitação da rede viária do concelho - estrada Principal de Casal Domingos João – União freguesias Rio Couros / Casal dos Bernardos;
- P122/2016 - Ajuste direto c/ caráter de urgência p/reparação de coletor de águas pluviais na rua do Mercado - freguesia de Caxarias;
- P1/2017 - Requalificação da rua N^a Sr^a dos Caminhos – união freguesias Freixianda / Ribeira do Fárrio / Formigais;
- P2/2017 - Intervenção na rua D. João Pedro Venâncio – Fátima;
- P6/2017 - Aplicação de vidros no edifício do Centro Negócios – Ourém;
- P14/2017 - Muro de suporte de terras no Olival;
- P25/2017 - Beneficiação de estradas na união freguesias de Freixianda / Ribeira do Fárrio / Formigais;
- P34/2017 - Reabilitação da rede viária do concelho - Rua Principal (troço) - freguesia de Espite;
- P37/2017 - Beneficiação da estrada dos Casais Montes – Urqueira;
- P38/2017 - Requalificação urbana na Cova de Iria no âmbito do centenário das aparições;
- P39/2017 - Requalificação / Beneficiação da Av. dos Pastorinhos e diversos arruamentos na Casa Velha;
- P47/2017 - Construção de pontão de Água Boa - Matas - União freguesias Matas / Cercal;
- P48/2017 - Reabilitação da rede viária do concelho de Ourém - Zona Norte
- P64/2017 - EN356 - Intervenção para a salvaguarda da vida humana - Lei 27/2006 de 3 de julho;
- P75/2017 - Requalificação das instalações sanitárias junto à biblioteca municipal de Ourém;
- P103/2017 - Reabilitação da rede viária do concelho de Ourém - Zona Sul;

- P105/2017 - Beneficiação de vários arruamentos na união de freguesias de Gondemaria e Olival
- P106/2017 - Requalificação 3 ruas em Moita Redonda – Fátima;
- P108/2017 - Reabilitação de passadeiras elevadas na Av. D. José Alves Correia da Silva;
- P114/2017 - Reabilitação da rede viária do concelho - estrada N^a Sr^a da Ortiga – Fátima;
- P117/2017 - Requalificação / Beneficiação rodoviária - Rua do Mercado Caxarias;
- P123/2017 - Trabalhos Diversos no Agroal;

Fiscalização de empreitadas promovidas pelas Freguesias

- Junta de Freguesia de Seiça - Preservação e ampliação da Casa Museu/Multiusos – Seiça;

Fiscalização de empreitadas promovidas por outras entidades – (Be Water, Tagusgás, PT, EDP)

- Acompanhamento de empreitadas da BeWater;

Eficiência Energética e Iluminação Pública

A atividade deste serviço reparte-se pelas seguintes áreas:

- Iluminação pública, ramais, baixadas, obras da EDP;
- Gestão de energia;
- Elaboração de planos de racionalização de energia em edifícios públicos;
- Elaboração de planos para aquecimento em escolas;
- Fiscalização de empreitadas na sua componente eletromecânica e de redes de dados;
- Avarias;
- Controlo do contrato de manutenção de AVAC dos centros escolares.

Obras por Administração Direta

Esta área comprehende os trabalhos que são executados com recurso aos meios humanos, de equipamento e de materiais do município, sendo talvez os trabalhos de beneficiação da rede viária, aqueles que mais visibilidade têm no público em geral, pela comodidade que geram na sua utilização e pela qualidade com que são realizadas, dada a experiência que, neste domínio, tem vindo a ser acumulada ao longo de anos, embora se realce a diminuição da capacidade operativa que se tem verificado nos últimos anos, essencialmente resultante da diminuição do número de trabalhadores afetos a esta área.

Estudos e Projetos

Neste contexto, desenvolveram-se os seguintes projetos:

- Unidade de Cuidados de Saúde de Sobral;
- Unidade de Cuidados de Saúde de Alburitel;
- Unidade de Cuidados de Saúde de Caxarias;
- Unidade de Cuidados de Saúde de Olival;
- Arranjos vários na EB1 do Cercal;
- Arranjos vários na escola cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão;
- Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes, Ourém - acompanhamento do processo (em curso);
- PEDU - Elevador de Acesso à Vila Medieval de Ourém - elaboração de programa e acompanhamento do processo (em curso);
- PEDU - Extensão do Parque Ribeirinho Dr. António José Teixeira, em Ourém - acompanhamento do processo (em curso);
- PEDU - Reabilitação do Castelo e Paço do Conde para espaços museológicos - acompanhamento do processo (em curso);
- PEDU – Requalificação do Cine-Teatro de Ourém – acompanhamento do processo (em curso);
- PEDU – Reabilitação e ampliação do centro escolar da Carvoeira - Caxarias – acompanhamento do processo (em curso);

- Requalificação urbana de Alburitel - acompanhamento do processo (em curso);
- Projeto para construção de canil / Gatil de Ourém;
- Requalificação da Avenida D. Nuno Alvares Pereira;

Mobilidade e Trânsito

- Elaboração de informações diversas relativamente ao controlo de tráfego, mobilidade e trânsito;

Topografia

- Executar levantamentos topográficos;
- Verificar alinhamentos;
- Marcação de obras;

Apoio Administrativo

- Apoio no tratamento de expediente diverso, apoio na elaboração de informações da chefia de divisão;
- Movimento de documentos no sistema de gestão documental SGD; tratamento de expediente para o exterior da autarquia.

2.3.5 – Divisão de Educação e Ação Social

O trabalho da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS) reflete a operacionalização das atribuições e competências atribuídas às autarquias locais, previstas no regime jurídico das autarquias locais, através da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas quatro principais áreas de intervenção enquadradas nas matérias previstas para a unidade orgânica na estrutura orgânica do Município de Ourém.

Para o efeito, a DEAS tem como principal missão garantir o cumprimento das linhas estratégicas para as áreas da educação e assuntos sociais, assegurando a realização da política educativa e social e dos objetivos municipais nestes domínios, com vista à promoção da educação, qualidade de vida e bem-estar dos munícipes.

Em 2017, a DEAS tinha como objetivos melhorar a qualidade de vida dos/as munícipes; desenvolver parcerias; desenvolver os instrumentos de planeamento social; melhorar a qualidade do serviço prestado ao/à munícipe; criar condições favorecedoras da melhoria das condições educativas no Município; garantir o planeamento integrado e a participação dos agentes educativos e sociais; e acompanhar e dinamizar a implementação das políticas locais para a cidadania e a igualdade de género.

Para o cumprimento do seu desígnio, a DEAS conta com uma equipa multidisciplinar orientada por uma metodologia de trabalho assente num modelo participativo e coletivo.

A DEAS está organizada por dois grandes domínios de intervenção: educação e assuntos sociais, contando com o secretariado-geral que apoia a unidade orgânica. Na componente da educação destacam-se os assuntos educacionais puros, os transportes coletivos e escolares, a dinâmica socioeducativa e os serviços de apoio à família. Na vertente dos assuntos sociais salientam-se as seguintes áreas: rede social, comissão de proteção de crianças e jovens, intervenção social, equipamentos sociais, habitação social, saúde e bem-estar e igualdade de género e cidadania.

Atividades Desenvolvidas no Domínio da Educação

Destaca-se o acompanhamento das atividades escolares nas diversas vertentes da responsabilidade do Município, designadamente os transportes escolares, as atividades de animação e de apoio à família, as refeições escolares e as atividades de enriquecimento curricular, as dinâmicas escolares, desde a gestão dos pedidos, às atividades e à participação nos conselhos gerais.

Rede Escolar e Planeamento

No âmbito do movimento anual da rede escolar, para a educação pré-escolar e escolas básicas do 1.º ciclo, e de acordo com o procedimento habitual, reunimos com os/as diretores/as dos agrupamentos de escolas para uma

análise conjunta do número de alunos/as estimamos para o ano letivo 2017/2018, em função de cada equipamento educativo e nível de ensino.

Na sequência das reuniões realizadas, foi reiterado o pedido de prorrogação da abertura excepcional, já concedida nos anos anteriores, para manter as escolas do 1.º CEB, constantes no quadro 1, em funcionamento para o ano letivo de 2017/2018. Esse pedido enquadra-se no âmbito da aplicação da Resolução do Conselho de Ministros de 44/2010, de 14 de junho, referente ao encerramento de escolas do 1.º ciclo com menos de 21 alunos/as, e tem como fundamento o facto de algumas das escolas abrangidas pela mesma não disporem de escola de acolhimento em condições de receber os/as alunos/as das escolas a suspender:

Quadro: Motivo de manutenção de EB – 2017/2018

Freguesia	Escola a manter	Motivo para manutenção por mais um ano
Urqueira	EB1 de Mata	Ainda não há condições para efetuar o transporte e os estabelecimentos de ensino mais próximos não reúnem as condições para receber estes/as alunos/as.. Estima-se que irá ter 20 alunos/as no próximo ano.
Caxarias	EB1 de Pisões	Por motivos de intervenção na EB1/JI de Carvoeira (obras de ampliação – CE Carvoeira), solicita-se autorização para que os alunos do 1º CEB da EB1/JI de Carvoeira e EB1/JI de Pisões tenham aulas nas instalações da EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão e os do ensino pré-escolar nas instalações da EB1/JI de Pisões.
N.ª S.ª da Piedade	EB1 de Vale Travesso	Estima-se que irá ter 7 alunos no próximo ano e que ainda não há condições para efetuar o transporte.
União das Freguesias de Matas e Cercal	EB1 de Pisão	Estima-se que no próximo ano irá ter 19 alunos/as e que os estabelecimentos de ensino mais próximos não reúnem as condições para receber estes/as alunos/as.

Não encerraram estabelecimentos de ensino do 1.º CEB com previsão de alunos/as a rondar os/as 21 alunos/as, designadamente, Espite pela inexistência de escolas de acolhimento com melhores condições, assim como a incapacidade, por parte desta autarquia, em assegurar a rede de transporte necessária.

Foi concedida a prorrogação de abertura excepcional dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar com menos de 20 alunos/as dada a necessidade de

manutenção de funcionamento, no ano letivo 2017/2018, os seguintes estabelecimentos de ensino pré-escolar, pelos motivos referidos:

- **Agrupamento de Escolas Conde de Ourém**

JI de Atouguia: Trata-se de um estabelecimento com 3 salas de aula, refeitório, biblioteca escolar (integrada na rede de Bibliotecas escolares) e salas multiusos. Estes últimos espaços comuns são utilizados, para além dos/as alunos/as que frequentam o JI, por 38 alunos/as da EB1 de Atouguia: O estabelecimento está afastado da cidade de Ourém cerca de 7 Km, recebendo crianças de toda a freguesia de Atouguia. Trata-se de um estabelecimento escolar relativamente recente, com excelentes condições físicas e funcionais, favorecedoras das melhores condições pedagógicas, onde a autarquia perspetiva proceder a uma ampliação para efeitos de integração da Escola EB1 de Atouguia (futuro Centro Escolar).

- **Agrupamento de Escolas de Ourém**

JI de Bairro, JI de Pisão-Matas e JI de Gondemaria: Entendemos que estes estabelecimentos devem manter-se em funcionamento dado não haver estabelecimentos do ensino pré-escolar capazes de receber os/as alunos/as inscritos/as, nas localidades de Bairro, Pisão-Matas e Gondemaria, nem nas suas proximidades. Também se afigura difícil assegurar o transporte destas crianças uma vez que a Rede de Transportes é deficitária, designadamente para a faixa etária em apreço.

- **Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias**

JI de Casal dos Bernardos, JI de Espite, JI de Mata, JI de Pisões e JI de Urqueira Norte: Entendemos que o JI de Espite integra o único equipamento educativo da freguesia e não tem rede de transportes para alunos/as deste escalão etário. No que se refere aos JI de Casal dos Bernardos, Mata, Pisões e Urqueira-Norte, entendemos que estes estabelecimentos devem manter-se em funcionamento dado não haver estabelecimentos do ensino pré-escolar capazes de receber os/as alunos/as inscritos/as, bem como se afigura difícil

assegurar o transporte destas crianças dado que a Rede de Transportes é deficitária, designadamente para a faixa etária em apreço.

Foi solicitada ainda, por motivos de intervenções na EB1/JI de Carvoeira (obras de ampliação – CE Carvoeira), autorização para que os alunos do 1º CEB da EB1/JI de Carvoeira e EB1/JI de Pisões tivessem aulas nas instalações da EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão e os do ensino pré-escolar nas instalações da EB1/JI de Pisões.

Reuniões na DGEstE e na CIMT

Na sequência do convite da DGEstE participou-se em reuniões referentes à rede escolar e à oferta formativa e educativa para o ano 2017/2018, bem como na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no âmbito da rede de oferta de formação qualificante do Médio Tejo (para a elaboração da oferta formativa intermunicipal para o ano 2016/2017 em conjunto com a DGEstE e a ANQEP). Em todas foi reiterada a posição conjunta assumida pelo Município, pelos Agrupamentos de Escolas, Colégios e Escolas Profissionais do concelho. A proposta final da oferta formativa, que resulta da concertação com os estabelecimentos de educação do concelho, teve em consideração o seguinte:

1. As prioridades referidas no estudo da Quaternaire.
2. O entendimento de que o Estudo deve considerar o facto da residência e empregabilidade da grande parte dos alunos dos cursos profissionais do Concelho de Ourém se situar na zona oeste, nomeadamente nos concelhos de Leiria, Batalha, Porto de Mós e Marinha Grande. Ourém é seguramente um caso particular no Médio Tejo dado que é um pólo de atração para esta NUT e também para a Região de Leiria;
3. O facto dos cursos propostos terem em consideração a formação do pessoal docente e os investimentos, em meios físicos e materiais, efetuados nos diversos estabelecimentos de ensino, numa lógica de rentabilização de recursos escolares disponíveis;
4. As necessidades formativas identificadas para o nosso concelho;

5. As características da oferta formativa no concelho
6. Que o Programa Nacional de Reformas do XXI Governo, quanto ao pilar estratégico da qualificação dos portugueses, numa das suas metas, perspetiva “alcançar a meta de frequência de 50% dos alunos do ensino secundário em percursos profissionais e dupla certificação até 2020” e Ourém já se encontrar alinhado com este propósito numa percentagem de 39%;
7. Que o curso de gestão e o curso de gestão de equipamentos informáticos já é lecionado, na Escola Profissional de Ourém, há cerca de 25 e 15 anos, respetivamente;
8. Que a área de turismo/receção é lecionada, na Escola Profissional de Hotelaria de Fátima, localizada na principal referência turística do Centro de Portugal, há 23 anos.

No que se refere ao Município de Ourém, mantiveram-se as 14 turmas (Escola Básica e Secundária de Ourém, Centro de Estudos de Fátima, Conservatório de Música de Ourém e Fátima, a Escola Profissional de Ourém e a Escola Profissional de Hotelaria de Fátima), às quais acrescem as 5 com um plano de estudos próprios do Colégio de S. Miguel.

Reunião com os/as diretores/as

Efetuaram-se diversas reuniões com os/as diretores/as dos Agrupamentos de Escolas, Colégios e Escolas Profissionais no sentido de, coletivamente, se analisarem as propostas:

- a) rede escolar, designadamente quais os estabelecimentos escolares que, pelo facto de não cumprirem os requisitos previstos na Resolução de Conselho Ministro n.º 44/2010, de 14 de junho, teriam que encerrar;
- b) oferta formativa e educativa do concelho.

Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo

Nas reuniões do referido conselho foram abordados os seguintes temas.

1. Diagnóstico educativo do Médio Tejo;
2. Planos de ação estratégica dos Agrupamentos de Escolas;
3. Projeto de apetrechamento das escolas com infraestruturas, equipamentos e recursos adequados à realização de atividades práticas experimentais de ciências – Universidade de Aveiro;
4. PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo / fase 1 – projeto intermunicipal de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo – candidatura ao centro 2020;
5. Concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017/2018.

Preparação do Ano Letivo 2017/2018

A equipa esteve envolvida na programação do ano letivo 2017/2018, tendo promovido os processos de contratualização dos diversos serviços e reunido com os diversos parceiros da educação; programou os transportes dos/as alunos/as para os exames e para os estágios curriculares; colaborou na organização das festas de fim de ano letivo, analisando os pedidos de apoio e participando nas iniciativas dinamizadas pelos agrupamentos e colégios.

As aulas iniciaram com normalidade nos diferentes estabelecimentos escolares de ensino do concelho, entre o dia 13 e 14 de setembro.

Caraterização da população escolar

Neste contexto, apresenta-se uma síntese caraterizadora da população escolar para o ano letivo 2017/2018. Deste modo, estão a frequentar as escolas do concelho um total de 7.797 alunos/as (4.050 frequentam o Ensino Público e 3.747 no Ensino Privado). Dos/as alunos/as que frequentam o ensino Público, verifica-se que:

- 771 pertencem ao Pré-escolar;
- 1.533 pertencem ao 1º Ciclo;

- 400 pertencem ao 2º Ciclo;
- 761 pertencem ao 3º Ciclo;
- 635 pertencem ao Ensino Secundário;
- 220 encontram-se a frequentar o Ensino Profissional.

Dos/as alunos/as que frequentam o Ensino Privado, verifica-se que:

- 299 pertencem ao Pré-escolar;
- 62 pertencem ao 1º Ciclo;
- 603 pertencem ao 2º Ciclo;
- 1.014 pertencem ao 3º Ciclo;
- 710 pertencem ao Ensino Secundário;
- 1059 encontram-se a frequentar o Ensino Profissional.

A informação acima descrita distribui-se pelos vários Estabelecimentos de Ensino da seguinte forma:

N.º de alunos/as – ano letivo 2017/2018

Tipo	Identificação	Nº alunos/as						TOTAL
		Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Profissional	
Ensino Público	A. de Escolas Cónego Dr. Manuel L. Perdigão	112	176	72	115			475
	A. de Escolas Conde de Ourém	228	492	132	289			1141
	A. de Escolas de Ourém	Zona de Freixianda	77	100	50	75		302
		Zona de Ourém/Fátima	354	765	146	282	365	220
TOTAL		771	1533	400	761	365	220	4050
Ensino Particular e Cooperativo	CEF	20	62	158	309	450	145	1144
	Colégio de S. Miguel			244	399	260	348	1251
	Colégio do Sagrado Coração de Maria			201	306			507
	Conservatório de Música de Ourém e Fátima						20	20
	EPO						246	246
	EHF						300	300
	Jardim Infantil Ourém	91						91
	CSP Atouguia	31						31

	Casa do Valinho de Fátima	61						61
	Casa Infantil Jacinta Marto	83						83
	Centro Infantil de St.ª Maria de Leuca	13						13
	TOTAL	299	62	603	1014	710	1059	3747
	TOTAIS GERAIS	1070	1595	1003	1775	1075	1279	7797

Quadro: Número de alunos/as por estabelecimento de ensino

Há ainda 3 instituições do concelho com unidades socioeducativas, o Centro de Reabilitação e Integração de Fátima, a União das Misericórdias Portuguesa – Escola de Educação Especial “os Moinhos” e o Centro de Recuperação Infantil Ouriense.

No Concelho de Ourém existe também a oferta de ensino Vocacional Artístico Especializado por parte de Escolas de Música, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação e Ciência: o Conservatório de Música de Ourém e Fátima e a Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém. Bem como um Curso Profissional de Música no Conservatório de Música de Ourém e Fátima (até julho 2017).

Nesta matéria, salienta-se que as principais competências do Município em matéria de educação estão direcionadas para o ensino público. No entanto, como veremos um pouco mais à frente neste relatório, alguns projetos e atividades, os transportes escolares, planeamento e organização na área da educação, exigem um trabalho com todos os agentes locais com papel no domínio educativo.

Contrato de Execução referente à transferência de competências na área da Educação

Nos termos do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, foram transferidas competências em matéria de educação para os municípios. A concretização do processo de transferência de competências no Município de Ourém resultou da aprovação e assinatura do Contrato de Execução (Contrato 473/2009, de 16.11.2009), o qual produziu efeitos a 1 de janeiro de 2010.

O documento define as condições de transferência, para o Município de Ourém, das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do art.º 2.º do Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de julho, designadamente nos domínios:

- a) gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
- b) atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
- c) gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Relativamente a esta questão há um problema ao qual o MEC ainda não deu resposta que se prende com o facto de as alterações introduzidas às AEC's implicarem alterações ao previsto no contrato.

Gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar

Uma das atribuições previstas prende-se com a gestão do pessoal não docente (adiante designado por PND) das escolas básicas e da educação pré-escolar, conforme referido no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho. Sobre este assunto o Município entendeu delegar nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (ponto 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho), as competências da gestão e avaliação do PND.

Atividades de Enriquecimento Curricular 2016/2017 e 2017/2018

As atividades de enriquecimento curricular aprovadas, nos diversos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e implementadas no ano letivo 2016/2018, implicaram o pagamento às entidades parceiras de um montante total de 193.349,95 € tendo sido transferido pelo Ministério de Educação para o Município, ao abrigo do Contrato de Execução, um montante de 171.363,03 € para o ano letivo em apreço.

Para o ano letivo 2017/2018, foram implementadas, em 13/14 de setembro, as atividades de enriquecimento curricular aprovadas nos diversos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas. Nesse âmbito, foram celebrados, em 30 de novembro 2017, com efeitos a 1 de setembro, protocolos de cooperação entre o Município de Ourém, os Agrupamentos de Escolas, a Insignare, o Conservatório de Música de Ourém e Fátima e a Ourearte, de acordo com a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto e a nota informativa n.º 4/2016, de 10 de agosto, da DGESTE. Foi elaborado e aprovado o respetivo plano de pagamentos de um montante total de 189.000,00€, sendo expectável uma participação do Ministério da Educação num montante total de 150.000,00 €.

Salienta-se que a disciplina do Inglês integra a componente letiva para os/as alunos/as do 3.º ano para além dos/as alunos/as do 4.º ano.

Gestão de pedidos das escolas no âmbito da responsabilidade do Município na área da educação

No domínio da gestão de pedidos das escolas, existe uma série de tipologias de intervenção que, do ponto de vista organizacional, que se pode categorizar nos seguintes domínios de intervenção: assistência informática, abastecimento de gasóleo, abastecimento de gás, limpeza das fossas sépticas, aquisição de mobiliário, mudança de material escolar, obras de manutenção e conservação – pequena, média e grande dimensão, transportes escolares, gestão curricular, projetos escolares, equipamento para apetrechar novas salas e troca de mobiliário.

A maior parte dos pedidos registados, em 2017, estavam relacionados com intervenções físicas nos edifícios escolares e foram encaminhados para a equipa de intervenções em escolas da empresa municipal Ourémviva. Estes casos foram situações relacionadas com reparação de fechaduras, vidros, fechos de janelas, telhas, caleiras, chão (tacos estragados), vedações exteriores, reparação e manutenção de equipamentos exteriores do recreio, e fornecimento de cera e lenha.

Obras de beneficiação de escolas, melhoria dos espaços exteriores, aquisição de mobiliário e equipamento infantil

Foram realizadas obras de beneficiação de escolas, melhoria dos espaços exteriores, aquisição de mobiliário e equipamento infantil, com vista ao melhoramento das condições escolares, tanto para os/as alunos/as como para os/as docentes, destinando-se aos seguintes estabelecimentos: EB1 de Bairro, EB1 de Moita Redonda e EB1 de Fontainhas da Serra.

Foi ainda adquirido mobiliário (cadeiras e mesas) para apetrechamento da Escola EB 2,3 Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias.

Componente de Apoio à Família e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares

Para que possamos garantir as melhores condições de acesso à educação importa que, para além de excelentes equipamentos educativos, se assuma de fulcral relevância o desenvolvimento das condições que viabilizem o fornecimento de refeições escolares à generalidade dos/das alunos/as do 1º Ciclo do Ensino Básico e se criem serviços de apoio à família, que conciliem a vida escolar com a familiar.

Com este propósito, nos últimos anos, têm sido reguladas formas de apoio à família que contemplam um conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, antes e ou depois da componente curricular e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva. Em simultâneo, desenvolveu-se um programa de generalização das refeições escolares que está implementado no nosso concelho, fundamentalmente com recurso dos encarregados de educação, a entidades do terceiro setor, associações de pais e empresa municipal.

Considera-se que o Município, atendendo às suas competências nesta matéria, deverá criar as condições favorecedoras ao estabelecimento da melhor conjuntura educativa, aquela que favoreça o desenvolvimento do projeto educativo e que concilie a vida escolar com a das famílias.

Considerando:

- a) que cabe ao Município a implementação da Componente de Apoio à Família e Atividades de Animação e Apoios à Família, nos termos descritos no Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho;
- b) o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Ministério da Educação e Ciência, cujo regulamento de acesso ao financiamento desse programa se encontra consubstanciado nos Despacho nº 22251/2005, de 25 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 18987/2009, de 6 de agosto;
- c) as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, designadamente na modalidade de apoio alimentar, previstas no Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho;

d) a competência do Município em matéria de ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, art.º 33.º alínea hh);

e no sentido de se regular as condições relativas à execução da Componente de Apoio à Família (CAF), designadamente o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois da componente curricular e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva, e a prestação de alimentação às crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino públicos do 1.º CEB, o Município de Ourém aprovou em reunião camarária de 15 de julho a renovação dos protocolos a celebrar com as diferentes entidades, com efeitos a 01 setembro de 2016, para o ano letivo 2016/2017. No que se refere ao ano letivo 2017/2018, foi aprovada em reunião do órgão executivo, de 21 de julho, a renovação dos protocolos, com efeitos a 1 de setembro 2017.

Deste modo, o Município obriga-se a proceder ao pagamento das refeições, do valor de 1,04€, sendo 0,52€ correspondente à comparticipação do Município e 0,52€ correspondente à comparticipação do Ministério da Educação e Ciência por aluno/a, a atualizar anualmente, de acordo com Despacho do Gabinete do Ministro da Educação e Ciência, bem como ao pagamento das refeições das crianças economicamente carenciadas (escalões A e B), de acordo com os valores estabelecidos na lei e com os resultados da análise das respetivas candidaturas a auxílios económicos (conforme se especifica no ponto referente à ação social escolar).

O fornecimento de refeições, no que respeita ao 1º CEB, está organizado, neste ano letivo, conforme descrito no quadro seguinte:

Entidade Gestora	Escolas abrangidas
APAJEFÁTIMA-Associação de Pais e Encarregados de Educação	CE de Cova da Iria CE de Beato Nuno EB1 de Moita Redonda
Associação para a Promoção e Dinamização de Apoio à Família – APDAF	CE de Santa Teresa
Centro de Dia da Freguesia de Fátima	Escola do 1º CEB Boleiros e Maxieira
Associação Pais e Encarregados de Educação do JI e Escola do 1º Ciclo de Rio de Couros	EB1 de Rio de Couros

Centro de Bem-estar do Bairro	EB1 de Bairro
Centro de Terceira Idade de Gondemaria	EB1 de Gondemaria
Centro Desportivo Social e Cultural do Cercal – Vales e Ninho	EB1 de Cercal
Centro Social Casal dos Bernardos	EB1 de Casal dos Bernardos
Centro Social das Matas	EB1 de Matas
Centro Social do Olival	EB1 de Olival
Centro Social Espírito Santo	Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias
Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia	EB1 de Fontainhas da Serra e EB1 de Atouguia
Centro Social Paroquial S. João Baptista	EB1 de Espite
Agrupamento de Escolas de Ourém	CE de Freixianda
Jardim Infantil de Ourém	CE de Caridade
Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	CE Ourém Nascente
Obra Nossa Senhora da purificação	CE Cova de Iria EB1 de Moita Redonda
Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias	EB1 de Carvoeira, EB1 de Pisões
Ourémviva, EM	EB1 de Pinheiro, EB1 de Vale Travesso, EB1 de Mata

Quadro: Instituições prestadoras de serviço

Considerando as vantagens advindas do processo de implementação de transferência mensal de verbas, realizado no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares, e tendo por base o valor estimado das refeições utilizado no ano transato, foi adotada a mesma metodologia quanto aos pagamentos das refeições para o ano letivo em curso sob pena de se verificar os seguintes constrangimentos:

- As instituições não faziam refletir o benefício do Ministério de Educação e Ciência (adiante designado por MEC) e do Município de Ourém (adiante designado por MO) no mesmo mês a que respeita. Isto implica acertos em meses posteriores, situação que gera confusão e dúvidas no processo que, na perspetiva dos pais, por vezes, são incompreensíveis. A este facto acresce o de existirem procedimentos diferentes nas instituições levando à interpretação distorcida da opinião pública sobre a forma como o processo é implementado no Município

(porque é que numa instituição funciona de uma forma e noutra de outra). Houve ainda um esforço de harmonização dos preços dos serviços associados às refeições.

- O fundamento invocado no ponto anterior agravava-se quando estão em causa os benefícios de ação social escolar cujo reflexo no custo das refeições do 1º CEB, do ponto de vista das famílias, não é imediato, uma vez que as instituições só o espelham na mensalidade dos pais quando o MO transfere a respetiva verba, situação que ocorre com os meses de atraso. Ora, isto subverte os efeitos pretendidos com esta medida de política social porque se supõe que a família, tendo necessidade do benefício, naturalmente que enferma da dificuldade em avançar com o montante da refeição, mesmo que o valor venha a ser resarcido.

Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)

Face à tendência de universalização que a educação pré-escolar tem vindo a assumir progressivamente, a par da necessidade do crescente envolvimento de toda a comunidade na formação das suas crianças, designadamente através das suas famílias, é necessário desenvolver as formas de colaboração, entre as diversas entidades públicas e privadas interessadas e competentes na matéria, com vista ao estabelecimento de um processo pedagógico-educativo adequado às necessidades atuais da comunidade escolar.

Por despacho ministerial foram alterados os conceitos dos serviços associados ao apoio à família. Deste modo a antiga designação Componente de Apoio à Família, destinada ao ensino pré-escolar, foi substituída por Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF). A CAF atualmente destina-se aos/as alunos/as do 1.º CEB. Assim, foram prestados novos protocolos a celebrar com as diversas instituições prestadoras do serviço, conforme modelo adotado em anos anteriores.

De forma a regular as condições relativas à participação ativa no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação pré-escolar de acordo com os princípios consagrados na Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro,

Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho e Despacho n.º 11236/2015, de 7 de outubro, o Município de Ourém aprovou em reunião camarária de 15 de julho a renovação dos protocolos a celebrar com as diferentes entidades, com efeitos a 01 setembro de 2016, para o ano letivo 2016/2017. No que se refere ao ano letivo 2017/2018, foi aprovada em reunião do órgão executivo de 21 de julho a renovação dos protocolos, com efeitos a 1 de setembro 2017.

Desta forma, o fornecimento de refeições e as atividades de animação e de apoio à família, no que respeita ao Pré-escolar, foram organizados no ano letivo 2017/2018 conforme descrito no quadro seguinte:

Instituição	Escolas abrangidas
APAJEFÁTIMA – Associação de Pais e Encarregados de Educação de Fátima	CE Cova da Iria CE Beato Nuno JI Boleiros/Maxieira
Associação para a Promoção e Dinamização de Apoio à Família – APDAF	CE Santa Teresa
Associação Pais e Encarregados de Educação do JI e Escola do 1º Ciclo de Rio de Couros	JI Rio de Couros
Associação Pais do JI e Escola do 1º CEB de Amieira Urqueira	JI Urqueira Norte
Centro de Bem-estar do Bairro	JI Bairro
Centro da Terceira Idade de Gondemaria	JI Gondemaria
Centro Desportivo, Social e Cultural do Cercal – Vales e Ninho	JI Cercal
Centro Social Casal dos Bernardos	JI Casal dos Bernardos
Centro Social das Matas	JI Matas
Centro Apoio Social do Olival	CE Olival
Centro Social Espírito Santo	CE de N.ª S.ª das Misericórdias
Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia	JI Atouguia
Centro Social Paroquial S. João Baptista	JI Espite
Jardim Infantil de Ourém	CE da Caridade
Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	CE Ourém Nascente;
Obra Nossa Senhora da Purificação	CE Cova de Iria
Ourémviva, EM, SA	JI Carvoeira e JI de Pisões (serviço prolongamento) JI Pinheiro, JI Mata, CE de Freixianda (serviço de

	prolongamento)
Agrupamento de Escolas de Ourém	CE de Freixianda (serviço de refeições)
Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias	JI de Pisões e JI de Carvoeira (serviço refeições)

Quadro: Instituições prestadoras de serviço

Analisados os dados referentes aos/as alunos/as do Pré-Escolar, para o ano letivo em curso (2017/2018), estimou-se que o custo com as refeições e os serviços de prolongamento de horário atingisse um montante de 388.575,00€, sendo 141.300,00€ para o ano civil de 2017 e 247.275,00€ para 2018, sendo na sua totalidade compensado por transferências do Ministério da Educação ao abrigo do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, conforme se especifica no quadro anteriormente apresentado.

Considerando as vantagens do processo de sistematização de transferências mensais de verbas para as instituições que prestam o serviço de refeições do 1º CEB, adotou-se o mesmo procedimento para a comparticipação das Atividades de Animação e Apoio à Família (refeições e prolongamento) de acordo com os valores acima mencionados. As estimativas são transferidas mensalmente para as instituições, de outubro 2017 a junho 2018 e, conjuntamente com a transferência do mês de julho, é feito um balanço do ano letivo, nomeadamente quanto aos montantes transferidos e os montantes reais processados, a fim de auferir quais os montantes em falta a transferir para as instituições.

No CE de Freixianda mantivemos as medidas adotadas para estimular o aumento do número de crianças, dado o problema de “fuga” para concelhos vizinhos, adaptando o funcionamento à lógica inerente a uma Escola Básica integrada e recorrendo a uma parceria com a Ourémviva e o Agrupamento de Escolas de Ourém, a qual permitiu criar um Clube Aprender e Brincar, uma resposta para as crianças e famílias deste estabelecimento. Este serviço foi igualmente implementado, no presente ano letivo, na EB1/JI de Pinheiro, Mata e Carvoeira.

Entidade Gestora	Valor de estimativa mensal (prolongamento de horário)	Valor de estimativa mensal (refeições)	Valor total da estimativa mensal transferir para a instituição	Valor de estimado a transferir de setembro a dezembro (prolongamento de horário)	Valor de estimado a transferir de setembro a dezembro (refeições)	Valor total estimado a transferir de setembro a dezembro 2017	Valor de estimado a transferir de janeiro a julho (prolongamento de horário)	Valor de estimado a transferir de janeiro a julho (refeições)	Valor estimado a transferir de janeiro a julho 2018	Valor estimado a transferir no ano letivo 2017/2018 (prolongamento de horário)	Valor estimado a transferir no ano letivo 2017/2018 (refeições)	Valor estimado a transferir ano letivo 2017/2018
Assoc. de Pais de Urqueira Norte	425,00 €	425,00 €	850,00 €	1 700,00 €	1 700,00 €	3 400,00 €	2 975,00 €	2 975,00 €	5 950,00 €	3 400,00 €	5 950,00 €	9 350,00 €
Centro Social de Casal dos Bernardos	225,00 €	475,00 €	700,00 €	900,00 €	1 900,00 €	2 800,00 €	1 575,00 €	3 325,00 €	4 900,00 €	2 800,00 €	4 900,00 €	7 700,00 €
Assoc. de Pais de Rio de Couros	425,00 €	525,00 €	950,00 €	1 700,00 €	100,00 €	3 800,00 €	2 975,00 €	3 675,00 €	6 650,00 €	3 800,00 €	6 650,00 €	10 450,00 €
APAJE Fátima	5 800,00 €	5 750,00 €	11 550,00 €	23 200,00 €	23 000,00 €	46 200,00 €	40 600,00 €	40 250,00 €	80 850,00 €	46 200,00 €	80 850,00 €	127 050,00 €
APDAF	2 800,00 €	2 800,00 €	5 600,00 €	11 200,00 €	11 200,00 €	22 400,00 €	19 600,00 €	19 600,00 €	39 200,00 €	22 400,00 €	39 200,00 €	61 600,00 €
Jardim Infantil de Ourém	975,00 €	1 400,00 €	2 375,00 €	3 900,00 €	5 600,00 €	9 500,00 €	6 825,00 €	9 800,00 €	16 625,00 €	9 500,00 €	16 625,00 €	26 125,00 €
Centro de Apoio Social do Olival	550,00 €	1 350,00 €	1 900,00 €	2 200,00 €	5 400,00 €	7 600,00 €	3 850,00 €	9 450,00 €	13 300,00 €	7 600,00 €	13 300,00 €	20 900,00 €
Centro de Bem-Estar do Bairro	550,00 €	550,00 €	1 100,00 €	2 200,00 €	2 200,00 €	4 400,00 €	3 850,00 €	3 850,00 €	7 700,00 €	4 400,00 €	7 700,00 €	12 100,00 €
Centro da 3ª Idade de Gondemaria	450,00 €	550,00 €	1 000,00 €	1 800,00 €	2 200,00 €	4 000,00 €	3 150,00 €	3 850,00 €	7 000,00 €	4 000,00 €	7 000,00 €	11 000,00 €
Centro D.S.C. Cercal, Vales e Ninho	750,00 €	800,00 €	1 550,00 €	3 000,00 €	3 200,00 €	6 200,00 €	5 250,00 €	5 600,00 €	10 850,00 €	6 200,00 €	10 850,00 €	17 050,00 €
Centro S.P. da Freguesia de Atouguia	125,00 €	300,00 €	425,00 €	500,00 €	1 200,00 €	1 700,00 €	875,00 €	2 100,00 €	2 975,00 €	1 700,00 €	2 975,00 €	4 675,00 €
Centro S.P. Espírito Santo - L. Furadouro	475,00 €	850,00 €	1 325,00 €	1 900,00 €	3 400,00 €	5 300,00 €	3 325,00 €	5 950,00 €	9 275,00 €	5 300,00 €	9 275,00 €	14 575,00 €
Centro S.P.S. João Baptista de	275,00 €	450,00 €	725,00 €	1 100,00 €	1 800,00 €	2 900,00 €	1 925,00 €	3 150,00 €	5 075,00 €	2 900,00 €	5 075,00 €	7 975,00 €

Espite												
Centro Social das Matas	550,00 €	625,00 €	1 175,00 €	2 200,00 €	2 500,00 €	4 700,00 €	3 850,00 €	4 375,00 €	8 225,00 €	4 700,00 €	8 225,00 €	12 925,00 €
Agrupamento de Escolas de Ourém	- €	2 250,00 €	2 250,00 €	- €	9 000,00 €	9 000,00 €	- €	15 750,00 €	15 750,00 €	9 000,00 €	15 750,00 €	24 750,00 €
ACRA	550,00 €	950,00 €	1 500,00 €	2 200,00 €	3 800,00 €	6 000,00 €	3 850,00 €	6 650,00 €	10 500,00 €	6 000,00 €	10 500,00 €	16 500,00 €
Obra Nossa Senhora da Purificação	175,00 €	175,00 €	350,00 €	700,00 €	700,00 €	1 400,00 €	1 225,00 €	1 225,00 €	2 450,00 €	1 400,00 €	2 450,00 €	3 850,00 €
	15 100,00 €	20 225,00 €	35 325,00 €	60 400,00 €	80 900,00 €	141 300,00 €	105 700,00 €	141 575,00 €	247 275,00 €	141 300,00 €	247 275,00 €	388 575,00 €

Quadro: Custos com as refeições e prolongamento de horário 2017/2018

Transportes Escolares

O Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro regulou a transferência de competência para os municípios em matéria de organização, financiamento e controlo de funcionamento dos transportes escolares, sendo as transferências de verbas correspondentes aos encargos assim assumidos efetuadas através do Orçamento de Estado. Em 25 de janeiro de 1990 foi aprovado o Decreto-Lei n.º 35/90 que veio reforçar a verba a transferir para os municípios decorrente do aumento do ensino obrigatório de 6 para 9 anos. A participação complementar aprovada corresponde a 50% dos encargos suportados com o transporte dos/as alunos/as do 3.º Ciclo. A descentralização da administração central para a local, em matéria de transportes escolares, assume um âmbito mais abrangente e definitivo com a transmissão das atribuições e competências previstas na alínea c) do artigo 13.º e a alínea a) do ponto 3 do artigo 19.º, do Decreto-lei n.º 159/99, de 14 de setembro. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, vem reforçar a responsabilidade do Município, na alínea gg), do ponto 1 do artigo 33.º na organização e gestão dos transportes escolares.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003, em 15 de janeiro, nomeadamente no artigo 25.º, foram revogados os artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, transferindo as competências exercidas pelo Conselho Consultivo dos Transportes Escolares para o Conselho Municipal de Educação.

Com vista ao reforço das condições de segurança no transporte dos/as alunos/as a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que veio revogar o ponto 2.º do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, impõe que a cada criança corresponda um lugar sentado no automóvel, não podendo a lotação do mesmo ser excedida. No entanto, o ponto 3 do artigo 2.º, do referido diploma, esclarece que o mesmo não se aplica aos transportes públicos regulares de passageiros.

O Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de setembro, veio criar o passe escolar designado «passe 4_18@escola.tp», o qual assume uma função complementar ao transporte escolar a que se refere o Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, ao atribuir um

desconto de 50% no valor da tarifa inteira dos passes mensais em vigor, para os/as estudantes do ensino não superior, dos 4 aos 18 anos, inclusive, que não beneficiem, na deslocação casa-escola, de transporte escolar no âmbito do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro. Foi posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e pela Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto, nomeadamente quanto à percentagem de participação suportada pelo Governo bem como às condições de acesso ao «passe 4_18@escola.tp» e «passe sub23@superior.tp».

Com o Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de julho foram transferidas pelo Governo para os municípios, mediante a celebração de contrato de execução, as atribuições e competências em matéria de educação, nomeadamente no que se refere aos transportes escolares, relativos ao 3.º ciclo do ensino básico. O artigo 9.º do referido diploma estipula que as transferências de recursos financeiros em matéria de transportes escolares, sejam incluídas no fundo social municipal e atualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

O Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, cujo objeto visa regular o regime de matrícula e frequência no âmbito da escolaridade obrigatória entre os 6 e os 18 anos, veio alterar o ponto 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro passando o mesmo a ter a seguinte redação: “*O transporte escolar é gratuito até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições estabelecidas no artigo anterior, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário.*”

Atualmente, a grande alteração em matéria de rede de transporte prende-se com a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros, que revoga os Regulamentos (CE) n.º 1191/69 e (CEE) n.º 1107/70 do Conselho da União e com a publicação da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, referente ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

Caraterização do público-alvo dos utilizadores de transportes escolares por Nível de Ensino

No que se refere à caracterização do tipo de transporte por público-alvo e dada a complexidade e extensão do Concelho de Ourém, o Município de Ourém dispõe de um sistema misto de oferta para os/as alunos/as.

Os transportes escolares dos/as alunos/as do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico são assegurados na sua maioria por mini-autocarros de 18 ou 26 lugares e carrinhas de 9 lugares municipais, adquiridos em 2001 e 2008, para garantir o transporte dos/as alunos/as de cerca de 83 estabelecimentos de ensino suspensos até à data, bem como por autocarros da rede de transportes públicos. Clarifica-se que a suspensão foi realizada por indicação do Ministério da Educação e Ciência, no âmbito do reordenamento escolar, ou por falta de alunos/as inscritos/as nos respetivos estabelecimentos, optando-se, conforme consta do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, por adotar circuitos especiais, dada a idade dos/as alunos/as a transportar, com carácter mais individualizado.

Para o funcionamento da frota, o Município e a Ourémviva EM, SA dispõem de 12 motoristas e 15 vigilantes, devidamente credenciados/as, de acordo com a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.

No ano letivo 2016/2017, nomeadamente entre os meses de janeiro a junho, o número de alunos/as do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos/as nos transportes escolares nos circuitos casa/escola e escola/casa, era de 510 e passou para 512 alunos/as, no ano letivo 2017/2018, isto é, a partir de setembro. Para transporte para os locais de refeições, foram transportados diariamente 147 alunos/as no ano letivo 2016/2017 e 138 alunos/as no ano letivo 2017/2018.

Gráfico: Número dos/as alunos/as do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos/as nos transportes escolares, para o ano letivo 2017/2018

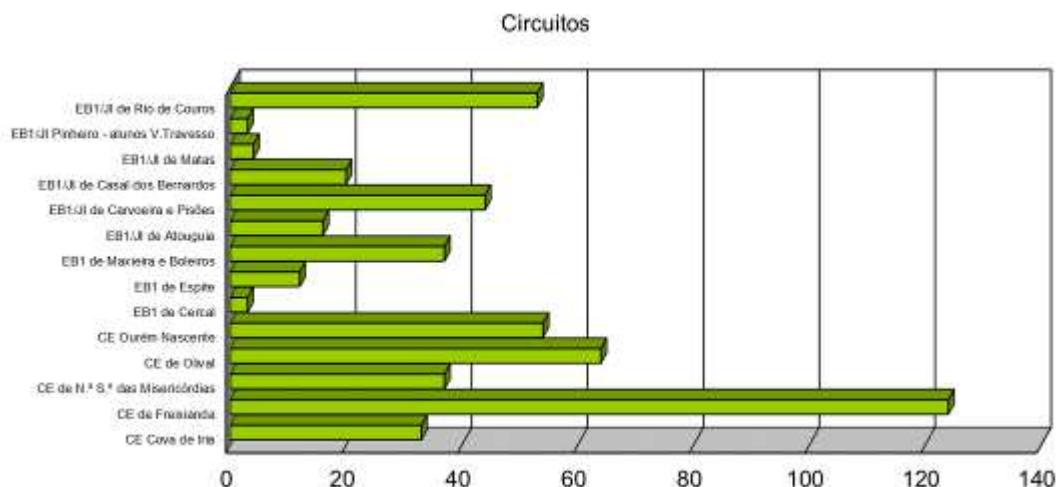
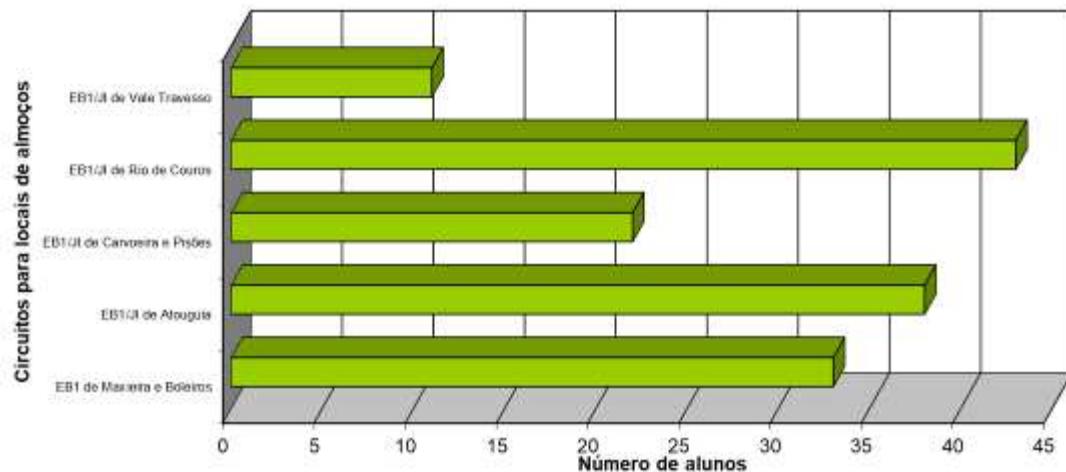


Gráfico: Número dos/as alunos/as do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos/as nos transportes escolares e transportados/as para os locais de refeições, para o ano letivo 2017/2018



No que se refere aos/as alunos/as dos 2.º Ciclos, 3.º Ciclos, Secundário e Profissional, os transportes escolares foram efetuados em regime de carreiras públicas, pela Rodoviária do Tejo (RT) e Rodoviária da Beira Litoral (RBL), de acordo com o Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

As infraestruturas de transportes escolares do Concelho de Ourém estão, na sua quase totalidade, concessionadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) à Rodoviária do Tejo, estando apenas a zona norte da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais concessionada à Rodoviária Beira Litoral (RBL ou Transdev).

Os circuitos de transportes públicos assegurados pela Rodoviária do Tejo cobrem a maior parte do território do Concelho e permitem incluir os circuitos de transportes escolares, favorecendo assim uma maior oferta a toda a população durante o tempo letivo.

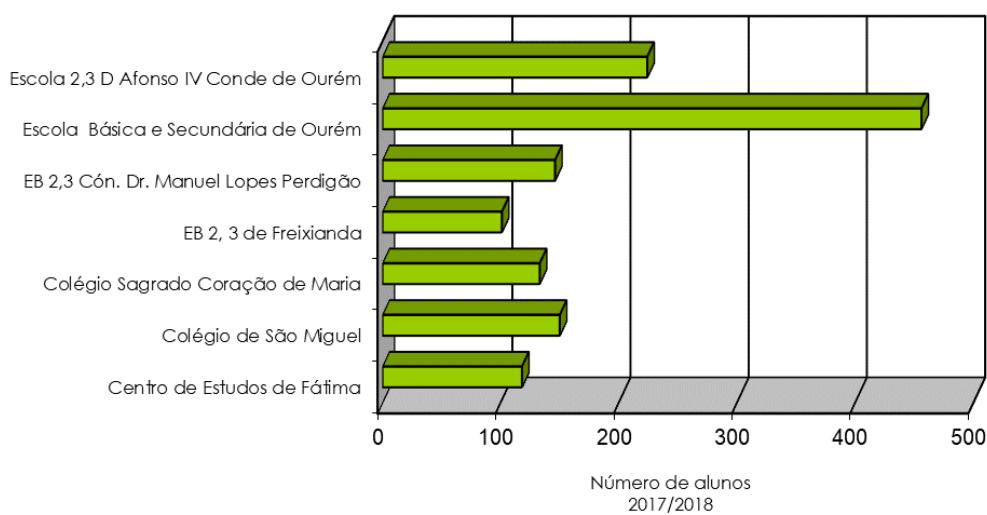
Quadro: Tipologia dos transportes e nível de ensino por estabelecimento de ensino

Estabelecimento de ensino	Tipo de Transportes	Empresa	Nível de ensino ministrado
Centro de Estudos de Fátima	Autocarro	Rodoviária do Tejo	2º e 3º ciclos, Ens. Sec. e Prof.
Colégio de São Miguel	Autocarro	Rodoviária do Tejo	2º e 3º ciclos, Ens. Sec. e Prof
Colégio Sagrado Coração de Maria	Autocarro	Rodoviária do Tejo	2º e 3º ciclos
Conservatório de Música de Ourém e Fátima – Associação (até julho 2017)	Autocarro	Rodoviária do Tejo	Ens. Prof.
Escola EB 2, 3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias	Autocarro	Rodoviária do Tejo	2º e 3º ciclos
Escola EB 2, 3 D. Afonso IV Conde de Ourém	Autocarro	Rodoviária do Tejo	2º e 3º ciclos
Escola EB 2, 3 de Freixianda	Autocarro	Rodoviária do Tejo	2º e 3º ciclos
	Autocarro	Rodoviária Beira Litoral	
Escola de Hotelaria de Fátima – EHF	Autocarro	Rodoviária do Tejo	Ens. Prof.
Escola Profissional de Ourém – EPO	Autocarro	Rodoviária do Tejo	Ens. Prof.
Escola Básica e Secundária de Ourém	Autocarro	Rodoviária do Tejo	2º e 3º ciclos, Ens. Sec. e Prof

Consultados os dados transmitidos pelos estabelecimentos de ensino, foram transportados/as, diariamente, para os respetivos estabelecimentos escolares, no ano letivo 2016/2017, 1309 alunos/as, tendo o número aumentado para 1.328 alunos/as, a partir de setembro 2017.

Conforme consta do gráfico que abaixo se apresenta, a maior parte dos/as alunos/as foi transportada para a Escola Básica e Secundária de Ourém, dada a cobertura concelhia do Ensino Secundário, seguindo-se a Escola EB 2,3 D. Afonso IV Conde de Ourém, o Colégio de São Miguel, a Escola EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão-Caxarias, o Colégio Sagrado Coração de Maria, o Centro de Estudos de Fátima. O menor número de alunos/as transportados/as registou-se com destino à Escola EB 2,3 de Freixianda. No presente ano letivo, não foram mencionados os/as alunos/as matriculados/as na Escola Básica e Secundária de Ourém, no Conservatório de Música de Ourém e Fátima, na Escola Profissional de Ourém e na Escola de Hotelaria de Fátima que usufruem de transporte escolar, tendo em conta que os custos dos transportes escolares são suportados na íntegra pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).

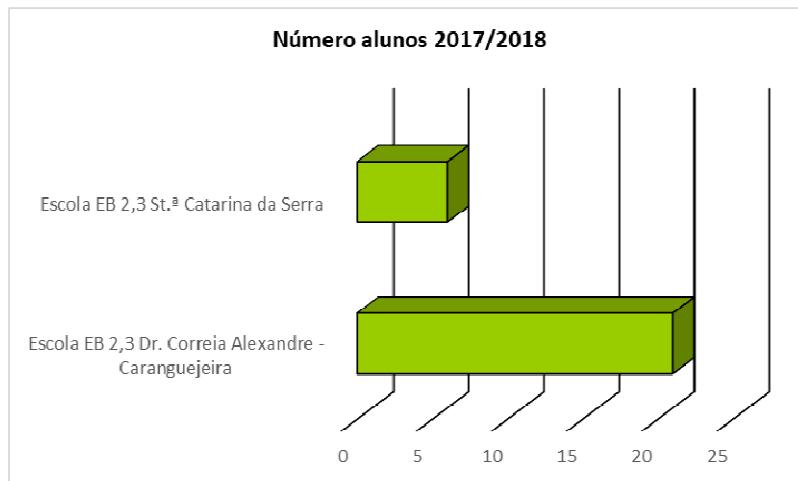
Gráfico: Número dos/as alunos/as inscritos/as nos transportes escolares, para o ano letivo 2017/2018



Também foram transportados/as alunos/as do concelho para estabelecimentos de ensino limítrofes, por inexistência do curso pretendido ou por ser o estabelecimento de

ensino mais próximo da sua zona de residência, num total de 27 alunos/as, conforme consta no gráfico seguinte que seguidamente se apresenta (eram 28 no ano letivo 2016/2017):

Gráfico: Número dos/as alunos/as inscritos/as nos transportes escolares, para o ano letivo 2017/2018



O Município de Ourém deliberou ainda, em reunião camarária de 21 de julho 2017, apoiar as deslocações dos/as alunos/as do Pré-Escolar e 1.º CEB para as atividades inseridas nos Projetos Educativos dos respetivos Agrupamentos, para as atividades desenvolvidas pelo Município bem como para a realização das visitas de estudo anuais.

Estabelecimentos de ensino fora do concelho

Constata-se a existência de alunos/as, residentes no concelho, que se deslocam com a rede de transportes escolares para estabelecimentos fora do concelho por inexistência de oferta educativa ou vaga no curso pretendido pelos/as alunos/as bem como por se tratar do estabelecimento de ensino mais próximo de suas residências, assumindo o Município, a participação em 50% do valor do transporte para os alunos/as do Secundário/Profissional e 100% para os/as alunos/as do ensino básico.

Os/as alunos/as frequentam essencialmente:

Quadro: Estabelecimentos de ensino fora do concelho frequentado pelos/as alunos/as do concelho

Estabelecimentos de ensino fora do Concelho	Total 2.º e 3.º ciclo
Escola EB 2,3 Dr. Correia Alexandre - Caranguejeira	21
Escola EB 2,3 St.ª Catarina da Serra	6
Total	27

Outras atividades relacionadas com os transportes

Ao nível dos transportes, no ano 2017, foram realizados pelos autocarros da frota municipal cerca de 386 deslocações, para além dos circuitos diários de transportes escolares, distribuídos conforme consta no seguinte quadro:

Âmbito das deslocações	Número de deslocações efetuadas
Apoio às atividades desenvolvidas pelos Agrupamentos de Escolas (alunos/as)	100
Passeio Sénior 2017 (idosos/as)	71
Serviços solicitados por outras unidades orgânicas da CMO	54
Visita de estudo anual (alunos/as Pré-escolar e 1.º Ciclo)	30
Festa da Criança 2017 (alunos/as)	29
Apoio ao associativismo	21
Visita à Vila Medieval (alunos/as)	14
Apoio nas deslocações dos/as refugiados/as	12
Atividades no Cineteatro Municipal (alunos/as)	12
Apoio aos Clubes geridos pela Ourémviva (crianças)	11
Apoio às deslocações da CPCJ	8
Atividade no Museu Municipal (alunos/as)	8
Apoio à Semana da Aventura 2017	5
Atividades na Biblioteca Municipal (alunos/as)	5
Fórum Estudante 2017	4
Feira do Livro 2017	2
Total	386

Foram igualmente desenvolvidas as seguintes ações:

- Organização e ajustamento do transporte dos/as alunos/as do 2.º ano, 5.º ano, 8.º ano e 9.º ano para as provas de aferição e os exames nacionais;
- Análise e resolução de todos os pedidos de transportes dos/as alunos/as do Pré-escolar e 1.º CEB;
- Organização e preparação da rede de transportes escolares para os/as alunos/as do Pré-Escolar e do 1.º CEB para o ano letivo 2017/2018, com análise de todos os pedidos de novas paragens e transportes especiais para alunos/as com Necessidades Educativas Especiais;
- Organização e elaboração de todos os documentos necessários à programação e arranque do ano letivo 2017/2018;
- Elaboração e implementação dos itinerários para deslocação dos/as alunos/as para as aulas de adaptação ao meio aquático para os/as alunos/as do 1.º CEB no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, e para os/as alunos/as do Ensino Pré-Escolar, para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018;
- Organização das funções a desempenharem pelos/as motoristas e vigilantes nas interrupções letivas;
- Tratamento dos dados enviados pelas entidades prestadoras do serviço de transporte e emissão de informação para pagamentos referentes aos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018.

Caraterização dos Equipamentos Educativos Desativados

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, estabelece orientações para o reordenamento da rede escolar, o que permitirá encerrar escolas do 1.º ciclo do ensino básico que tenham menos de 21 alunos/as. No ponto 4 desta Resolução está definido que o processo de extinção de estabelecimentos públicos de ensino é articulado e negociado com os municípios.

Ao longo dos últimos anos foram encerrados os estabelecimentos, referidos no quadro seguinte, por terem um número insuficiente de alunos/as ou por integração dos/as mesmos/as em novos centros escolares, num total de 84 edifícios propriedade do Município. Alguns destes estabelecimentos desativados foram cedidos, por protocolo, a instituições, associações e freguesias.

Quadro: Estabelecimentos de Ensino Desativados

Agrupamento de Escolas	Tipologia	Estabelecimento
Agrupamento de Escolas C. Dr. Manuel L. Perdigão - Caxarias	EB1	Cacinheira
	EB1	Salgueira do Meio
	EB1	Casalinho
	EB1	Andrés
	J.I./EB1	Barreira
	EB1	Casais da Abadia
	EB1	Carvoeira Antiga
	EB1	Caxarias
	EB1	Pisões Antiga
	EB1	Cumeeira
	EB1	Carvalhal
	EB1	Freiria
	EB1	Espite Antiga
	EB1	Carvalhal do Meio
	EB1	Casal Ribeiro
	EB1	Amieira
	J.I./EB1	Pederneira
	EB1	Resouro
	EB1	Vale das Antas
	J.I./EB1	Urqueira
	J.I./EB1	Sandoeira
Agrupamento de Escolas Ourém	EB1	Cumeada
	J.I./EB1	Ramalheira
	EB1	Charneca
	EB1	Perucha
	EB1	Reca
	EB1	Barrocaria
	EB1	Carcavelos de Cima
	EB1	Conceição
	EB1	Soutaria
	EB1	Óbidos
	EB1	Amoreira
	J.I.	Casa Velha
	EB1	Casa Velha
	EB1	Giesteira
	EB1	Moita Redonda – antiga
	EB1	Lombo d'Égua
	J.I.	Moita Redonda

	EB1	Moitas Gaiola
	EB1	Fátima (Estrada da Ortiga)
	EB1	Fátima (Casa do Povo)
	EB1	Monfortinos
	EB1	Louçãs
	EB1	Louçãs – Antiga
	EB1	Alqueidão
	J.I.	Alqueidão
	EB1	Pisão – Antiga
	EB1	Lavradio
	EB1	Fartaria
	EB1	Gondemaria (Cidral)
	EB1	Ninho d' Águia
	J.I.	Olival
	EB1	Olival
	EB1/JI	S.Jorge
	EB1	Mata do Fárrio
	J.I.	Ribeira do Fárrio
	EB1	Freixianda
	J.I.	Freixianda
	EB1	Formigais
	J.I.	Formigais
	J.I.	Vale Travesso
	EB1	Toucinhos
	EB1	Pinhel
	EB1	Vale da Perra
	EB1	Zambujal
	EB1	Ourém nº1
	J.I.	Ourém
	EB1	Caneiro
	J.I./EB1	Lagoa do Furadouro
	EB1	Matas
	EB1	Ourém nº 2
	J.I./EB1	Sobral
	EB1	Vale do Porto
	EB1	Vilar dos Prazeres
	EB1	Vilar dos Prazeres Antiga
	EB1	Cristovãos
	EB1	Fontainhas
	EB1	Seiça

Agrupamento de Escolas Conde de Ourém

	J.I.	Seiça
	J.I./EB1	Coroados
	EB1	Peras Ruivas
	EB1	Valada
	J.I.	Alburitel
	EB1	Alburitel

Clube Aprender e Brincar



O Clube Aprender e Brincar é uma resposta social de apoio às famílias e crianças que frequentam o pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico do Complexo Escolar de Carvoeira, do Centro Escolar de Freixianda, do JI/EB1 de Mata, do JI/EB1 de Pinheiro e do JI/EB1 de Pisões. Esta resposta integra um serviço de apoio às famílias e às crianças que frequentam esses estabelecimentos de ensino, de modo a ocupar os tempos livres das crianças em idade pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e a proporcionar a cada criança condições de bem-estar, segurança e ocupação extraescolar. O seu funcionamento resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Ourém, a Ourémviva, E.M., S.A., o Agrupamento de Escolas de Ourém e o Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias.

Ano Letivo 2016/2017

No ano letivo 2016/2017 frequentaram:

- Clube Aprender e Brincar da Carvoeira: 16 crianças do pré-escolar e 13 do 1º CEB;
- Clube Aprender e Brincar da Freixianda: 45 crianças do pré-escolar e 7 do 1.º CEB;
- Clube Aprender e Brincar da Mata: 11 crianças do pré-escolar e 10 do 1º CEB;
- Clube Aprender e Brincar do Pinheiro: 19 crianças do pré-escolar e 20 do 1º CEB.

O ano ficou marcado por diversas atividades, tais como Ateliê dinamizado pela equipa da Ourémviva, E.M., S.A., atividades desportivas nos Pavilhões Gimnodesportivos, Encontro entre os Clubes no Centro de Negócios de Ourém e Cineteatro Municipal de Ourém, entre outras.

Ano Letivo 2017/2018

Os Clubes Aprender e Brincar iniciaram o funcionamento do ano letivo 2017/2018 a 1 de setembro de 2017. No ano letivo 2017/2018 estão inscritos/as:

- Clube Aprender e Brincar da Carvoeira: 16 crianças do pré-escolar e 11 do 1º CEB;
- Clube Aprender e Brincar da Freixianda: 38 crianças do pré-escolar e 18 do 1.º CEB;
- Clube Aprender e Brincar da Mata: 12 crianças do pré-escolar e 12 do 1º CEB;
- Clube Aprender e Brincar do Pinheiro: 17 crianças do pré-escolar e 17 do 1º CEB.

Outras atividades no domínio da Educação

Projeto “Aprender Feliz”

- Projeto implementado no Agrupamento de Escolas Conde de Ourém que visou a promoção escolar de alunos/as com dificuldades de aprendizagem, trajetos de insucesso escolar e disfuncionalidade familiar. Frequentaram o projeto 22 alunos/as do 2º e 3º ciclo em risco de absentismo e abandono escolar.

Fórum Estudante 2017



Ao longo de todo o dia 10 de janeiro, dois mil alunos/as do 9º ao 12º ano, participaram no Fórum Estudante Ourém 2017, uma iniciativa do Município de Ourém em parceria com o Contrato Local de Desenvolvimento Social 3G (CLDS3G), estabelecimentos de ensino de todo o concelho e o Projeto de Empreendedorismo Social Inspiring Future. Os/As alunos/as contataram diretamente com instituições de

ensino superior e participaram nas diversas atividades levadas a cabo pelos estabelecimentos de ensino e nas várias palestras e workshops sobre várias temáticas. No total participaram 38 instituições de todo o país e 10 entidades do concelho (Agrupamento de Escolas de Ourém, Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel L. Perdigão – Caxarias, Agrupamento Escolas Conde de Ourém, Centro de Estudos de Fátima, Colégio do Sagrado Coração de Maria, Colégio de São Miguel, CLDS 3G Ourém, Escola de Hotelaria de Fátima, Escola Profissional de Ourém e Conservatório de Música de Ourém Fátima).

Festa da Criança

Realizou-se nos dias 29, 30 e 31 de maio, a Festa da Criança. Cerca de 2500 crianças do pré-escolar e do 1º Ciclo do concelho de Ourém participaram nas várias atividades relacionadas com o empreendedorismo e as profissões.

Estiveram representadas as seguintes profissões:



1. DESIGNER GRÁFICO, INFORMÁTICO, ELETRECISTA E ENG. ELETROTÉCNICO, profissões dinamizadas pelo Centro de Estudos de Fátima.
2. TÉCNICO DE SAÚDE, profissão dinamizada pelo Agrupamento de Escolas de Ourém.
3. MÚSICO, profissão dinamizada pelo Conservatório de Música de Ourém e Fátima.
4. TÉCNICO DE INFORMÁTICA E TÉCNICO EM METALOMEÇÂNICA, profissões dinamizadas pela Escola Profissional de Ourém.
5. CANALIZADOR/OPERADOR DE EXPLORAÇÃO DE ÁGUA, profissão dinamizada pela Be Water
6. TRIADOR DE RESÍDUOS E MOTORISTA DE RECOLHA DE ECOPONTOS, profissões dinamizadas pela Valorlis.
7. ARTESÃO EM PAPEL, profissão dinamizada pelo artesão Francisco Pereira – CLDS 3G Ourém.
8. COSTURA, profissão dinamizada pela artesã Vera Tomás – CLDS 3G Ourém.
9. CESTEIRA, profissão dinamizada pela artesã Isabel Graça – CLDS 3G Ourém.

10. TAPECEIRO E BORDADEIRA, profissão dinamizada pela Associação de Artistas e Artesãos de Ourém – CLDS 3G Ourém.
11. OLEIRO, profissão dinamizada pelo artesão João Costa – CLDS 3G Ourém.
12. PADEIRO, profissão dinamizada pelo padeiro Marco Marques.
13. RESTAURAÇÃO, profissão dinamizada pela Escola de Hotelaria de Fátima.
14. AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL, profissão dinamizada pelos Serviços de Proteção Civil do Município de Ourém.
15. AGENTE DA POLÍCIA, profissão dinamizada pela Polícia de Segurança Pública - PSP.
16. MILITAR DA GUARDA, profissão dinamizada pela Guarda Nacional Republicana - GNR.
17. BOMBEIROS, profissão dinamizada pelas Corporações de Bombeiros do Concelho.
18. VENTRÍLOQUO, profissão dinamizada pela Be Water.
19. Operador de Água ETAR e ETA, profissão dinamizada pelas Águas do Centro Litoral - AdCL.
20. OPERADOR DE TRIAGEM DE RESÍDUOS, profissão dinamizada pela SUMA.
21. PILOTO DE FORMULA 1, profissão dinamizada pelo Município de Ourém.
22. AGRICULTOR, profissão dinamizada pelo Município de Ourém.
23. INSTRUMENTISTA, profissão dinamizada pela Be Water/Ourearte.
24. DJ/DISCOTECA, profissão dinamizada pelo Grupo de Infância e Juventude das IPSS do Concelho.
25. ATOR, profissão dinamizada pelo Município de Ourém.
26. ASTRÓNOMO, profissão dinamizada pelo Município de Ourém.

No dia 1 de junho, o município distribuiu por todas as escolas que participaram, um mealheiro (porquinho com o timbre do Município) para que as crianças começem, desde cedo, a ter noções sobre a economia e poupança.



Figuras: Momentos da Festa da Criança

Abertura Oficial do Ano Letivo 2017/2018

No âmbito do início do ano letivo 2017/2018, realizou-se nos dias 6 e 7 de setembro a “Abertura Oficial do Ano Letivo 2017/2018”, no Cineteatro Municipal de Ourém. No dia 6 de setembro, a sessão foi dirigida a cerca de 150 funcionários não docentes. Iniciou-se a sessão com um momento de dança da Escola de dança da Academia de Música Banda de Ourém e, em seguida, com as apresentações dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas, sobre “Os recursos humanos não docentes na perspetiva dos Diretores” e a conferência “Conflitos em contexto escolar”, apresentada pela Dr.^a Ana Mafalda Branco, psicóloga. No dia 7 de setembro, o dia foi dedicado aos professores que lecionam nas escolas do concelho, tendo participado perto de 350 docentes. Teve como momento de dança a participação da Academia de Dança – Arabesque. O Presidente da Câmara deu as boas vindas aos presentes juntamente com a Dr.^a Agripina Vieira, diretora do Centro de Formação “Os Templários”. As conferências do dia foram apresentadas pelo Dr. José Augusto Pacheco, professor catedrático e atualmente Presidente do Instituto de Educação da Universidade do Minho, com a temática “Flexibilização curricular”; pela Prof.^a Teresa Calçada, Comissária do Plano Nacional de Leitura, com a conferência “O Plano Nacional de Leitura: o livro e a leitura”; pela Prof.^a Ana Amélia Carvalho, professora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, com a conferência “Novos desafios tecnológicos na escola”; pela Prof.^a Maria Dulce Gonçalves, professora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com a conferência “Ideia para uma escola do Século XXI” e terminaram as apresentações com a Dr.^a Joana Duarte, doutorada em Psicologia Clínica e investigadora do CINEICC, com o tema “Burnout e Fadiga na Profissão Docente”. Após as conferências, seguiu-se o momento simbólico dedicado à docente aposentada. A Presidente da Assembleia Municipal, dirigiu umas palavras de agradecimento, encerrando deste modo a sessão.





Figuras: Momentos da Abertura oficial do ano letivo 2017/2018

Intercâmbio europeu no âmbito do Projeto Erasmus +

Este intercâmbio promovido pelo Colégio de São Miguel, com o apoio do Município de Ourém, e que se realizou nos dias 26, 27 e 29 de julho, contou com a presença de jovens estudantes e professores de seis países além do nosso, Espanha, Itália, Alemanha, França, Turquia e Eslovénia. A DEAS colaborou na definição do programa, apoio logístico, transporte e oferta de material promocional do concelho.

Projetos desenvolvidos com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plataforma Edubox

Foi dada continuidade à utilização da Plataforma Edubox, durante o ano 2017, com a introdução por parte da equipa dos dados necessários à utilização dos seguintes módulos:

- Gestão Curricular;
- Gestão das refeições escolares;
- Gestão de Ação Social Escolar,
- Gestão de Transportes Escolares (ainda em fase experimental);
- Gestão e Manutenção do Parque Escolar (ainda em fase de definição de estratégia para sua aplicação).

Transporte a Pedido – Alargamento ao Concelho de Ourém

O serviço de Transporte a Pedido, lançado a 1 de março, com a implementação de 14 circuitos de transportes de modo a garantir transportes para as zonas mais desfavorecidas em oferta de transportes públicos, permitiu transportar ao longo do ano de 2017 cerca de 433 passageiros.

De acordo com a estatística fornecida pela CIMT, o serviço já foi requerido, desde a sua implementação, por cerca de 779 passageiros. O percurso mais frequentado foi o de Freixaíanda Sul – Formigais que registou 316 passageiros.



PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo / Fase 1

No âmbito do Quadro de Apoio Centro 2020, foi celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro o “PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO”, bem como contratualizadas as dotações previstas para a implementação das medidas agendadas no pacto, num total de 48.551.937,35 €.

No âmbito da Prioridade de Investimento 10.1 (Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação), abriu através do Aviso n.º CENTRO-66-2016-15 as candidaturas relativas a Planos Integrados e Inovadores

de Combate ao Insucesso Escolar, cuja primeira fase de candidatura terminou a 31 de janeiro 2017.

Este aviso de candidaturas teve como objetivo específico aumentar as intervenções que, de forma integrada e articulada, favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos, e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.

Para este aviso, estava prevista 50% da dotação inscrita na PI 10.1 do Pacto, no total de 4.462.500,00 € para o Médio Tejo sendo os/as investimentos/atividades propostos/as pelo Município de Ourém elaborados com base no montante de 488.739,41 €.

Tendo em conta o curto prazo do aviso de candidatura, foram realizadas várias reuniões com os parceiros no sentido de serem definidas as atividades a programar no âmbito do PEDIME devendo as mesmas estarem de acordo com os Planos de Ação Estratégica dos Agrupamento de Escolas, definidos para o biénio 2016-2018.

Para esta primeira fase, foram definidas 4 atividades prioritárias:

1. Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo: Pretende-se com a criação do Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo criar uma equipa multidisciplinar que assegure respostas multinível, incluindo apoios sociais e saúde, na educação pré-escolar e nos ensinos básicos e secundário. Prevê-se que a mesma seja constituída por 3 psicólogos (1 educacional, 1 clínico e 1 clínico com especialidade em terapia familiar), 1 terapeuta da fala e 1 nutricionista.
2. Plano Estratégico Educativo Municipal e revisão da Carta Educativa do Município de Ourém: ação elaborada com vista à atualização da Carta Educativa do Concelho de Ourém de modo a torná-la um instrumento de planeamento, caracterização dos espaços educativos, caracterização e evolução da rede escolar e da oferta formativa, definição de estratégias educativas que visem a promoção do sucesso escolar e o combate contra o abandono escolar, adequação (atual e futura) do ordenamento da rede de estabelecimentos de

ensino, às ofertas educativas e curriculares disponíveis a nível municipal, correspondendo assim à procura efetiva, a par do seu desenvolvimento qualitativo bem como à elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal de modo a dotar o Município de um instrumento de planeamento com base na promoção do sucesso educativo, elaboração de estratégias para maior participação dos jovens na sociedade e definição de ações que permitam a intervenção com pais e famílias.

3. Tecnologias na educação: novas formas de aprender e ensinar: Este projeto visa proporcionar aos docentes as ferramentas digitais para implementação de novas dinâmicas na sala de aula e permitir a realização de atividades interativas bem como proporcionar aos alunos a utilização de ferramentas inovadoras e interativas que os tornem mais autónomos
4. Atividades experimentais para a promoção da cultura científica: O projeto visa promover a cultura científica no Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo.

Para implementação dos 4 projetos atrás mencionados, e como orçamento indicativo para a candidatura, foram considerados os seguintes valores globais:

Designação do projeto	Orçamento Global (com IVA)	Montante financiamento FSE	Comparticipação Nacional - Município
Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo	280 260,00 €	236 945,00 €	43 315,00 €
Plano Estratégico Educativo Municipal e revisão da Carta Educativa	75 683,00 €	63 999,00 €	11 684,00 €
Tecnologias na educação: novas formas de aprender e ensinar	97 560,00 €	82 491,00 €	15 069,00 €
Atividades experimentais para a promoção da cultura científica	115 106,00 €	97 319,00 €	17 787,00 €
Total	568 609,00 €	480 754,00 €	87 855,00 €

Quadro 1: Valor do Investimento previsto para as atividades a implementar no âmbito do PEDIME

No que se refere ao financiamento, prevê-se a comparticipação em 85% através do Fundo Social Europeu de um montante total de cerca de 480.754,00€ e o montante da comparticipação nacional a suportar pelo Município de Ourém em cerca de 87.855,00€.

Unidades Móveis de Intervenção Precoce – Unidades Móveis para Cuidados de Saúde na Comunidade – Projeto Intermunicipal

No âmbito do Quadro de Apoio Centro 2020, foi celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro o PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO, bem como contratualizadas as dotações previstas para a implementação das medidas agendadas no pacto, num total de 48.551.937,35€.

No âmbito da Prioridade de Investimento 9.7 (Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária), foi submetido pela CIMT, ao Aviso de Concurso das Infraestruturas de Saúde do Programa Operacional do Centro 2020, o projeto Unidades Móveis de Intervenção Precoce (Unidades Móveis para Cuidados de Saúde na Comunidade). Os apoios são dirigidos aos projetos contratualizados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, assumindo a CIMT obrigatoriamente a qualidade de entidade coordenadora da operação e podendo os Municípios também ser beneficiários em parceria com a CIMT. A candidatura apresentada contabilizava um investimento elegível de 335.177,91€, sendo expectável uma dotação FEDER de 284.850,22€ (taxa 85€ FEDER). O projeto visa a aquisição de 13 viaturas elétricas que têm como fim serem utilizadas como Unidades Móveis de Intervenção Precoce/Cuidados de Saúde, ficando um veículo afeto a cada um dos 13 municípios que integram a CIMT. Conforme consta no projeto, o Município fica proprietário do veículo, devendo suportar o seguro e a manutenção do referido bem. No entanto, o veículo fica afeto à Unidade do Centro de Saúde da área do Município uma vez que é a equipa, dessa unidade, que deverá assegurar a sua deslocação e a prestação de cuidados médicos junto da população. Para o desenvolvimento do projeto, foram celebrados, a 27 de junho de 2017, 2 protocolos de cooperação institucional. A carrinha devidamente equipada foi rececionada em agosto de 2017 e encontra-se ao cuidado da Unidade de Saúde de Ourém.

Regime Jurídico Do Serviço Público De Transporte De Passageiros

O Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Serviços Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Assembleia Municipal, na sessão de 30 de novembro 2016, foi celebrado a 9 de dezembro 2016. A CIMT procedeu à emissão de licenças provisórias para as carreiras municipais até 31 de dezembro 2017. Durante o ano 2017, foram realizadas várias reuniões de trabalho com vista à preparação do Caderno de Encargos para o Concurso a lançar para concessionar a rede de transportes públicos.

Outros Projetos

Operação Fátima 2017 – Comemoração do Centenário das Aparições

Desde fevereiro, procedemos à elaboração dos percursos de transferes de autocarros a implementar, nos dias 11, 12, 13 e 14 de maio, para o transporte dos visitantes que irão estar em Fátima para as Comemorações do Centenários das Aparições. Foram criadas as seguintes bolsas e implementados os seguintes circuitos:

- **Bolsas de estacionamento**

Para a Operação Fátima/2017 o Município criou bolsas de estacionamento que complementam a oferta de estacionamento disponível dos parques de estacionamentos públicos e do Santuário de Fátima.

As bolsas de estacionamento são espaços destinados ao estacionamento de veículos legeiros e pesados de passageiros.

Para além do estacionamento habitual existente em Fátima, foram criadas 21 bolsas de estacionamento com capacidade aproximada para 18 000 veículos, duas delas para veículos que transportem cidadãos com mobilidade condicionada em veículo identificado nos termos da lei (parte do Parque 12 e Bolsa 30).

Estiveram ainda disponíveis 4 parques de estacionamento para autocarros (parques 11, 12, 13 e 14), podendo ainda ser utilizada a bolsa 31 para este efeito, depois de esgotada a capacidade dos 4 parques referidos.

Esteve estabelecida uma área destinada a campismo na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, nas traseiras do Pingo Doce até ao Campo João Paulo II do Centro Desportivo de Fátima. Este espaço esteve equipado com condições para utilização de wc, duche e eletricidade.

- **Transferes**

Para a Operação Fátima 2017, a autarquia organizou uma rede de transferes que farão o transporte dos cidadãos que estacionarem nas bolsas de estacionamento criadas especialmente para o efeito. Trata-se de um transporte gratuito, desde as bolsas de estacionamento até aos terminais mais próximos do Santuário.

Foram disponibilizadas 6 linhas de circulação dos transferes:

- A linha A (Círculo Amarelo) que corresponde ao percurso entre a Giesteira - Rua 15 de janeiro, Rua de São Mateus, Estrada de Minde, Avenida dos Pastorinhos, Rotunda dos Pastorinhos, Avenida D. José Alves Correia da Silva - Rotunda de St.^º António (Terminal 2). A mesma serve as bolsas de estacionamento 30 e 34. A linha tem uma distância de 6,5 km até ao terminal e um tempo estimado de deslocação de 30 minutos;
- A linha B (Círculo Amarelo) que corresponde ao percurso entre o Moimento - Rua Principal, Avenida João XXIII, Rotunda dos Pastorinhos, Avenida D. José Alves Correia da Silva - Rotunda de St.^º António (Terminal 2). A mesma serve as bolsas de estacionamento 31, 32 e 33. A linha tem uma distância de 3,25 km até ao terminal e um tempo estimado de deslocação de 15 minutos;
- A linha C (Círculo Verde) que corresponde ao percurso entre Ourém - Centro de Negócios - Rua Francisco Sá Carneiro, Avenida Bombeiros Voluntários, Avenida D. Nuno Álvares Pereira, Rotunda do Ribeirinho, Rua Dr. Joaquim Francisco Alves - Melroeira - Rua N.^a S.^a dos Aflitos, Pinhel - Estrada de Leiria -

Estrada de Fátima, São Sebastião, Casal Novo – Fátima - Estrada Principal de Fátima, Avenida Irmã Lúcia de Jesus, Rua da Escola, Rua dos Moinhos, Av. Irmã Lúcia de Jesus, Rotunda dos Pastorinhos, Avenida D. José Alves Correia da Silva - Rotunda de St.^º António (Terminal 2). A mesma serve as bolsas de estacionamento 40, 44 e 45. A linha tem uma distância de 11,25 km até ao terminal e um tempo estimado de deslocação de 30 minutos;

- A linha D (Círculo Verde) que corresponde ao percurso entre a Ortiga - Estrada de N.^a S.^a da Ortiga, Avenida Irmã Lúcia de Jesus, Rua da Escola, Rua dos Moinhos, Av. Irmã Lúcia de Jesus, Rotunda dos Pastorinhos, Avenida D. José Alves Correia da Silva - Rotunda de St.^º António (Terminal 2). A mesma serve as bolsas de estacionamento 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49. A linha tem uma distância de 5 km até ao terminal e um tempo estimado de deslocação de 15 minutos;
- A linha E (Círculo Azul) que corresponde ao percurso entre a Estrada da Loureira - Estrada da Fazarga, Av. Beato Nuno, Rotunda dos Peregrinos, Avenida D. José Alves Correia da Silva - Rotunda junto à Rodoviária (Terminal 1). A mesma serve as bolsas de estacionamento 20, 21, 22, 23, 24 e 25. A linha tem uma distância de 5 km até ao terminal e um tempo estimado de deslocação de 25 minutos;
- A linha F (Círculo Vermelho) faz o transfer de passageiros da Batalha (Pavilhão Multiusos) até ao Terminal 1 da responsabilidade do Município da Batalha, funcionando apenas nos dias 12 e 13 de maio.

A realização da Operação Fátima/2017 implicou a participação de 178 colaboradores, bem como os 12 veículos da frota municipal para além dos veículos alugados.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DOMÍNIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Neste ponto do relatório apenas se expressam as atividades realizadas no domínio dos assuntos sociais realizadas ao longo do ano em apreço.

Rede Social

A Rede Social de Ourém é composta por 106 entidades.

A equipa está responsável pela prestação de informações e devolução de inquéritos solicitados por diversas entidades nas áreas do social e educação, designadamente: Associação Nacional de Municípios Portugueses, Universidades, Institutos Politécnicos e outras entidades ou cidadãos/cidadãs. No ano em apreço divulgaram-se 136 conteúdos e respondeu-se a 34 pedidos.

Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo

A Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo promoveu 5 reuniões:

- Reunião 16 de fevereiro – Na reunião apresentou-se o Programa “Empreende Já” do IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude e o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (Tipologia de Operações 1.2.1. – Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade); avaliou-se o Plano de Atividades da Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo 2016 e apresentou-se a proposta do Plano de Atividades da Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo para o ano 2017.
- Reunião 31 de maio – Reunião de preparação do Encontro Supraconcelhio da Rede Social que se realizou a 09 de novembro de 2017.
- Reunião 30 de novembro – Na reunião aprovou-se a ata da última reunião da Plataforma, a Associação Dignitude apresentou o Programa abem: Rede Solidária do Medicamento e o Diretor apresentou o Programa da “II Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”. Também se fez o ponto de situação dos Incêndios e uma reflexão sobre a Rede Social.

Participação na reunião do Grupo Operativo da Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo, a 08 de fevereiro de 2017, para preparação do plano de atividades e relatório de execução a apresentar na Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo.

Conselho Local de Ação Social de Ourém

A 22 de maio de 2017 realizou-se uma reunião do Plenário do Conselho Local de Ação Social de Ourém. Nesta reunião o plenário: aprovou as atas das últimas reuniões; tomou conhecimento dos assuntos abordados na reunião da Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo, realizada a 16.02.2017; fez o ponto de situação da Candidatura ao Aviso n.º POAPMC – F2-2017-01 (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas), aprovou o relatório de monitorização do Plano de Ação do CLDS-3G de Ourém; tomou conhecimento do Programa “Portugal Inovação Social”; apreciou e aprovou o pedido de adesão ao Conselho Local de Ação Social de Ourém da RLIS – Rede Local de Intervenção Social; analisou e aprovou o relatório de execução da Rede Social’2016 e o Plano de Ação da Rede Social de 2017; e tomou conhecimento do ponto de situação do Programa de Emergência Alimentar: Cantinas Sociais.

Para a organização e preparação das reuniões do Plenário, o Núcleo Executivo reuniu a 13 e 15 de março de 2017.

Reunião dos Grupos Setoriais

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Rede Social e de modo a realizar as atividades previstas no Plano de Ação da Rede Social para o ano 2017 e definir as do ano 2018, o Município de Ourém promoveu 9 de reuniões com os grupos setoriais:

- **Grupo de Envelhecimento** – 13 de janeiro, 28 de abril, 14 de agosto e 23 de novembro
- **Grupo de Infância e Juventude** – 12 de janeiro, 27 de abril, 01 de agosto, 18 de setembro e 23 de novembro.

Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS-3G) de OURÉM

O Programa CLDS-3G de Ourém é um programa que visa: promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade; promover o desenvolvimento de

instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e a exclusão social; promover o desenvolvimento de instrumentos capacitadores das instituições da economia social, fomentando a implementação de serviços partilhados que permitam uma maior racionalidade de recursos e a eficácia de gestão; promover a inclusão social dos/as cidadãos/cidadãs, de forma multisectorial e integrada, através de ações, a executar em parceria, que contribuam para o aumento da empregabilidade, para o combate a situações críticas de pobreza, particularmente da infantil, da exclusão social de territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades; e concretizar medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, bem como a capacitação das instituições.

A 7 de julho de 2016, nos termos do artigo 12.º da Portaria n.º 179-B/2015, de 17 de junho, o CLASO nomeou a APDAF - Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família como entidade coordenadora local da parceria e a Dr.^a Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte, licenciada em Serviço Social e pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, como coordenadora do projeto. A ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima, a Insignare – Associação de Ensino e Formação e o Jardim Infantil de Ourém foram nomeadas entidades locais executoras da ação.

Em 2017, o Município de Ourém continuou, em parceria com o CLDS-3G de Ourém, a dinamizar diversas iniciativas, nomeadamente nas áreas da saúde, infância, juventude e envelhecimento e a monitorizar o Plano de Ação do programa, em sede de Plenário do CLASO.

Rede Local de Intervenção Social

A RLIS – Rede Local de Intervenção Social é um modelo de organização, que assenta numa lógica de intervenção articulada e integrada de entidades com responsabilidade no desenvolvimento da ação social que visa potenciar uma atuação concertada dos diversos organismos e entidades envolvidas na prossecução do interesse público e promover a implementação de novos mecanismos de atuação e diferentes estratégias de ação em resposta às necessidades sociais (artigo 2.º do despacho n.º 11675/2014,

de 18 de setembro). Sendo o SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social (artigo 2.º da portaria n.º 137/2015, de 19 de maio). A RLIS iniciou o seu funcionamento em 2016, sendo a sua sede na Rua Teófilo Braga, nº 2 (Antigo Hospital), 2490-566 Ourém. Em 2017, a RLIS e o Município de Ourém, numa estreita parceria, procuram dar resposta e acompanhar os agregados familiares em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, adiante designado por POAPMC, visa a aquisição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade por entidades públicas que os distribuem às pessoas mais carenciadas, diretamente ou recorrendo a organizações parceiras. No concelho de Ourém está previsto o apoio a 247 pessoas. Para a candidatura o presidente do CLAS convocou, para a reunião do Núcleo Executivo, as instituições particulares de solidariedade social a fim de se realizar uma candidatura concertada ao aviso n.º POAPMC-F2-2017-01. Foi elaborada uma candidatura pelo Centro Social da Ribeira do Fárrio que integrou várias instituições locais: APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família; Centro de 3.ª Idade de Gondemaria; Centro de Reabilitação e Integração de Fátima – CRIF; Centro Social Paroquial de Freixianda; e Centro Social de Ribeira do Fárrio. O Centro Social da Ribeira do Fárrio constituiu-se pólo de receção e mediador e as restantes entidades apenas mediadoras. A distribuição geográfica foi a seguinte:

Entidades	Zonas de Intervenção
APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família	<ul style="list-style-type: none"> - Alburitel - Atouguia - Nossa Senhora da Piedade - Nossa Senhora das Misericórdias - Seiça
Centro de 3.ª Idade de Gondemaria	<ul style="list-style-type: none"> - Cercal - Espite - Gondemaria - Matas

	- Olival
Centro de Reabilitação e Integração de Fátima – CRIF	- Fátima
Centro Social Paroquial de Freixianda	- Formigais - Freixianda - Rio de Couros
Centro Social de Ribeira do Fárrio	- Casal dos Bernardos - Caxarias - Ribeira do Fárrio - Urqueira

Quadro: Distribuição geográfica das instituições no âmbito do POAPMC

O Município apoiou as instituições na elaboração da candidatura.

MT-PIDSI (Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo)

O Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado para o Médio Tejo (MT-PIDSI) tem, como grande finalidade, contribuir para o Desenvolvimento Sustentável do Médio Tejo, através das suas componentes sociais, que se podem traduzir na expressão Coesão Social. O seu objetivo geral consiste pois em completar e reforçar uma Governança Partilhada para a Coesão Social de nível local, ou seja a existência de políticas e de medidas sociais, em parceria, de base local, que visem a promoção da Coesão Social do Médio Tejo no seu todo e nos seus treze concelhos, completando e articulando a sua abrangência territorial, através da sinergia de ações, soluções e recursos, a nível intermunicipal, permitindo: viabilizar ações e infraestruturas, que, a nível local, não sejam exequíveis; aumentar a eficácia e a coerência de medidas de base local, pela sua aplicação articulada, simultânea e convergente; melhorar a eficiência das ações de base local, pela partilha de recursos entre municípios; e reforçar a sustentabilidade dessas medidas e ações, pela continuidade que lhes pode garantir a sua concertação territorial. O território do Médio Tejo abrange os concelhos de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila de Rei.

Participámos, nos dias 23-02-2017 e 14-03-2017, nas reuniões do grupo de trabalho da área social para análise da versão preliminar do Plano Intermunicipal de

Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo (MT-PIDSI). Foram definidas 7 áreas de intervenção e as ações a desenvolver em função das verbas disponíveis no âmbito do Portugal 2020. O Plano foi concluído em agosto de 2017.

Intervenção Social e Psicológica

Intervenção Social

Relativamente à equipa do município registou-se, no período em apreço, 1.078 atendimentos, menos 763 atendimentos do que no ano passado, correspondentes a um total de 1.122 motivos de atendimento, isto é, os/as cidadãos/cidadãs dirigem-se ao serviço para resolver problemas de ordem variada, cf. se clarifica no quadro seguinte, em média apresentaram 1,04 motivos de intervenção por atendimento:

Atendimento				
1.Motivo do pedido	2014	2015	2016	2017
Ação social escolar	395	333	209	208
Apoio ao arrendamento	7	10	5	5
Apoio de géneros	250	259	205	116
Apoio económico	17	53	46	14
Apoio psicológico	1	0	0	0
BATO - Banco de Ajudas Técnicas de Ourém	38	32	50	29
CAF/AAAF/AEC	5	41	35	23
Cantina Social	17	9	13	2
Cartão Municipal 65+ Social	3	0	3	1
Cedência de Veículos	2	43	26	20
Centro Comunitário de Voluntariado	175	429	214	46
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	4	15	1	1
Competências da Educação	2	15	1	0
Conselho Municipal de Educação	2	0	0	0
Equipamentos Sociais	2	6	7	1
Estabelecimento Escolar	12	39	12	20
GAE - Gabinete de Apoio ao Emigrante	0	0	0	3
Habitação	1	0	0	1
Intervenção Escolar	2	25	6	2
Informação sobre Emprego	4	3	2	1
Intervenção Social	494	642	469	143
Núcleo de Apoio à Vítima	5	11	6	0
Outro	67	146	89	97
Pedido de Emprego	2	3	3	1
Programa de Apoio Social	1	2	29	2

Programas de Habitação	2	1	1	
Projetos	166	198	55	24
Recursos humanos	5	6	1	2
Rede Social	93	186	109	41
Refeições 1.º CEB	18	38	22	29
Respostas Sociais	14	12	1	6
Tarifa Social	47	19	164	117
Transportes Escolares	67	323	148	161
Voluntariado	76	72	37	6
Subtotal	1.996	2.971	1.969	1.122
2. Duração do Atendimento	2014	2015	2016	2017
[0m-30m[1.601	2.493	1.628	947
[30m-60m[229	257	174	109
>60m	55	82	39	22
Subtotal	1.885	2.832	1.841	1.078
3. Tipo de Atendimento	2014	2015	2016	2017
Telefone	785	1.549	975	465
Presencial	1.100	1.283	866	613
Subtotal	1.885	2.832	1.841	1.078
4. Estado do processo	2014	2015	2016	2017
Análise	60	87	48	62
Execução	53	165	73	38
Resolvido	1.772	2.580	1.720	978
Subtotal	1.885	2.832	1.841	1.078

Quadro: Atendimentos realizados (2017)

A diminuição do número de atendimento está relacionada com a implementação da RLIS para a qual os cidadãos passaram a ser encaminhados em 1.ª linha.

Quanto ao *motivo de pedido*, comparando os anos 2017 e 2016 verificou-se um aumento dos pedidos ao nível dos transportes escolares, estabelecimentos escolares, refeições escolares, respostas sociais, GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante, recursos humanos, habitação e outros assuntos não tipificados. Relativamente à *duração e estado do processo*, a maioria dos atendimentos durou menos de 30 minutos e os assuntos ficaram resolvidos. Quanto ao tipo de atendimento, o maior número de pedidos foi realizado presencialmente.

No âmbito da *intervenção social* realizaram-se visitas domiciliárias, reuniões interinstitucionais, acompanhamentos individualizados, encaminhamentos e

sinalizações de casos nas áreas da saúde, educação, emprego, segurança social, entre outras, acompanhamento conjunto de situações, acompanhamento de processos de trabalho comunitário e elaboração, em cooperação com os/as municíipes, de planos e programas nos seus projetos de vida, entre outras ações fulcrais para a resolução da situação-problema.

Comportamentos aditivos

No âmbito da intervenção social – comportamentos aditivos foram acompanhados/as 3 utentes às unidades hospitalares, para efeitos de consulta e redefinição de plano de intervenção.

Psicologia Comunitária

No que concerne à intervenção psicológica, importa referir que os/as técnicos/as atuam em várias áreas, a saber:

- a) Consultas de Psicologia encaminhadas pela CPCJ, Intervenção Social e entidades externas;
- b) Grupo de Trabalho de Saúde Mental do Município de Ourém;
- c) Apoio à Vítima na Estrutura de Atendimento;
- d) CPCJ de Ourém (Gestão de Processos);
- e) Equipa de Acolhimento a Refugiados/as;
- f) Equipa da Igualdade de Género;
- g) Equipa de Intervenção Psicossocial;
- h) Centro de Competências Aconselhamento de Jovens;
- i) Projetos Comunitários direcionados para populações mais vulneráveis e/ou problemáticas específicas;
- j) Implementação de projetos e atividades na área da educação;
- k) Formação Pais, Mães e Assistentes Operacionais em contexto escolar;
- l) Participação em palestras como orador/a;
- m) Elaboração de pareceres e relatórios técnicos e de atividades.

No ano 2017 registaram-se os seguintes dados:

Atividades	N.º
Atendimentos Centro de Competências e Aconselhamento Jovens	53
Atendimentos NAV	13
Atendimentos IS	5
Consultas de Psicologia / Intervenção Social	223
Contactos telefónicos com MP	10
Diligências em Tribunal	5
Reuniões internas / Município	71
Reuniões com outras entidades	48
Reuniões Escolares	11
Formador/a	3

Quadro: Atividades realizadas pela equipa de psicólogos (2017)

Acompanhamentos Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

A Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais é o organismo público, sob a tutela do Ministério da Justiça, a quem compete no âmbito da assessoria técnica aos tribunais, proceder ao acompanhamento, entre outras, da execução de penas e medidas não privativas da liberdade, na qual se incluem, as medidas de prestação de trabalho a favor da comunidade e de substituição de multa por trabalho (Artigos 58.º do Código Penal e 496.º do Código Processo Penal) e prestação de serviços de interesse público no âmbito da suspensão provisória do processo. Chegaram ao serviço 5 pedidos de colaboração.

Subsídios Escolares

Ano Letivo 2017/2018

No âmbito do processo de candidatura da ação social escolar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, na reunião de 18/08/2017, a atribuição de 15.671,26€ em subsídios escolares aos/as alunos/as do 1.º CEB do Município de Ourém, para o ano letivo de 2017/2018. Considerando que para o ano letivo 2017/2018, o Orçamento de

Estado (artigo 156.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) determinou a distribuição gratuita dos manuais escolares, a todos/as os/as alunos/as do 1.º ciclo do ensino básico, a CMO deliberou ainda a comparticipação das fichas escolares de apoio e de material escolar, nomeadamente a atribuição de 100% do valor das fichas escolares de apoio para escalão A e 50% do valor das fichas escolares de apoio para o escalão B. Concluído o processo de análise das 699 candidaturas verificou-se os seguintes resultados:

Ano escolar	Escalão	Escalão A	Escalão B	Não Subsidiado	Excluídos	Total
1.º ano	N.º de Candidaturas	42	73	54	0	169
	Valor por escalão (€) (comparticipação material escolar+fichas de apoio)	37,31 €	18,65 €	0 €	0 €	-
	Subtotal	1 567,02 €	1 361,45 €	0,00 €	0,00 €	2 928,47 €
2.º ano	N.º de Candidaturas	52	86	44	0	182
	Valor por escalão (€) (Comparticipação fichas escolares de apoio + material escolar)	39,26 €	19,63 €	0 €	0 €	-
	Subtotal	2 041,52 €	1 688,18 €	0,00 €	0,00 €	3 729,70 €
3.º ano	N.º de Candidaturas	52	74	40	0	166
	Valor por escalão (€)	47,89 €	23,94 €	0 €	0 €	-
	Subtotal	2 490,28 €	1 771,56 €	0,00 €	0,00 €	4 261,84 €
4.º ano	N.º de Candidaturas	47	87	48	0	182
	Valor por escalão (€)	52,50 €	26,25 €	0 €	0 €	-
	Subtotal	2 467,50 €	2 283,75 €	0,00 €	0,00 €	4 751,25 €
Total	Candidaturas	193	320	186	0	699
	Total (€)	8.566,32 €	7.104,94 €	0,00 €	0,00 €	15.671,26 €

Quadro: Montantes globais atribuídos para o ano letivo 2017/2018

A Câmara Municipal deliberou ainda transferir o montante global destes subsídios diretamente para os Agrupamentos de Escolas, destinando-se única e exclusivamente ao pagamento dos subsídios escolares dos/as alunos/as do 1º CEB, através do respetivo enquadramento orçamental:

- Agrupamento de Escolas de Ourém: 8.479,07€

- Agrupamento de Escolas de Conde Ourém: 5.093,37€;
- Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias: 2.098,82€.

Relativamente à modalidade **de apoio alimentar**, nos termos do art.^º nº 5 do despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, o Município tem a competência do pagamento de refeições aos/as alunos/as do 1^º CEB. A comparticipação das refeições escolares foi concretizada através do seguinte modelo de financiamento:

- preço máximo por refeição é de 2,50€;
- preço a pagar pelos/as alunos/as é de 1,46€;
- comparticipação do Município é de 0,52€;
- comparticipação do Ministério da Educação é de 0,52€.

Para os/as alunos/as que beneficiam da ação social escolar a comparticipação é efetuada de acordo com o escalão atribuído:

- a) **Escalão A** – o Município paga a totalidade da comparticipação que cabe ao/à aluno/a, isto é, 1,46€, e o valor correspondente à comparticipação comum, aquela que é facultada a todos/as os/as alunos/as independentemente da sua condição económica (0,52€).
- b) **Escalão B** – o Município paga metade da comparticipação que cabe ao/à aluno/a, isto é, 0,73€, e o valor correspondente à comparticipação comum, aquela que é facultada a todos/as os/as alunos/as independentemente da sua condição económica (0,52€).

A comparticipação das refeições escolares aos/as alunos/as foi realizada diretamente às entidades gestoras de refeições, de acordo com os procedimentos adotados no protocolo estabelecido entre o Município e as respetivas entidades, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares a Alunos/as do 1.^º Ciclo do Ensino Básico (cf. se específica no ponto das atividades desenvolvidas no domínio da educação, referente à Componente de Apoio à Família e ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares a Alunos/as do 1.^º Ciclo do Ensino Básico).

Comparação com anos letivos anteriores

Face às alterações introduzidas na política de ação social escolar que permitiram um alargamento dos benefícios⁷ a famílias com rendimento *per capita* mais elevado (aumentando o n.º de alunos/as com escalão B) e, no nosso entendimento, às consequências sociais advindas do processo de recessão económica, verificou-se um aumento acentuado dos pedidos de ação social escolar nos anos letivos 2008/2009 e 2009/2010, resultando num aumento significativo dos subsídios atribuídos nesse período. Dos anos letivos entre 2010/2011 e 2016/2017 verificou-se um decréscimo do número de candidaturas. Do ano transato para o atual ocorreu um aumento de 70 candidaturas, embora um decréscimo de 21 alunos/as subsidiados/as, havendo assim aumento de número de alunos/as não subsidiados/as.

O quadro seguinte reflete a perspetiva financeira comparativa da aplicação desta medida de ação social escolar desde 2007 até ao presente ano letivo.

⁷ A ação social escolar (livros, material escolar) passou a ter reflexos na comparticipação das refeições escolares.

Escalão	Ano letivo (€)										
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018
Escalão A	7.820,00 €	13.923,00 €	13.635,00 €	12.780,00 €	11.970,00 €	12.645,00 €	13.275,00 €	12.510,00 €	10.800,00 €	7.961,20 €	8 566,32 €
Escalão B	3.300,00 €	13.813,80 €	14.929,20 €	12.812,80 €	12.555,40 €	10.410,40 €	9.409,40 €	9.581,00 €	6.988,00 €	5.802,10 €	7 104,94 €
Valores Globais	11.120,00€	27.736,80€	28.564,20€	25.592,80€	24.525,40 €	23.055,40 €	22.684,40 €	22.091,00 €	17.788,00 €	13.763,30 €	15 671,26 €

Quadro: Montantes globais atribuídos por ano letivo desde 2006/2007 até ao presente ano letivo.

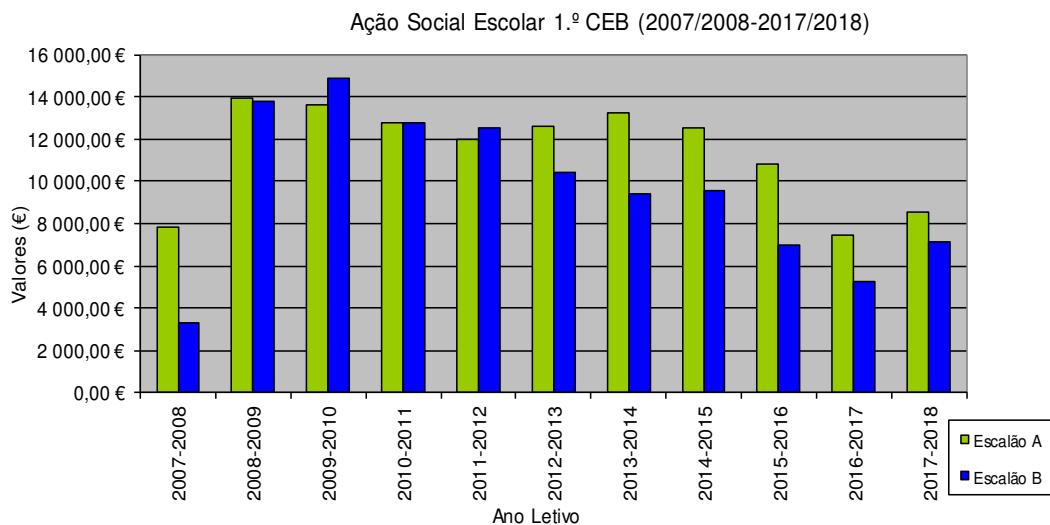


Gráfico: Ação Social 1.º CEB (anos letivos 2007/2008-2017/2018), com referências ao valor (€) por escalões A e B.

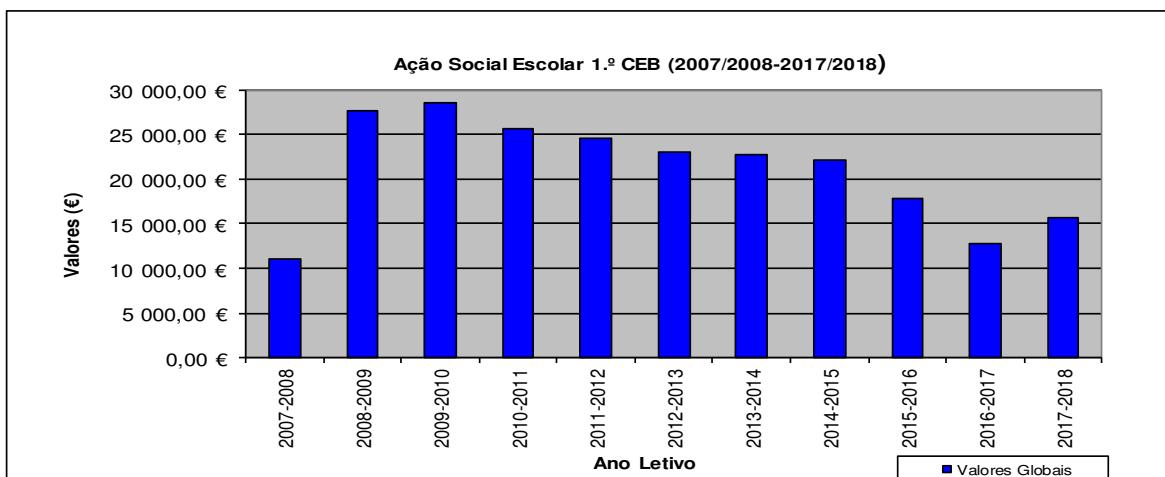


Gráfico: Ação Social 1.º CEB (anos letivos 2007/2008-2017/2018), Valores globais (€)

No âmbito dos pedidos fora de prazo, foram apresentadas 26 candidaturas posteriores ao período definido para o efeito (22 de maio a 14 de julho de 2017). A análise das candidaturas foi efetuada nos termos do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, tendo sido atribuído a cada aluno/a o subsídio correspondente ao escalão de acordo com a documentação comprovativa do posicionamento do abono de família, para comparticipação do custo

das refeições escolares. Salienta-se que a aprovação destas candidaturas resultou numa medida de emergência social que garantiu o acesso ao direito à alimentação de uma refeição equilibrada por dia. A comparticipação de refeição foi acautelada nas informações de pagamento de refeição efetuada pela DEAS com as entidades prestadoras de serviços de refeições, no âmbito do programa de generalização das refeições do 1º ciclo do ensino básico. Registou-se, ainda, 6 pedidos de **reapreciação de processos** de ação social escolar 2017/2018.

Tarifário Social

Tarifário de Venda de Água

O Município, em reunião de Câmara Municipal e de Assembleia Municipal, de 19 e 29 de fevereiro de 2016, respetivamente, aprovou o tarifário social para tarifa de venda de água, que consistiu na redução das tarifas para os/as utilizadores/as que se especificam no quadro seguinte, o qual indica o número de processos analisados em 2017, designadamente:

Tipo de Utilizador	Benefícios	Critério de Atribuição	N.º de Processos			
			Abertos	Deferidos	Indeferidos	Encerrados
Famílias Numerosas	<p>Redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, para famílias numerosas, nos termos do n.º 1, do artigo 35º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, numa das seguintes circunstâncias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para cinco elementos: mais 3m3 faturados no 1.º escalão (de 0 a 8m3); - Para seis ou mais elementos: mais 6m3 faturados no 1.º escalão (de 0 a 11m3). 	Utilizador Doméstico cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos (todos os residentes com domicílio fiscal na habitação servida).	5	8	0	16
Utilizador Doméstico	<ul style="list-style-type: none"> - Isenção da tarifa de disponibilidade, conforme estabelecido no n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, considerando a carência económica; - Redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, que consiste no alargamento do 1.º escalão (de 0 a 15m3), para utilizadores domésticos sociais, conforme estabelecido no n.º 1 artigo 35.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém. 	<p>Utilizador doméstico numa situação de carência económica comprovada pelo sistema de segurança social, isto é, o benefício de pelo menos uma das seguintes prestações sociais:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Complemento Solidário de Idosos; b) Rendimento Social de Inserção; c) Subsídio Social de Desemprego; d) 1.º escalão do Abono de Família; e) Pensão Social de Invalidez. 	30	15	8	27

Utilizadores Não Domésticos	<ul style="list-style-type: none"> - Redução em 50% do valor da tarifa variável de água, para pessoas coletivas de declarada utilidade pública, que corresponde à aplicação do segundo escalão dos consumidores domésticos. - Redução em 50% do valor da tarifa de disponibilidade para contadores de calibre menor ou igual a 20 mm, que corresponde à aplicação a utilizadores domésticos, desde que a disponibilidade do serviço seja equivalente. 	Pessoas coletivas de declarada utilidade pública; Associações legalmente constituídas sem fins lucrativos.	8	4	0	4
------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	---

Quadro: Tarifário Social para Tarifa de Venda de Água – análise de processos 2017

É de salientar que os critérios de atribuição aprovados nas reuniões de Câmara Municipal e Assembleia Municipal, a 19 e 29 de fevereiro de 2016, tinham determinado um prazo de vigência de um ano e que o processo tem que ser revisto.

Igualdade de Género e Cidadania

Conselheira Local para a Igualdade

A 07 de dezembro foi emitido o despacho n.º 88, pelo Presidente da CMO, em aditamento ao despacho n.º 72/2017, datado de 25 de outubro de 2017, que foi a reunião de Câmara de 30 de outubro de 2017, informando que se mantém em vigor o aviso n.º 6811/2015 e, por conseguinte, a nomeação da Dr.^a Fátima Lopes como Conselheira Local para a Igualdade.

Dia Internacional da Mulher – 8 março

O Município de Ourém em colaboração com a Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém e o CLDS-3G de Ourém assinalaram o Dia Internacional da Mulher com duas campanhas de sensibilização que se realizaram a 08 março nos locais de recreação noturna (restaurantes e bares) e 09 março no Mercado Municipal de Ourém. A atividade teve como objetivos: sensibilizar para a saúde da mulher, alertar para a importância dos rastreios na prevenção das doenças femininas e promover uma sexualidade saudável. Foram distribuídos nos dois dias um total de 800 flyers.

Dia Municipal para a Igualdade – 24 de outubro

No âmbito do Dia Municipal para a Igualdade (24 de outubro), a Conselheira Local para a Igualdade, do Município de Ourém, redigiu uma comunicação destinada à comunidade de modo a partilhar a sua experiência neste cargo e sensibilizar a sociedade para as questões da igualdade, a qual se transcreve na integra:

“O Dia Municipal para a Igualdade assinala-se a 24 de outubro, com o objetivo de sensibilizar as autarquias para a territorialização da dimensão da igualdade de género. A criação desta efeméride teve como enquadramento o IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013).

O nosso Concelho tem vindo a assinalar este dia de forma simbólica com os alunos das escolas. Desta forma queremos deixar um apontamento de reflexão sobre uma problemática que urge trazer discussão e mais conhecimento sobre o tema assim como a importância da escola na formação de cidadãos responsáveis. A escola e a família têm de estar em sintonia no processo educativo para formar crianças e jovens com espírito crítico e solidário. É necessário promover a interculturalidade, valorizar a diferença e aceitar a igualdade. No nosso Concelho o trabalho desenvolvido com as escolas tem-se mostrado profícuo, sabemos e estamos conscientes que a educação é uma caminhada de vida e não uma meta alcançada.

Não é fácil o desenvolvimento de um trabalho educativo sustentado em torno destas questões, nomeadamente em contexto de sala de aula, pelo que tendem a ser muitas vezes ignoradas e/ou reprimidas. A aceitação e respeito pelo outro reflete uma aprendizagem que começa em casa e/ou no meio próximo das crianças com as questões que vão surgindo na vida quotidiana a propósito das relações interpessoais, da identidade, das escolhas, da justiça, do bem e do mal e vai-se desenvolvendo à medida que se expandem os horizontes de vida. Como meio privilegiado de socialização, a escola tem como missão promover a igualdade de oportunidades e educar para os valores do pluralismo e da igualdade entre homens e mulheres. Importa por isso clarificar conceitos, mapear argumentos e diferentes posicionamentos para que este fenómeno do sexism possa ser pensado e repensado.

Questionamos algumas vezes o que se entende por Género e Cidadania...
Deste modo, entendemos que o género resulta de uma construção social que nos permite compreender como a discriminação continua, apesar de todo o trabalho de cientistas feministas os/as quais, minimizando ou maximizando as diferenças, esperavam contribuir para a eliminação das desigualdades de género na sociedade. A discussão desta problemática ganha ainda maior

relevância se pensarmos que a diferença não tem sido sinónimo de diversidade, mas sim de desigualdade, de hierarquia e de posse desigual de poder e de estatuto social, parece-nos extremamente pertinente e útil, uma atuação pedagógica que contrarie preconceitos e discriminações entre sexo e género. O termo ‘cidadania’ no âmbito da sua aplicação ao ensino e à educação começou a ser expressão corrente nos últimos anos, a cidadania confere o direito a ter direitos. A cidadania assenta num conjunto de três tipos de direitos, os direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Muito caminho há ainda a percorrer sobre Género e Cidadania, na leitura das estatísticas atuais relativas à situação das mulheres e dos homens ocidentais faz crer que a igualdade entre homens e mulheres está praticamente conseguida. Porém, a aparente igualdade quantitativa em alguns setores escamoteia a real desigualdade qualitativa: elas já são mais numerosas do que eles na escola, mas ensino misto e coeducação estão longe de ser conceitos sinónimos; no mundo profissional existem ainda disparidades salariais em muitos setores de atividade, persistem os chamados tetos de vidro na ascensão profissional, as jovens mulheres recém-licenciadas têm mais dificuldade de acesso ao emprego do que os seus colegas do sexo masculino e o desemprego afeta-as mais. O discurso sobre a conciliação entre a vida doméstica e a carreira continua a existir associado essencialmente às mulheres que, na realidade (seja em termos das tarefas domésticas, ou do cuidado aos filhos e a familiares dependentes), são de uma forma geral as garantes da vida quotidiana das famílias, vendo a sua saúde física e psicológica posta em risco por esta real sobrecarga. Finalmente, as mulheres, se bem que agora mais presentes na vida pública, continuam minoritárias em posições onde o poder importa e o estatuto socioeconómico é fundamental. Ensinar, orientar e promover ações no âmbito da educação, será sempre uma prioridade para a cidadania, implica, antes de tudo, ser-se genuinamente cidadão ou cidadã. Apelando ao desenvolvimento de uma consciência crítica em torno do papel individual na manutenção das desigualdades, devendo levar cada pessoa, nessa sequência, à assunção de responsabilidades, ao respeito por si e pelos outros, à adoção de valores de cariz universal e à promoção de uma cultura de justiça, paz e solidariedade.”

2.º Seminário Júnior Contra a Violência

O Município de Ourém promoveu o 2.º Seminário Júnior contra a Violência Doméstica, a 29 de novembro 2017, no Cineteatro Municipal de Ourém. Esta iniciativa teve como objetivos assinalar do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres e sensibilizar, prevenir e educar os/as alunos/as para a eliminação da violência doméstica, bem como estimular a participação ativa dos/as alunos/as e professores/as, trabalhando-se a temática da violência doméstica. O trabalho dos/as alunos/as culminou com a apresentação de um trabalho (sketch, dança, música, teatro, fotografia, entre outros). O seminário contou com a presença de especialistas e representantes da CIG e da APAV. Estiveram envolvidos/as mais 300 alunos/as e professores/as dos estabelecimentos de ensino de todo o concelho. De acordo com a avaliação efetuada no final do evento cerca de 67% dos/as participantes ficaram satisfeitos/as ou muito satisfeitos/as com o evento. 71% considerou o seminário interessante, 85% ficaram satisfeitos/as ou muito satisfeitos/as com os conteúdos abordados e 77% dos/as participantes consideraram a iniciativa útil para o seu desenvolvimento.



Figuras: Cartaz e Momento do 2.º Seminário Júnior contra a Violência

Núcleo de Apoio à Vítima (NAV)

O NAV iniciou a sua atividade a 22 de fevereiro 2011, no Dia Europeu da Vítima de Crime. É um espaço reservado para receber vítimas, designadamente as de violência doméstica, num ambiente de total privacidade. Aqui a vítima pode receber apoio social e psicológico, sentindo-se confortável e segura para falar sobre a situação vivenciada. O NAV tem ainda uma outra vertente que se prende com encaminhamento para estruturas de apoio especializado e o acolhimento em situação de emergência. A estrutura já se encontra formalizada na Comissão Igualdade de Género (CIG).

Iniciaram-se procedimentos para a implementação de uma rede de apoio à vítima no Concelho de Ourém, em que as sinalizações podem ser efetuadas pelo endereço nav.ourem@mail.cm-ourem.pt. Em 2017 foram atendidas 13 vítimas, às quais foi efetuado o projeto de vida, dado o encaminhamento ajustado à situação e efetuado o apoio psicossocial.

Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens

O Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens pretende apoiar jovens até aos 25 anos que se encontrem em situações de vida fragilizadas (desemprego, dificuldades de definir um projeto de vida, absentismo e abandono escolar, problemas psicológicos que provocam disfuncionalidade nas vivências sociais e comunitárias, entre outros).



Este serviço visa desenvolver competências para a empregabilidade através de estratégias criativas e não convencionais; fomentar a participação social e comunitária, de forma a estimular sentimentos de competência e autoconfiança; prevenir o risco de abandono escolar precoce, desocupação e desemprego; e prevenir percursos de vida desajustados, desintegrados da sociedade e até delinquentes.

O apoio pode ter várias vertentes:

- Apoio à autonomização;
- Apoio na construção de um projeto de vida;
- Aconselhamento psicológico;
- Criação de espaços que estimulem competências e promovam a sociabilidade e desenvolvimento pessoal;
- Ligação a redes de instituições que permitem a prática do voluntariado;
- Trabalho em rede com instituições relacionadas com o emprego e educação que permitem os encaminhamentos destes/as jovens para o mercado de trabalho;
- Observatório do abandono escolar e desemprego jovem.

Ao nível deste serviço foram realizados 53 atendimentos.

Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis

Para responder às necessidades da população mais vulnerável e dando continuidade à política de excelência social defendida pelo executivo camarário, o Município de Ourém implementou, em janeiro 2014, o Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis.



Este serviço pretende garantir uma melhor qualidade de vida aos/as cidadãos/cidadãs do Município de Ourém, realizando pequenas intervenções nas habitações de munícipes em situação de vulnerabilidade, nomeadamente, portadores/as do Cartão Municipal 65+ Social com um rendimento *per capita* inferior ao IAS (ou rendimento superior mediante as condições previstas nas normas de funcionamento), famílias com um membro portador de deficiência com grau superior a 60% ou com um membro dependente, beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção, famílias acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém e famílias sinalizadas pela equipa de intervenção social da Câmara Municipal.

As intervenções a efetivar abrangem várias áreas como canalização, carpintaria, eletricidade, serralharia e outros, desde que os serviços disponham de capacidade para a sua realização. Os serviços realizados no âmbito do Serviço de Apoio Técnico de Proximidade a Cidadãos Vulneráveis têm uma natureza social e são executados numa lógica não concorrencial, logo as intervenções serão tendencialmente gratuitas para os/as beneficiários/as, excetuando-se os/as cidadãos/cidadãs portadores/as do Cartão Municipal 65+ Social com um rendimento *per capita* superior ao IAS. No ano 2017 houve apenas um pedido neste âmbito.

Cartão Municipal 65 + Social



O Cartão Municipal 65 + social é uma iniciativa da Câmara Municipal de Ourém, lançada a 02.10.2012, que se destina aos/as cidadãos/cidadãs residentes no concelho há mais de dois anos, com idades iguais ou superiores a 65 anos e um

rendimento *per capita* ilíquido inferior a 1,5 do indexante dos apoios sociais (IAS). Este cartão visa apoiar o/a cidadão/cidadã residente no Município através do acesso a bens e serviços, a um custo mais reduzido do que o disponibilizado pelo mercado e estimular a responsabilidade social e as sinergias na comunidade local. No ano 2017 foram indeferidos dois pedidos.

Equipamentos Sociais do Município

O Município dispõe ainda de equipamentos sociais destinados ao alojamento de pessoas em situação de risco social: os apartamentos de emergência I e II e a república social.

Apartamentos de Emergência Social I e II: é uma resposta social, para fins habitacionais, que visa acolher pessoas em situação de emergência ou risco, mediante a caracterização da situação social, económica ou de risco fundamentado pelos serviços técnicos da DEAS. São considerados essencialmente dois tipos de situações: Crise – caracteriza-se por uma situação de grave vulnerabilidade e desproteção, resultante de não estarem asseguradas, a breve prazo, as condições mínimas de sobrevivência pelo que se impõe uma intervenção urgente e encaminhamento para os serviços locais de ação social; Emergência – caracteriza-se por uma situação de grande vulnerabilidade e desproteção, resultante de não estarem asseguradas, as condições mínimas de sobrevivência e que constituam um perigo real, atual ou iminente, para a integridade física, psíquica e emocional do indivíduo/família, necessitando de intervenção imediata. Poderão beneficiar deste equipamento social munícipes que revelem vulnerabilidade económica, social, habitacional ou risco, situação devidamente fundamentada pelos serviços técnicos da DEAS. O apoio prestado é de caráter excepcional e temporário.

República Social (RS): é uma resposta social deste Município que surgiu da necessidade em se criar uma estrutura habitacional de apoio temporário a cidadãos/cidadãs excluídos/as socialmente, designadamente por se encontrarem sem abrigo, com problemas de alcoolismo, seropositividade ou outras doenças. A República Social tem um modelo de funcionamento baseado nas repúblicas académicas dos/as estudantes universitários/as. Deste modo, cada cidadão/cidadã

acolhido/a usufrui de uma parte privada, o quarto, e de partes comuns de habitação, casa de banho, cozinha, sala, despensa e espaços exteriores (varanda). Existe um processo de co-habitação onde os espaços comuns são geridos pelos próprios durante o período de interação. Só beneficiam da República Social os/as cidadãos/cidadãs que acolheram um plano de intervenção conducente à melhoria da sua situação de vida, autonomia e interação social.

No ano 2017 foram alojados, nos equipamentos sociais do Município, 7 agregados familiares, por um período temporário e de forma gratuita, de modo a garantir os princípios de segurança e satisfação das necessidades básicas. No âmbito do acompanhamento do processo de integração habitacional às famílias nos equipamentos sociais, semanalmente, foram realizadas visitas domiciliárias, com o objetivo de avaliar as condições da ocupação e manutenção do espaço, de acordo com as normas de utilização estabelecidas com os agregados familiares e definidos projetos de vida.

Estrutura modular

O Município dispõe de um alojamento de estrutura modular constituído por duas divisões e uma casa de banho com acesso à rede de água, esgotos e eletricidade. O mesmo está instalado num terreno propriedade do Município com espaço exterior considerável. A ocupação deste alojamento é feita por uma família de etnia cigana, acompanhada pelos serviços ao nível habitacional, com a qual o Município celebrou um contrato de utilização da estrutura. No decurso de 2017 a família encontra-se em parte incerta e foi feita informação para denúncia do contrato.

Espaço Infantil

O espaço infantil foi utilizado por 72 crianças, durante o período em que os pais, mães e/ou outros, usufruíram dos serviços das equipas de intervenção social e CPCJ.

O Centro Comunitário do Voluntariado

O Centro Comunitário de Voluntariado constitui um equipamento social que visa dar resposta às necessidades da comunidade através da prática do voluntariado e de ações solidárias. No Centro Comunitário de Voluntariado funciona: o Espaço de Acolhimento e Bem-estar, o Banco de Ajudas Técnicas de Ourém (BATO), o Banco do Voluntariado Municipal de Ourém (BVO), o Ponto de Partilha (a Ajuda Alimentar/Campanhas solidárias, os Ateliers Ocupacionais e o Espaço de Comércio Social).

Espaço de acolhimento e bem-estar

Consiste num espaço de acolhimento e convívio direcionado para pessoas que frequentam o CCVO, especialmente pensado para os/as colaboradores/as municipais.

Banco de Ajudas Técnicas de Ourém (BATO)

Consiste na cedência/empréstimo de ajudas técnicas para pessoas em situação de dependência e/ou dificuldades de mobilidade. Foram atribuídas 12 ajudas técnicas destinadas a pessoas residentes no concelho de Ourém.

Banco do Voluntariado Municipal de Ourém (BVO)

O BVO promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado, disponibilizando informação, formação e apoios diversos às organizações e aos/as voluntários/as. Esta resposta visa desenvolver ações indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado. Sendo o voluntariado um conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade.

Em 2017 inscreveram-se 7 pessoas para atividades de voluntariado, o que perfaz um total de 158 voluntários/as.. Dessas pessoas, 20 informaram os serviços da desistência e 2 faleceram. Atualmente temos 136 inscrições, das quais 12 exercem voluntariado diariamente (10 no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém e 2 no Centro Escolar da Freixianda).

Clube de Voluntariado Jovem



O Clube de Voluntariado Jovem é constituído por um grupo de jovens para ações de cariz social que se realizam pontualmente, nas interrupções letivas. Os principais objetivos deste clube são: a promoção do gosto dos/as jovens pelo voluntariado, prevenção do risco juvenil e fomento da responsabilidade social. Este projeto destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos.

Semana do Voluntariado Jovem

No âmbito do trabalho desenvolvido no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém realizou-se um programa de atividades dirigido a jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos. O mesmo foi focalizado em dinâmicas que permitiram atingir os seguintes objetivos:

- Promover o espírito do voluntariado nos jovens;
- Promover o convívio intergeracional;
- Fomentar o respeito pela diferença;
- Fomentar o espírito de responsabilidade cívica.

A iniciativa decorreu na semana de 03 a 07 de julho, tendo participado 6 jovens, dos 14 aos 17 anos. Estes desenvolveram atividades das seguintes áreas: saúde, solidariedade, deficiência, envelhecimento e educação.

Ponto de Partilha

O Ponto de Partilha integra a Ajuda Alimentar/Campanhas Solidárias, o Atelier Ocupacional e o Espaço de Comércio Social. Estas respostas fazem parte do Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, equipamento destinado a dar resposta às necessidades das famílias socialmente desfavorecidas do concelho. Em 2017 foram abertos 18 processos de ação social direta.

O Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém completou a 19 de junho o seu 4.º aniversário. Esta data foi assinalada com a presença das voluntárias que diariamente participam na dinâmica do espaço de comércio social “Ponto Partilha” e contou com um momento de reflexão sobre as diferentes experiências de voluntariado, tendo-se realizado uma avaliação sobre as atividades desenvolvidas ao longo do ano.

Ajuda Alimentar/Campanhas solidárias Ponto de Partilha

A **Campanha Permanente de Recolha e Entrega de Bens** permitiu recolher um mobiliário de quarto, um móvel louceiro, duas camas individuais e dois colchões individuais, os quais foram encaminhados para o Espaço de Recursos Sociais – Louçãs. A equipa da DEAS também angariou material necessário para prestação de cuidados de higiene e apoio aos/as peregrinos/as que se deslocam anualmente para Fátima, junto das farmácias locais e Unidade de Cuidados na comunidade de Ourém. Também efetuou o levantamento e entrega do material angariado ao Serviço Municipal de Proteção Civil, que se destinou aos/as voluntários/as do Núcleo de Podologia da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, no apoio aos/as peregrinos/as, que pernoitaram na Associação Desportiva de Formigais. Foram ainda entregues no Município, dia 9 de abril de 2017, vários sacos de vestuário e calçado pelo grupo GAS (Grupo de Amigos da Sexta).

Campanhas de Recolha de Alimentos

O Município de Ourém, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, realizou duas campanhas de recolha de alimentos nas superfícies comercial “Continente” de Ourém e Fátima que reverteram, na totalidade, para as famílias carenciadas do concelho de Ourém. A primeira realizou-se nos dias 31 de março e 01 e 02 de abril e foram angariados 3.132 produtos alimentares. A segunda realizou-se nos dias 28 e 29 de outubro e foram angariados 2.353 produtos alimentares. No total angariou-se 5.485 produtos alimentares que foram distribuídos mensalmente pelos agregados familiares encaminhados para este apoio social.

Ambas as campanhas contaram com a colaboração dos/as voluntários/as do Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, recursos humanos da DEAS e técnicos/as das áreas sociais para efetuar a recolha.



Figuras: Momentos das Campanhas de Recolha de Alimentos

Campanha Solidária – Mochila Amiga

O Município de Ourém promoveu mais uma vez a campanha solidária “Mochila Amiga”. Esta tem como objetivo minimizar as dificuldades sentidas pelas famílias do Concelho de Ourém, acompanhadas pela Divisão de Educação e Assuntos Sociais, na aquisição de material escolar no início de cada ano letivo. Este ano a campanha contou com a colaboração da comunidade em geral, do Agrupamento de Escolas de Ourém, da empresa *H Sarah Trading* e do Contrato Local de Desenvolvimento Social-3^a geração de Ourém. A 08 de setembro, a DEAS entregou mochilas e diverso material escolar (tesouras, lápis, canetas, cadernos, bolsa, entre outros) a 38 crianças do Município de Ourém, tendo beneficiado do apoio 26 famílias e entregues 1856 tipos de material escolar.



Figura: Registo fotográfico das Mochilas dadas

Espaço de Comércio Social

Neste espaço foram recebidos donativos de 206 municípios, houve a entrega de 412 bens (173 - géneros alimentares e 239 - vestuário e calçado). No atendimento ao público foram atendidos/as 949 pessoas.

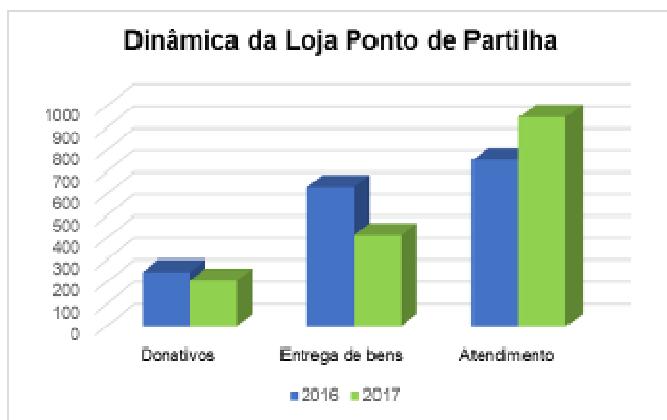


Gráfico 1: Dinâmica da Loja Ponto de Partilha (2017)

Atividades Diversas do CCVO

Festa “Mimos de Natal”

No dia 19 de dezembro realizou-se a Festa Mimos de Natal 2017, no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, que proporcionou uma tarde de animação a 50 crianças pertencentes a famílias acompanhadas pelos diferentes serviços de ação social da comunidade. Esta festa de Natal contou com diferentes dinâmicas: visualização de um filme, lanche e a entrega de presentes.

Programa de Emergência Alimentar: Cantinas Sociais

O Programa de Emergência Alimentar visa garantir às famílias que mais necessitam o acesso às refeições diárias a título gratuito. O Instituto da Segurança Social, IP para o concelho de Ourém, em dezembro de 2017, estabeleceu protocolo de 146 refeições diárias, menos 88 refeições diárias praticadas pelas 5 cantinas sociais no ano 2016. As cantinas sociais estão integradas nas seguintes instituições particulares de

solidariedade social: APAJEFÁTIMA – Associação de Pais e Encarregados de Educação de Fátima; APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família; Centro de Apoio Social de Olival; Centro Social Paroquial de Freixianda e Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida.

Com base nos mapas de registo de refeições efetuadas pelas cinco instituições que têm cantinas sociais, o número de refeições prestadas nos meses de janeiro a dezembro de 2017 perfaz um total de 87.372 refeições, tendo sido apoiados, em média, 82 agregados familiares. Salienta-se que, no período referido, as instituições que assinalaram um maior número de refeições prestadas foram a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida (35.702) e a APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família (20.513), conforme o quadro seguinte:

Registo do N.º Refeições servidas por mês

Cantina Social	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
APAJEFÁTIMA - Associação de Pais e Encarregados de Educação	3116	2816	3102	3000	2809	2791	96	116	124	391	140	122	18 623
APDAF- Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família	2044	1941	3268	2207	2158	1688	1454	1412	1469	1171	835	866	20 513
Centro de Apoio Social de Olival	692	636	692	706	682	690	744	744	694	698	616	322	7 916
Centro Social Paroquial de Freixianda	373	307	429	393	426	414	396	424	414	412	400	230	4 618
Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	3166	3045	3285	3372	3439	3150	3315	3357	3016	2599	2212	1746	35 702
Total	9391	8745	10776	9678	9514	8733	6005	6053	5717	5271	4203	3286	87 372

Quadro: Número de refeições servidas por mês (2017)

Protocolo de Cooperação Câmara Municipal de Ourém e APDAF-Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família

No âmbito do Protocolo de Cooperação, celebrado a 20 de agosto de 2014, para efeitos de gestão dos donativos da comunidade, destinados ao apoio a aplicar em situações de emergência e risco social, foram analisados, em 2017, 14 processos. Destes 14 pedidos foram deferidos 12 e indeferidos 2.

Acolhimento e acompanhamento de refugiados/as

No âmbito do acolhimento de refugiados/as pelo nosso Município em articulação com Conselho Português de Refugiados, a equipa técnica a foi responsável local pelo acolhimento e acompanhamento de 15 cidadãos/cidadãs Eritreus e Iraquianos. Em 2017 desenvolveu as seguintes tarefas: preparação do acolhimento; integração dos/as cidadãos/cidadãs na comunidade; acompanhamento nos cuidados médicos; organização de atividades de integração social e aprendizagem da língua; encaminhamento para serviços de finanças e segurança social; exploração do território; transportes; entre outras. Neste momento:

- 8 dos/as cidadãos/cidadãs já se encontram integrados/as no mercado de trabalho.
- 2 adolescentes estão com integração muito positiva no contexto escolar.
- 3 refugiados/as foram certificados/as por concluírem com sucesso aprendizagem/formação em Português.
- Tem sido explorado o mercado de trabalho com vista à integração socio profissional e escolar dos/as restantes.
- A integração de refugiados/as por parte do nosso Município tem vindo a ser distinguida pelo Conselho Português de Refugiados.

Núcleo Local de Inserção

O Núcleo Local de Inserção (NLI) é uma estrutura operativa de composição plurisectorial que visa assegurar a implementação da medida de RSI. O âmbito territorial de atuação do NLI é concelhio e a coordenação do Núcleo é da

responsabilidade do/a representante da Segurança Social (cf. lei n.º 13/2003, de 21 de maio, decreto-lei n.º 283/2003, de 8 de novembro e despacho nº 1810/2004, de 7 de janeiro).

A constituição do NLI integra representantes de organismos públicos, nos seguintes setores: Segurança Social (Serviço Local de Ourém), Saúde (Unidade de Saúde de Ourém e de Fátima), Emprego (Centro de Emprego de Tomar), Educação (Agrupamento de Escolas Conde de Ourém), Autarquia Local (Município de Ourém) e outras entidades (Jardim Infantil de Ourém -Equipa de RSI e ACISO).

No âmbito desta parceria foram realizadas 7 reuniões de trabalho, nas instalações da CMO, para acompanhamento de entrevistas e discussão/aprovação dos contratos de inserção dos/as beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção; para a elaboração/aprovação do plano e do relatório de atividades; e para discussão de informações gerais.

Protocolo para Atividade Socialmente Útil

A 22 de outubro de 2015 foi celebrada a Adenda ao Protocolo de Cooperação no âmbito da Atividade Socialmente Útil, datado de 29 de outubro 2014, entre o Centro Distrital da Segurança Social de Santarém e o Município de Ourém. Esta adenda procurou dar continuidade à colaboração firmada para o desenvolvimento de atividades socialmente úteis (ASU), nos termos já instituídos, a que se encontram vinculados/as os/as titulares do RSI e os membros do respetivo agregado familiar, numa lógica de qualificação formativa e de experiência funcional dos/as beneficiários/as, com inerentes mais-valias no seu desenvolvimento pessoal, formativo e social e, consequentemente, um importante contributo cívico a favor da comunidade onde se inserem. Neste âmbito foi integrado/a um/a beneficiário/a do Rendimento Social de inserção num estabelecimento de ensino, pertencente ao Agrupamento de Escolas de Ourém. Aguarda-se a substituição de quatro beneficiários/as para perfazer o total das 5 vagas disponibilizadas para o efeito.

Protocolo com CRIO: Projeto de Intervenção Precoce

No âmbito do protocolo celebrado com o Centro de Recuperação Infantil Ouriense para a intervenção precoce, um elemento da DEAS participou nas reuniões da equipa local de intervenção (ELI), que apoia, no âmbito das suas competências, as famílias que beneficiam do projeto e analisa os pedidos de transporte para consultas, sempre que o CRIO não tem disponibilidade para o efeito. No ano 2017 a DEAS participou em 4 reuniões no Centro de Recuperação Infantil de Ourém, realizadas nos dias 18 de janeiro, 15 de fevereiro, 22 de março e 17 de maio.

Apoio à Natalidade e à Infância

A Câmara Municipal aprovou, a 4 de dezembro, a criação da medida de apoio à natalidade e à infância e deliberou proceder à publicitação do início do procedimento e participação procedural. Apresenta-se a contextualização de uma nova medida de apoio à natalidade e à infância.

Contextualização

À semelhança de outros países europeus, Portugal enfrenta um desafio demográfico, apresentando um número de nascimentos menor do que aquele que a reposição geracional exige, circunstância que tem causas económicas, sociais e culturais.

Para o facto contribuem vários fatores de que destacamos os seguintes:

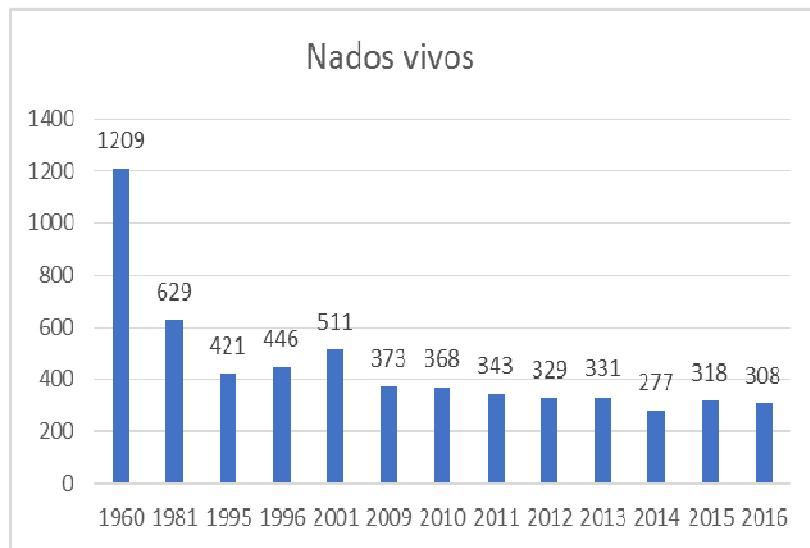
- a) Conjuntura económica e financeira: a conjuntura económica e financeira que Portugal tem vindo a atravessar nos últimos anos, um contexto de maior crise, por um lado; por outro, como defendem alguns autores, de um modo geral o país ganhou mais qualidade de vida e está no percurso de uma maior prosperidade o que antagonicamente remete para a opção das famílias com menos filhos (está provado que países ricos têm menos filhos);

- b) Novos modelos de família: os novos modelos de família (maior número de divórcios e famílias monoparentais, casamentos ou uniões de facto tardias) também geram períodos de instabilidade não favorecedores da natalidade;
- c) Direitos das mulheres: a entrada da mulher no mercado de trabalho (independência financeira): provocou inúmeras transformações, designadamente a dificuldade de conciliar a vida profissional com as tarefas domésticas/atividades familiares e o facto de mulher investir no seu capital humano, deixando para trás uma vida familiar exclusiva;
- d) Modelo de proteção social: os modelos de proteção social em Portugal ainda não estão tão avançados como os que já conhecemos nos países nórdicos, veja-se o exemplo da Suécia em que o *Welfare State* tem uma maior expressão e as medidas de apoio à natalidade são suportadas pelo modelo de proteção social do Estado Central;
- e) Razões económicas: o custo de criação dos/as filhos/as é outro dos fatores que favorecem o decréscimo geracional. As despesas com saúde, educação e lazer têm feito muitos/as cidadãos/cidadãs reavaliarem sua vontade de gerar descendentes. A necessidade de diminuir o padrão de vida para custear a criação de um/a filho/a tem feito muitas pessoas optarem por não ter mais filhos/as;
- f) Nível de escolaridade: o nível de escolaridade também é outro aspeto a apontar dado que, quanto maior for a escolarização, mais conhecimento sobre anticoncepção as pessoas têm e maior é o acesso aos métodos contraceptivos, ou seja, o poder de decisão dos casais sobre esta matéria também é maior.

O poder local tem um papel a desempenhar neste domínio, criando mecanismos de incentivo à natalidade e apoio à infância, criando incentivos de apoio à fixação das pessoas no território que permitam diminuir os fatores associados à reduzida taxa de natalidade e os custos associados à parentalidade.

Objetivos da medida

O Município de Ourém tem assistido, desde 1960, a uma quebra acentuada da natalidade. O gráfico que se apresenta permite uma leitura do impacto deste fenómeno no concelho, mais acentuado a partir dos anos 80.



Fonte:<http://www.pordata.pt/Municípios/Nados+vivos+de+m%c3%a3es+residentes+em+Portugal+total+e+fora+do+casamento-105>, 23 de novembro 2017

Gráfico: Nados Vivos em Ourém de 1690 a 2016

Considerando que, em 2016 se registaram 308 nados vivos, a medida de apoio à natalidade e à infância visa contribuir para o aumento do número de nascimentos no concelho (de acordo com orientação superior numa perspetiva de 10%/ano), melhoria da qualidade de vida dos/as cidadãos/cidadãs, reconhecendo a família enquanto espaço privilegiado de solidariedade intergeracional.

Caracterização sumária da medida

Público

Crianças dos 0 aos 3 anos, nascidas a partir de 1 de janeiro de 2018, que integrem agregados familiares com residência fiscal em Ourém.

Tipologia do apoio/despesas elegíveis

Trata-se da atribuição de um subsídio cujo valor oscila entre os 500€ e os 800€/ano. O subsídio é atribuído sob reembolso de despesas elegíveis, referentes à aquisição de bens e serviços destinados à criança, realizadas em estabelecimentos comerciais, instituições sociais, de educação ou saúde a operar em território concelhio. O montante será pago em duas tranches, nos meses de junho e dezembro. Haverá quatro níveis de apoio: 500€, 600€, 700€ e 800€, montantes que terão relação direta com o rendimento *per capita* dos agregados familiares. Consideram-se despesas elegíveis as respeitantes à alimentação (acessórios e produtos), saúde, higiene, conforto, mobiliário infantil, artigos de puericultura, vestuário, têxteis, creche, entre outros destinados à criança objeto do subsídio. A regulamentação da medida será especificada no respetivo regulamento.

Projeto de Regulamento de Apoio à Natalidade e à Infância

Na reunião de 5 de fevereiro a Câmara Municipal deliberou submeter o projeto de regulamento a consulta pública.

Planeamento e implementação de atividades e ações relacionadas com Rede Intermunicipal para o Desenvolvimento (RICD)

O Município de Ourém associou-se à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – RICD, que conta com mais 18 municípios. A RICD tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios e para a melhoria da qualidade de vida dos países de língua oficial portuguesa através da realização de campanhas de sensibilização e educação para a cidadania global, do desenvolvimento de parcerias estratégicas e da implementação de projetos de cooperação para o desenvolvimento. Neste âmbito, o Município de Ourém planeou e implementou várias atividades e ações, designadamente as que se especificam nos pontos seguintes.

Exposição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Município de Ourém, em parceria com RICD e Instituto Marquês Vale Flor realizaram a exposição dos objetivos de desenvolvimento sustentável, na Biblioteca

Municipal de Ourém, entre os dias 23 de março e 19 de abril, a qual foi visitada por cerca de 550 alunos/as dos agrupamentos escolares do concelho.

Equipamento Sociais

Apoio às instituições particulares de solidariedade social

- **Comunidade Vida e Paz**

O Município celebrou, a 03 de abril de 2017, um protocolo de cooperação com a entidade, para a apoiar na prossecução dos objetivos previstos na Tipologia 3.05 do Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego, designada por “Capacitação para a Inclusão”.

- **Centro Social Paroquial de Rio de Couros**

O Município de Ourém e o Centro Social Paroquial de Rio de Couros celebraram a 26 de novembro, um contrato-programa de comparticipação financeira para a elaboração do projeto e aquisição de mobiliário e de um veículo adaptado. O contrato-programa celebrado definiu um apoio financeiro até ao montante de 62.138,50€.

- **Centro Social Paroquial de São João Baptista de Espite**

O Município de Ourém e o Centro Social Paroquial de São João Baptista de Espite celebraram a 26 de novembro, um contrato-programa de comparticipação financeira para apoio para as obras de ampliação das instalações e aquisição de equipamentos. O contrato-programa celebrado definiu um apoio financeiro até ao montante de 150.000,00€.

Bem-estar e Saúde

Equipa de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no âmbito da parceria entre o Município de Ourém e o Centro de Saúde de Ourém

O município participou em diversas reuniões de trabalho da equipa da unidade de cuidados continuados, efetuou a referenciação de processos e articulou os projetos de intervenção individual ou familiar com a área da saúde. Facultou transporte para familiares de doentes, de modo a que estes participem nas sessões da saúde sobre o apoio a doentes. No ano 2017 realizou 28 visitas domiciliárias e participou em 9 reuniões.

Planeamento e definição de orientações para o projeto da equipa comunitária de saúde mental

No ano 2015, tendo em conta os desafios encontrados no terreno pela equipa de intervenção social do Município, ao nível da doença mental grave, foi criado um grupo de trabalho, mediado pelos/as psicólogos/as da equipa da DEAS, na qual estão envolvidos os seguintes parceiros: Laboratório de Reabilitação Psicossocial do Instituto Politécnico do Porto; Serviço de Psiquiatria do Centro Hospital do Médio Tejo; ACES do Médio Tejo; A FARPA – Associação dos Familiares e Amigos dos Doentes Psicóticos; Associação de Saúde Mental do Médio Tejo; CLDS 3G Ourém; e Rede Local de Intervenção Social de Ourém. Este grupo de trabalho tem os seguintes objetivos: potenciar a articulação entre os/as técnicos/as que intervêm na saúde mental, a nível local e regional; facilitar os canais de comunicação, favorecendo uma resposta mais célere e eficaz na intervenção; criar uma rede de saúde mental no nosso concelho; e planejar o desenvolvimento de uma estrutura prestadora de cuidados de saúde mental no concelho de Ourém. A próxima iniciativa está a ser preparada seguindo os objetivos definidos, propondo-se a realização de uma tertúlia, intitulada “Saúde mental: Caracterização das respostas existentes – Identificação de Potencialidades e Fragilidades no Terreno”, a decorrer a em 2018.



Seminário – “Dor crónica, compreender e tratar”

O Auditório de edifício-sede do Município acolheu, no dia 21 de janeiro, o Seminário – “Dor crónica, compreender e tratar”. O mesmo teve como objetivo dar a conhecer à população a

problemática da dor crónica, visto ser um dos maiores problemas de saúde pública atuais, tanto a nível de despesa do Estado, como de incapacidade para quem tem esta condição, ajudar a compreender a dor e conhecer as possíveis soluções. O seminário terminou com dois workshops práticos de yoga e pilates realizados no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém. A iniciativa contou com a participação dos seguintes profissionais: Médica Anestesista - Dra. Eunice Silva, Presidente da APED - Dra. Ana Pedro, Médica Psiquiatra - Dra. Margarida Duarte, Professor na Escola Superior de Saúde IPL - Dr. José Guerreiro, Instrutora de pilates - Flávia Gioia e Instrutora de yoga - Ana Marcos.

Seminário – IV Jornadas ACES Médio Tejo 2016

Este seminário, dedicado ao tema da adolescência, foi organizado pela ARSLVT, ACES Médio Tejo, ACES e Direção do Internato do Médio Tejo, com o apoio do Município de Ourém, CLDS 3G de Ourém e Universidade Sénior de Ourém. O evento realizou-se nos dias 24 e 25 de janeiro e abordou o tema da adolescência através de diferentes óticas e com os contributos de vários profissionais que, diariamente, lidam com jovens, em várias áreas de atuação. A iniciativa contou com cerca de 20 moderadores/as, 80 palestrantes, 150 participantes nos workshops e 400 no programa temático das jornadas.



Figuras: Momentos do Seminário IV Jornadas do ACES do Médio Tejo

Seminário Saúde Mental “Perspetivando a Reabilitação e a Reintegração na Doença Mental Grave”

O Município de Ourém realizou, em parceria com o Laboratório de Reabilitação Psicossocial do Porto, o referido Seminário, no dia 26 de janeiro, no Cineteatro

Municipal de Ourém. Participaram nesta iniciativa 22 oradores/as de várias instituições e organizações de todo o país. Assistiram a este seminário cerca de 210 técnicos/as e cidadãos/cidadãs.

Dia Internacional da Mulher (Rastreios de Saúde)

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Grupo de EESMO (Enfermeiras Especialistas em Saúde Materna e Obstetrícia) do ACES Médio Tejo, em colaboração com o Município de Ourém, realizou, a 10 de março, uma atividade de sensibilização das mulheres para a importância de rastreios de saúde (cancro do colo do útero e de mama). A iniciativa teve por objetivo promover a vigilância da saúde no feminino e ir ao encontro desta franja da comunidade, com especial enfoque para a população ativa.



Figuras: Momentos do Rastreio de Saúde no Dia Internacional das Mulheres

Dia Nacional do Dador de Sangue – Workshop “Dá Vida”

No âmbito do plano de ação de prevenção e promoção da saúde para 2017, o Município de Ourém em colaboração com o ACES - Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém (UCC) e o Contrato Local de Desenvolvimento Social-3.^a Geração de Ourém (CLDS-3G) assinalaram o "Dia Nacional do Dador de Sangue" com um Workshop intitulado "Dá Vida". O Workshop decorreu no dia 27 de março, às 10.30h, no auditório do Edifício-Sede do Município de Ourém. O mesmo teve como objetivos sensibilizar os/as presentes para a importância de ser dador/a, desmistificar o processo de doação de medula óssea, esclarecimento de dúvidas inerentes à compatibilidade de grupos sanguíneos, doação de sangue, entre outros. A dinamização esteve a cargo da Doutora Maria Helena Gonçalves, do Instituto

Português do Sangue e da Transplantação, IP – Coimbra, e do Enfermeiro Eduardo e Enfermeira Clarisse, da Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém. Assistiram ao Workshop 98 pessoas das quais: 53 alunos/as da Escola Básica e Secundária de Ourém, e 28 alunos/as da Escola Profissional de Ourém.

Dia Mundial da Atividade Física

Com o objetivo de promover a prática da atividade física, o Município de Ourém, o CLDS-3G de Ourém e a UCC de Ourém, em colaboração com a Ourémviva, E.M., S.A. realizaram a 06 de abril, entre as 10.00h e as 12.00h, uma sensibilização no Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, com o lema “Corra, Pedale, MEXA-SE” pela sua saúde. Foram distribuídos 100 flyers alusivos à temática e convidados/as os/as presentes para uma aula de ginástica. Aderiram à aula cerca de 50 pessoas. A atividade decorreu num espírito descontraído e a alegria contagiou não só os/as participantes como todo o recinto envolvente.



Figuras: Momentos da Atividade Física

Dia Mundial da Saúde

No âmbito do plano de ação de prevenção e promoção da saúde para 2017, o ACES - Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém, em colaboração com o Município de Ourém e o Contrato Local de Desenvolvimento Social-3.^a Geração de Ourém (CLDS 3G) assinalaram o "Dia Mundial da Saúde", a 7 abril, com o Workshop sobre a "Prevenção da Depressão da criança ao adulto". O período da manhã teve como público-alvo técnicos/as, colaboradores/as das IPSS e comunidade em geral. O

período da tarde foi dirigido às crianças institucionalizadas da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida - Casa Dr. Alves, com a visualização do filme “Divertidamente”.

Dia Mundial Sem Tabaco

No âmbito do processo da Rede Social, Plano Local de Saúde e das competências municipais para a área da saúde realizou-se a 31 de maio, em colaboração com a UCC de Ourém e o CLDS-3G de Ourém, uma sensibilização de rua e encaminhamento para consultas de enfermagem dirigidas a fumadores/as. A atividade teve como objetivos sensibilizar para uma vida ativa saudável sem tabaco e alertar para os malefícios do mesmo.



Figur: Momento da sensibilização do Dia Mundial Sem Tabaco

Dia Mundial do Ambiente – Riscos Ambientais e Saúde

No âmbito do plano de ação de prevenção e promoção da saúde para 2017, o Município de Ourém, em colaboração com o ACES - Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém (UCC) e o Contrato Local de Desenvolvimento Social-3.^a Geração de Ourém (CLDS 3G), assinalaram o “Dia Mundial do Ambiente” (05 junho) com o Seminário “Riscos Ambientais e Saúde”. O mesmo decorreu no auditório do Edifício Sede do Município de Ourém, com início às 14h30 e teve como debate os seguintes painéis:

- I Painel: Fatores ambientais e o seu impacto na saúde;
- II Painel: Os Produtos Fitofarmacêuticos na cadeia alimentar.

O Seminário teve como objetivos alertar para: os riscos ambientais associados ao cancro, o uso de produtos químicos e a contaminação ambiental.

Dia Mundial do Dador



A DEAS em parceria com o Instituto Português de Sangue e da Transplantação, IP, e o CLDS-3G de Ourém realizaram, no dia 14 de junho, a II Sessão de colheita de sangue e de inscrições para dadores/as de medula óssea, no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém.

A mesma teve por objetivos comemorar o Dia Mundial do Dador e angariar dadores/as voluntários/as de medula óssea para o Cedace (Centro Nacional de Dadores de Células de Medula Óssea, Estaminais ou de Sangue do Cordão), com o intuito de responder a muitas situações de doentes que necessitam de transfusões ou transplante de medula, e não têm dadores/as familiares compatíveis.

Dia Mundial do Coração – 29 setembro

O Município de Ourém em parceria com a Fundação Portuguesa de Cardiologia, a UCC de Ourém e o CLDS 3G de Ourém, realizaram, no dia 28 de setembro, entre as 9h30 e as 12h00, no Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, uma campanha de sensibilização. A mesma teve como objetivos assinalar o Dia Mundial do Coração (29 setembro), chamar a atenção para a importância das escolhas saudáveis e o quanto a mudança dos hábitos podem contribuir para ter um coração saudável. Foram distribuídos *flyers* e convidadas as pessoas a fazer a medição da pressão arterial, da altura, do perímetro abdominal, pesagem, e cálculo do IMC. Os/As profissionais da UCC de Ourém avaliaram 63 munícipes.



Figuras: Momentos do Dia Mundial do Coração

Jornadas de Tratamento e Nutrição – Abordagem Integrada na Úlcera por Pressão

O Município de Ourém em parceria com o Centro Geriátrico Miminho aos Avós - Ourém e a UCC de Ourém dinamizaram, no dia 10 de outubro de 2017, das 09h00 às 12h30, no Auditório do Edifício Sede do Município de Ourém, as Jornadas de Tratamento e Nutrição - Abordagem Integrada na Úlcera por Pressão. As jornadas tiveram por objetivos sensibilizar e dar formação para a prevenção e tratamento das úlceras por pressão, numa abordagem integrada e multidisciplinar. Participaram 84 profissionais de saúde, cuidadores/as formais e informais, estudantes e direções técnicas de instituições.

Dia Mundial da Diabetes – 14 novembro

No âmbito do plano de ação de prevenção e promoção da saúde para 2017, o Município de Ourém, em colaboração com o ACES - Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém (UCC) e o Contrato Local de Desenvolvimento Social 3.^a Geração de Ourém (CLDS 3G), assinalaram o "Dia Mundial da Diabetes", a 14 de novembro, com as seguintes atividades: período da manhã, no Auditório do Edifício Sede do Município de Ourém, palestra sobre: - "Afinal, o que é a Diabetes?" e "Prevenir a Diabetes - Alimentação Saudável"; período da tarde, no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, rastreio da diabetes, através da avaliação da tensão arterial e glicémiias, e aula de ginástica. As atividades propostas tiveram por objetivo contribuir



para ajudar a comunidade a entender a doença, os fatores de risco e o benefício da adoção de um estilo de vida mais saudável, quer ao nível da prática de exercício físico regular, quer ao nível de numa alimentação equilibrada.

Dia Mundial do Não Fumador – 17 novembro



O Município, em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém e o CLDS 3G de Ourém, assinalou o Dia Mundial do Não Fumador a 16 de novembro, de modo a sensibilizar as populações para os fatores de risco associados ao consumo de tabaco, nomeadamente os seus malefícios, e divulgar as formas mais eficazes para deixar de fumar. A ação realizou-se Mercado Municipal de Ourém – Manuel Prazeres Durão em que, para além da sensibilização, avaliou-se do monóxido de carbono a fumadores/as.

Atividades diversas por área de intervenção

Infância e Juventude

Música para Crianças dos 0 aos 3 anos

Música para crianças dos 0 aos 3 anos é uma atividade da responsabilidade do Município e da CPCJ que se realizou no Espaço Jovem e no Auditório da Ourearte.

Esta iniciativa visou:

- Proporcionar uma atividade em que pudessem participar pais e filhos/as, numa interação de afetividades paterno-infantis, num ambiente de relaxamento, onde ouvir, perceber e diferenciar os diversos sons através da brincadeira, imitação e reprodução musical.

- Contribuir para o desenvolvimento psicomotor, sócioafetivo, cognitivo e linguístico para além de ser facilitadora do processo de aprendizagem, dado que a música possui um papel importante na educação das crianças.
- A musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, imaginação, memória, concentração, atenção, socialização, afetividade, do prazer de ouvir música e do respeito ao próximo, contribuindo também para uma efetiva consciência corporal e de movimentação.
- Exercitar as capacidades cognitivas das crianças através dos benefícios que a música e jogos musicais exercem sobre elas, pois a música, quando inserida na rotina das crianças, contribui para o desenvolvimento neurológico, afetivo e motor.

Ao longo do ano participaram 221 crianças, o que significou uma média por sessão de 20 crianças.

Colónia de Férias da Cáritas

No âmbito da colónia de Férias da Cáritas, o Município de Ourém selecionou 16 crianças, com processo ativo na CPCJ de Ourém, para participar numa semana de férias na Colónia.

Discoteca Infantil

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança, algumas instituições do Grupo de Infância e Juventude, em conjunto com o Município de Ourém realizaram, de 29 a 31 de maio, a atividade “Discoteca”, no Espaço Jovem. As entidades que aderiram à iniciativa foram: APAJEFÁTIMA – Associação de Pais e Encarregados de Educação de Fátima, Associação Cultural e Recreativa de Alburitel – ACRA, Associação para a Promoção e Dinamização de Apoio à Família – APDAF, Centro de Apoio Social de Olival, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida – Casa Dr. Alves e Jardim Infantil de Ourém. Nos três dias estima-se que vieram ao espaço cerca de 2500 crianças.

Passeio com Histórias

O Passeio com Histórias foi uma Iniciativa integrada no Plano de Ação da Rede Social de 2017, que se realizou no dia 22 de setembro, na zona urbana de Ourém. O Passeio teve um percurso de 2,5km e como contadora de Histórias Sílvia Rodrigues. Participaram 104 pessoas.

Deficiência

Passeio Anual da ELI

No âmbito do protocolo celebrado com o Centro de Reabilitação e Integração Ouriense (CRIO) foi realizado um passeio anual, no dia 30 de junho, integrado na comemoração do aniversário da ELI (Equipa Local de Intervenção Precoce), destinado às crianças e famílias apoiadas pela referida equipa. Estiveram presentes na atividade 64 pessoas (33 adultos e 31 crianças). O programa contou com uma visita ao Europaradise, o zoológico de Montemor-o-Velho e o convívio no Parque. O município colaborou na atividade através da cedência de transporte.

IV Caminhada - Unidos pela Diferença

A atividade realizou-se no dia 10 de setembro de 2017, em Fátima e contou com a colaboração da Câmara Municipal de Ourém. Participaram na atividade um total de 290 pessoas. A organização deste evento foi da responsabilidade dos vários parceiros que integram o grupo de trabalho da Diferença: Centro de Recuperação Infantil de Ourém (CRIO), Centro de Reabilitação e Integração de Fátima (CRIF), Escola de Educação Especial “Os Moinhos” (E.E.E. “Os Moinhos”), Centro João Paulo II (CJPII) e Casa do Bom Samaritano. A atividade teve como objetivos: promover o convívio entre utentes, colaboradores/as e comunidade em geral; e proporcionar a reflexão sobre a problemática da deficiência, barreiras arquitetónicas e hábitos de vida saudável. Percurso: Mercado - Museu Vida de Cristo – Hotel Cinquentenário – Pracetas – Correio – na rotunda, virar à esquerda e regressar pela via pedonal pela nova avenida de Fátima – Leitaria Gomes – Museu Vida de Cristo – Mercado (final).



Figuras: Momentos da IV Caminhada

Exposição “Vamos Voar”

Inaugurou-se a Exposição “Vamos Voar”, a 05 de outubro, pelas 15h, na Galeria Municipal dos Paços do Concelho onde permaneceu até ao dia 27 de outubro. Esta atividade foi realizada com a colaboração do Município e resultou do intercâmbio efetuado entre as instituições NECI e CRIF que realizam atividades conjuntas dirigidas às pessoas portadoras de deficiência.



Figuras: Exposição “Vamos Voar”

Espetáculo “Tarde da Diferença”

No âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência realizou-se um espetáculo intitulado “Tarde da Diferença”, no dia 03 de dezembro de 2017, no Cineteatro Municipal de Ourém, pelas 15h. A atividade foi dinamizada pelo Grupo da Diferença do qual fizeram parte as instituições do Concelho que intervêm na área da Deficiência: Centro de Reabilitação e Integração Ouriense (CRIO), Centro de Reabilitação e Integração de Fátima (CRIF), Escola de Educação Especial “Os Moinhos” (E.E.E. “Os Moinhos”), Centro João Paulo II (CJPII) e Casa do Bom Samaritano, em colaboração com a Câmara Municipal de Ourém. O Programa contou com as atuações das diversas instituições pertencentes ao Grupo da Diferença, em áreas tão diversas como a música, dança, teatro, entre outras. Teve ainda a

participação de um artista convidado Sérgio Godinho que apadrinhou o evento. Participaram na atividade cerca de 350 pessoas.



Figuras: Momentos da Tarde da Diferença

Envelhecimento

Carnaval Sénior

O Município de Ourém realizou o Carnaval Sénior 2017, em conjunto com as instituições com resposta na área do envelhecimento e a Ourémviva, E.M., S.A., no dia 27 de fevereiro 2017, no Centro de Negócios de Ourém. Participaram na iniciativa 8 instituições, com 150 seniores, a saber: Associação de Bem-Estar de Urqueira, APDAF Sénior – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, Centro de Bem-Estar de Bairro, Centro Social Paroquial de Freixianda, Fundação Arca da Aliança, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, Lar Santa Beatriz da Silva e Santa Casa da Misericórdia de Fátima-Ourém. Esta atividade contemplou o desfile de máscaras das instituições inscritas no Carnaval Sénior, seguido de um lanche partilhado, e teve como apresentadora a Senhora Lelita (cantora de reconhecido mérito no concelho). Foi atribuído um prémio monetário de 150,00€ às instituições participantes, perfazendo um total de 1.200,00€, e certificados de participação aos seniores.





Figuras: Momentos do desfile do Carnaval Sénior 2017

Passeio Sénior das Instituições 2017

O Município de Ourém realizou o Passeio Sénior das Instituições, no dia 07 de abril, com destino à Tapada de Mafra. O Passeio destinou-se aos/as seniores que usufruem dos serviços das instituições do Grupo de Envelhecimento e visou proporcionar a esta população momentos de lazer e de convívio, promover a qualidade de vida do/a cidadão/cidadã sénior, proporcionar um dia diferente e dar a conhecer outros locais e culturas. Os/As seniores desfrutaram de um Passeio de Comboio pela Tapada, participaram no atelier de apicultura e a assistiram a uma demonstração de voo livre com aves de rapina. No evento participaram 153 pessoas das seguintes instituições: APDAF Sénior – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, Associação de Bem-Estar de Urqueira, Casa Diocesana do Clero Leiria-Fátima, Centro de 3.^a Idade de Gondemaria, Centro de Bem-Estar do Bairro, Fundação Arca da Aliança, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, Lar de Santa Beatriz da Silva e Santa Casa da Misericórdia Fátima-Ourém.



Figuras: Momentos do Passeio Sénior das Instituições 2017

Mercado Sénior

O mercado sénior é uma atividade desenvolvida pelo Município de Ourém e o Grupo de Envelhecimento, em parceria com a Ourémviva, E.M., S.A., que se realizou no dia 8 de junho, das 10h00 às 16h00, na Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida. Esta iniciativa consistiu na disponibilização de produtos realizados pelos/as seniores das instituições do concelho e na apresentação dos serviços prestados pelas mesmas, num espaço composto por bancas. As instituições participantes foram APDAF Sénior, Centro Social de Matas, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida e Irmandade da Santa Casa das Misericórdias Ourém – Fátima.

A 2.ª edição do Mercado Sénior estava prevista para o dia 14 de dezembro. No entanto, tendo em conta as condições climatéricas a mesma foi adiada para o dia 17 de dezembro em conjunto com a atividade municipal “O Mundo da Sara”. Participaram na iniciativa duas instituições, a APDAF Sénior e a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida.



Figuras: Momentos do Mercado Sénior 2017

Passeio Sénior 2017

À semelhança dos anos anteriores foi promovido pelo Município de Ourém, em parceria com as Freguesias do Concelho, a atividade anual “Passeio Sénior – 2017”, dirigida a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. A mesma teve por objetivo proporcionar aos/as idosos/as do Concelho momentos de lazer e convívio, aliados à oportunidade de conhecer novos espaços culturais. Este ano o Passeio Sénior teve como destino a Tapada Nacional de Mafra. Na Tapada de Mafra, os/as seniores das freguesias do Concelho de Ourém puderam apreciar uma floresta única que permite a existência de muitos animais e plantas que vivem no seu habitat natural, conhecer a história que deu origem ao espaço, com elevado valor de conservação e perceber

também a importância de o preservar e proteger. Tiveram ainda oportunidade de assistir a um atelier de apicultura e a uma demonstração de voo livre com aves de rapina. A atividade realizou-se nos dias 5, 7, 10, 12, 14, 17 e 19 de julho e contou com a participação de 2300 munícipes.



Figuras: Momentos do Passeio Sénior 2017

II Encontro Intergeracional Inclusivo

O Município de Ourém, em parceria com o CLDS-3G de Ourém, promoveu o II encontro Intergeracional Inclusivo, a 26 de julho, no Centro de Negócios de Ourém. O evento pretendeu juntar crianças e seniores, num evento de partilha de experiências e com várias atividades. Participaram na iniciativa cerca de 700 pessoas.

Dia Internacional do Idoso 2017

No âmbito do Plano de Ação da Rede Social, o Município de Ourém e o Grupo de Envelhecimento da Rede Social, com a colaboração do CLDS 3G de Ourém, promoveram no dia 02 de outubro de 2017 um programa de atividades dedicado aos/as seniores deste concelho. As iniciativas realizadas tiveram o propósito de assinalar o Dia Internacional do Idoso, proporcionar a esta população momentos de lazer e de convívio, promover a qualidade de vida do/a cidadão/cidadã sénior, proporcionar um dia diferente e assinalar a data tão importante e que relembra dos direitos desta população. O dia iniciou-se com uma aula de ginástica para seniores, dinamizada pela Professora da Ourémviva, E.M., S.A., seguida da aula “Dança para Seniores” da Fundação Arca da Aliança. No período da tarde, o evento continuou no Cineteatro Municipal de Ourém, onde os/as seniores assistiram a uma Peça de Teatro “velhas no cruzeiro”, de Sonhos em Cena – Associação Cultural. Nesta atividade participaram 179 pessoas no período da manhã e 260 pessoas à tarde, das seguintes

instituições: Associação do Centro Social da Paróquia de Seiça; ACRA - Associação Cultural e Recreativa de Alburitel; APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização o Apoio à Família; Associação de Bem-Estar de Urqueira; Bela Vista, Residência Séniors; Centro de 3.^a Idade de Gondemaria; Centro de Bem-Estar do Bairro; Centro Social e Paroquial da Atouguia; Centro Social Paroquial de Freixianda; Centro Social Paroquial de Santa Catarina da Serra; Fátima SPA Club; Fundação Arca da Aliança; Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida; Lar Santa Beatriz da Silva; Ourémviva, EM, SA ; Residência Séniors Primus Vitae; Santa Casa da Misericórdia Ourém-Fátima e TMG – Residência para Seniores.



Figuras: Momentos do Dia Internacional do Idoso 2017

Outras Atividades

Dia Internacional da Família

No âmbito do plano de ação de prevenção e promoção da saúde para 2017, o ACES - Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém, em colaboração com o Município de Ourém e com o Contrato Local de Desenvolvimento Social-3.^a Geração de Ourém assinalaram o "Dia Internacional da Família" (celebrado anualmente a 15 de maio), no dia 16 de maio, pelas 14h30, no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, com a visualização do filme "Divertidamente" e uma Sessão de Educação para Pais, dinamizada pela Enfermeira Paula Caetano, da UCC de Ourém. Através da visualização do filme pretendeu-se sensibilizar as famílias para a importância dos afetos, reforçar a mensagem de respeito entre todos, conhecer as emoções e a sua importância na saúde mental e nos comportamentos.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial, não judiciária, que visa proteger e promover os direitos da criança e do/a jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/15, de 08 de setembro).

De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- d) está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais e pelas mães das suas funções parentais;
- e) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança e o seu equilíbrio emocional;
- g) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, as mães, o/a representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Neste âmbito, considera-se criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos.

O modelo de trabalho assenta numa metodologia participativa e sistémica, valorizando-se todos os contributos, numa lógica de trabalho de equipa. A Comissão

Restrita, em 2017, foi constituída por 10 elementos⁸, representantes e técnicos/as cooptados/as de diversas entidades, que se organizam em equipa, em regra com dois coordenadores/as do processo.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): comissão restrita

No âmbito dos processos de promoção e proteção, os/as gestores/as de caso efetuaram várias diligências, que para além das entrevistas, relatórios e visitas domiciliárias, participaram em reuniões no âmbito da infância e juventude, realizaram projetos, também procederam ao encaminhamento para a consulta de psicologia, sempre que consideraram necessário. Durante o período a que se reporta este relatório, foram efetuadas 35 visitas domiciliárias, 120 acordos de promoção e proteção, 402 atendimentos, 28 reuniões restritas e 46 processos arquivados e em dezembro 2017 registaram-se 177 processos ativos.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): comissão alargada

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, na sua modalidade alargada, aprovou, no dia 31 de janeiro de 2018, por unanimidade, o Plano de Ação para 2018 e o Relatório de Atividades referente ao ano 2017, respetivamente. Da análise ao relatório de atividades importa salientar o seguinte: Processos ativos=177 (dez 2017); Média processos ativos =174,83/mês; Média processos arquivados = 3,75 processos arquivados mês, num total anual de 45; Média Processos encerrados liminarmente = 0,58 processos/mês, num total anual de 7; Média processos em que se requereu a intervenção judicial ao Ministério Público (fase pós-preliminar) = 1,66 processos transferidos mês, num total anual de 20. Freguesias com maior número de processos: Piedade (53, 30%), Fátima (47, 26%), e Freguesias com menor número de

⁸ Paulo Fonseca (Presidente, representante do Município), Otília Simões (representante dos serviços do Ministério da Educação e Ciência), Paula Martins (representante da Segurança Social), Fernanda Cavalheiro (representante dos serviços de saúde), Estela Ribeiro (representante das Associações que desenvolvem atividades desportivas, culturais e recreativas) Ana Alves Monteiro e Tânia Pires (técnicas cooptadas ao Município com formação na área do serviço social e psicologia, respetivamente), Andreia Marques (técnica cooptada da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, com formação na área do serviço social), Isabel Costa (técnica cooptada da Escola dos Moinhos do Centro João Paulo II, UMP, com formação na área de psicologia) e Marta Monteiro Marques (técnica cooptada da Fundação Obra N.^a.S.^a. da Purificação, com formação na área do serviço social).

processos: Alburitel, Espite e Urqueira (1, 1%), Atouguia, Casal dos Bernardos/ Rio de Couros (4, 2%), Matas/Cercal (5, 3%), Seiça, Gondemaria/Olival (9, 5%), Freixianda/Ribeira do Fárrio/ Formigais (10, 6%), Caxarias (12, 7%), e Misericórdias (19, 11%); Média etária = 12,10 anos; Problemáticas associadas à sinalização mais expressivas: negligência (45 36%), violência doméstica (34, 27%), e comportamentos graves, anti-sociais ou /e de indisciplina (17, 12%), exposição a comportamentos desviantes15, 12%); e Medida mais frequente: apoio junto dos pais (65, 51%), processos sem medida aplicada (40, 32%). Média entrevistas = 33,5/mês; Número médio de menores abrangidos/as por entrevistas/mês = 42,6/mês; Número de entrevistas anuais = 402 Entrevistas; Número médio Visitas Domiciliárias = 2,91 VD/Mês, num total anual de 35. Número documentos recebidos = 64,91/mês, num total anual de 779; Número documentos expedidos = 105,33/mês, num total anual de 1264. Foram ainda referidas as principais atividades dinamizadas pela Comissão ao longo do ano 2017: “Semana Aventura 2017”; sessões de esclarecimento e de sensibilização; programa “Mais Família, Mais Criança”; assinalou o dia Europeu sobre a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual; Formação para Professores; e “Música para crianças”.

Atividades

Formação “A proteção da Criança e Jovem em Perigo”

Em 2017 deu-se início a formação acerca do Sistema de Promoção e Proteção sobre a problemática da criança e jovem em perigo nas escolas, tendo sido realizadas duas sessões, para docentes, no Centro de Estudos de Fátima, nos dias 08 e 15 de fevereiro.

MPMT - Mês da Prevenção dos Maus-tratos na Infância

Foram desenvolvidas várias atividades para assinalar este mês, a saber:

- **Atividade 1:** Foi lançado o desafio às Escolas e Associações de Pais para a elaboração de desenhos relacionados com a parentalidade positiva em família.

- **Atividade 2:** Momento de rádio – “Um minuto de emoções positivas.” Foram gravadas mensagens das crianças, às quais foi colocada a questão: O que fazes com os teus pais que te deixa feliz? Estas mensagens foram depois divulgadas na radio, diariamente, em dois momentos, durante o mês de abril.
- **Atividade 3:** Ação de sensibilização na comunidade. Participação na abordagem comunitária sobre maus tratos na infância, que decorreu no dia 20 de abril, no Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, promovida pelo CLDS 3G Ourém em parceria com a CPCJ, onde foram distribuídos laços azuis (símbolo desta prevenção) e material informativo, assinalando o mês dos maus tratos infantis.



Figura: Momentos da MPMT 2017

Conferência “O Papel dos Intervenientes Judiciais na Defesa dos Direitos da Criança”

Realizou-se a Conferência “O Papel dos Intervenientes Judiciais na Defesa dos Direitos da Criança”, a 20 de outubro, no auditório do Edifício Sede do Município de Ourém. Contou com a presença de três oradores de grande conhecimento e intervenção direta na matéria: Rui Pinto Gonçalves, Advogado; Luís Constantino, Procurador da República e Paulo Guerra, Juiz Desembargador. Trouxeram à audiência, constituída por “profissionais da infância”, as suas reflexões sobre o papel dos/as vários/as intervenientes judiciais nas tipologias de processos que poderão decorrer em Tribunal referentes às crianças. Rui Pinto Gonçalves salientou as dificuldades inerentes aos processos de regulação das responsabilidades parentais e dos consequentes conflitos de interesses de cada progenitor/a que, centrado na sua própria dor, muitas vezes, ignora o sofrimento da criança. Não raras vezes, ao advogado coloca-se um dilema profissional, dado que o cliente é o/a dito/a progenitor/a, que centrado em si próprio, mantém um expetativa e prática parental que colide com o superior interesse da criança. Manifestou ainda a sua preocupação

quanto ao tempo da justiça, que não é compatível com o tempo das crianças, sendo a Justiça que se tem que adequar ao tempo da criança. Ao Ministério Público cabe o papel de, em Tribunal, defender o superior interesse da criança, propondo ao Juiz a medida que se lhe afigura capaz de garantir tal interesse, em tempo útil. Luís Constantino partilhou a carga emocional que os processos e proposta de medidas acarreta aos/as intervenientes judiciais, que apesar de manterem a sua racionalidade, são muitas vezes tocados de forma íntima por algumas histórias de vida. Paulo Guerra começa a sua apresentação por referir que “a minha vida é feita de rostos”, reforçando a ideia abordada pelos anteriores oradores, de que a situação de cada criança é única e individual, merecedora de uma avaliação cuidada e específica para alcançar a melhor decisão. Questiona se os Tribunais são só paredes, reforçando a visão de uma entidade humana, cuja matéria, família e menores, exige especialização nas suas práticas de audição e comunicação com a criança e adequação do espaço de modo a que este seja favorecedor do seu bem-estar e minimizador do impacto que pode ter uma diligência em Tribunal. Defendeu “um novo paradigma na justiça da família e da criança... com a criança no centro da equação e com todos os atores processuais empenhados no seu melhor interesse.”

Semana Aventura 2017

Esta semana de atividades decorreu de 24 a 29 de julho, pelo 7º ano consecutivo, tendo participado 15 crianças, dos 7 aos 15 anos. Recordamos que se trata de uma atividade do Município, do Núcleo Local de Inserção e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Ourém, em parceria com a Segurança Social e o Jardim Infantil de Ourém. O programa de atividades é dirigido a crianças cujas famílias beneficiam de Rendimento Social de Inserção ou que são acompanhadas pela referida Comissão.



Figuras: Momentos da Semana de Aventura 2017

Formação Mais Família, Mais Criança

No âmbito das competências do Município, na área da Intervenção social, e tendo em conta a problemática dos maus tratos a crianças e jovens que urge prevenir, o Município de Ourém, em parceria com a CPCJ de Ourém, organizaram uma ação de formação, destinada a técnicos/as da área das ciências sociais, tendo como objetivo proporcionar aos/as destinatários/as a oportunidade de adquirir metodologias e ferramentas para uma intervenção na parentalidade mais adequada e eficaz, promovendo, consequentemente, o exercício de uma parentalidade positiva, sem recurso à violência verbal ou física, por parte das famílias. A última sessão da formação sobre o Programa de Educação Parental “Mais Família, Mais Criança” decorreu no Auditório da Escola Básica e Secundária de Ourém, no dia 17 de novembro de 2017 e contou com a participação de 20 técnicos/as de várias equipas e instituições, designadamente: intervenção social da Câmara Municipal de Ourém, da CPCJ, do CLDS-3G, do RSI; APAJEFÁTIMA, APDAF e Centro Social Paroquial de Freixianda.

Atendimento telefónico 24h/dia

Os elementos da equipa da comissão restrita têm, também, a seu cargo o atendimento telefónico, desencadeando o procedimento adequado face a uma denúncia. O telemóvel da CPCJ vai alternando pelos/as vários/as técnicos/as com uma rotatividade quinzenal.

2.3.6 – Divisão de Ação Cultural

Associativismo, cultura, Desporto e Juventude

Decorreu no início de 2017 o período de candidaturas ao apoio financeiro ao Associativismo de 2017, no âmbito cultural/recreativo e desportivo. Seguiu-se uma avaliação, análise e encaminhamento para o Executivo para decisão de apoio

financeiro, bem como o acompanhamento para uma primeira fase de pagamento em maio e uma segunda em setembro.

Foram emitidos pareceres técnicos (de âmbito cultural e desportivo) e conduzidos pedidos de cedência de transporte, ao abrigo das *Normas Específicas de Cedência de Transporte a Associações Culturais e Desportivas do Município de Ourém*, para atividades culturais e desportivas das coletividades.

Ao longo do ano, o apoio ao associativismo também foi efetuado em áreas técnicas específicas, bem como através da logística, da cedência de bens e equipamentos.

Foram ainda elaboradas propostas de protocolos e contratos programas e de outras medidas de apoio excepcional ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo do Município de Ourém.

Foi estabelecida parceria do Município com a Associação de Artistas e Artesãos Ourenses na participação na Feira Internacional do Artesanato 2017.

Complementarmente a outros tipos de apoio, cumpriu-se um plano de (in)formação por forma a responder às preocupações de base das coletividades, sendo transversal a matérias associativas específicas a modalidades culturais ou desportivas, o que permite o seu benefício pela generalidade das associações concelhias. Estas sessões decorrerão sustentadas no protocolo de cooperação entre o Município de Ourém e a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Gestão das instalações do Estádio Papa Francisco

- Organização de mapas semanais dos diversos utilizadores Centro Desportivo de Fátima, Futebol SAD; Centro Desportivo de Fátima -Iniciados; Grupo de Atletismo de Fátima, Fátima Escola de Triatlo e outros utilizadores.
- Manutenção das instalações e acompanhamento da manutenção do relvado.
- Programação com a Associação de Atletismo de Santarém planificação de provas no ano de 2017.
- Atividades em destaque: 08 de abril: Campeonato Nacional Jovem – Prova de Duatlo numa organização do FET - Fátima Escola de Triatlo e da Federação

Portuguesa de Triatlo em parceria com o Município de Ourém e Escola Profissional de Ourém; 22 de abril: Torneio Aniversário da Associação de Atletismo de Santarém, numa organização da Associação de Atletismo de Santarém e Município de Ourém; 06 e 07 de maio - Campeonato Regional de Infantis - Estádio Municipal de Fátima numa organização da Associação de Atletismo de Santarém, do Município de Ourém e do Grupo de Atletismo de Fátima; 21 de maio - Final -Distrital do Campeonato da INATEL Estádio Municipal de Fátima numa organização entre o Grupo Desportivo e Cultural de Seiça e Município de Ourém; 17 e 28 de maio - Campeonato Nacional de Clubes no Estádio Municipal de Fátima numa organização entre a Associação de Atletismo de Santarém e Município de Ourém e Grupo de Atletismo de Fátima; 01 e 02 de julho -Campeonato Regional de Juniores - Estádio Municipal de Fátima numa organização entre a Associação de Atletismo de Santarém e Município de Ourém e Grupo de Atletismo de Fátima.

Gestão da Galeria dos Paços

- Exposição coletiva de pintura e cerâmica "Porque" por Luís Gonçalves e Espaço 23 handmade ceramic. fevereiro.
- Exposição Coletiva de Pintura "Paleta de Cores" pelos artistas do Conservatório de Música de Ourém e Fátima. De 5 a 24 de março.
- VII Exposição de Modelismo, pelo Clube de Modelismo da Região de Leiria. De 1 a 9 de abril.
- Exposição "Miragens no singular" pelos : Alunos do 10º F - ARTES, do Agrupamento de Escolas de Ourém – De 07 a 26 de maio.
- Exposição de Pintura "Amor com amor se paga" por Ulrich Hilmer. De 02 a 26 de junho.
- Exposição de Pintura "Cores e Flores para Nossa Senhora" por Cassia Rando. De 5 a 28 julho.

- Exposição de Pintura “Evolucion” por Jaquim Serven. 1 a 27 agosto.
- Exposição coletiva de Pintura “Sou do Tamanho do que vejo” por AMARTE, Escola de Artes. De 5 a 29 setembro.
- Exposição coletiva de trabalhos “Vamos Voar” pelas instituições NECI (Município de Lagos) e CRIOD - Ourem. Outubro.
- Exposição de fotografia “JOSHUA BENOLIEL - Repórter Parlamentar 1906 – 1924”, Assembleia da República. Novembro, dezembro.



Apoio à Juventude - Instalação e gestão do Balcão Ponto Já

O Balcão Ponto Já foi inaugurado em 27 de julho de 2017 nas instalações da Biblioteca Municipal.

É ali possível aceder à Internet gratuitamente e obter aconselhamento em várias áreas desde a área da Saúde à formação profissional, com atendimento anónimo e profissional. Pode ainda ser obtidas informações sobre: Porta 65 Jovem, orientação vocacional de jovens, Esclarecimento sobre programas do IPDJ, programas juvenis na Europa, apoio na procura de emprego, associativismo, cidadania, desporto, empreendedorismo, saúde e sexualidade juvenil, turismo e tempos livres e Voluntariado Jovem.

Projetos e rúbricas municipais e apoios a projetos associativos:

- Encerramento do Projeto “*O mundo fantástico de Sophia e a Magia de Natal*” (iniciado em 2 de dezembro de 2016).
- Exposição “Espera-me” - dos alunos da AMARTE Escola de Artes e alunos da disciplina de Desenho da Universidade Séniior de Ourém - até 25 de fevereiro - Biblioteca Municipal de Ourém;
- “Árvore das trocas” - até 25 de fevereiro - Biblioteca Municipal de Ourém;
- “Árvore dos segredos” - até 25 de fevereiro - Bibliotecas Escolares;
- “Jardins de Artes” - Decoração das árvores públicas, instalações de rua e esculturas - até 25 de fevereiro;
- OFICINA DE LEITURA “Euuento com Sophia” - até 23 de fevereiro 2017;
- OFICINA DE POESIA “Eu escrevo com Sophia” - até 24 de fevereiro 2017;
- “Encontro de Poesia - O Legado de Sophia”, 05 de fevereiro. Vila Medieval - Torreão Sul. Produção: Amigos das Letras – Alcobaça.
- Espetáculo de Música e Patinagem Artística “A Menina do Mar”. Dias 10 e 11 de fevereiro. Pavilhão Gimnodesportivo do Pinheiro. Produção: Sociedade Filarmónica Ouriense (Banda) e Juventude Ouriense (Secção de Patinagem).
- Espetáculo de Teatro Musical “A Menina do Mar”. Dia 18 de fevereiro, Cineteatro Municipal de Ourém. Produção: Clube de Cultura e Artes da Biblioteca Escolar da Escola Básica e Secundária de Ourém (EBSO)e Associação de Estudantes da EBSO.
- Semana Santa com Via-Sacra ao vivo



- Comemorações do Dia Mundial da Dança - com a apresentação do espetáculo “*SENTIR A DANÇA*” a 29 de abril com a participação da ARABESQUE - Academia de Dança e Representação, AMBO - Academia de Música Banda de Ourém, ROSALES BALLET do Grupo Desportivo Sandoirense e o Conservatório de Música de Ourém – Fátima.
- Festas do Município de Ourém 2017 – Participação na organização das cerimónias oficiais do dia 20 de junho, na cidade de Ourém;
- Colaboração na organização da XI MEIA MARATONA DO TEATRO, promovida pelo Grupo de teatro APOLLO, do Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas, em julho;
- Colaboração na organização do OUREARTE FEST – pela OUREARTE – Escola de Música e Artes de Ourém realizado em julho;
- Organização e representação do Município de Ourém no 13.º *Salon Arts et Délices de Noël 2016* em *Le Plessis-Trévise*, (França) no âmbito da geminação de cidades que decorreu no 1.º fim de semana de dezembro.
- CENOURÉM 2017 – XIX Festival de Teatro Amador
 - dia 09 e 10 de março - Clube de Cultura e Artes da Biblioteca Escolar da Escola Secundária de Ourém com a peça "*Saídas da casca*";
 - dia 17 de março - Grupo de Teatro "MPP - Movimento P'ro Palco" pela Associação dos Andrés com a peça "*A que horas passará o autocarro!?*";
 - dia 24 de março - DIÓNIS Teatro de Grupo, CRL com a peça "*Comédia a partir das lendas de Leiria*";
 - dia 31 de março - Grupo de Teatro "Sem Nome" da Escola EB2, 3 D. Afonso, IV Conde de Ourém;
 - dia 07 de abril - Grupo de Teatro da Associação Sénior de Ourém com a peça "*Vamos à feira!*";
 - dia 21 de abril - Grupo de Teatro APOLLO pelo Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas com a peça "*Tiques e Manias*";
 - dia 27 e 28 de abril - Grupo de Teatro da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Moita Redonda com a peça "*Sonho de uma noite de verão*";

- dia 04 e 05 de maio – EB 2/3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias, com a peça "My Fair Lady";
- dia 19 de maio - Seicinha Teatro pelo Grupo Desportivo e Cultural de Seiça, com a peça "Eu tenho dois amores... a saga continua";
- dia 26 de maio - Grupo de Teatro "OS PÉPÉTOS" pelo Grupo Desportivo Sobralense com a peça "Manual da confusão".



- Execução do projeto “**Passo a Passo**” juntamente com as Juntas de Freguesia e coletividades locais. Calendarização:
 - 19 de março - União de Freguesias de Gondemaria e Olival, numa organização da Associação de Pais da Escola EB1 de Gondemaria e União Desportiva da Gondemaria em parceria com o Município de Ourém e União de Freguesias de Gondemaria e Olival.

- 09 de abril - Freguesia de Urqueira, numa organização da ACRU-Associação Cultural e Recreativa de Urqueira em parceria como Município de Ourém e Freguesia de Urqueira.
- 07 de maio - Freguesia de Seiça numa organização da Associação de Coroados parceria com o Município de Ourém e a Freguesia de Seiça.
- 11 de junho - Freguesia de Caxarias numa organização da Associação dos Andrés em parceria com Município de Ourém e Freguesia de Caxarias.
- 18 de Junho - Freguesia de N.^a S.^a da Piedade numa organização da União Desportiva Alqueidão em parceria com Município de Ourém e Freguesia de N.^a S.^a da Piedade.
- 15 de outubro - União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, numa organização do Rancho Folclórico Verde Pinho/Município de Ourém/União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos.
- 22 de outubro - Freguesia de Atouguia. Organização: ARCA - Associação Recreativa e Cultural de Atouguia/Município de Ourém/Junta de Freguesia de Atouguia.
- 12 de novembro - União de Freguesias de Matas e Cercal. Organização: Associação Desportiva Cultural e de Solidariedade/Município de Ourém/União de Freguesias de Matas e Cercal.



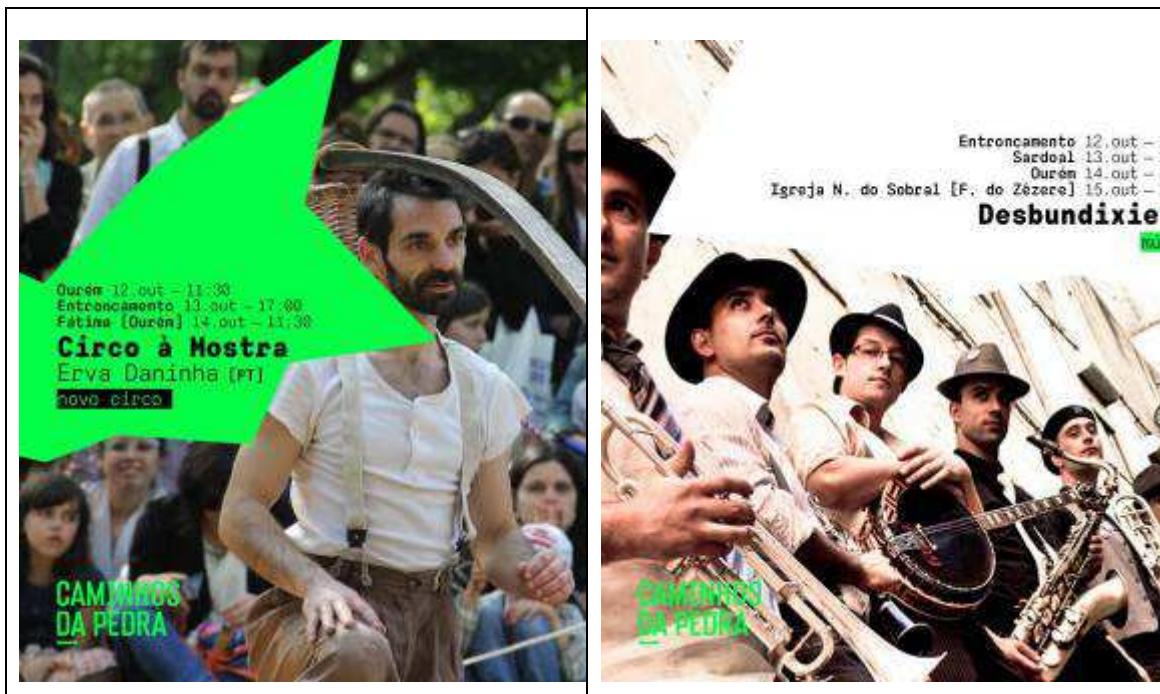
- Execução do projeto “**Curto-Circuito**” juntamente com as Juntas de Freguesia. Calendarização:
 - 5 de março - Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias: Circuito “Rota dos fornos da cal” numa parceria com a Associação Cultural e Recreativa Lagoense.
 - 12 de março - União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos: Circuito “Flor do Campo – do prado ao queijo” numa parceria com a queijaria “Flor do Campo”.
 - 02 de abril - Freguesia de N.ª S.ª da Piedade: Circuito “O lobo que estava farto de andar” - Comemorações do Dia Internacional do Livro Infantil.
 - 14 de maio - Freguesia de Espite - Circuito “Couto mineiro de Espite” numa parceria com a Junta de Freguesia de Espite.
 - 21 de maio - Freguesia de Seiça - Circuito “Aromas de Oureana - A produção de ervas aromáticas” numa parceria com Junta de Freguesia de Seiça e a Empresa Aromas de Oureana.
 - 28 de maio - Freguesia de Alburitel - Circuito “O Azurrague” numa parceria com a Junta de Freguesia de Alburitel.
 - 04 de junho - Freguesia de Atouguia - Circuito “Micologia gourmet - Produção de cogumelos” numa parceria com Micologia Gourmet – Atouguia e Junta de Freguesia de Atouguia.

- 25 de junho - União de Freguesias de Matas e Cercal - Circuito “A resina e os seus derivados” numa parceria com União de Freguesia de Matas e Cercal.
- 24 de setembro - Freguesia de Urqueira: Circuito “Silaco - Pedras de excelência”. Organização da Freguesia de Urqueira e Silaco.
- 08 de outubro - Freguesia de Caxarias: Circuito “Estruturas metálicas”. Organização: Município de Ourém e Junta de Freguesia de Caxarias. Parceria: Fametal - Fábrica Portuguesa de Estruturas Metálicas.
- 29 de outubro - Circuito dos “Moleiros da ribeira”. Organização: Município de Ourém e União de Freguesia de Gondemaria e Olival. Parceria: Rancho Folclórico “Moleiros da Ribeira”.
- 26 de novembro - Circuito “Crescer e brincar”. Organização: Município de Ourém e União de Freguesia de Freixaíanda, Ribeira do Fárrio e Formigais. Parceria: Centro de Acolhimento Temporário (CAT) do Centro Social da Ribeira do Fárrio.





- Realização do evento **Corrida e Caminhada pela Paz** em colaboração com o GAF – Grupo de Atletismo de Fátima, Junta de Freguesia de Fátima, Federação Portuguesa de Atletismo e da Associação de Atletismo de Santarém.
- 25 de abril - **Ourém Bike & Run da Liberdade 2017** integrado nas celebrações do 25 de abril numa organização entre o Município de Ourém e o Grupo Desportivo e Cultural de Seiça.
- Acompanhamento técnico e administrativo do processo de conceção, produção e inauguração do **Monumento ao Emigrante**, do artista Plástico Hugo Travanca, dia 11 de agosto de 2017;
- Evento **Maratona Solidária de BTT - Cidade de Fátima**, em colaboração com o ANJOS DA PEDRA - Fátima BTT Club.



- Implementação do projeto **CAMINHOS DA PEDRA 2017** (co - financiado), em articulação com a CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Iniciativas que integraram o programa:
 - Circo à Mostra (Novo Circo)
 - 12 de outubro | 11.30h | Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão – Ourém
 - 14 de outubro | 11.30h | Praça Luís Kondor – Fátima ‘Andar’ - Projeto artístico comunitário, por Aldara Bizarro
 - 13 de outubro | 21.00h | Cineteatro Municipal de Ourém - ‘Danças Ocultas’ – Concerto
 - 4 de outubro | 18.30h | - ‘Desbundixie’ - Concerto interativo de rua - Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida
 - 5 de outubro | 18.00h | Museu Municipal de Ourém - Casa do Administrador - ‘Contantinas’ - Contador de História
 - 15 de outubro | 16.00h | Museu Municipal de Ourém - Casa do Administrador - ‘Filho da Mãe’ – Concerto
 - 15 de outubro | 17.00h | Galeria Municipal de Ourém - Vila Medieval de Ourém.

- 'Caminho dos Mistérios' - Residência Artística por Marina Palácio – 4 sessões na Vila Medieval.
- Apoio ao evento IV Trail de Fátima - 29 de outubro de 2017.
- Apoio e acompanhamento Festival de Bandas de Ourém, dias 04 e 05 de novembro.
- Organização da Sessão de (in) formação ao associativismo “Candidaturas e Linhas de Financiamento para o Movimento Associativo” - 11 de novembro 2017.
- Oficina de Técnicas de Procura de Emprego, no Balcão Ponto Já, no sábado, dia 09 de dezembro.
- Acompanhamento técnico, em conjunto com a DOM, do projeto de reabilitação do Cineteatro Municipal, com candidatura PEDU.
- Acompanhamento do processo de vistoria da Inspeção-geral das Atividades Culturais ao Cineteatro e da implementação de medidas de viabilidade para o funcionamento adequado das instalações.
- Apoio na conceção, produção e distribuição das placas topográficas na cidade de Ourém.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OURÉM

Atividade regular e projetos

Atendimento ao público na Biblioteca - Empréstimo, renovações e devoluções de material livro e não-livro | Gestão da utilização do espaço internet, da zona de periódicos e do espaço multimédia | Inscrição de novos leitores e renovação de cartões de leitores já inscritos.

- Serviço de Referência (reposta a pedidos de pesquisa presenciais e à distância).
- Gestão dos stocks dos livros editados pela (ou com o apoio da) Câmara Municipal.

- Catalogação no programa Bibliobase de livros adquiridos e oferecidos para o acervo da BMO.
- Higienização, no âmbito do Tratamento de Conservação Preventiva, de livros e revistas do Fundo Local.
- Organização do processo de integração da Biblioteca Municipal de Ourém na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.
- Elaboração e implementação do Regulamento da Biblioteca Municipal de Ourém.
- Assinatura do Protocolo de Doação de Acervo Documental e Bibliográfico de Sérgio Ribeiro à Biblioteca e Arquivo Municipais de Ourém e apresentação do projeto “Centro de Documentação Joaquim Ribeiro-Zambujal”. Acompanhamento do processo de criação do Centro de Documentação Joaquim Ribeiro-Zambujal - CDJR-Z e respetiva celebração de Protocolo com o Doutor Sérgio Ribeiro.
- Catalogação no programa Bibliobase de livros do acervo Doutor António Rodrigues Baptista (obras sobre o concelho e autores de Ourém).
- Catalogação no programa Bibliobase de documentos de Biblioteca do Agrupamento de Escolas de Ourém – Centro Escolar Beato Nuno.
- Catalogação no programa Bibliobase de livros do acervo Dr. António Antunes Cabrera (obras sobre Fátima);
- Catalogação no programa Bibliobase de livros adquiridos para o acervo da BMO.
- Organização da Candidatura PEDIME (fase 1) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, nas medidas:
 - M2.44 – Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Fundos Documentais

- M2.45 – Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Programa de Espetáculos de Teatro
- M2.46 – Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Encontros com Escritores Contemporâneos.

Serviço cultural e educativo de incentivo à leitura: atividades em destaque

Con)Tributos

- Apresentação do livro “Quem tem coragem?”, de José Canita no dia 11 de fevereiro;
- Apresentação do livro “EN2” de João Catarino, no dia 08 de julho;
- Apresentação do livro “Ela: A Essência de Uma Princesa” de Manuela Pereira e Elisa Silva, no dia 05 de agosto;



Exposições

- Exposição “Objetivos Globais para um Desenvolvimento Sustentável (entre 23 de março e 19 de abril);
- Exposição “Artes do Conde” - Trabalhos desenvolvidos pelos alunos da Escola E.B. 2,3 D. Afonso, Conde de Ourém, nas disciplinas de Educação Visual, Educação Tecnológica e Atelier de Artes - Ano letivo 2016/2017 (de 02 de maio a 14 de junho);

- Exposição de Fotografia “Rostos de Timor” de António Cotrim (setembro);



Fora da Estante

- “Antero de Quental” (março) e “Jazz” (abril); Destaque bibliográfico sobre os temas: “Xadrez” (maio) e “Yoga” (junho); “Conservação da Natureza” (julho) e “150 anos de Raúl Brandão” (agosto) e “Inspirações do Oriente (setembro);

Oficinas/ateliers

- Mini yoga entre livros, nos dias 11 de fevereiro, 04 de março e 08 de abril, para crianças dos 02 aos 06 anos;
- Oficina de Leitura “A Fada Oriana” de Sophia de Mello Breyner Andersen, para alunos do pré-escolar e do 1.º CEB, às 4ª e 6ª feiras, nos meses de março e abril;
- Hora do Conto “Oh! Um livro para sonhar!”, para crianças até aos 5 anos, na Pausa Letiva da Páscoa;
- Histórias com... animais, para crianças dos 6 aos 10 anos, na Pausa Letiva da Páscoa;

- Xadrez na Biblioteca, à segunda feira, às 17h, durante os meses de fevereiro, março e abril;
- Histórias em família, à volta do livro “O Sapo Apaixonado”, 18 de fevereiro;
- Tertúlia de poesia sobre Antero de Quental, com o escritor Adélio Amaro, no dia 26 de março;
- Histórias em família, à volta do livro “O Morcego Bibliotecário”, sábado, 11 de março;
- Mini yoga entre livros, nos dias 06 de maio e 17 de junho, para crianças dos 02 aos 06 anos;
- Histórias em família – “O Caracol Mi-Fá-Sol”, no dia 20 de maio;
- Xadrez na biblioteca, nos dias 17 e 24 de maio, 07 e 14 de junho – das 17h00 às 18h00;
- Férias com... HISTÓRIAS! - Hora do Conto com o livro “O lobo que estava farto de andar” de Orianne Lellement, para crianças até aos 11 anos (julho e agosto).





Feira do Livro de Ourém'2017, com o programa:

- VII Concurso Concelhio de Leitura;
- Uma caixa, muitas histórias! - Hora do Conto à volta do livro “A caixa” de Min Flyte, para crianças dos 03 aos 06 anos (todos os dias durante a Feira do Livro);
- 24 de abril - Representação das peças “Vem aí o Zé das Moscas” e “Olha o Passarinho” de António Torrado, pelo 3.º ano da EB1 de Maxieira;
- À conversa com o escritor Nuno Caravela sobre a coleção “O Bando das Cavernas”, para alunos dos 3.º e 4.º anos;
- 26 de abril - À conversa com o escritor Nuno Matos Valente sobre os livros “A Ordem do Poço do Inferno”, “O Tesouro do Califa” e “A Floresta de Metal”, para alunos dos 5.º e 6.º anos;
- 27 de abril - À conversa com a escritora Maria Teresa Maia Gonzalez sobre os livros “A Missão do Francisco” e “Cartas da Beatriz”, para alunos 7.º, 8.º e 9.º anos;

- 28 de abril - À conversa com a escritora Patrícia Martins sobre o livro “Deu-me o nome Liberdade o avô Agostinho da Silva”, para alunos dos 1.º e 2.º anos.
- 29 de abril - Hora do Conto em Família com Helena Caetano à volta do livro “A Fábrica de Palavras” de Agnès de Lestrade, para crianças e suas famílias;
- À conversa com o escritor José Carlos Completo sobre a coleção “Os Lobos”, para o público jovem e adulto;
- 30 de abril - Hora do Conto em Família à volta da obra "Um livro" de Hervé Tullet, para crianças e suas famílias. Atuação do Chorus Auris da AMBO – Academia de Música Banda de Ourém.



MUSEU MUNICIPAL DE OURÉM

Exposição

Casa do Administrador

- Exposição temporária, de 13 de maio a 13 de junho, de trabalhos artísticos escolares alusivos ao "Centenário das Aparições de Fátima", dos Agrupamentos de Escolas de Ourém e Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias;
- Pesquisa de conteúdos, conceção de programas expositivos da exposição de longa duração e da exposição temporária “Crianças entre crianças: Os Pastorinhos de Fátima na Casa do Administrador”, e acompanhamento do projeto de museográfica. Inauguração em 5 de outubro de 2017.

Galeria da Vila Medieval

Mediante uma comissão de consulta para a arte, são realizadas exposições regulares de arte (com duração de dois meses) que prestigiam a Vila Medieval de Ourém. Exposições patentes:

- Janeiro a 19 de fevereiro - Exposição de Pintura “O Segredo da Alegria Guarda o Pássaro nas Asas”, de Hirondino Duarte
- 23 de fevereiro a 26 de março - Exposição coletiva de Pintura “SANTOS DA TERRA - Santa Teresa e Beato Simão”, de Ana Oliveira, Conceição Lopes, Gabriel Lagarto, Nuno Gaivoto e Roberto Chichorro.
- De 1 abril a 27 de maio - Exposição de pintura “Olhar o vazio de uma realidade pintada” de Hugo Travanca;
- De 02 de junho a 02 de julho- Exposição de Arquitetura, 15 Anos | 15 Projetos, de Filipe Saraiva;
- Julho e agosto - Exposição de Pintura “Cores do Fado” de Celeste Rodrigues;
- Setembro e outubro - Exposição de arte têxtil e contemporânea por Graça Costa;

- Novembro e dezembro - Exposição “20 Anos de Palco” pelo Grupo Teatro Apollo.



Serviço educativo e cultural

Casa do Administrador

- Acontece no Museu com: - Apresentação do livro "O Homem de Barro" de Ricardo Vieira.
- 5ª Edição do CinANTROP - Festival Internacional de Cinema Etnográfico-3 a 11 de junho;
- "Olhar Macau" – série de documentários sobre o Património Material e Imaterial de Macau;
- "Os Resistentes – Retratos de Macau" de António Faria;
- "Time Travel" de António Caetano Faria e Carolina Neves Rodrigues;
- "Mar de Sines" de Diogo Vilhena.
- Visitas guiadas, oficinas e ateliers
- Visitas guiadas à Casa do Administrador;
- O MMO Vai à Escola com oficinas pedagógicas.
- Realização de festas de 'Aniversário no Museu';

- Dias comemorativos: Dia Mundial da Árvore e da Floresta; Dia Nacional dos Centros Históricos; Dia Mundial do Teatro; Dia Mundial da Alimentação; Dia Europeu da Cozinha Saudável; Dia Mundial da Água; Dia Internacional do Sol; Dia Mundial do Solo; Dia da Floresta Autóctone; Dia Internacional da Biodiversidade; Dia Mundial do Ambiente; Dia Internacional da Vida Selvagem; Dia Mundial da Astronomia; Dia do Enoturismo.
- Comemoração do 8º Aniversário do MMO com visitas livres e gratuitas aos seus espaços e com a realização da oficina “Moura Oureana” e jogos tradicionais no Centro Social e Paroquial de Freixianda;
- Comemoração do Dia Internacional dos Museus -18 de maio (Rota dos Pastorinhos de Fátima a Vila Nova de Ourém). Dia Aberto no Museu - Visitas livres e gratuitas às exposições patentes na Casa do Administrador; Comemoração da Noite dos Museus-20 e 21 de maio;
- Animação da Festa da Criança com oficinas pedagógicas;
- Danças Europeias no Museu (atividade mensal);
- Oficina de Danças Tradicionais e Movimento (atividade mensal);
- Quintas com música no Museu;
- Ateliers de Natal.





Vila Medieval de Ourém

- Visitas guiadas à Vila Medieval a turistas (em português, inglês, francês e castelhano);
- Visitas guiadas em contexto institucional/promocional. A destacar: Press trip - TV espanhola; visita promocional à jornalista Catherine Van Der Loos; Congresso Internacional Religioso de Fátima;
- Atividade da Páscoa: “Caça aos ovos da Páscoa”, para o Grupo Desportivo e Recreativo do Cercal e público em geral;
- Realização de oficinas pedagógicas “Viagem a Outros Tempos” e “Caça ao Tesouro”, na Vila Medieval;
- Acolhimento na Galeria, do lançamento do 12.º volume dos “Cadernos de Estudos Leirienses”, com dossier especial dedicado ao Concelho de Ourém. Coordenador Científico dos Cadernos: Professor Saul Gomes (27 de maio);
- Comemoração das Jornadas Europeias do Património, com visitas guiadas gratuitas à Vila Medieval e oficina ‘Caça ao Tesouro para famílias’.



Festival de Setembro – De Ourém ao Oriente, dias 8, 9 e 10 de setembro.

O festival assenta em três vetores: o património monumental da Vila Medieval, a história do lugar na sua relação com a história do mundo num contexto de globalização, e a interculturalidade.

O tema do festival de 2017 inspirou-se na ligação entre Ourém e o Oriente a partir da viagem de Francisco Vieira de Figueiredo. Foi um oureense que se destacou como comerciante e diplomata no crepúsculo do império português do oriente, no século XVII e sobre as marcas culturais dos países do Sudeste Asiático/Oriente por onde passou. Países representados: Índia, Malásia, Indonésia, Timor, Macau.

Organização: Município de Ourém. *Parceiros:* Fundação da Casa de Bragança, Turismo do Centro, Fundação Oriente, Embaixada da Indonésia, Embaixada da India,

Embaixada de Timor, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Junta de Freguesia de N.^a Sr.^a das Misericórdias.

Atividades em destaque:

- Conferência - *O papel da mulher na cultura e sociedade timorense* - Oradores: Fátima Guterres e Luís Costa;
- Exposição de fotografia - *Timor aos meus olhos* - de Fernanda Fonseca e Castro;
- Cinema de rua - Índia: Curtas e Bollywood;
- Animação de rua (música, teatro...) por coletividades e agentes culturais de Ourém;
- Música de Timor - Piki Pereira e Mintó Deus;
- Dança tradicional da Indonésia;
- Dança Bollywood;
- Oficina educativa - Museu do Oriente;
- Concertos de: CAMANÉ, DJ STASERA, MEMÓRIA DE PEIXE, CAPITÃO FAUSTO, ANA LAÍNS.
- Música - *Ensemble Namasté; atividades de relaxamento*;
- Conferências: *No Oriente a partir de Francisco Vieira de Figueiredo Galeria da Vila Medieval*, com: Sérgio Ribeiro, António Baptista, Inês Lourenço e Raquel Ochoa;
- Gastronomia de influência dos países asiáticos suprarepresentados.

The image is a promotional poster for the 'FESTIVAL DE SETEMBRO 2017 - De Ourém ao Oriente VILA MEDIEVAL DE OURÉM'. It features a large yellow map of the town of Ourém with various event locations marked by red dots. To the left, there's a black and white portrait of a man and another woman looking over her shoulder. The top left corner has the festival logo with a stylized house icon and text. The top right contains descriptive text about the festival's theme and activities. The bottom section lists daily events with dates, times, and descriptions.





- Dia 8 novembro - acolhimento da peça de teatro “As Velhas” pelo Grupo Teatro Apollo.

Oficina de Artes

- Co-gestão das atividades promovidas regularmente.
- Curso de “Iniciação à encadernação” de 50 horas, promovido em colaboração com o CEARTE, com 17 participantes de várias regiões do país (n.º máximo permitido). Formadora: Maria do Céu Branco Ferreira.



Investigação/documentação e divulgação científica, cultural e turística

- Pesquisa e produção de informação no âmbito do património natural e cultural;
- Cedência de informação sobre edifícios e outros bens de património natural e cultural do concelho;
- Pesquisa de informação histórica sobre os antigos Paços do Concelho (ação conjunta com o Arquivo Histórico);
- Registo fotográfico da coleção etnográfica do Museu Municipal;
- Cedência de informação sobre edifícios e outros bens de património natural e cultural do concelho. Exemplo: Capela de S. Sebastião (a estudantes do IPT para o desenvolvimento de um trabalho no âmbito da unidade curricular de Projeto em Conservação e Restauro);
- Apoio e acompanhamento da execução dos materiais de divulgação turística do Museu Municipal de Ourém sobre o concelho de Ourém e Vila Medieval de Ourém;
- Apoio na edição de livro comemorativo do centenário das Aparições de Fátima, pela Santa Casa da Misericórdia Fátima-Ourém;
- Colaboração na preparação e dinamização do Congresso Internacional Religioso de Fátima (novembro);

- Férias Arqueológicas no Castelo de Ourém (julho e agosto). Tratamento de peças arqueológicas provenientes das escavações arqueológicas realizadas no Castelo de Ourém.
- Produção de conteúdos sobre o património cultural do concelho de Ourém, no âmbito da candidatura da Rota das Carmelitas (ação conjunta com o Arquivo Histórico).



Conservação/valorização do património natural e cultural

- Emissão de pareceres técnicos de salvaguarda no âmbito do património natural e cultural. Exemplo: estrutura arqueológica de Seiça;
- Conservação e restauro de publicações antigas sobre Fátima, a integrar no centro de documentação do MMO;
- Intervenção de conservação e restauro de inscrições murais dos antigos Paços do Concelho;
- Conservação e restauro de publicações antigas relativas a Fátima.



Projetos em destaque

- Programação (em curso) do espaço museológico a instalar no antigo edifício dos Paços do Concelho;
- Participação em projetos de desenvolvimento da ADSAICA e do PNSAC para a área do Maciço Calcário Estremenho, designadamente a “Rota do Carso”;
- Elaboração do pré-programa de intervenção no Castelo e Paço dos Condes (janeiro/fevereiro). Acompanhamento técnico, em conjunto com a DOM, do projeto arquitetónico de adaptação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém para espaços museológicos (candidatura PEDU); participação na elaboração do caderno de encargos do projeto de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes;
- Participação na candidatura Rotas e Percursos no Médio Tejo – Grande Rota do Carso (Promotor: CIMT);
- Elaboração de conteúdos para intenção de candidatura para a criação de passadiço no Agroal (processo coordenado pela CIMT);
- Elaboração de Protocolo de Cooperação entre o Município e Freguesia de Seiça e cooperação técnica no processo de instalação da Casa-Museu de Seiça e edifício multiusos;

- Execução de relatório, com recomendações de conservação e restauro para a intervenção de uma azenha e um açude, integrado na proposta: Extensão do Parque Ribeirinho - N.^a Sr.^a da Piedade - PEDU/PARU - Programa Operacional POSEUR. Acompanhamento do processo com a DOM;
- Elaboração, conjunta com a DOM, do programa base de intervenção de valorização do espaço público da Vila Medieval, no âmbito do PEDU. Acompanhamento conjunto do processo;

ARQUIVO MUNICIPAL

- Atendimentos a pedidos de pesquisa de consultas externos presenciais e à distância, prestando o respetivo apoio na pesquisa e digitalização dos documentos;
- Transcrição de documentos sobre a criação da nova *Parochia* na Aldeia da Cruz;
- Higienização, conservação preventiva, e acondicionamento de jornais e outros documentos da doação do espólio pelo Doutor Sérgio Ribeiro;
- Levantamento de dados relativos aos testamentos do Administrador do Concelho desde 1822 a 1840;
- Transcrição de conteúdos (acontecimentos de relevo para o Município) das atas das sessões de Câmara Municipal de 1875 a 1995;
- Digitalização de jornais do acervo documental cedido pelo Doutor António Rodrigues Baptista;
- Apoio à Freguesia de N.^a Sr.^a das Misericórdias na digitalização dos livros de atas da edilidade;
- Recenseamento, higienização e acondicionamento de documentos provenientes do depósito do Mercado Municipal para o Arquivo;

- Digitalização e conversão de ficheiros para consulta pública.

2.3.7 – Divisão de Gestão Urbanística

A atividade desenvolvida na DGU, tem como finalidade principal, o licenciamento/autorização de operações urbanísticas.

Atendimentos efetuados pelos Colaboradores da DGU:

Os técnicos da DGU efetuam atendimento à terça-feira e quinta-feira, sendo que os atendimentos com a Chefe de Divisão são à quinta-feira na parte da manhã e perfizeram um total aproximado de 1120 atendimentos (dados retirados das agendas de atendimento e dos relatórios mensais elaborados por cada um).

Alterações no modo de Funcionamento:

- Frequentes visitas ao terreno, melhorando tempo de análise processual;
- Elucidar os técnicos antes de instruir procedimentos de controlo prévio de modo a agilizar os mesmos;
- Aperfeiçoamento da aplicação afeta ao Serviço de Gestão Urbanística (SPO);
- Elaboração de mapa dos processos em Avisos;
- Satisfação do município;
- Formação;
- Inovação e modernização;
- Redução de prazos para emissão de alvarás de obras e de utilização;

Os quadros seguintes caracterizam as ações desenvolvidas na DGU, designadamente, Licenciamentos, Comunicações Prévias, Alvarás de Utilização, etc.

Quadro - Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DGU – 2017

Requerimentos por tipo de pedido (totais)		2017	2016
501	Pedido de Destaque	12	9
503	Ocupação da Via Pública	32	18

504	Pedido de Informação Prévia - Loteamentos	3	0
506	Pedido de Informação Prévia - Edificação	13	22
508	Pedido de Autorização de Utilização	204	160
512	Pedido de Lic. Operações Loteamento (alteração)	11	4
513	Pedido de Licenciamento	288	273
515	Projetos de Especialidade	194	186
528	Pedido de Licenciamento Instalação Combustíveis	6	8
533	Pedido de Substituição	72	60
535	Anexação de Elementos ao Projeto	569	564
538	Prorrogação Alvará/Comunicação Prévia	49	47
543	Pedido de Vistoria - Combustíveis	1	3
549	Pedido de Emissão de Alvará de Utilização	189	160
558	Pedido de área de Parcela Edificável	3	9
560	Obras de Urbanização	0	1
561	Comunicação Prévia - Obras	13	6
568	Pedido de Emissão de Alvará	220	192
574	Pedidos. Vários - Licenciamento Industrial	2	6
582	Pedido de Autorização Localização - Pedreiras	1	1
583	Pedido de Licenciamento de Pedreiras	3	0
588	Pedido de arquivamento de processo	9	12
589	Declaração de Início de Trabalhos	0	1
590	Pedido de Licenciamento (interessado)	5	1
700	Pareceres de Entidades externas à Câmara Municipal	6	9
701	Ficha Técnica de Habitação	20	38
705	Averbamento - Entidade Exploradora	1	2
706	Pedido Certidão Propriedade Horizontal	6	7
709	Informação Técnica	2	16
711	Pedido de Emissão de Licenciamento Exploração	2	1
713	Declaração de Impacto Ambiental	5	0
715	Entrada SGD	30	70
716	Pedido Autorização Instalação - Industrias	1	6
717	Pedido de Autorização de Empreendimentos Turísticos	1	0
718	Exposição	260	307
720	Pedido de Escavação e Contenção Periférica	0	1
721	Alojamento Local - MCP de Abertura	95	9
724	MCP de Encerramento de Estabelecimento	1	3
TOTAL		2329	2357

Quadro - Alvarás emitidos (por tipo)

Alvarás Emitidos (por tipo)		2017	2016
Averbamento de Combustíveis à Licença de Utilização	7	2	
Certidão de Destaque - DL 136/2014	13	6	
Demolição	9	9	
Especial Acabamentos - Art.º 88.º	5	4	
Loteamento Sem Obras de Urbanização	2	2	
Obras	179	189	
Ocupação da Via Pública	13	11	
Utilização	166	160	
Alteração de Utilização	17	0	
Utilização - Versão B	1	2	
TOTAL	412	396	

Requerimentos - SGD - 2017

Requerimentos - SGD		2017	2016
Certidões diversas		32	12
Licenciamento Zero - Mera Comunicação Prévia (DL n.º 10/2015 de 16/01)		113	126
Entradas de SGD (não transitadas para o SPO) – Pareceres da ANPC, Informações de Tribunal, Documentos APA, Exposições e Vistorias		193	36
TOTAL	338		174

2.3.8 – Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo

Qualificação do Turismo e Promoção Internacional

- **Organização da Sessão “Segurança Alimentar”, Fátima** - 18 de abril - Atividade promovida em parceria com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a ACISO – Associação Empresarial de Ourém e Fátima e Escola de Hotelaria de Fátima. Esta sessão destinou-se aos empresários do setor do turismo, responsáveis dos estabelecimentos de hotelaria, restauração e bebidas e ao público em geral e tem como principal objetivo contribuir para a melhoria e

qualificação dos estabelecimentos, nomeadamente o esclarecimento dos seus responsáveis.

• V Workshop Internacional de Turismo Religioso

O V Workshop Internacional de Turismo Religioso realizou-se nos dias 9 e 10 de março de 2017 em Fátima e teve por base dois grandes momentos: o Seminário (na manhã do dia 9) e as reuniões B2B (na tarde do dia 9 e manhã do dia 10). No âmbito da parceria com a ACISO, o Município de Ourém assumiu a seguinte colaboração:

- Apoio na organização do Seminário que terá lugar na manhã do dia 9 de março subordinado ao tema "Dando as boas vindas ao Papa: o turismo e os grandes eventos religiosos";
 - Organização dos tours (pré tour no dia 8/3 e post tour no dia 11/3);
 - Dinamização do espaço internacional, a realizar em paralelo às reuniões B2B;
 - Colaboração logística diversa.
- Em parceria com a Universidade de Aveiro e a IDTOUR – Unique Solutions, no âmbito da INVTUR 2017, organização do **Workshop “Os desafios do Turismo Religioso em Fátima pós centenário das aparições”**, realizado no dia 18 de maio, na Universidade de Aveiro. Este Workshop contou com as participações de Francisco Vieira (Diretor Executivo da INSIGNARE), Carlos Costa (Professor da Universidade de Aveiro), Alexandre Marto (Vice Presidente da ACISO) e Paulo Fonseca (Presidente da Câmara Municipal de Ourém).

• Comemorações do Dia Mundial de Turismo em Ourém

Organização das comemorações do Dia Mundial de Turismo em Ourém, a realizar no dia 27 de setembro, no auditório da Escola de Hotelaria de Fátima. O Município de Ourém e a ACISO- Associação Empresarial de Ourém-Fátima, em parceria com a Escola de Hotelaria de Fátima e a OurémViva, promovem no próximo dia 27 de Setembro, na Vila Medieval de Ourém, as Comemorações do Dia Mundial do Turismo no Município. Como habitual, este evento pretende exaltar a importância

do setor do Turismo no desenvolvimento económico do Município e proporcionar um encontro dos profissionais deste setor.

PROGRAMA:

- 11h00 – Apresentação do Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação
- 11h30 – Sessão “Fátima e o Turismo Religioso: Estratégias de Desenvolvimento - um olhar pós-2017”.
- Convidados:
 - » Carlos Costa (Universidade de Aveiro)
 - » Paulo Fonseca (Câmara Municipal de Ourém)
 - Moderador: Francisco Vieira
 - 12h30 - Apresentação do Livro – “Territórios Vinhateiros de Portugal”
 - José Arruda – Secretário Geral da AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho
 - 12h45 - Almoço “Claustro Monfortino”
 - Local: Auditório da Escola de Hotelaria de Fátima

• **Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação**

Numa parceria com a Organização Mundial do Turismo (OMT) e com o apoio do Ministério da Economia de Portugal, o Município de Ourém organizou nos dias 22 e 23 de novembro, no Centro Pastoral Paulo VI, o Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação.

O Congresso Internacional de Turismo Religioso e Peregrinação pretendeu refletir sobre o potencial e o papel do turismo religioso e dos lugares sagrados como uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconómico e cultural dos destinos.

O intenso trabalho levado a cabo nos últimos anos fundamentou a escolha do Município para a realização deste tão importante evento que trouxe a Fátima os mais altos representantes dos países membros da OMT, bem como reconhecidos

oradores e ilustres participantes vindos dos quatro quadrantes do mundo, nomeadamente o Secretário Geral da Organização Mundial de Turismo, Taleb Rifai.

Atendendo ao seu alcance internacional, este evento mostrou-se uma oportunidade única para a promoção de Fátima no mundo, um verdadeiro reforço e complemento ao trabalho já realizado. O Congresso contou com a participação de 1332 Congressistas, provenientes de 35 países.

- **Colaboração na dinamização do Posto de Turismo de Fátima** - atendimento geral ao peregrino e informação ao peregrino (parceria com o Turismo do Centro).
- **Caminhos de Fátima – Implementação da Rota das Carmelitas**

Em parceria com Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, implementação da Rota que pretende unir Carmelo de Coimbra a Fátima, envolvendo os municípios de Coimbra, Condeixa-a-Nova, Penela, Ansião, Alvaiázere e Ourém.

Contactos internacionais

Fortalecimento de contactos da rede internacional de cidades com as quais o Município assume cooperação.

- A DDET organizou o programa e logística de receção das comitivas que se deslocaram ao Município para participação nas cerimónias de 13 de maio: Comitiva de Ohio - Estados Unidos da América (5 elementos), de Le Plessis-Trévise - França (2 elementos) e da Indonésia (2 elementos). Adicionalmente, foi assegurado o apoio logístico ao grupo de 54 peregrinos de Uhersky Brod (República Checa) que se deslocou a Fátima de bicicleta (etapa desde Santiago de Compostela) e pernoitou no Pavilhão Municipal do Caneiro.
- Organização das Comemorações dos 25 anos de Geminação entre os Municípios de Ourém e Le Pléssis-Trevise, realizadas neste município francês nos dias 20 e 21

de maio. Organização da deslocação de grupo de 50 elementos da Orquestra de Sopros de Ourém e de grupo de alunos da Escola de Hotelaria de Fátima.

- Integrado nas Comemorações do dia do Município, no dia 20 de junho, organização do segundo momento das Comemorações dos 25 anos de geminação entre os Municípios de Ourém e de Le Plessis-Trévise.
- No âmbito do dia do Município, 20 de junho, organização do programa de receção das delegações estrangeiras de Esztergom (Hungria), Tal Pietá (Malta) e Le Plessis-Trévise (França).
- Organização do IV Encontro de Minas Gerais – Ourém, realizado de 21 a 24 de junho.
- A convite do Município italiano de San Giovani Rotondo, representação do Município de Ourém através de apresentação no Congresso “Itinerários e Caminhos – Religiosidade, Cultura e Tempo Livre”, realizado nesta cidade, no dia 27 de julho de 2017;
- Apoio organização da receção em Ourém, de 12 a 15 de agosto, de grupo de 100 ciclistas da cidade geminada de Uheršky Brod. Este grupo realizou a última etapa Santiago de Compostela – Fátima, completando assim a ligação Uheršky Brod – Fátima em bicicleta;
- No âmbito do Festival de Setembro, em colaboração com a DAC, apoio nos contactos e na receção das Embaixadas em Ourém;
- Apoio à organização da deslocação de grupo de folclore da cidade de Altötting para participação no Festival Internacional de Folclore, realizado em Fátima nos dias 16 e 17 de setembro. Uma organização da Casa do Povo de Fátima;
- Em representação do Município de Ourém, participação nas cerimónias de adesão da cidade suíça de Einsiedeln no grupo Shrines of Europe e na reunião geral do grupo de cidades santuário: Loreto, Lourdes, Altoetting, Mariazel, Fátima, Częstochowa e Einsiedeln;

2.3.9 – Divisão de Gestão do Território

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

PLANOS

Revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém

Em 24 de outubro de 2016 a Câmara Municipal submeteu a proposta de Plano (versão outubro de 2016) para efeitos da emissão do parecer previsto no Art.º 85.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT).

A 18 de janeiro de 2017, realizou-se a 4^a Reunião da Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém, sob a presidência da CCDR-LVT, com o objetivo de ponderar e proceder à votação final da proposta do PDM (Revisão). Após ponderação das diferentes posições manifestadas a CA deliberou nos termos do Art.º 85.º do RJIGT e da al. b) do n.º 1 do Art.º 13.º da portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, emitir parecer favorável condicionado à satisfação das condições de legalidade e à ponderação das questões identificadas. Foi igualmente emitido parecer favorável condicionado ao Relatório Ambiental.

Com a emissão do parecer concluiu-se formalmente a fase de acompanhamento, iniciando-se a fase de concertação, nos termos do Art.º 87.º do RJIGT, da iniciativa da autarquia.

Esta fase demonstrou-se especialmente exigente durante o ano de 2017, devido à complexidade dos pareceres, emitidos de forma avulsa, e às questões colocadas relativamente à Reserva Ecológica Nacional Bruta bem como às propostas de exclusão solicitadas no âmbito da REN e da Reserva Agrícola Nacional.

Durante esta fase foram feitas diversas reuniões de concertação e promovidas as alterações às propostas necessárias à satisfação das questões de legalidade, assim como na sequência da ponderação das demais questões colocadas.

- Reunião de concertação a 28/03/2017 com a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT), sobre:
 - Análise do parecer da entidade, no que respeita aos pedidos de exclusão de Reserva Agrícola Nacional;

- Definição de uma metodologia, e sua aplicação, para reanálise às propostas de exclusão de RAN por a sujeitar a parecer da entidade;
 - Adequação das propostas de exclusão da Reserva Agrícola Nacional às modificações efetuadas nas categorias edificáveis em solo rústico;
- Reunião de concertação a 03/05/2017 com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), sobre:
- Análise do parecer da entidade sobre a proposta de revisão do PDM de Ourém, designadamente:
 - Representação da rede hidrográfica na Planta de Condicionantes;
 - Delimitação de Zonas Inundáveis resultantes da exclusão de REN em espaços edificados consolidados;
 - Delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) a integrar em REN.
- Reunião de concertação a 16/06/2017 com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), sobre:
- Análise do parecer do ICNF sobre a proposta de revisão do PDM de Ourém, especificamente sobre:
 - Transposição do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (POPNSAC);
 - Sobreposição de perímetros com Área de Proteção Parcial tipo I (APPI) do POPNSAC;
 - Limite do Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios de Ourém/Torres Novas;
 - Transposição de normas do POPNSAC fora do conteúdo material do PDM;

- Indústria extractiva na área do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros (PNSAC);
 - Empreendimentos turísticos na área do PNSAC;
 - Espaços naturais e os espaços florestais de conservação;
 - Espaços florestais de conservação;
 - Rede Natura 2000 (Habitats);
 - Estufas;
 - Salvaguarda de áreas de Sobreiro e Azinheira;
 - Perigosidade alta e muito alta no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e espaços com capacidade edificatória;
 - Reclassificação de solo em povoamentos ardidos há menos de 10 anos.
- Reunião de concertação a 14/07/2017 com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), sobre:
 - Mapa de ruído, zonamento acústico e conflitos;
 - Reserva Ecológica Nacional Bruta – Delimitação das Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS) e respetiva adaptação à recomendação técnica emitida pela Comissão Nacional do Território, em setembro de 2016.
 - Reunião de concertação a 30/08/2017 com a CCDRLVT, sobre:
 - Ordenamento – opções de classificação do solo;

- Regime de ocupação e utilização das zonas ameaçadas pelas cheias (Reserva Ecológica Nacional) em perímetro urbano ou rústico com capacidade edificatória;
 - Incorporação do Plano de Ordenamento do PNSAC na proposta de revisão do PDMO;
- Reunião de concertação a 29/09/2017 com a CCDRLVT, sobre:
- Programa de execução e financiamento;
 - Compatibilidade da proposta de revisão com o PROT-OVT e com o Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto;
 - Aplicação da Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, na sua redação atual;
 - Definição de: usos dominantes, complementares e compatíveis;
 - Solo urbano consolidado e a consolidar;
 - Integração das atividades económicas com parecer favorável ao abrigo do RERAE;
 - Definição de espaços canais;
 - Regulamentação de espaço em solo rústico e integração do POPNSAC;
 - Transição das Áreas de Edificação Dispersa para Aglomerados Rurais;
 - Regime das áreas em Estrutura Ecológica Municipal (EEM).
 - Adequação dos pedidos de exclusão à nova proposta de Reserva Ecológica Nacional Bruta e elaboração de novos pedidos de exclusão

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Início da revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil, responsável pelo plano.

Alteração ao Plano de Pormenor da Tapada

Início do Procedimento de Alteração ao PP da Tapada: elaboração do relatório de fundamentação, objetivos e termos de referência, fundamentação da dispensa a Avaliação Ambiental Estratégica e publicitação do período de participação preventiva.

Plano de Urbanização de Fátima

Início do Procedimento de Alteração ao Plano de Urbanização de Fátima (elaboração do relatório de fundamentação, objetivos e termos de referência, fundamentação da dispensa a Avaliação Ambiental Estratégica e publicitação do período de participação preventiva).

REABILITAÇÃO URBANA

1. Acompanhamento dos trabalhos tendentes à concretização de projetos incluídos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) para a cidade de Ourém.
2. Preparação/enquadramento para apoio à decisão no âmbito da elaboração da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) respeitante à Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Ourém;

REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

1. Apreciação dos pedidos de reconhecimento do interesse público municipal (para efeitos de instrução do Pedido de Regularização).
2. Apreciação de Pedidos de Regularização nos termos do Plano de referência em vigor, e de avaliação da respetiva adequação com a proposta de Revisão – no caso do Plano Diretor Municipal (quantificação: 20).

OUTRAS ATIVIDADES

1. Atendimentos e reuniões para esclarecimento dos municípios (quantificação: 20);
2. Apreciação acerca do enquadramento de operações urbanísticas no projeto de revisão PDM ou da aplicabilidade da figura da caducidade da reserva de solo;
3. Análise da Proposta de Revisão do PDM de Tomar e emissão do parecer respetivo;
4. Articulação dos alvarás de loteamento (com e sem obras de urbanização) na elaboração da proposta de revisão do PDMO;
5. Apreciação acerca da aplicabilidade das disposições do PDM constantes no Capítulo IV, Seção I, artigos 67º a 72º - Infraestruturas rodoviárias e estacionamento, na apreciação dos pedidos de operações urbanísticas;
6. Análise de pedidos para a realização de operações urbanísticas, no contexto da proposta de Revisão do PDMO;
7. Análise sobre alguns aspetos de ordenamento do território, relevantes para a revisão do PDM, designadamente a implementação do aeródromo de Fátima, a localização da variante à cidade e o futuro parque verde da cidade.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

PROJETOS INTERNOS

Projeto de Toponímia e Numeração de Polícia

- Números de polícia:
 - Atribuição de novos números de polícia – quantificação: 261;
 - Georreferenciação e atualização de números de polícia – quantificação: 407;
 - Trabalho exterior de recolha e atualização de números, topónimos e outra informação geográfica – quantificação: 173;

- Revisão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Ourém.
- Toponímia:
 - Georreferenciação e atualização de topónimos – quantificação: 43;
 - Georreferenciação e atualização de placas toponímicas – quantificação: 150;
 - Informação técnica sobre topónimos – quantificação: 9.

Rede Viária:

- Atualização da rede viária;
- Informação sobre via pública ou privada – quantificação: 7.

Informação a pedidos de certidão:

- De morada, de correspondência e de números de polícia – quantificação: 41;
- Certidões e comunicações emitidas – quantificação: 281.
- Edificado:
 - Atualização – quantificação: 75.

Sites Geográficos/desenvolvimento de portais geográficos para:

- **Site para submissão on-line das plantas de implantação** sobre levantamento topográfico para efeitos de georreferenciação, com o intuito de conferir maior celeridade ao processo de georreferenciação dos processos de obras particulares.
- **Upgrade do portal geográfico “Sinalização Vertical”**, que permite aos funcionários do município, forças de segurança e juntas de freguesia, reportar ocorrências na sinalização vertical.
- **Desenvolvimento do portal geográfico “Operação Fátima 2017”**, destinado a auxiliar o posto de comando, durante Operação Fátima 2017. Teve uma

função de planeamento, tendo possibilitado, em tempo real, obter uma visão geral da gestão dos ativos humanos presentes na operação, bem como, a visualização de todo o dispositivo de segurança;

Cartografia

- Temática
 - Layout para as plantas da revisão do PDM à escala 1:25000;
 - Verificação da atualização do mapa de ruído e respetiva representação em ambiente SIG;
 - Correção topológica de linhas de água para produção de cartografia temática no âmbito da revisão do PDM;
 - Preparação dos temas e elaboração dos *layouts* relativos ao mapa de ruído, zonamento acústico e mapa de conflitos no âmbito da revisão do PDM, à escala 1:25000;
 - Preparação da simbologia da carta geológica, para utilização com o software QGIS.
- Cartografia de referência
 - Seleção e extração de temas da cartografia à escala 1:10000 (homologada pela DGT em 23/12/2015) e respetiva integração na base de dados do SIG;

Projeto de Controlo de Qualidade de Dados Geográficos

Projeto relativo à identificação da informação obsoleta e duplicada existente na base de dados do SIG, a fim de a mesma ser retirada, bem como da respetiva organização, por forma a tornar o SIG mais eficiente.

Outros atividades diversas

- Elaboração de plantas no âmbito do PEDU;
- Informação relativamente ao lugar em que se insere um troço de um arruamento para alteração de código postal;
- Elaboração e impressão de diversas plantas de localização;
- Correção dos caminhos de Fátima;
- Atendimento aos Municípios.

COLABORAÇÕES EXTERNAS

- Georreferenciação de processos de obras particulares – quantificação: 307;
- Georreferenciação de licenças de construção – quantificação: 109;
- Análise e informação das áreas urbanas servidas pela rede de saneamento a considerar na elaboração de ortofotomapas às escalas 1:2000, para a candidatura ao POSEUR através da CIMT;
- Análise e integração dos traçados da rede de saneamento incluídos na candidatura ao POSEUR;
- Elaboração das telas finais dos traçados da rede de saneamento incluídos na candidatura ao POSEUR;
- Atualização da informação geográfica relativamente às ilhas ecológicas e ecopontos;
- Realização das plantas para a ERSAR;
- Elaboração de plantas referentes à rede de drenagem de águas residuais para as freguesias de Espite, Matas e Cercal, Fátima – Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima (antiga);
- Caracterização das vias segundo a norma EN13201 dentro dos perímetros urbanos de Ourém e Fátima, no âmbito do projeto de Iluminação Pública;
- Estudo da nova proposta de circuitos de recolha de resíduos urbanos.
- Elaboração de plantas dos equipamentos sociais e de saúde do Concelho de Ourém;
- Preparação do tablet e modelo de dados para a georreferenciação das paragens de transporte público;

- Elaboração de mapa relativo às respostas sociais para o Concelho de Ourém;
- Elaboração de mapa dos estabelecimentos de ensino no concelho de Ourém, para publicação no jornal Ourém Município.
- Elaboração de layout para a Carta Geológica do Concelho;
- Elaboração de plantas e integração de pontos referentes a placas toponímicas da cidade de Ourém, com respetiva caraterização, na base de dados do SIG, no âmbito do projeto para a uniformização das mesmas dentro do perímetro urbano.
- Colaboração na revisão do Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios;
- Colaboração na revisão do Plano Operacional Municipal 2017;
- Elaboração de plantas para o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil;
- Georreferenciação e informação técnica a Processos de Contraordenação – quantificação: 2;
- Informação a pedidos de aumento de compartes ou constituição de compropriedades – Georreferenciação e Informação – quantificação: 29.
- Início do projeto de georreferenciação da sinalização horizontal.
- Elaboração de plantas no âmbito dos pedidos de utilização de vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras.

2.3.10 – Subunidade Orgânica de 3º Grau – Relações Institucionais e Comunicação (RIC)

A Direção Intermédia do 3º Grau de Relações Institucionais e Comunicação (RIC) manteve-se durante o ano de 2017 estruturalmente organizada e com intervenção direta em 5 áreas distintas, a saber:

1. na produção de conteúdos informativos de raiz institucional (em suporte de papel e eletrónicos) bem como na esfera do relacionamento com os *media*;

-
2. na produção de dispositivos gráficos a utilizar na esfera de toda a Organização, dando colaboração às associações e Juntas de Freguesia;
 3. na gestão e produção de eventos organizados na esfera municipal e/ou em colaboração com o movimento associativo;
 4. na gestão do Cineteatro Municipal;
 5. na responsabilização pelo funcionamento da área dos “sistemas de informação” (informática).

A face mais visível do RIC resulta do exercício de funções enquanto veículo difusor da atividade do município suscetível de poder vir a interessar aos munícipes e assim, produz e torna pública através dos meios eletrónicos como sejam o site e as redes sociais (Facebook, Twitter e Youtube) e tradicionais (jornal, cartazes e outdoors) a informação que se mostre, em cada momento, de relevante importância, transmitindo-a de forma genérica, ou mais localizada.

O RIC mantém a produção noticiosa através da publicação em papel “Ourém Município – Informação Municipal”, com uma tiragem de 4.000 exemplares, distribuídos conjuntamente com os jornais Notícias de Ourém e Notícias de Fátima e colocados à disposição do público, gratuitamente, em locais de grande acesso. Trata-se de uma opção estratégica que se tem revelado adequada para difusão da publicação, ponderando os públicos-alvo e aspetos relacionados com a contenção financeira, que importa acautelar.

O RIC, para além de assumir a sua missão em termos informativos neste universo de plataformas e dispositivos mediáticos, reparte ainda as suas atividades em contexto diferente, mas igualmente relevante, nomeadamente no que se refere às relações com os órgãos de comunicação social (jornais, rádios e televisões de expressão regional e nacional), para os quais se produz um número significativo de “notas de imprensa” relativas às atividades do município, assim como de outras entidades com relevante interesse público, que solicitam à Câmara Municipal colaboração na difusão das suas iniciativas. Complementarmente, tem sido o RIC o elo de ligação entre os meios de comunicação social e a Administração Municipal para a gestão informativa de um

vasto conjunto de assuntos, dos quais se relevam os imensos pedidos de informação veiculados pelos meios, sobre assuntos concretos e que carecem de informação mais especializada com origem em diferentes Divisões, ou no Gabinete da Presidência.

Outra área que o RIC gera é a da publicidade e propaganda estática do Município, o que inclui a conceção, gestão e implementação de dispositivos em todo o concelho, seja ao nível de informação de interesse público em circunstâncias concretas, seja na publicitação de eventos. Ainda na área da produção gráfica o RIC produz dispositivos visuais estáticos para suportes próprios e de outras entidades (*outdoors*) incluindo os suportes eletrónicos. Nesta vertente da produção gráfica restará aludir à imensa panóplia de produtos gráficos que diariamente são solicitados por parte de todo o universo municipal, pelo movimento associativo e pelas Juntas de Freguesia.

Complementarmente, esta vertente funcional do RIC produz anúncios e publicações para jornais, rádios e televisões, fazendo a gestão da tipologia e dos custos associados a esses serviços, numa lógica da maior economia e eficácia.

Quanto à gestão e produção de eventos, cumpre-me referenciar que se trata de uma área gerida em grande medida em parceria com a empresa municipal OurémViva, reunindo sinergias em todas as áreas das respetivas intervenções e contando com a melhor colaboração da generalidade dos funcionários. A produção de eventos ocorreu genericamente quando realizados por outras Divisões, ou por iniciativa da Presidência da Câmara, cabendo ao RIC a sua orçamentação, proposta de despesa e acompanhamento da produção até à sua conclusão.

É incumbência também do RIC a gestão dos eventos que venham a ocorrer no Cineteatro Municipal, bem como a calendarização dos mesmos, tarefa que, apesar de não estar no ADN desta Direção Intermédia, tem sido operacionalizada com assinalável sucesso.

Complementarmente, o RIC ao ser dotado de recursos audiovisuais de nova geração, permite-se produzir documentos em vídeo de elevada qualidade, suscetíveis de virem a integrar os vários dispositivos de difusão mediática disponíveis, como para arquivo e memória futura. Acresce, que o RIC está em condições de assegurar a transmissão

em direto no seu sítio oficial (www.ourem.pt), dos eventos que venham a revelar com interesse para o Município.

Finalmente e um pouco à margem das competências intrínsecas ao RIC, esta Direção Intermédia assumiu a gestão da área dos “sistemas de informação” (informática) decorrendo tal do afastamento de funções do anterior titular da DTIC, por ocorrência de mobilidade, facto que veio acrescentar responsabilidade ao RIC, face ao elevado grau de exigência do setor e subsequente volume de serviço. Na generalidade da sua intervenção direta, o RIC recorreu essencialmente aos seus recursos endógenos, excetuando as contratações artísticas, ou logísticas inerentes à produção de eventos, ou à contratação de meios materiais inerentes às suas funções.

2.3.11 – Subunidade Orgânica de 3.º Grau – Fiscalização e Contencioso

Os serviços da Subunidade Orgânica de 3.º grau-Fiscalização e Contencioso, desenvolveram as atividades que se passam a indicar, de acordo com as competências que lhe estão cometidas pelos regulamentos da organização dos serviços, publicados na II Série do DR n.º 156 de 12 de agosto de 2015 e n.º 69 de 6 de abril de 2017.

- **Contencioso**

Os serviços de contencioso foram assegurados durante o ano de 2017 por dois técnicos superiores juristas e por um assistente técnico que desenvolveram as atividades que a seguir se indicam:

QUADRO RESUMO DOS TRABALHOS EXECUTADOS

Tipologia de trabalho	Quantidade	Observações
Informações elaboradas e registadas em sistema informático SGD e SPO Nota - Para além daquelas informações, muitas outras foram prestadas nos próprios processos, sobretudo em processos de	250	Inclui pareceres técnico-jurídicos e informações administrativas solicitadas por outras unidades orgânicas

licenciamento de operações urbanísticas		
Processos de contraordenação instaurados pela CMO contra terceiros	32	Por infrações a diversas leis, decretos-lei e regulamentos
Processos de contraordenação decididos	53	
Notas de ilicitude (por o auto de notícia / participação estar incorreta) e despachos diversos elaborados pelos Instrutores nos processos de contraordenação	24	
Pessoas inquiridas nos processos de contraordenação, e outros procedimentos (pedidos de indemnização)	33	
Processos de contraordenação impugnados judicialmente	9	Por o arguido ter recorrido judicialmente da decisão. Foi feita a correspondente análise técnica, a sustentar a posição do Município, antes de os remeter a Tribunal
Processos de contraordenação remetidos a Tribunal para execução	5	Para cobrança da coima e/ou das custas aplicadas pela CMO
Importâncias cobradas em processos de contraordenação	€ 41.500,00	Coima e custas recebidas em processos de contraordenação
Organização e acompanhamento de processos judiciais de que é parte o Município (como réu e como autor)	41	Em 2017 foram instauradas 4 novas ações judiciais, que o Contencioso saiba. A 31.12.2017 havia 38 processos judiciais a decorrer, que o Contencioso saiba.
Elaboração de lista de processos judiciais com eventuais pedidos de pagamento de	Diversas	Para elaboração do orçamento

indemnizações		
Pedidos de indemnização analisados, movidos contra o Município por responsabilidade civil extracontratual – em regra por acidentes de viação	26	
Atendimento presencial e telefónico, reuniões com mandatários de requerentes e de arguidos, reuniões com colegas de serviço (essencialmente DAS, DGU, SMPC e DGF), com dirigentes do Município e representantes de entidades externas (ex.: LSA, MP, Be Water)	Não contabilizados	Nas diligências desenvolvidas foi prestada colaboração relativamente a processos de diversa natureza, que correm na Secção de Contencioso, e ainda outros que correm por outras unidades orgânicas, cujos esclarecimentos prestados foram essencialmente de índole jurídica e administrativa.
Visitas a obras ou outras situações, e desenvolvimento de diligências junto de outras entidades	Diversos	Para conhecimento dos factos e recolha de prova com vista a informação / decisão técnica dos processos/participação como testemunha
Adaptação, às alterações legais, de minutas usadas em processos de contraordenações	Diversos	Organização de documentos para colocar no programa informático e em ficheiros partilhados
Elaboração de várias minutas novas	Diversas	Decorrentes de alterações legislativas nos diplomas legais com os quais o Contencioso trabalha
Processo de contraordenação já findos	Diversos	Organização e remessa ao arquivo

Elaboração de relatórios	Diversos	Relatórios de atividades devolvidas na Secção de Contencioso, para apresentar periodicamente à Assembleia Municipal, para integrar os documentos de gestão e para elaboração do orçamento
Divulgação e análise de legislação	Diversos	Consulta diária do Diário da República, divulgação de alguns diplomas com índices e notas interpretativas
Elaboração de notificações diversas e sua expedição documentada; entrega de procs. em Tribunal; elaboração de relatórios; emissão de guias; gestão dos sistemas informáticos de processos de contraordenações e seus formulários; organização dos procs., contagem de prazos e sua calendarização para decisão; pesquisas, etc.	Diversos	Tarefas desenvolvidas essencialmente pela assistente administrativa

- **Fiscalização Municipal**

As áreas de intervenção da fiscalização municipal incidem essencialmente, de acordo com o seu conteúdo funcional, na verificação do cumprimento de normas sobre ordenamento do território e urbanismo, atividades económicas (RJACSR - Regime jurídico sobre atividades de comércio, serviços e restauração), “Licenciamento zero”, ocupação do domínio público, regulamento de intervenção na via pública, regulamento de publicidade, regulamento de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais e outros regulamentos municipais.

As ações de fiscalização são atualmente asseguradas por duas brigadas, assim distribuídas pela área do Município: B1- freguesias de Alburitel, Seiça, Caxarias, Espite, Urqueira, União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos e União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais; B2- freguesias de N.^a Sr.^a da Piedade, N.^a Sr.^a das Misericórdias, Fátima, Atouguia, União das freguesias de Gondemaria e Olival e União das freguesias de Matas e Cercal.

Os serviços administrativos são desenvolvidos por um coordenador técnico, com apoio de um jurista e com a colaboração de um fiscal municipal, que também substitui qualquer elemento das brigadas nas suas faltas e impedimentos.

No ano de 2017, foram quantificadas as seguintes atividades, no âmbito das funções de fiscalização:

Tarefas	Quantidades
Informações efetuadas pela secção de Fiscalização sobre várias ocorrências e inconformidades constatadas nas ações de fiscalização	405
Informações técnicas prestadas pelos Fiscais Municipais registadas no SPO (Sistema de Processamento de Obras) sobre assuntos relacionados com operações urbanísticas (licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos etc.)	528
Autos de notícia instaurados para instrução de processos de contraordenação.	14 - sendo 10 por infrações no âmbito do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação; 3 no âmbito do Regulamento de Publicidade e 1 pelo Regime Jurídico Arborização e Reflorestação

Instrução de processos de regularização (Reposição da legalidade urbanística)	14
Obras implantadas	52
Obras visitadas	68
Operações urbanísticas (obras de edificação) embargadas	2
Demolições / reposições executadas coercivamente pelos serviços municipais	0
Emissão de certidões sobre pedidos de licença de utilização	98

2.3.12 – Subunidade Orgânica de 3.º Grau – Licenciamentos não Urbanísticos

A tabela abaixo indica os atos praticados pela LNU que deram origem a deferimentos ou autorizações em cada uma das áreas.

Salienta-se o número dos atos praticados referentes a elevadores, e as selagens que foram solicitadas de equipamentos, ao abrigo do regime legal específico.

As Meras Comunicações Prévias do Regime Jurídico de Acesso e Exercício das Atividades de Comércio, Serviço e Restauração serão uma constante enquanto se mantiver o presente regime jurídico, antevendo-se que sejam em número maior de ano para ano, à medida que o referido Regime se for cimentando.

As verificações dos instrumentos de pesagem, massas e contadores de tempo, afeta à LNU em virtude deste ser o serviço que tem a seu cargo, grosso modo, o licenciamento das atividades económicas, também é representativo. Em 2017 foram realizadas 662 verificações periódicas.

Tabela – LNU (2017)

	Total
Cartão de vendedor no mercado	13
Inumação de cadáver em sepultura	8
Inspeção de elevadores	199
Licença Especial de Ruído	55
Mera Comunicação Prévia - RJACSR	79
Licenciamento Publicitário	17
Manifestação/Prova Desportiva	19
Autorização de Peditório	3
Ocupação de Espaço Público	6
Táxi - Transferência de titular	2
Táxi - Averbamento de novo veículo	3
Cartão de residente	5
Concessão de sepultura perpétua	3
Recinto itinerante ou improvisado	1
Certidão de ciclomotor	1
Alargamento de Horário de Funcionamento	4
Selagem de elevador	7
Primeiras verificações	662
Verificações periódicas	5
Verificação de massas próprias	270

As cartas de caçador deixaram de ser tratadas nos Municípios, pelo que esse trabalho deixou de surgir apurado.

2.3.13 – Serviço Municipal de Proteção Civil

Enquadramento Legal

O concelho de Ourém, está sujeito a vários tipos de vulnerabilidades que podem fragilizá-lo, potenciando os seus riscos, decorrentes não só de causas naturais e tecnológicas, como da sua situação sóciogeográfica, da concentração de pessoas, bens e infraestruturas, meios de produção e serviços, entre outros.

Perante esta realidade, e reforçada pelas novas e constantes exigências dos diplomas legais que têm vindo a ser publicados de alguns anos a esta parte, o município de Ourém considerou que a proteção da vida e integridade física das pessoas e dos seus bens deverá, acima de tudo, ser assegurada permanentemente.

Nesse sentido a Câmara Municipal de Ourém criou, há alguns anos, no seu organograma interno, o Gabinete de Segurança e Proteção Civil, através do qual tem vindo a desenvolver a sua política municipal de segurança, no âmbito da Proteção Civil.

Reconhece-se aqui o papel preponderante e decisivo das autarquias nesta problemática, através de uma intervenção sistemática ao nível da planificação preventiva e operacional e ainda no pressuposto de que a segurança se constitui como o eixo fundamental do desenvolvimento urbano e ambiental necessário à garantia e melhoria dos padrões de qualidade de vida das populações.

A atuação na luta contra as catástrofes deve ter um cunho eminentemente local, por razões de ordem prática e porque a abordagem espacial restrita propicia um conhecimento mais direto e exato dos cidadãos, do seu grau de preparação face aos riscos a que estão sujeitos e ainda das suas próprias representações sociais, fatores indispensáveis para uma atuação que se pretende eficaz.

Pela imposição legal que resulta da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, foi extinto o Gabinete de Segurança e Proteção Civil e criado o Serviço Municipal de Proteção Civil, com a publicação de um regulamento municipal próprio – Regulamento do

Serviço Municipal de Proteção Civil, publicado a 14 de março de 2008, em Diário da República.

Na sequência do acordo realizado entre a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e, o Município de Ourém, foi criada, no dia 04 de novembro de 2004, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e posteriormente, em 01 de março de 2005, a entrada em funcionamento o Gabinete Técnico Florestal.

Com a publicação do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, o Gabinete Técnico Florestal foi inteiramente integrado no Serviço Municipal de Proteção Civil.

Em suma, o município de Ourém tem-se esforçado para levar a cabo um planeamento eficaz e concertado tendo em vista a resposta institucional e operacional o mais atempadamente possível a situações de acidente grave ou catástrofe, surgindo naturalmente dessa necessidade a implementação de uma dinâmica institucional quer do Serviço Municipal de Proteção Civil, quer do Gabinete Técnico Florestal.

Enquadramento Institucional

De acordo com o artigo 10.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, compete ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal e nacional.

No âmbito dos seus poderes de *planeamento e operações*, dispõe o SMPC das seguintes competências:

- Acompanhar a elaboração e atualização do plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
- Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
- Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no município, com interesse para o SMPC;

- Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequência dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude e do local previsível da sua ocorrência;
- Promover a cartografia do concelho de modo a prevenir, quando possível, as manifestações de risco, avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
- Manter a informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às consequências; avaliação da eficácia das ações empreendidas em cada caso;
- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situações de emergência;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento aacionar em situações de emergência;
- Elaborar planos prévios de intervenção, preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;
- Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.

Nos domínios da *prevenção e segurança*, o SMPC é competente para:

- Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
- Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
- Elaborar projetos de regulamentos de prevenção e segurança;
- Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;

- Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas dirigidas a segmentos específicos de população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;
- Fomentar o voluntariado em proteção civil;
- Estudar as questões que vier a ser incumbido, propondo as soluções que entenda mais adequadas.

No que se refere à matéria da **informação pública**, o SMPC dispõe dos seguintes poderes:

- Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil;
- Divulgar a missão e estrutura do SMPC;
- Recolher a informação pública emanada das comissões e gabinetes que integram o SMPC destinada à divulgação pública relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;
- Promover e incentivar ações de divulgação sobre proteção civil junto dos municíipes com vista à adoção de medidas de autoproteção;
- Indicar na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as medidas preventivas e procedimentos a levar a cabo pela população para fazer face à situação;
- Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do presidente da câmara ou vereador com competência delegada.

Comissão Municipal de Proteção Civil

De acordo com o estatúdo no n.º 3 do Artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro as competências da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) são as seguintes:

- Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução;
- Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;
- Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC açãoem, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;
- Difundir comunicados e avisos às populações, às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

A CMPC do município de Ourém reúne periodicamente, numa média de duas vezes por ano, assegurando este serviço todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

Lista de atividades

- Plano Municipal de Emergência do concelho de Ourém (em fase de elaboração):
 - Levantamentos de dados no terreno;
 - Tratamento dos dados;
 - Elaboração de mapas;
 - Preparação da Base de Dados com a Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território;
 - Análise de risco.

- Participação no Plano de Emergência Distrital, no preenchimento de bases de dados relativas ao alojamento, alimentação, espaços abertos, postos de combustíveis;
- Elaboração de relatórios de campo a enviar à entidade correspondente no que concerne à reparação de infraestruturas: boca-de-incêndio, marco de água, poste de eletricidade, entre outras;
- Planos de Coordenação Municipais;
- Plano de Prevenção e Emergência 01/2017 – Praia Fluvial do Agroal;
- Proposta de Plano Prévio de Intervenção – Ativação dos meios de socorro no concelho de Ourém;
- Planeamento de Simulacros.

Tarefas Operacionais

- Colaboração e organização em exercícios e simulacros em estabelecimentos de ensino, lares e centros de dia e em empresas localizadas no concelho de Ourém;
- Participação em exercícios e simulacros fora do concelho, nomeadamente nos Exercícios de Ferreira do Zêzere e do Entroncamento;
- Acompanhamento e resolução de situações de perigo coletivo;
- Preparação e coordenação entre várias entidades e organismos nas Peregrinações a Fátima, nomeadamente em maio, junho, agosto e outubro;
- Participação nos briefings técnico-operacional distrital, no Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém;
- Acompanhamento e resolução de ocorrências de emergência, nomeadamente inundações, aluimento de terras, abate de árvores, entre outros, no concelho de Ourém;

- Participação em seminários e jornadas temáticas na área da Proteção Civil;
- Tratamento dos dados de sinistralidade rodoviária recebidos mensalmente do Destacamento Territorial de Tomar da Guarda Nacional Republicana, em virtude do protocolo celebrado com esta entidade;
- Preparação e realização de ações de formação no âmbito da implementação das Medidas de Autoproteção, em edifícios públicos, nomeadamente escolas e outros edifícios do Município;
- Preparação das ações de formação de Suporte Básico de Vida aos alunos do 9.º ano das escolas públicas do concelho, com a colaboração dos Bombeiros do concelho de Ourém;
- Participação na Festa da Criança 2017, com os meios afetos ao SMPC, bem como a participação das Corporações de Bombeiros do concelho, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, efetuando sensibilização e divulgando as medidas de autoproteção às crianças e docentes do concelho;
- Atendimento semanal aos munícipes;

Formação e Treino

Participação, maioritariamente a título particular, em diversas ações de formação no âmbito da proteção civil, realizadas ao longo do ano.

Gabinete Técnico Florestal

Enquadramento Institucional

A constituição do Gabinete Técnico Florestal (GTF), a funcionar desde março de 2005, resulta de um acordo entre o Município de Ourém e o Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O objetivo do GTF consiste em desenvolver tarefas de planeamento, operacionais, de gestão e controlo, administrativas e de formação e treino

Foi publicada a Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos GTF, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), do município de Ourém, (criada no âmbito da Lei n.º 14/2004, de 8 de maio foi formalmente constituída a 13 de junho de 2005, funcionando como um centro de coordenação e ação local, de âmbito municipal, sob a coordenação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

A CMDF do Município de Ourém reúne, em média, duas vezes por ano, sendo este serviço a assegurar todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

Lista de documentos elaborados:

- Plano Operacional Municipal - 2017;
- Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio;
- Atualização das fichas caraterizadoras dos pontos de água de abastecimento aos meios aéreos.

Ações de sensibilização (divulgação)

Foi publicada informação ao longo deste último ano, nos mais diversos meios de comunicação local, artigos referentes a:

- Medidas de proteção (incêndios florestais);
- Medidas de mitigação relativas à doença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro;
- Vespa Velutina ou Vespa Asiática;

- Alerta Fogueiras, Queima e Queimadas;
- Divulgação das atividades do Gabinete Técnico Florestal.

Atividades Protocoladas e Parcerias

Para o desenvolvimento das atividades do SMPC/GTF foram assinados protocolos com as seguintes entidades e com os seguintes objetivos:

- Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho de Ourém (Caxarias, Fátima e Ourém) – apoio financeiro para as diversas tarefas a executar;
- Protocolo tripartido entre o Município de Ourém, a Veolia – Águas de Ourém (atual Be Water – Águas de Ourém) e a Associação de Radioamadores do Distrito de Leiria, no âmbito de comunicações de emergência;
- Associação Nacional dos Alistados de Formações Sanitárias - apoio em situações de emergência;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém – apoio financeiro para o funcionamento de uma equipa de intervenção permanente.
- ADSAICA – apoio financeiro para o funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais SF05 16C

3. Análise Orçamental

3.1 Evolução do orçamento da receita por classificação económica

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

Descrição da Receita Liquidada	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Impostos diretos	9 064 441,86	9 263 253,18	2,19	9 684 398,54	4,55
Imposto municipal sobre imóveis	6 440 699,46	6 154 376,41	-4,45	6 279 458,15	2,03
Imposto único de circulação	982 589,49	1 009 058,52	2,69	1 096 835,13	8,70
Imposto municipal sobre transmissões	1 147 345,33	1 484 395,52	29,38	1 682 992,17	13,38
Derrama	493 807,58	615 422,73	24,63	625 113,09	1,57
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impostos diversos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impost. indiretos, taxas, multas ...	2 447 514,99	1 857 969,65	-24,09	2 208 496,11	18,87
Mercados e feiras	130 441,25	114 759,69	-12,02	102 389,83	-10,78
Loteamentos e obras	396 147,35	429 219,87	8,35	598 641,08	39,47
Ocupação da via pública	1 866,55	563,22	-69,83	1 339,46	137,82
Publicidade	26 772,99	28 987,20	8,27	36 115,56	24,59
Saneamento	1 106 170,39	1 092 997,41	-1,19	1 156 022,95	5,77
Multas	701 312,96	99 475,56	-85,82	231 859,42	133,08
Outras	84 803,50	91 966,70	8,45	82 127,81	-10,70
Rendimentos de Propriedade	1 672 116,02	2 125 523,31	27,12	1 808 991,56	-14,89
Transferências correntes	13 567 406,64	13 518 959,50	-0,36	13 625 995,93	0,79
Administração Central - Estado	13 483 007,65	13 448 744,75	-0,25	13 589 232,17	1,04
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	1 905,20	3 738,95	96,25	0,00	-100,00
Outras (transferências correntes)	82 493,79	66 475,80	-19,42	36 763,76	-44,70
Venda de bens e serviços correntes	2 085 714,51	1 943 629,26	-6,81	1 949 817,83	0,32
Venda de bens	62 505,23	14 697,80	-76,49	14 220,41	-3,25
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	0,00	542,01	--	35,07	-93,53

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes (continuação)

Descrição da Receita Liquidada	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Saneamento - Ligação	30 019,64	20 147,37	-32,89	13 095,92	-35,00
Resíduos Sólidos	1 740 912,83	1 658 969,48	-4,71	1 678 617,38	1,18
Trabalhos por conta de particulares	2 362,61	6 877,78	191,11	10 362,22	50,66
Cemitérios	24 203,40	15 007,80	-37,99	14 619,10	-2,59
Rendas	51 623,99	51 476,15	-0,29	50 259,60	-2,36
Outras (venda de bens e serv. correntes)	174 086,81	175 910,87	1,05	168 608,13	-4,15
Outras receitas correntes	122 548,42	278 115,17	126,94	270 721,62	-2,66
Venda de bens de investimentos	4 823 050,00	4 801 500,00	-0,45	4 896 551,66	1,98
Transferências de capital	2 623 104,01	2 136 404,86	-18,55	2 369 279,63	10,90
Administração Central - Estado	934 752,00	947 914,00	1,41	1 758 058,55	85,47
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	1 263 560,02	776 198,87	-38,57	198 929,09	-74,37
Outras (transferências de capital)	424 791,99	412 291,99	-2,94	412 291,99	0,00
Ativos financeiros	201 467,46	28 396,82	-85,91	23 089,71	-18,69
Passivos financeiros	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	28 147,68	3 163,87	-88,76	30 109,54	851,67
Saldo da gerência anterior	727 214,00	2 991 955,44	311,43	4 155 756,98	38,90
Total	38 862 725,59	40 448 871,06	4,08	42 523 209,11	5,13
Total¹	31 812 461,59	31 155 415,62	-2,07	31 970 900,47	2,62

(1) Receitas Totais (exclui os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior)

Impostos diretos

Compreende as receitas advindas dos impostos diretos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre Veículos, o Imposto Municipal sobre Transmissões e a Derrama.

Em 2017, as receitas relativas a estes impostos, denotam um aumento na ordem dos 4,6%, que, em termos absolutos, significa um acréscimo das receitas ligeiramente superior a 421,1 mil euros.

Para a referida circunstância contribuíram os aumentos verificados no imposto municipal sobre imóveis (+125,1 mil euros), no imposto único de circulação (+87,8 mil euros), no imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (+198,6 mil euros), e na derrama (+9,7 mil euros).

Impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades

Os impostos indiretos compreendem as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagos por unidades empresariais, nomeadamente, as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se, neste capítulo, as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Estas receitas denotam um aumento expressivo em 18,9% (variação absoluta positiva em 350,5 mil euros), essencialmente por influência do aumento verificado nas receitas inerentes a loteamentos e obras (+169,4 mil euros), saneamento (+63 mil euros) e multas (+132,4 mil euros),

Ao invés, observa-se uma diminuição das receitas com mercados e feiras (-12,4 mil euros).

As receitas mais representativas inseridas neste capítulo respeitam ao saneamento, ao atingirem um valor próximo de 1,2 milhões de euros.

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam um decréscimo, face ao período homólogo do ano anterior, na ordem de 14,9%, representando um valor ligeiramente superior a 1,8 milhões de euros, essencialmente decorrente da influência da cobrança em 2016 da renda de concessão em curso com a EDP, relativa ao 4.º trimestre de 2015, circunstância que retira comparabilidade aos dois últimos anos económicos.

Note-se que a expressividade destas receitas é decorrente, essencialmente, do contrato de concessão em curso com a EDP, no âmbito da distribuição de energia em baixa

Destacam-se ainda as receitas inerentes a torres eólicas instaladas na área territorial adstrita ao Município, tendo estas ascendido a um montante na ordem de 157,2 mil euros.

Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram uma ligeira variação positiva próxima de 0,8%, denotando, essencialmente, a variação verificada nas transferências do Estado.

Deste modo, verifica-se uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 107 mil euros. As receitas totais, neste âmbito, ascendem a um valor na ordem dos 13,6 milhões de euros.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Em 2017, verifica-se um aumento absoluto destas receitas em 6,2 mil euros o que significa uma ligeiríssima variação em 0,3%.

Este facto repercute, essencialmente, o aumento nos resíduos sólidos (+19,6 mil euros) e, trabalhos por conta de particulares (+3,4 mil euros).

A receita com maior expressividade neste contexto é a inerente aos resíduos sólidos a qual ascendeu a um valor próximo de 1,7 milhões de euros, ou seja, representando 86,1% do total das receitas desta natureza económica.

Outras receitas correntes

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas sofreram uma diminuição em 2,7%, significando uma variação negativa absoluta na ordem dos 7,4 mil euros

A receita mais representativa, neste capítulo, reporta-se ao IVA reembolsado, o qual ascendeu a 172,4 mil euros.

Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam uma variação positiva próxima de 2%.

Salienta-se que esta receita liquidada repercuta a alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém, à entidade Maisourém, S.A (entidade na qual o Município de Ourém participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada.

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui as receitas relativas a heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e, ainda, as receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2017, denota um acréscimo em 10,9% que, em termos absolutos, significa um aumento destas receitas próxima de 232,9 mil euros, refletindo, essencialmente, o aumento das transferências de capital resultantes da Administração Central, reportadas ao contrato de financiamento consignado à execução de empreitadas no âmbito do Centenário de Fátima.

Em sentido inverso, será de destacar a quebra verificada nas transferências de capital relativas a financiamentos comunitários (-577,3 mil euros), decorrente de atrasos na execução física de investimento inerente ao quadro comunitário vigente, bem como da devolução de verbas e/ou redução do financiamento de projetos já executados com inconformidade detetadas na execução física das empreitadas.

Neste capítulo, importa reportar que as transferências de capital da Administração Central se situaram próximas de 1,8 milhões de euros e dos fundos comunitários em 198,9 mil euros.

No cômputo geral, estas receitas ascenderam a um valor próximo de 2,4 milhões de euros.

Ativos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação.

O ano de 2017 denota uma variação absoluta negativa em 5,3 mil euros (-18,7%).

Passivos Financeiros

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto, a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas, cujo efeito é extraordinário, não se registou qualquer variação, sendo de salientar que o valor de 1,5 milhões de euros ocorrido se reporta, integralmente, ao empréstimo de curto prazo, o qual foi totalmente amortizado no exercício em análise, pelo que não transita de ano económico qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, refletindo-se igual montante no orçamento de despesa, inclusive no pagamento.

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual onde se incluem receita, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de *know-how*.

Durante o ano de económico de 2017, não se verificaram quaisquer receitas desta natureza, em similaridade com o ocorrido no ano anterior.

Reposições não abatidas aos pagamentos

Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. No decurso do ano em reporte, registaram-se reposições abatidas aos pagamentos, ligeiramente superiores a 30,1 mil euros.

Saldo da gerência anterior

Abrange as receitas resultantes do saldo da gerência referente ao ano económico anterior. Neste contexto, o valor ascendeu a um montante próximo de 4,1 milhões de euros, significando uma variação positiva em 38,9% (-1,2 milhões de euros).

Resumo das Receitas Liquidadas

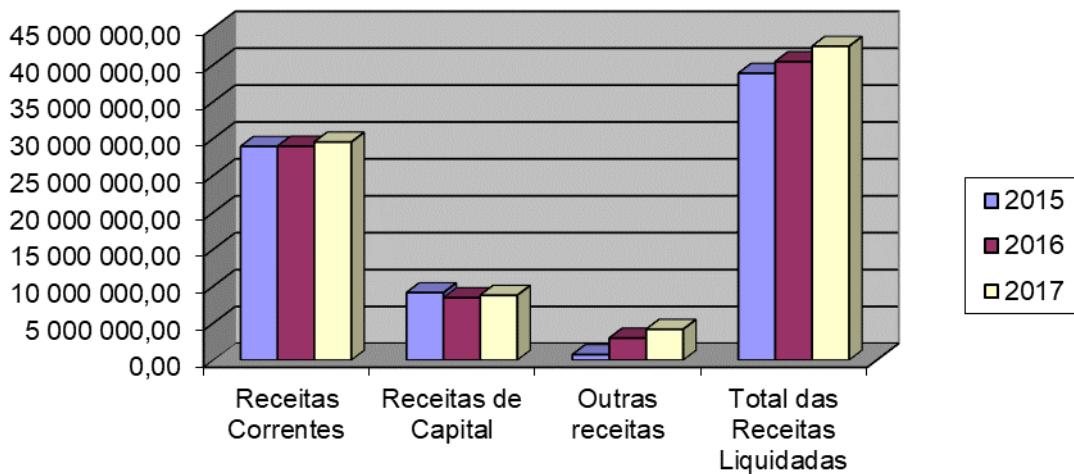
No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifesta um aumento na ordem dos 5,1%. Será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se associam às receitas resultantes da venda de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior, face a 2016, verificou-se um aumento das receitas liquidadas na ordem dos 2,6% que, em termos absolutos, representou um acréscimo próximo de 815,5 mil euros.

Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam um aumento na ordem dos 2,1 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor ligeiramente superior a 42,5 milhões de euros

Quadro – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

Descrição da Receita Liquida	uni: Euro				
	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Receitas Correntes	28 959 742,44	28 987 450,07	0,10	29 548 421,59	1,94
Receitas de Capital	9 147 621,47	8 466 301,68	-7,45	8 788 921,00	3,81
Outras receitas	755 361,68	2 995 119,31	296,51	4 185 866,52	39,76
Total das Receitas Liquidadas	38 862 725,59	40 448 871,06	4,08	42 523 209,11	5,13

Gráfico - Resumo das Receitas Liquidadas



3.2 Evolução do orçamento da despesa por classificação económica

Quadro - Evolução das Despesas Realizadas

Descrição da Despesa	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Despesas com pessoal	6 659 614,20	6 684 462,98	0,37	6 886 374,95	3,02
Remunerações certas e permanentes	5 194 956,63	5 142 678,34	-1,01	5 290 910,45	2,88
Abonos variáveis ou eventuais	48 170,51	38 959,04	-19,12	46 958,72	20,53
Segurança social	1 416 487,06	1 502 825,60	6,10	1 548 505,78	3,04
Aquisição de bens	795 286,70	564 490,65	-29,02	660 390,24	16,99
Matérias-Primas e subsidiárias	176 495,88	160 783,97	-8,90	147 833,65	-8,05
Combustíveis e lubrificantes	163 877,10	158 641,12	-3,20	179 438,10	13,11
Material de escritório	62 756,88	74 152,50	18,16	77 231,66	4,15
Alimentação - refeições confeccionadas	290 701,74	22 003,08	-92,43	83 352,79	278,82
Material de transporte-peças	22 660,30	39 833,63	75,79	31 042,42	-22,07
Outros bens	78 794,80	73 842,44	-6,29	83 671,68	13,31

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)

Descrição da Despesa	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Aquisição de serviços	9 202 799,01	9 742 145,01	5,86	11 127 557,30	14,22
Encargos das instalações	640 853,93	686 369,61	7,10	842 716,78	22,78
Limpeza e Higiene	81 147,17	75 323,26	-7,18	75 996,00	0,89
Conservação de bens	448 843,18	466 819,96	4,01	447 220,84	-4,20
Locação de edifícios	32 456,16	32 508,12	0,16	32 683,68	0,54
Comunicações	59 110,63	61 091,82	3,35	68 592,24	12,28
Transportes	1 136 459,64	1 099 894,85	-3,22	961 463,47	-12,59
Seguros	33 699,11	36 306,57	7,74	35 688,25	-1,70
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	165 588,13	281 551,77	70,03	437 589,83	55,42
Publicidade	22 384,97	65 869,91	194,26	77 584,25	17,78
Vigilância e segurança	74 255,66	84 136,43	13,31	88 164,05	4,79
Assistência Técnica	16 372,51	44 007,77	168,79	41 037,67	-6,75
Encargos de cobrança	214 596,10	230 439,74	7,38	250 067,93	8,52
Manutenção de espaços verdes	655 653,96	638 221,55	-2,66	690 904,28	8,25
Exploração e manutenção de ETAR's	599 162,26	578 358,44	-3,47	614 663,99	6,28
Recolha, transp. e tratam, RSU's	1 396 937,08	1 419 779,13	1,64	1 506 155,08	6,08
Illuminação Pública	1 242 012,47	1 367 700,20	10,12	1 743 243,95	27,46
Outros serviços	2 383 266,05	2 573 765,88	7,99	3 213 785,01	24,87
Juros e outros encargos	304 070,39	111 491,16	-63,33	140 900,96	26,38
Transferências correntes	1 060 436,56	2 586 947,00	143,95	2 098 337,25	-18,89
Administração Local	634 394,03	1 431 950,49	125,72	814 345,33	-43,13
Instituições sem fins lucrativos	407 683,63	484 734,67	18,90	590 152,31	21,75
Outras (transferências correntes)	18 358,90	670 261,84	3550,88	693 839,61	3,52
Subsídios	682 818,23	743 437,36	8,88	766 670,57	3,13
Outras despesas correntes	382 354,40	703 432,21	83,97	354 432,44	-49,61
Aquisição de bens de capital	3 750 303,00	3 497 043,13	-6,75	6 905 256,68	97,46
Investimentos	20 705 847,79	1 196 029,09	-94,22	1 450 352,32	21,26
Locação financeira	0,00	0,00	--	0,00	--

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)

Descrição da Despesa	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Bens de domínio público	1 044 455,21	2 301 014,04	120,31	5 454 904,36	137,07
Transferências de capital	903 220,36	1 204 153,50	33,32	1 444 489,37	19,96
Administração Local	192 131,21	303 705,61	58,07	634 956,29	109,07
Instituições sem fins lucrativos	711 089,15	900 447,89	26,63	809 533,08	-10,10
Empresas Públicas	0,00	0,00	--	0,00	--
Empresas Privadas	0,00	0,00	--	0,00	--
Outras (transferências capital)	0,00	0,00	--	0,00	--
Ativos financeiros	220 059,00	220 059,00	--	220 059,00	0,00
Passivos financeiros	4 294 502,13	3 721 524,02	-13,34	3 493 457,27	-6,13
Outras despesas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Total	28 255 463,98	29 779 186,02	5,39	34 097 926,03	14,50

Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza apresentam um aumento em 3% que, em termos absolutos, significou um acréscimo em 201,9 mil euros.

Deste modo, as despesas incidentes neste capítulo ascenderam a um valor próximo de 6,9 milhões de euros.

Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2017 regista um acréscimo destas despesas em 17%, influenciadas pelo aumento verificado, essencialmente, nos combustíveis e lubrificantes (+20,8 mil euros) e alimentação – refeições confeccionadas (+61,3 mil euros),

Em sentido inverso, destaca-se uma diminuição das despesas com matérias-primas e subsidiárias (-13 mil euros) e material de transportes – peças (-8,8 mil euros).

Em termos absolutos totais, a aquisição de bens significa um valor próximo de 660,4 mil euros, tendo registado um acréscimo em 95,9 mil euros, face ao ano anterior.

Aquisição de serviços

Compreende as despesas efetuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras despesas com serviços.

Face a 2016, o ano económico de 2017 regista um aumento em 14,2%, traduzindo, essencialmente, um aumento verificado nas despesas relacionadas com encargos das instalações (+156,3 mil euros), estudos, pareceres, projetos e consultadoria (+156 mil euros), publicidade (+11,7 mil euros), encargos de cobrança (+19,6 mil euros), manutenção de espaços verdes (+52,7 mil euros), exploração e manutenção de ETAR's (+36,3 mil euros), recolha, transporte, tratamento e RSU's (+86,4 mil euros) e iluminação pública (+375,5 mil euros).

Em oposição, verifica-se uma diminuição nas despesas com conservação de bens (-19,6 mil euros) e transportes (-138,4 mil euros).

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representam um valor ligeiramente superior a 11,1 milhões de euros, tendo registado uma variação absoluta positiva próxima de 1,4 milhões de euros.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam um aumento em 26,4% (variação absoluta na ordem dos 29,4 mil euros, atingindo em 2017, um valor de 140,9 mil euros). Embora se tenha verificado a permanência de taxas de juro historicamente reduzidas e a diminuição do volume de endividamento de médio e longo prazo, verificou-se o aumento reportado, decorrente da assunção de juros inerentes a processo com a entidade Lena Ambiente, referente a um concurso para concessão do saneamento, cuja decisão de contratualizar veio a ser revogada.

Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza sofreram uma diminuição em 18,9% (-488,6 mil euros), refletindo a quebra das transferências para a administração local onde se inserem as freguesias (-617,6 mil euros) e apesar dos aumentos verificados nas transferências para as instituições sem fins lucrativos (+105,4 mil euros). Note-se que nas outras

transferências correntes, inserem-se os fluxos financeiros para as famílias no âmbito do apoio às refeições escolares.

No total, estas despesas representaram um valor próximo de 2,1 milhões de euros.

Subsídios

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou fatores de produção.

Estas despesas sofreram um acréscimo em 3,1% e reportam na sua totalidade a indemnizações compensatórias concedidas a empresas municipais, resultantes da vigência de preços sociais (inferiores aos custos), em determinados equipamentos, cuja responsabilidade de gestão incide sobre uma empresa do setor empresarial local, nomeadamente no âmbito das piscinas municipais e equipamentos desportivos.

Em termos globais, as despesas reportadas a subsídios atingiram um valor na ordem dos 766,7 mil euros, denotando um aumento absoluto em 23,2 mil euros.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo sofrido uma diminuição em 49,6% (-349 mil euros).

Assumem particular relevância o pagamento de quotas, emolumentos ao Tribunal de Contas e a restituição de impostos e taxas (atos praticados pela autoridade tributária, no âmbito dos impostos municipais). Note-se que a variação ocorrida face a 2016, encontra-se influenciada pelo elevado volume que o referido ano económico observou, decorrente de acordos indemnizatórios ocorridos, nos quais se destacam: 40 mil euros à Imotecnorém (última tranche), 150.803,45 euros à Aquino Construções S.A. e 275.009,93 euros à Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P..

Em termos absolutos, estas despesas atingiram um valor de 354,4 mil euros.

Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do ativo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2017, por comparação ao ano anterior, verifica um substancial aumento em 97,5%, que em termos absolutos representa uma variação positiva superior a 3,4 milhões de euros, para um total de despesas desta natureza ligeiramente superiores a 6,9 milhões de euros.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas assinalam um aumento em 20%. Deste modo, verificou-se uma variação absoluta positiva na ordem de 240,3 mil euros.

Neste contexto, será de reportar o aumento ocorrido para a administração local (+109%) e a diminuição para as instituições sem fins lucrativos (-10,1%).

Estas despesas assinalaram um valor total ligeiramente superior a 1,4 milhões de euros.

Ativos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação.

No ano de 2017 verificou-se uma despesa de 220,1 mil euros, referentes integralmente, à participação do Município de Ourém no Fundo de Apoio Municipal.

Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas apresentam uma quebra em 6,1%. Em termos totais, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo representou um valor próximo de 2 milhões de euros.

Outras despesas de capital

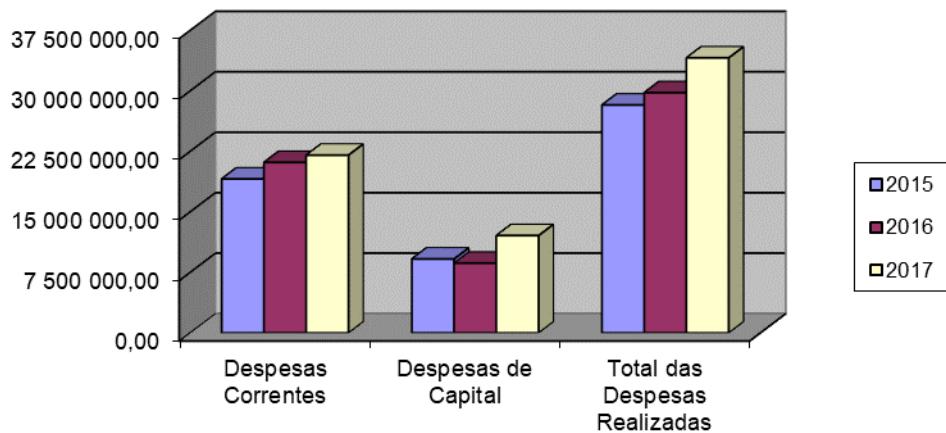
Nesta rubrica, não se verificou qualquer despesa, pelo que se regista uma variação nula face ao ano anterior.

Resumo das Despesas Realizadas

Quadro – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

Descrição da Despesa	uni: Euro				
	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Despesas Correntes	19 087 379,49	21 136 406,37	10,73	22 034 663,71	4,25
Despesas de Capital	9 168 084,49	8 642 779,65	-5,73	12 063 262,32	39,58
Total das Despesas Realizadas	28 255 463,98	29 779 186,02	5,39	34 097 926,03	14,50

Gráfico - Resumo das Despesas Realizadas



No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem uma variação positiva de 14,5%, face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor total obtido próximo de 34,1 milhões de euros.

As despesas correntes assinalam um aumento em 4,3% (variação absoluta positiva na ordem dos 898,3 mil euros), ascendendo a um valor ligeiramente superior a 22 milhões de euros. De sentido idêntico, mas mais expressivo, assinala-se um aumento das despesas de capital (+39,6%), denotando uma variação absoluta superior a 3,4 milhões de euros.

3.3 Evolução e estrutura das GOP's por objetivos e programas

3.3.1 Evolução das GOP's

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

Descrição	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Educação	3 095 508,11	3 093 444,78	-0,07	2 815 225,84	-8,99
Ensino Básico	103 463,95	285 016,34	175,47	131 367,43	-53,91
Ensino Secundário e Profissional	250 000,00	125 000,00	-50,00	0,00	-100,00
Ensino Superior	0,00	0,00	--	0,00	--
Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino	2 742 044,16	2 683 428,44	-2,14	2 683 858,41	0,02
Cultura, Desporto e Tempos Livres	2 217 252,71	1 585 754,66	-28,48	1 768 528,68	11,53
Cultura	1 129 765,93	333 584,87	-70,47	424 253,39	27,18
Desporto e lazer	1 064 940,07	1 235 747,22	16,04	1 341 093,39	8,52
Património	22 546,71	16 422,57	-27,16	3 181,90	-80,62
Ação Social	668 026,17	726 021,84	8,68	419 000,59	-42,29
Habitação e Urbanismo	2 535 866,48	2 425 224,08	-4,36	4 339 389,44	78,93
Habitação	0,00	0,00	--	6 404,38	--
Planeamento Urbanístico	301 616,62	274 454,82	-9,01	330 465,33	20,41
Illuminação	1 304 069,42	1 380 453,17	5,86	1 752 031,15	26,92
Urbanização	930 180,44	770 316,09	-17,19	2 250 488,58	192,15

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

Descrição	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Saneamento e Salubridade	2 558 226,43	2 771 517,22	8,34	2 823 181,79	1,86
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	783 339,50	723 068,49	-7,69	908 735,57	25,68
Resíduos Sólidos	1 774 886,93	2 039 696,05	14,92	1 891 055,15	-7,29
Higiene Pública	0,00	8 752,68	--	20 623,57	--
Cemitérios	0,00	0,00	--	2 767,50	--
Proteção Civil	296 998,52	304 998,26	2,69	307 108,72	0,69
Serviços Municipais de Protecção Civil	29 068,71	52 912,37	82,03	65 949,51	24,64
Bombeiros	267 929,81	252 085,89	-5,91	241 159,21	-4,33
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	804 589,49	840 578,95	4,47	1 577 539,08	87,67
Água	24 619,70	73 334,69	197,87	84 461,58	15,17
Energia	0,00	6 150,00	--	21 076,05	--
Turismo	114 016,87	309 783,41	171,70	754 232,86	143,47
Feiras e Mercados	8 204,61	1 646,09	--	140 164,71	8415,01
Apoio ao Tecido Empresarial	34 390,25	0,00	--	0,00	--
Outras Ações de Desenvolvimento	617 347,76	429 303,90	-30,46	499 530,21	16,36
Ações de Cooperação com o Exterior	6 010,30	20 360,86	238,77	78 073,67	283,45
Comunicações e Transportes	847 026,96	1 478 869,44	74,60	3 230 493,89	118,44
Rede Viária e Sinalização	676 368,33	1 468 618,68	117,13	3 222 595,76	119,43
Transportes	170 658,63	10 250,76	--	7 898,13	-22,95
Defesa do Meio Ambiente	736 507,15	722 577,41	-1,89	844 362,52	16,85
Parques e Jardins	659 792,05	638 221,55	-3,27	740 125,13	15,97
Proteção Ambiental	76 715,10	84 355,86	9,96	104 237,39	23,57
Freguesias	810 001,44	1 780 254,15	119,78	1 488 241,35	-16,40
Apoio ao Investimento	98 664,95	259 805,73	163,32	634 956,29	144,40
Deleg. de competências - âmbito do Invest.	16 546,58	43 899,88	165,31	0,00	-100,00
Apoio a despesas correntes	65 165,40	65 814,84	1,00	127 939,12	94,39
Deleg. de compet. - âmbito de desp. corr.	629 624,51	1 410 733,70	124,06	725 345,94	-48,58

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

Descrição	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)	uni: Euro
Instalações e Serviços Municipais	682 813,45	911 602,91	33,51	1 189 956,49	30,53	
Edifícios	13 280,53	63 725,70	379,84	155 483,19	143,99	
Medidas de Modernização e Eficiência	597 644,89	739 747,09	23,78	842 558,58	13,90	
Outros investimentos	71 888,03	108 130,12	50,41	191 914,72	77,48	
Total	15 252 816,91	16 640 843,70	9,10	20 803 028,39	25,01	

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano sofreram um aumento em 25% face ao valor ocorrido em 2016. O volume total realizado situou-se ligeiramente superior a 20,8 milhões de euros.

Educação

No decurso de 2017, as despesas realizadas no presente objetivo manifestam uma variação negativa em 9%. O valor global deste objetivo situou-se ligeiramente superior a 2,8 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Atividades de Animação e Apoio à Família;
- Generalização de refeições escolares;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Transporte escolar;
- Aquecimento das escolas;
- Conservação e manutenção de equipamentos educativos;
- Vigilantes das escolas;
- Ação social escolar.

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objetivo evidencia um acréscimo em 11,5%, face ao valor verificado no ano transato, verificando-se aumentos nos programas “Cultura” (+27,1%) e “Desporto e Lazer” (+8,5%), em detrimento de uma diminuição no programa “Património” (-80,6%).

Em termos absolutos o aumento representa uma variação positiva próxima de 182,8 mil euros. O total das despesas inerentes a este objetivo ascendeu a um valor próximo de 1,8 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Programa Cultural;
- Apoios ao investimento concedidos a associações de desporto e lazer, com destaque no apoio ao investimento na sede da ACROM, nos sintéticos de dois clubes desportivos e na aquisição de uma viatura pela Juventude Ouriense;
- Indemnizações compensatórias (preços sociais praticados nas piscinas municipais em equipamentos desportivos municipais e na Galeria e Museu Municipal);
- Locação operacional do espaço afeto à Biblioteca Municipal;
- Programa desportivo e de lazer do município;
- Manutenção de espaços de lazer.

Ação Social

O ano de 2017 registou um decréscimo das despesas verificadas neste objetivo em 42,3%. Neste âmbito, as despesas ascenderam a um montante de 419 mil euros, as quais se reportam, essencialmente, ao contrato de gestão nesta área existente com a empresa municipal OurémViva, à manutenção de instalações de âmbito social, bem como a apoios ao investimento concedidos a Instituições Particulares de Solidariedade Social com destaque para o Centro Social Paroquial de Seiça, Centro Social de Ribeira do Fárrio, Centro Social e Paroquial São João Batista e Centro Social e Paroquial de Rio de Couros.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objetivo denota um aumento, o qual se pautou numa variação positiva em 78,9%, atingindo, este objetivo, um valor na ordem dos 4,3 milhões de euros. Neste contexto, reporta-se o aumento verificado no programa “Planeamento Urbanístico (+20,4%), “Iluminação” (+26,9%) e “Urbanização” (+192%).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Revisão do Plano Diretor Municipal;
- Iluminação Pública (essencialmente, consumos);
- Beneficiações de infraestruturas urbanas em Fátima – Centenário das Aparições;
- Estudos e projetos no âmbito do PEDU;
- Início da empreitada referente à Reabilitação da Av. D. Nuno Álvares Pereira;
- Diversas intervenções de urbanização das cidades e vilas existentes na área do Município.

Saneamento e Salubridade

Este objetivo sofreu um aumento em 1,9%, assinalando um valor de despesas realizadas ligeiramente superior a 2,8 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação de esgotos;
- Exploração e manutenção de ETAR's;
- Recolha, tratamento e transporte de RSU's;
- Limpeza urbana.

Proteção Civil

As despesas inseridas neste objetivo sofreram uma ligeira variação positiva em 0,7%, apresentando um valor total realizado de 307,1 mil euros. Os programas “Serviços Municipais de Proteção Civil” denotaram uma variação positiva em 24,6% em detrimento da variação negativa verificada no objetivo “Bombeiros”, a qual assinala uma quebra em 4,3%.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objetivo, apresenta uma expressiva variação positiva, a qual se situa em 87,7%, reportando um valor total das despesas realizadas próximo de 1,6 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Gestão de espaços promocionais (Ucharia do Conde e Centro de Negócios de Ourém);
- Centenário das aparições (1917-2017);
- Apoio à internacionalização;
- Ações de apoio ao emprego;
- CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) – Quotização e comparticipação do Município nos projetos em que aderiu;
- Monumento ao Emigrante;
- Participação no Fundo de Apoio Municipal;
- Ações de Natal;
- Ações de cooperação com entidades geminadas e territórios congéneres.

Comunicações e Transportes

O ano de 2017 apresentou um acréscimo das despesas afetas a este objetivo em 118,4%. Em termos totais, estas despesas situaram-se num valor próximo ligeiramente superior a 3,2 milhões de euros (variação absoluta em 1,8 milhões de euros face a 2016 e próxima de 2,4 milhões de euros se comparado com 2015)

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Sinalização viária do concelho;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões;
- Beneficiação de diversos caminhos municipais:
 - Reabilitação da Estrada de Casais dos Montes (Olival);
 - Reabilitação da Estrada N.^a Sr.^a da Ortiga (Fátima);
 - ER 356;
 - Diversas outras.

Defesa do Ambiente

As despesas realizadas e inseridas neste objetivo denotam um aumento em 16,8%, para o qual contribuiu um acréscimo verificado no programa “Parques e Jardins” (+16%) e “Proteção Ambiental” (+23,6%). O valor total de despesas realizadas no presente objetivo foi na ordem dos 844,4 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Manutenção de espaços verdes públicos;
- Vigilância de espaços verdes públicos;
- Gabinete Técnico Florestal.

Freguesias

O presente objetivo denota uma quebra em 16,4%. As despesas totais realizadas neste âmbito ascenderam a um montante próximo de 1,5 milhões de euros.

Neste contexto, importa destacar a delegação de competências, resultante do contrato interadministrativo estabelecido com as Freguesias no âmbito da rede viária municipal e os apoios ao investimento concedidos, essencialmente no âmbito de casas mortuárias e cemitérios.

Instalações e Serviços Municipais

O ano de 2017 assinala um aumento nas despesas realizadas adjacentes a este objetivo (+30,5%). Estas despesas totalizaram um valor na ordem de 1,2 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Aquisição de equipamento informático;
- Honorários para patrocínio judicial e pareceres;
- Promoção e imagem do Município;
- Vigilância e segurança dos edifícios municipais;
- Limpeza dos edifícios municipais;
- Medicina do trabalho.

3.3.2 Estrutura das GOP's

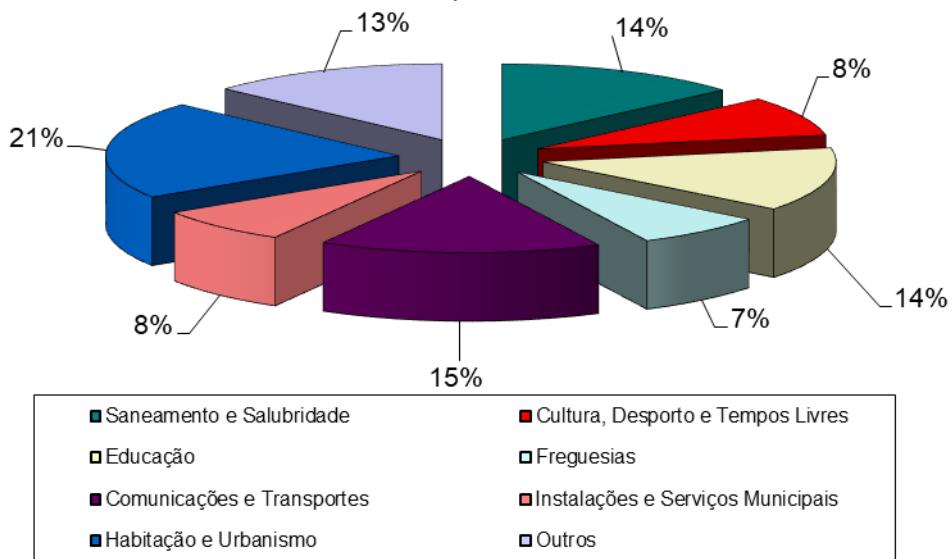
Conforme decorre da leitura do quadro e do gráfico apresentado na página seguinte, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's, no ano de 2017, reporta-se ao objetivo “Habitação e Urbanismo” com um peso no cômputo das despesas em GOP's de 20,9%.

Importa ainda destacar os objetivos “Comunicações e Transporte”, “Educação”, e “Saneamento e Salubridade”, tendo um peso de, respetivamente, 15,5%, 13,5% e 13,5%.

Quadro – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

Descrição	2017	Uni:Euro	Peso (%)
Educação	2 815 225,84	13,53	
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1 768 528,68	8,50	
Ação Social	419 000,59	2,01	
Habitação e Urbanismo	4 339 389,44	20,86	
Saneamento e Salubridade	2 823 181,79	13,57	
Proteção Civil	307 108,72	1,48	
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	1 577 539,08	7,58	
Comunicações e Transportes	3 230 493,89	15,53	
Defesa do Ambiente	844 362,52	4,06	
Freguesias	1 488 241,35	7,15	
Instalações e Serviços Municipais	1 189 956,49	5,72	
Total	20 803 028,39	100,00	

Gráfico - Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's



3.4 Evolução da execução orçamental

3.4.1 Orçamento da Receita

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

Descrição	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
<i>(ótica das liquidações)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	100,87	107,17	6,25	108,77	1,50
G.E.O.R (Capital)	233,61	221,52	-5,18	96,76	-56,32
G.E.O.R. (Total)	116,52	119,45	2,51	105,25	-11,89
<i>(ótica das cobranças líquidas)^a</i>					
G.E.O.R (Corrente)	93,74	102,66	9,52	104,23	1,53
G.E.O.R (Capital)	89,10	79,78	-10,46	39,11	-50,98
G.E.O.R. (Total)	93,42	99,85	6,88	89,23	-10,64

^{a)} considera os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições

O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada líquida (ótica das cobranças líquidas) na qual se consideram os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições e da receita liquidada (ótica das liquidações), ambos os fatores comparativamente ao valor total previsto no orçamento da receita num determinado ano económico.

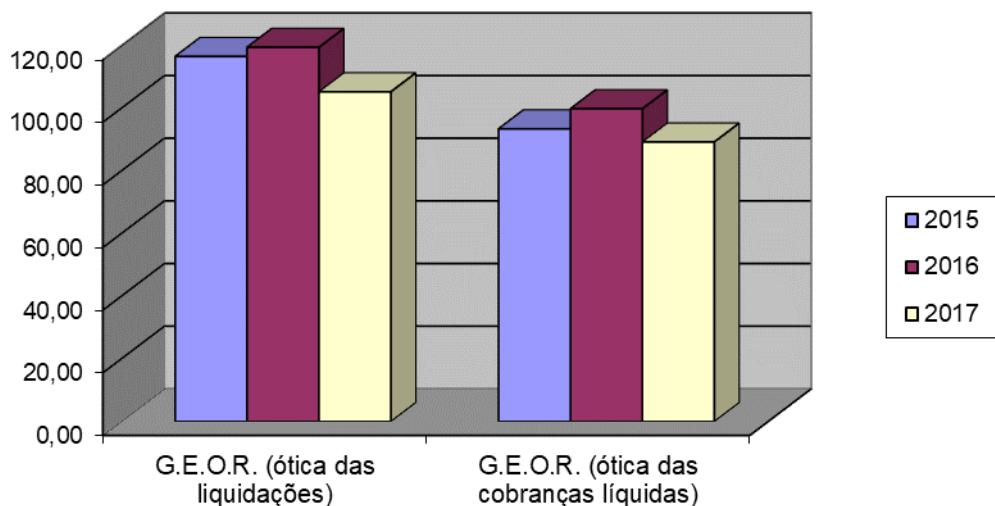
Na ótica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita obtido foi na ordem dos 105,3%, sofrendo uma variação negativa em 14,2 p.b. face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente, na ótica das liquidações, foi próximo de 108,8% e de capital, na mesma ótica, situou-se em 96,8%,

Na ótica das cobranças, o grau de execução orçamental situou-se nos 89,2%, tendo observado uma variação negativa em 10,6p.b. face ao grau obtido no ano anterior, o qual havia sido o melhor registo em todo o período comparável (desde 2002).

Importa realçar que, face ao valor obtido, o Município de Ourém superou a meta definida no n.^º 3 do artigo 56.^º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a qual promove

alertas precoces para a DGAL, para o membro do Governo responsável pela área das finanças e ainda para os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, sempre que a autarquia registar em dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85%.

Gráfico - Grau de Execução do Orçamento da Receita



3.4.2 Orçamento da Despesa

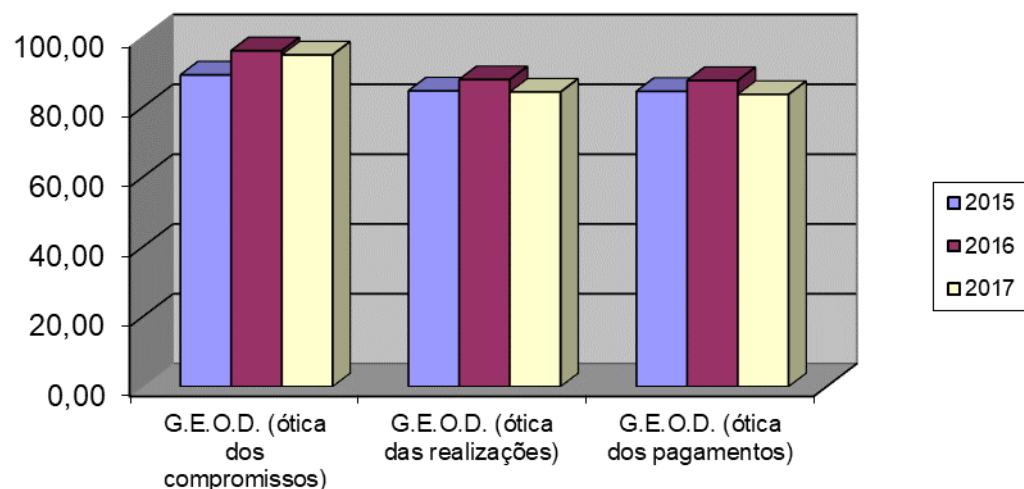
O grau de execução orçamental da despesa visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Os graus de execução referidos denotam, variações negativas em todas as óticas apresentadas. Na ótica dos compromissos, o grau de execução orçamental foi de 95%. Na ótica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado demonstra que se executaram 84,4% das despesas previstas. Na ótica dos pagamentos, o grau de execução situou-se nos 83,7%.

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Descrição	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	92,39	97,31	5,32	94,86	-2,52
G.E.O.D (Capital)	83,68	93,85	12,16	95,29	1,54
G.E.O.D. (Total)	89,28	96,23	7,78	95,03	-1,25
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	88,99	90,84	2,08	87,56	-3,61
G.E.O.D (Capital)	77,02	81,58	5,92	79,16	-2,97
G.E.O.D. (Total)	84,72	87,94	3,80	84,39	-4,04
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	88,77	90,68	2,15	86,71	-4,39
G.E.O.D (Capital)	77,02	81,12	5,32	78,76	-2,91
G.E.O.D. (Total)	84,58	87,69	3,68	83,71	-4,54

Gráfico - Evolução do Grau de Execução do Orçamento da Despesa



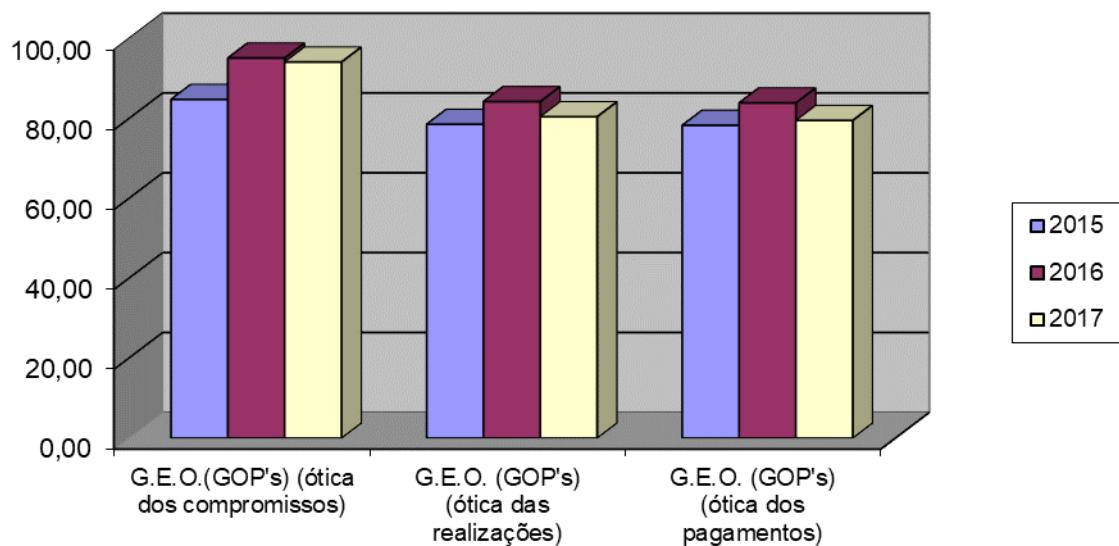
3.4.3 Grandes Opções do Plano

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Descrição	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	84,84	95,21	12,22	94,21	-1,05
G.E.O. (PPI)	75,64	90,95	20,24	94,82	4,26
G.E.O. (AMR's)	88,92	96,71	8,76	93,86	-2,95
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	78,61	84,31	7,25	80,51	-4,51
G.E.O. (PPI)	62,98	68,03	8,02	73,10	7,46
G.E.O. (AMR's)	85,53	90,04	5,27	84,77	-5,85
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	78,35	83,97	7,17	79,58	-5,23
G.E.O. (PPI)	62,98	67,08	6,51	72,75	8,46
G.E.O. (AMR's)	85,15	89,91	5,59	83,51	-7,11

Gráfico - Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Atividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

Na ótica dos compromissos, na ótica das realizações e na ótica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi, respetivamente, de 94,2%, 80,5% e 79,6%.

No que concerne ao PPI, este apresenta um grau de execução orçamental na ótica das realizações de 73,1% e dos pagamentos de 72,8%.

As AMR's apresentam um grau de execução orçamental, na ótica das realizações de 84,8% e na ótica dos pagamentos de 83,5%.

3.5 Compromissos assumidos para anos seguintes

Quadro – Mapa resumo dos compromissos assumidos⁹

uni: euro

Ano	Montantes
2018	8 383 822,37
2019	2 247 562,73
2020	2 044 363,58
Seguintes	3 728 422,69
TOTAL	16 404 171,37

⁹ Compromissos assumidos ainda sem realização, pelo que ainda não conferem dívida, com exceção do que respeita a empréstimos de médio longo prazo já contraídos

No término do ano económico em relato, verificava-se a existência de um total de 16,4 milhões de euros de compromissos.

Do montante reportado, e de acordo com os contratos assumidos, e face à sua potencial realização, os encargos irão incidir, essencialmente, no ano económico de 2018 (8,4 milhões euros).

Note-se que os compromissos assumidos, com exceção do que se reporta a empréstimos de médio longo prazo, não se reportam a dívida a terceiros, mas somente a atos assumidos perante terceiros, os quais apenas após cumprimento pela outra parte interveniente, do contratualmente estabelecido, se podem constituir como uma dívida municipal.

3.6 Evolução dos resultados orçamentais

3.6.1 Resultado corrente

Quadro – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

Descrição	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	28 959 742,44	28 987 450,07	0,10	29 548 421,59	1,94
Despesas correntes realizadas	19 087 379,49	21 136 406,37	10,73	22 034 663,71	4,25
Resultado Corrente	9 872 362,95	7 851 043,70	-20,47	7 513 757,88	-4,30
Nota Orçamental	poupança corrente	poupança corrente		poupança corrente	

O ano de 2017 evidencia a ocorrência de um superavit corrente ligeiramente superior a 7,5 milhões de euros, ou seja, as receitas correntes liquidadas foram superiores às despesas correntes realizadas, permitindo a ocorrência de uma poupança corrente.

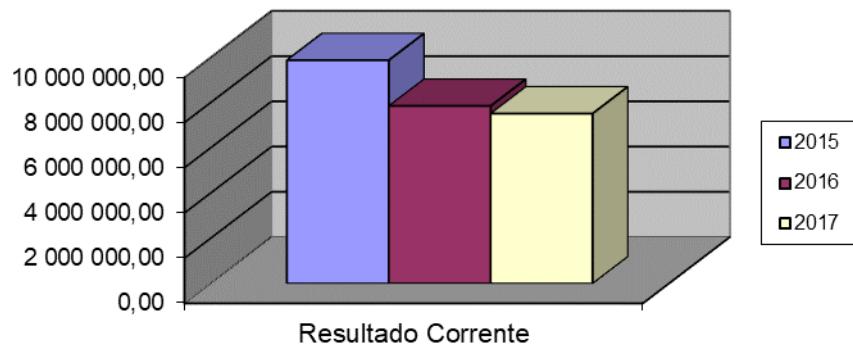
Contudo, importa observar dois fatores que influenciam a análise ao valor disposto e que contextualizam uma análise mais efetiva ao resultado apresentado.

O primeiro fator reporta-se às receitas liquidadas e às despesas realizadas que transitam de ano económico e que, deste modo, têm uma influência direta no resultado apurado.

Consequentemente, tendo por referência a influência decorrente do primeiro fator enunciado e extraíndo a sua influência do apuramento do resultado em análise, verifica-se que o resultado corrente se situa na ordem dos 6,3 milhões de euros, manifestando uma variação absoluta positiva próxima de 480,9 mil euros, face ao valor apurado para o ano económico de 2016 (na ordem dos 5,8 milhões de euros).

Como segundo fator, salienta-se ainda o impacto da despesa corrente inerente à aquisição de matérias-primas, a qual ascendeu a 147 mil euros, na medida em que as referidas despesas são transformadas em investimento, através da execução de obras por administração direta.

Gráfico - Evolução dos Resultados Correntes



Quadro – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do ano anterior a preços correntes

Descrição	2015	2016	var. (%)	uni: Euro	
				2017	var. (%)
Resultado corrente obtido	9 872 362,95	7 851 043,70	-20,47	7 513 757,88	-4,30
Receitas liquidadas correntes que transitaram de ano	1 970 533,61	2 047 569,17	3,91	1 218 780,12	-40,48
Despesas realizadas correntes que transitaram de ano	19 603,16	46 283,21	136,10	35 660,17	-22,95
Resultado orçamental corrente, excluindo o impacto derivado do ano anterior	7 921 432,50	5 849 757,74	-26,15	6 330 637,93	8,22

3.6.2 Resultado orçamental

Quadro – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

Descrição	2015	2016	var. (%)	uni: Euro	
				2017	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	38 862 725,59	40 448 871,06	4,08	42 523 209,11	5,13
Total das Despesas Realizadas	28 255 463,98	29 779 186,02	5,39	34 097 926,03	14,50
Resultado Orçamental	10 607 261,61	10 669 685,04	0,59	8 425 283,08	-21,04
Nota Orçamental	Superávit Orçamental	Superávit Orçamental		Superávit Orçamental	

O ano de 2017 regista um superavit orçamental ligeiramente superior a 8,4 milhões de euros. Em termos de representatividade, o superavit ocorrido significa 19,8% do total das receitas liquidadas e 24,7% das despesas realizadas.

Importa, contudo, considerar o efeito resultante da alienação de terrenos relativos aos complexos desportivos de Ourém e Fátima, à entidade Maisourém, S.A. (entidade na qual o Município participa em 49% do capital), no âmbito do desenvolvimento de uma parceria público-privada, cujo montante ascende a 4,8 milhões de euros.

Quadro – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do ano anterior a p.c.

Descrição	2015	2016	var. (%)	uni: Euro	
				2017	var. (%)
Resultado orçamental obtido	10 607 261,61	10 669 685,04	0,59	8 425 283,08	-21,04
Receitas liquidadas que transitaram de ano	7 466 948,05	7 706 193,87	3,20	6 636 134,35	-13,89
Despesas realizadas que transitaram de ano	20 893,20	46 283,21	121,52	84 576,79	82,74
Resultado orçamental, excluindo o impacto derivado do ano anterior	3 161 206,76	3 009 774,38	-4,79	1 873 725,52	-37,75

Excluindo o impacto decorrente das receitas liquidadas e das despesas realizadas que transitam de ano económico, verificou-se a ocorrência de um resultado orçamental próximo de 1,9 milhões de euros.

4. Fontes de Financiamento

4.1 Receitas Próprias

4.1.1 Estrutura das Receitas Próprias

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

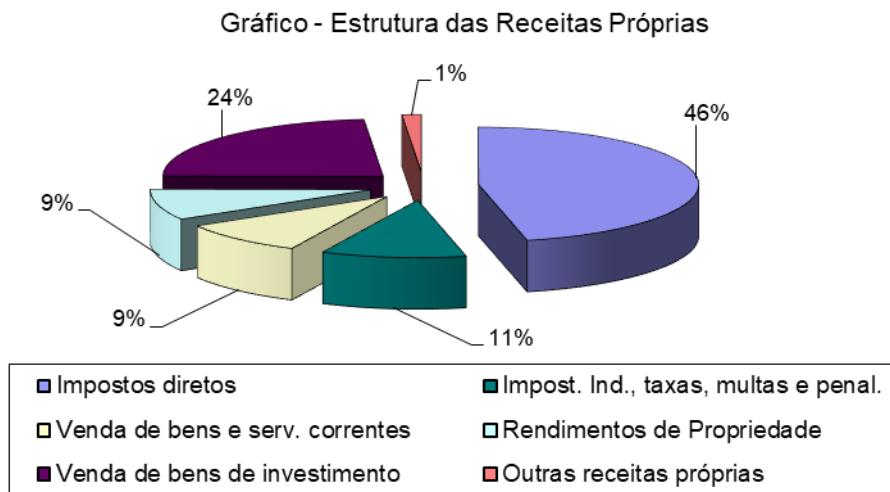
A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia em gerar, localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objetivos propostos.



O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município representam 49% das receitas totais. Será ainda de referir que o valor apresentado denota uma deterioração deste indicador em 1 p.b, face ao valor obtido no ano anterior.

Os impostos diretos, onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 46%, seguidos da venda de bens de investimento (24%).

Os impostos indiretos, taxas, multas e penalidades representam 11% do total das receitas próprias. As vendas de bens e serviços corrente e os rendimentos de propriedade representam igualmente 9% do total das receitas próprias.



4.1.2 Evolução das Receitas Próprias

Quadro – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

Receitas Próprias	2015	2016	var. (%)	uni: Euro	
				2017	var. (%)
Total	20 416 853,26	20 298 387,39	-0,58	20 842 067,03	2,68

Em 2017, as receitas próprias assinalam um valor ligeiramente superior a 20,8 milhões de euros, denunciando uma variação positiva na ordem dos 2,7% face ao volume verificado no ano anterior.

4.1.3 Indicadores

Através da análise dos indicadores seguidamente expostos, podemos verificar que as receitas próprias diminuíram a sua representatividade nas receitas totais em 2,3%. O grau de cobertura das despesas pelas receitas próprias é de 61%. As receitas próprias, *per capita*, foram na ordem dos 465,73 euros (+3,3%), e, por Km², de 50.028,97 euros (+2,7%).

Quadro – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,53	0,50	-4,48	0,49	-2,33
Receitas Próprias / Despesa Total	0,72	0,68	-5,67	0,61	-10,33
Receitas Próprias por Km2	49 008,29 €	48 723,93 €	-0,58	50 028,97 €	2,68
Receitas Próprias <i>per capita</i>	452,43 €	450,70 €	-0,38	465,73 €	3,33

4.2 Outros Financiamentos

4.2.1 Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico apresentado, em 2017, o maior recurso financeiro relativo aos “Outros Financiamentos”, provém da participação do município nos impostos do Estado (54%), das outras transferências (19%) e do saldo da gerência anterior (19%). De salientar que o recurso ao crédito representou 7% do total destas receitas (influência do crédito de curto prazo, cujo impacto orçamental é de efeito nulo).

Os fundos comunitários apenas representaram 1% do total dos outros financiamentos.

4.2.2 Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

Outros Financiamentos	2015	2016	var. (%)	uni: Euro	
				2017	var. (%)
Total	18 445 872,33	20 150 483,67	9,24	21 681 142,08	7,60

Os “Outros Financiamentos” manifestam um aumento na ordem dos 7,6%, sendo o volume total verificado, em 2017, próximo de 21,7 milhões de euros.

4.2.3 Participação do Município nos Impostos do Estado

No decurso de 2017, a participação dos municípios nos impostos do Estado consubstanciou-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento, sendo a sua distribuição efetuada tendo por base os seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão direta da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente nas Regiões Autónomas ponderada pelo fator 1,3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:
 - os primeiros 5000 habitantes – 3;
 - de 5001 a 10000 habitantes – 1;
 - de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;
 - de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;
 - de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
 - > 80000 – 1.

- 25% na razão direta da área ponderada por um fator relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou
- 20% na razão direta da área ponderada por um fator de amplitude altimétrica do município e 10% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afeto à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, sendo a sua repartição anual pelos municípios estabelecida, de acordo com os seguintes indicadores:

- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
 - 4% na razão direta do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
 - 12% na razão direta do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;
 - 19% na razão direta do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:

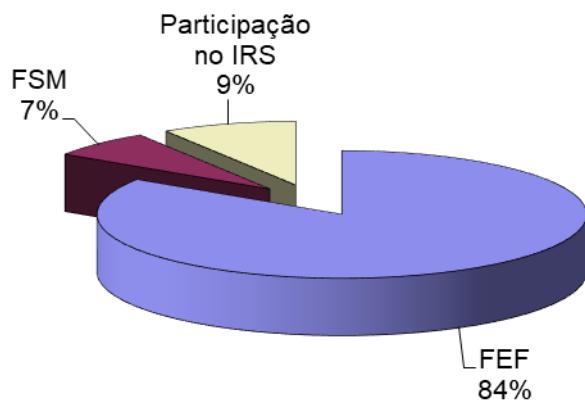
- 10,5% na razão direta do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;
- 22% na razão direta do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, estabelecimentos de educação pré-escolar, equipamentos na área dos idosos, designadamente estruturas residenciais e centros de dia e programas de ação social de cada município:
 - 5% na razão direta do número de inscritos em programas de apoio à toxicodependência e de inclusão social;
 - 12,5% na razão direta do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
 - 15% na razão direta do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial e uma participação variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com a deliberação do órgão deliberativo do município. Neste contexto, o Município de Ourém deliberou manter a participação de 5%.

4.2.3.1 Estrutura dos Fundos Municipais

O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que representa cerca de 84% do total dos três fundos. O Fundo Social Municipal, o qual é um financiamento consignado a algumas despesas no âmbito da educação, saúde e ação social, constitui 7% dos fundos municipais, cabendo os restantes 9% à participação no IRS.

Gráfico - Estrutura dos Fundos Municipais



4.2.3.2 Evolução dos Fundos Municipais

Quadro – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

Descrição dos Fundos Municipais	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)	uni: Euro
FEF	9 347 520,00	9 479 145,00	1,41	9 884 577,00	4,28	
FSM	808 796,00	808 796,00	0,00	808 796,00	0,00	
Participação no IRS	1 116 333,00	1 123 049,00	0,60	1 045 963,00	-6,86	
Total	11 272 649,00	11 410 990,00	1,23	11 739 336,00	2,88	

Por observação do quadro acima exposto verifica-se que o FEF sofreu um aumento em 4,2% e a participação no IRS uma quebra de 6,9%. Já no que concerne ao FSM, verificou-se uma estagnação do valor obtido.

No conjunto, estas receitas observam um acréscimo em 2,9%, significando uma variação absoluta positiva em 328,3 mil euros.

4.2.4 Cooperação Técnica e Financeira

Cooperação Técnica e Financeira	2015	2016	var. (%)	uni: Euro	
				2017	var. (%)
Total	0,00	0,00	--	769 600,55	--

Em 2017, verificaram-se receitas de 769,9 mil euros neste capítulo, resultantes de protocolo estabelecido com a Administração Central para beneficiação de infraestruturas em Fátima, no âmbito do Centenário das Aparições.

4.2.5 Fundos Comunitários

Quadro – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

Fundos Comunitários	2015	2016	var. (%)	uni: Euro	
				2017	var. (%)
Total	1 265 465,22	779 937,82	-38,37	198 929,09	-74,49

No decurso de 2017, verificou-se uma diminuição das receitas relativas a fundos comunitários em 74,5%. Estas receitas situaram-se num valor próximo de 198,9 mil euros, denotando uma quebra ligeiramente superior a 581 mil euros.

4.2.6 Endividamento Municipal

4.2.6.1 Curto Prazo

Em 2017 utilizou-se um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo esse valor sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, nomeadamente refletindo igual valor, quer no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, este empréstimo acaba por apresentar um efeito nulo.

4.2.6.2 Médio e Longo Prazo

Em 2017, tal como nos anos anteriores, não se obteve qualquer receita inerente a empréstimos de médio e longo prazo.

4.2.7 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,47	0,50	4,96	0,51	2,35
Outros Financ. / Despesa Total	0,65	0,68	3,65	0,64	-6,03
Outros Financiamentos por Km2	44 277,18 €	48 368,90 €	9,24	52 043,07 €	7,60
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	408,75 €	447,42 €	9,46	484,48 €	8,28
Fundos Municipais / Receita Total	0,29	0,28	-2,74	0,28	-2,14
Fundos Municipais / Despesa Total	0,40	0,38	-3,95	0,34	-10,15
Fundos Municipais por Km2	27 058,69 €	27 390,76 €	1,23	28 178,92 €	2,88
Fundos Municipais <i>per capita</i>	249,80 €	253,37 €	1,43	262,33 €	3,53
Coop. Tén. Financ. / Receita Total	0,00	0,00	--	0,02	--
Coop. Tén. Financ. / Despesa Total	0,00	0,00	--	0,02	--
Coop. Tén. Financeira por Km2	0,00 €	0,00 €	--	1 847,34 €	--
Coop. Tén. Financeira <i>per capita</i>	0,00 €	0,00 €	--	17,20 €	--
Fundos Comunitários / Receita Total	0,03	0,02	-40,78	0,00	-75,74
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,04	0,03	-41,52	0,01	-77,72
Fundos Comunitários por Km2	3 037,60 €	1 872,15 €	-38,37	477,51 €	-74,49
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	28,04 €	17,32 €	-38,24	4,45 €	-74,33
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos m.l.p. / Despesa Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos m.l.p por Km2	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--

O quadro que se apresentou na página anterior permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita aumentou cerca de 2,4%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 64% das despesas totais realizadas em 2017. Os

outros financiamentos, *per capita*, foram na ordem dos 484,48 euros e, por Km², de 52.043,07 euros.

Em 2017, os fundos municipais representaram 28% do total das receitas e cobriram 34% das despesas totais realizadas. Estas receitas significaram, *per capita*, um valor de 262,33 euros e, por Km², de 28.178,92 euros.

Será de salientar que os fundos comunitários significaram apenas 1% do total das despesas realizadas, tendo sido obtido um valor de financiamento, *per capita*, de 17,32 euros.

5. Aplicação dos Recursos Financeiros

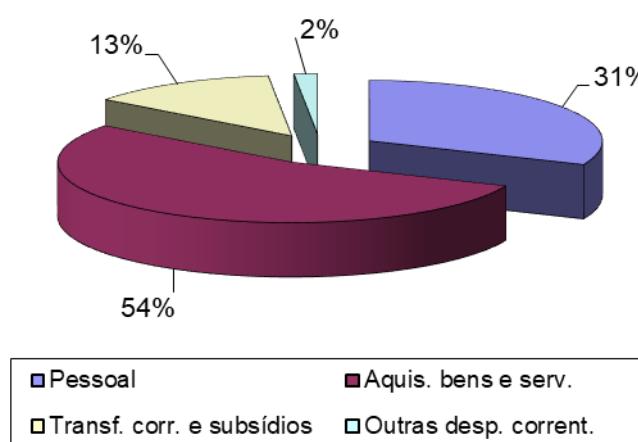
5.1 Despesas de Funcionamento

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projetos por administração direta que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas na conta residual, designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 Estrutura das despesas de funcionamento

Gráfico - Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2017 reporta-se a despesas com a aquisição

de bens e serviços (54%) e às despesas com pessoal (31%). De salientar ainda as despesas com a transferências correntes e subsídios, as quais representam 13% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 Evolução das despesas de funcionamento

Quadro – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

Despesas de Funcionamento	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)	uni: Euro
						Total
						18 783 309,10

As despesas de funcionamento sofreram um aumento em 4,1%, (note-se que a variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor se situou em 1,6% no decurso de 2017).

5.1.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,65	0,73	11,83	0,74	2,16
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,98	0,99	1,08	0,99	-0,11
Desp. Func. / Despesas Totais	0,66	0,71	6,21	0,64	-9,06
Despesas de Funcionamento por Km ²	45 087,16 €	50 467,87 €	11,93	52 553,44 €	4,13
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	416,23 €	466,84 €	12,16	489,24 €	4,80

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento registou um acréscimo em 2,2%. No ano em análise, estas despesas representam 64% das despesas totais. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram na ordem dos 489,24 euros, e, por Km², de 52.553,44 euros.

5.2 Despesas com pessoal

5.2.1 Evolução das despesas com pessoal

Quadro – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

Despesas com Pessoal	2015	2016	var. (%)	uni: Euro	
				2017	var. (%)
Total	6 659 614,20	6 684 462,98	0,37	6 886 374,95	3,02

Estas despesas sofreram uma variação em 3%, assinalando uma variação absoluta positiva em 201,9 mil euros.

5.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,23	0,23	0,28	0,23	1,06
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,35	0,32	-9,36	0,31	-1,18
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,24	0,22	-4,76	0,20	-10,03
Despesas de Pessoal por Km ²	15 985,63 €	16 045,28 €	0,37	16 529,94 €	3,02
Despesas de Pessoal per capita	147,57 €	148,42 €	0,57	153,88 €	3,68

As despesas com pessoal consumiram 23% das receitas correntes liquidadas. A representatividade das despesas com pessoal, no total das despesas, foi de 20% e significou *per capita*, um valor na ordem dos 153,88 euros e por Km² de 16.529,94 euros.

5.3 Aquisição de bens e serviços

5.3.1 Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços

Quadro – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2015	2016	var. (%)	2017	uni: Euro
					var. (%)
Total	9 998 085,71	10 306 635,66	3,09	11 787 947,54	14,37

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se um acréscimo destas, face ao ano anterior, em 14,4%, tendo atingido um valor ligeiramente superior a 11,8 milhões de euros.

5.3.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,35	0,36	2,99	0,40	12,20
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,52	0,49	-6,91	0,53	9,71
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,35	0,35	-2,19	0,35	-0,11
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	23 999,25 €	24 739,88 €	3,09	28 295,60 €	14,37
Despesas c/Aquis. B.S. per capita	221,55 €	228,85 €	3,29	263,41 €	15,10

Em 2017, 40% das receitas correntes foram afetas às despesas com a aquisição de bens e serviços, valor que significa um aumento deste fator em 12,2%. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi, respetivamente, de 53% e 35%. As despesas com a aquisição de bens e serviços, *per capita*, foram de 263,41 euros e, por Km², de 28.295,60 euros.

5.4 Serviço da dívida

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da atividade municipal, no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 Evolução do serviço da dívida

Quadro – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

Serviço da Dívida	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)	uni: Euro
Total	4 598 572,52	3 833 015,18	-16,65	3 634 358,23	-5,18	
(excluindo a amortização do empr. de curto prazo)	3 098 168,85	2 332 888,35	-24,70	2 134 358,23	-8,51	

Estas despesas sofreram uma quebra em 5,2%. Importa ter em consideração que este volume de despesa se encontra influenciado pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo o mencionado fator de influência (empréstimo a curto prazo), o qual assume um efeito nulo no âmbito orçamental (relação receita/despesa), estas despesas apresentam um decréscimo em 8,5%.

5.4.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,08	0,06	-27,65	0,05	-12,97
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,11	0,08	-28,55	0,06	-20,10
Serviço da Dívida por Km2	7 436,80 €	5 599,83 €	-24,70	5 123,28 €	-8,51
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	68,65 €	51,80 €	-24,55	47,69 €	-7,93

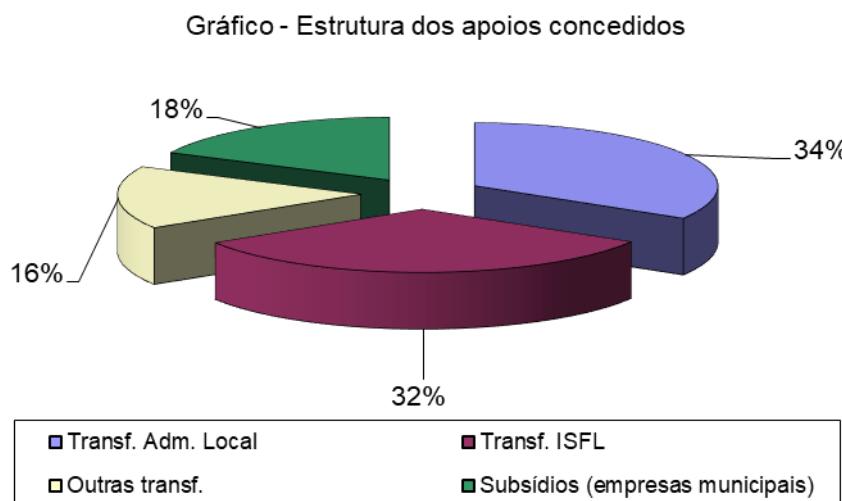
Nos indicadores acima expostos, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

Deste modo, o serviço da dívida representa 5% das receitas totais e absorve 6% do cômputo das despesas. As despesas com o serviço da dívida, *per capita*, foram de 47,69 euros e, por Km², de 5.123,28 euros.

5.5 Apoios concedidos a terceiros

5.5.1 Estrutura dos apoios concedidos a terceiros

Aproximadamente 34% dos apoios concedidos são respeitantes a verbas cedidas à Administração Local (essencialmente, freguesias) e 32% referentes aos apoios concedidos às instituições sem fins lucrativos. Note-se o peso relevante dos subsídios a empresas municipais, essencialmente pela prática de preços sociais (18%).



5.5.2 Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Quadro – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

Apoios Concedidos	2015	2016	var. (%)	2017		var. (%)
Total	2 646 475,15	4 534 537,86	71,34	4 309 497,19	-4,96	

No decurso de 2017, os apoios concedidos a terceiros significaram um valor na ordem dos 4,3 milhões de euros, denotando uma variação negativa em 5%, face ao valor verificado no ano anterior.

5.5.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,07	0,11	64,62	0,10	-9,60
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,09	0,15	62,58	0,13	-17,00
Apoios concedidos por Km2	6 352,56 €	10 884,63 €	71,34	10 344,45 €	-4,96
Apoios concedidos <i>per capita</i>	58,65 €	100,68 €	71,68	96,30 €	-4,36

Os apoios concedidos afetam cerca de 10% das receitas totais, significam 13% do somatório das despesas realizadas totais e uma captação por habitante de 96,30 euros.

5.6 Investimento Municipal

5.6.1 Investimento direto

5.6.1.1 Evolução do investimento direto

Quadro – Evolução do Investimento Direto Municipal a preços correntes

Investimento Direto Municipal	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)	uni: Euro
Total	3 750 303,00	3 497 043,13	-6,75	6 905 256,68	97,46	

O período em análise evidencia um substancial acréscimo do volume de investimento direto municipal em 97,5%, tendo o montante realizado ascendido a um valor ligeiramente superior a 6,9 milhões de euros.

5.6.1.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Investimento Direto / Receitas Totais	0,10	0,09	-10,41	0,16	87,83
Investimento Direto / Despesas Totais	0,13	0,12	-11,52	0,20	72,45
Investimento Direto por Km2	9 002,17 €	8 394,25 €	-6,75	16 575,27 €	97,46
Investimento Direto <i>per capita</i>	83,11 €	77,65 €	-6,57	154,30 €	98,72

Em 2017 o investimento direto municipal realizado absorveu 16% das receitas totais e significou 20% das despesas totais. O volume de investimentos diretos, *per capita*, foi de 154,30 euros e, por Km², de 16.575,27 euros.

5.6.2 Investimento total (direto e indireto)

Nesta análise, considerar-se-á como investimento do município não só o investimento por este realizado, denominado por investimento direto, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 Evolução do investimento total

Quadro – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indireto) a preços correntes

Investimento Total Municipal	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)	uni: Euro
Total	4 653 523,36	4 701 196,63	1,02	8 349 746,05	77,61	

O investimento direto total reporta um aumento em 77,6% e representa um volume ligeiramente superior a 8,3 milhões de euros.

5.6.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (direto e indireto)

Indicadores	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,12	0,12	-2,94	0,20	68,94
Investimento Total / Despesas Totais	0,16	0,16	-4,14	0,24	55,11
Investimento Total por Km2	11 170,24 €	11 284,68 €	1,02	20 042,60 €	77,61
Investimento Total <i>per capita</i>	103,12 €	104,39 €	1,23	186,58 €	78,74

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento situou-se nos 20%, registando um aumento em 68,9%, face ao ano anterior. No ano em análise, estas despesas representaram 24% das despesas totais. A captação das despesas de investimento municipal total foi na ordem dos 186,58 euros, e por Km², de 20.042,60 euros.

5.6.3 O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento

Através da análise efetuada ao quadro que se apresenta na página seguinte, verifica-se que, no ano de 2017, as fontes de financiamento de capital foram superiores ao investimento total, em aproximadamente 8 milhões.

Para esta circunstância contribuiu, nomeadamente, a poupança corrente verificada, a qual se situou na ordem dos 7,5 milhões de euros.

Quadro – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

uni:
Euro

Designação	2015	Peso (%)	2016	Peso (%)	2017	Peso (%)
Investimento Total a)	4 653 523,36	--	4 701 196,63	--	8 349 746,05	--
Receitas de Capital (1)	9 147 621,47	48,09	8 466 301,68	51,89	8 788 921,00	53,91
Venda de Bens de Investimento	4 823 050,00	25,36	4 801 500,00	29,43	4 896 551,66	30,04
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	934 752,00	4,91	947 914,00	5,81	988 458,00	6,06
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	769 600,55	4,72
Fundos Comunitários (Capital)	1 263 560,02	6,64	776 198,87	4,76	198 929,09	1,22
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso ao Crédito	1 500 000,00	7,89	1 500 000,00	9,19	1 500 000,00	9,20
Outras Receitas de Capital	626 259,45	3,29	440 688,81	2,70	435 381,70	2,67
Poupança Corrente (2)	9 872 362,95	51,91	7 851 043,70	48,11	7 513 757,88	46,09
Total das Fontes de Financiamento (b)	19 019 984,42	--	16 317 345,38	--	16 302 678,88	--
Fontes de Financiamento / Investimento	4,09	--	3,47	--	1,95	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	14 366 461,06		11 616 148,75		7 952 932,83	

a) Investimento direto e indireto

b) (1) + (2)

6. Cumprimentos legais na despesa

6.1 Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal

Neste âmbito importa observar as limitações impostas pela LOE/2017 (Lei 42/2016), de 28 de dezembro, particularmente o disposto no artigo 48º.

Deste modo, os municípios que se encontrem em situação de saneamento financeiro, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, é aplicável o artigo 48.º da LOE/2017, o qual estabelece um notório controlo ao recrutamento de trabalhadores, permitindo o seu recrutamento excepcional, condicionado à observância de um conjunto de pressupostos cumulativos, designadamente que não induza um aumento da despesa com pessoal verificada em 31 de dezembro 2016.

Já no que concerne aos municípios que não se encontrem em situação de saneamento financeiro (circunstância aplicável ao Município de Ourém), aplicam-se os princípios gerais subjacentes à Lei 73/2013, no que diz respeito às regras do equilíbrio, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais.

Complementarmente, será relevante considerar as metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro, definidas ao abrigo do PAEL e que serão monitorizadas e expostas em ponto próprio (vide capítulo 9 do presente documento).

Observando o quadro que se expõe na página seguinte, verifica-se que, após imputação das diversas variáveis a considerar neste âmbito, o Município de Ourém apresenta um encargo com as despesas decorrentes de pessoal, superior ao volume existente no início do PAEL (2012), em 602,2 mil euros, denotando um aumento em 357,6 mil euros face ao volume líquido registado no ano anterior.

Quadro – Despesas com pessoal

		(2012)	2015	2016	2017
		(Acumulado)	(Acumulado)	(Acumulado)	(Acumulado)
(A)	Despesas com pessoal (capítulo 01)	6 386 549,87 €	6 659 614,20 €	6 684 462,98 €	6 886 374,95 €
(B)	Aquisição de serviços (rubrica 02.02, referentes a pessoas singulares - NIF iniciado por 1 ou por 2)	86 689,74 €	60 103,51 €	63 938,29 €	118 054,26 €
(C)	Subtotal(C) = (A)+(B)	6 473 239,61 €	6 719 717,71 €	6 748 401,27 €	7 004 429,21 €
Impactos a excluir					
(D)	Despesas com pessoal resultantes da contratualização de competências a administração central na administração local (MEC)	2 154 083,77 €	2 246 217,39 €	2 132 085,86 €	2 030 505,03 €
(E)	Reposição da redução remuneratória*	--	16 300,00 €	52 600,00 €	52 600,00 €
(F)	Decisão legislativa ou judicial	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(G)	Processos de dissolução e da internalização de atividades do município	0,00 €	31 856,03 €	0,00 €	0,00 €
(H)	Despesas no âmbito do atendimento digital assistido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(I)	Subtotal (I) = (D)+(E)+(F)+(G)+(H)	2 154 083,77 €	2 294 373,42 €	2 184 685,86 €	2 083 105,03 €
(J)	TOTAL (J) = (C) - (I)	4 319 155,84 €	4 425 344,29 €	4 563 715,41 €	4 921 324,18 €
Variação face ao ano de início do PAF (Plano de Ajustamento Financeiro), ou seja, 2012					602 168,34 €
Variação face ao ano anterior					357 608,77

* Considerado o impacto de 2016, pois em 2017 não se registaram alterações neste âmbito

6.2 Cumprimento dos limites de endividamento

A Lei das Finanças Locais (revogada pela Lei 73/2013 de 3 de setembro, a qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014) estabelece princípios orientadores em matéria de endividamento autárquico, redefinindo quer o conceito de endividamento, quer o modelo de apuramento dos limites, destacando-se, neste âmbito:

- Artigo 52.º – Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º da Lei 73/2013, definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. Deste modo, as entidades que relevam são:

- Os serviços municipais e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresariais do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifiquem, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção por parte do município, pelo montante total.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no artigo 52.º da Lei 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (artigo 58.º) e em situação de rutura financeira (artigo 61.º)

6.2.1 Endividamento líquido – SEC/2010

Quadro – Síntese do endividamento líquido municipal à data de 31/12/2017

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	8 468 159,34	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	0,00	(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2. Ativos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos* (1)
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (1)
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	3 071 278,73	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	5 396 880,61	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	0,00	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)

O montante de endividamento líquido municipal, cujo conceito é transposto no SEC2010 é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de

endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o setor empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

O endividamento líquido, apurado nos termos do SEC 2010, considerando que 3,1 M€ do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo estão excecionados dos limites, resulta num endividamento líquido de 0, decorrente da circunstância dos ativos financeiros superarem os passivos financeiros, após exclusão do capital em dívida excecionado.

6.2.2 Endividamento de curto prazo

Nos termos do artigo 50.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de curto prazo são contraídos para acorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

A legislação aplicável não reporta qualquer limite ao montante permitido contratualizar com instituições financeiras, contribuindo para tal circunstância, o condicionalismo deste empréstimo se amortizar no ano económico da sua constituição, pelo que não consente fundar dívida de curto prazo em médio e longo prazo.

Neste contexto, esta autarquia contratualizou um empréstimo de curto prazo de 1,5 milhões de euros não apresentando no final do exercício, qualquer valor em dívida neste âmbito.

6.2.3 Endividamento de médio e longo prazo

Os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal, tendo as sucessivas Leis do Orçamento do Estado induzido notórias restrições à sua contratualização, embora agora esteja associada ao limite da dívida total.

No decurso de 2017, esta autarquia não contraiu qualquer empréstimo desta natureza. Consequentemente, o capital em dívida de médio e longo prazo situava-se próximo de 8,5 milhões de euros.

6.2.4 Volume de pagamentos em atraso

A LOE/2017 e a LCDA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro) estabelecem a obrigatoriedade na diminuição do volume de pagamentos em atraso.

Neste contexto, reporta-se que em 31 de dezembro de 2017, não existia qualquer pagamento em atraso apurado nos termos da LCDA.

6.2.5 Limite da dívida total

Quadro – Limite da dívida total (artigo 52.º da Lei 73/2013)

Designação	Valores (em euros)
Receitas correntes líquidas cobradas - 2014	27 119 561,10
Receitas correntes líquidas cobradas - 2015	26 912 173,27
Receitas correntes líquidas cobradas - 2016	27 768 669,95
Limite da Dívida Total (1,5 x a média aritmética dos 3 últimos anos) (a)	40 900 202,16
Dívida Total apurada em 31/12/2017	11 668 422,07
Exclusão da participação no FAM	880 235,98
Dívida referente a Operações de Tesouraria (OT)	266 006,95
Dívida Total a considerar (exclui o efeito do FAM e OT)	10 522 179,14
Margem face ao limite legal previsto na Lei 73/2013 (b)	30 378 023,02

(a) Segundo reporte da DGAL o limite é de 40,900,202,00€

(b) Não inclui a dívida total das entidades intermunicipais e participadas que sejam de considerar

Conforme se pode verificar no quadro acima apresentado, o Município de Ourém cumpre o limite da dívida total definido, dispondo de uma margem próxima de 30,4 milhões de euros.

Importa ainda mencionar que o apuramento apresentado ainda não é o definitivo, considerando que será de imputar o contributo para o endividamento das entidades do setor empresarial local, circunstância que só será exequível após encerramento e aprovação das contas pelas entidades participadas, designadamente empresas municipais e associações de municípios.

Contudo, os eventuais valores a imputar, face à sua reduzida relevância material no contexto dos valores apresentados, não deverão alterar substancialmente o sentido da análise disposta.

7. Análise Económico-Financeira

7.1 Análise da Situação Económica

7.1.1 Condições Económicas

Quadro – Mapa de Condições Económicas

Designações	Exercícios	
	2017	2016
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	-3,12%	-2,40%
1.2 Económica	-2,43%	-1,87%
1.3 Vendas	-336,37%	-278,00%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	-0,031	-0,024
2.2 Grau de alavancagem	-1,284	-1,285
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	-0,024	-0,019
3. Rotações		
3.1 Rotação do Ativo	0,007	0,007
3.2 Rotação do Ativo Corrente	0,12	0,10
3.3 Rotação do Ativo Imobilizado	0,007	0,007
4. Gestão		
4.1 de Matérias	1,30	1,59
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	97,9	106,8
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	34,5	39,6

(a) Entendeu-se adotar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na atividade.

Todos os indicadores de rendibilidade denotam uma deterioração, decorrente do aumento da expressividade do resultado líquido do exercício obtido. Consequentemente, salienta-se a existência de uma rendibilidade financeira e económica negativa em 3,1%, e 2,4%, respetivamente.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu ativo. Este rácio regista um valor negativo (-0,03), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2017 (-1,28) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos negativa.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do ativo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da atividade do Município.

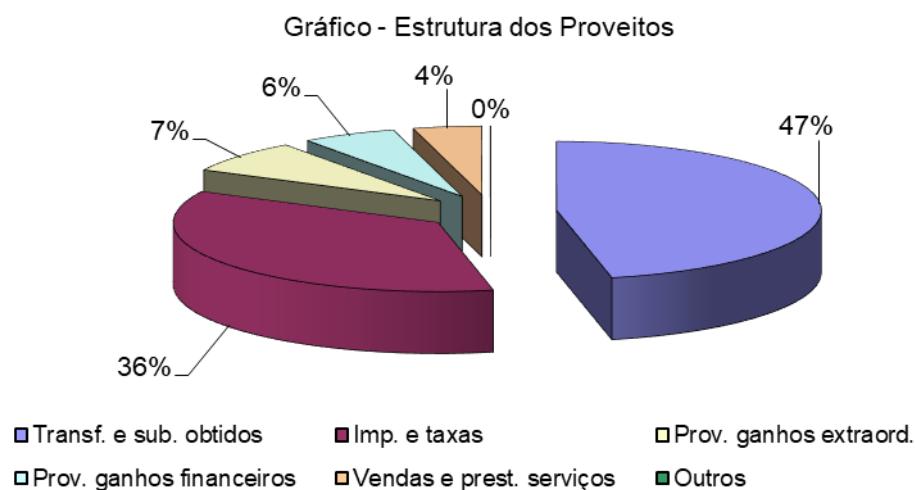
Gestão

O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista uma diminuição. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso em dias situou-se na ordem dos 98 dias, essencialmente decorrentes de algumas dificuldades de cobrança no que concerne às áreas do saneamento e dos resíduos sólidos.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c indica um prazo médio de pagamentos, no decurso de 2017, em torno dos 34,5 dias. Importa referir que, utilizando a fórmula de cálculo da DGAL (estabelecida em portaria e que permite a comparabilidade entre municípios), o prazo médio de pagamentos, no decurso de 2017 situou-se em 22 dias (25 Dias em 2016).

7.1.2 Proveitos

7.1.2.1 Estrutura dos proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 47% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado. Os impostos e taxas representam

36 % dos proveitos totais. Os proveitos e ganhos extraordinários e os proveitos e ganhos financeiros significam 7% e 6%, respetivamente, do cômputo do total de proveitos. Os proveitos relativos à venda de bens e prestação de serviços significam 4% do total dos proveitos.

7.1.2.2 Evolução dos proveitos

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes

uni: Euro

Proveitos	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Vendas e prestações de serviços	1 309 314,82	1 258 730,99	-3,86	1 307 367,43	3,86
Vendas	57 984,64	12 676,56	-78,14	4 102,81	-67,63
Prestação de serviços	1 276 548,82	1 247 064,91	-2,31	1 304 026,07	4,57
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	0,00	440,70	--	17 549,61	--
Saneamento - Tarifa de Ligação	20 208,25	14 143,42	-30,01	9 055,25	-35,98
Resíduos Sólidos	1 214 341,48	1 200 648,84	-1,13	1 245 249,71	3,71
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	6 205,84	268,79	-95,67	0,00	-100,00
Trabalho por conta de particulares	801,00	4 906,86	512,59	6 201,76	26,39
Cemitérios	24 094,40	15 007,80	-37,71	14 619,10	-2,59
Parques de Estacionamento	3 571,92	1 250,94	-64,98	0,00	--
Outros	7 325,93	10 397,56	41,93	11 350,64	9,17
Impostos e taxas	10 916 683,11	10 891 221,71	-0,23	11 217 378,67	2,99
Impostos diretos	9 469 482,67	9 430 062,28	-0,42	9 571 711,46	1,50
Imposto municipal sobre imóveis	6 818 822,23	6 277 199,18	-7,94	6 193 367,40	-1,34
Impostos único de circulação	976 005,78	1 024 680,52	4,99	1 088 577,65	6,24
Imposto municipal sobre transmissões	1 176 055,51	1 573 567,42	33,80	1 669 498,50	6,10
Derrama	498 599,15	554 615,16	11,23	620 267,91	11,84
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Proveitos	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Impostos indiretos e taxas	1 471 262,11	1 474 049,41	0,19	1 720 012,00	16,69
Mercados e feiras	114 609,72	105 424,67	-8,01	103 558,78	-1,77
Loteamentos e obras	381 626,58	391 554,16	2,60	580 944,71	48,37
Ocupação da via pública	1 484,95	563,22	-62,07	1 339,46	137,82
Publicidade	26 150,46	28 987,20	10,85	36 092,21	24,51
Saneamento (Conserv. e tratamento)	863 843,22	855 009,59	-1,02	914 917,40	7,01
Outros	83 555,18	92 510,57	10,72	83 159,44	-10,11
Proveitos Suplementares	6 349,50	5 853,56	-7,81	5 251,49	-10,29
Transferências e subsídios obtidos	14 370 369,81	14 394 508,15	0,17	14 636 216,58	1,68
Outros proveitos e ganhos operac.	0,00	0,00	--	0,00	--
Trabalho para a própria entidade	0,00	0,00	--	0,00	--
Proveitos e ganhos financeiros	1 696 101,23	1 825 425,69	7,62	1 803 601,19	-1,20
Juros obtidos	84,79	0,00	-100,00	1 536,11	--
Rendimentos de participações de capital	0,00	86 907,00	--	34 604,30	-60,18
Ganhos em entidades participadas	36 323,40	0,00	--	0,00	--
Rendimentos de imóveis	1 659 693,04	1 738 518,69	4,75	1 767 460,78	1,66
Proveitos e ganhos extraordinários	1 992 142,17	3 268 359,01	64,06	2 396 836,86	-26,67
Ganhos em imobilizações	1 000,00	5 307,11	430,71	8 990,22	69,40
Benefícios de penalidades contratuais	93 775,94	98 112,44	4,62	35 759,22	-63,55
Transferências de capital	1 570 102,97	1 615 097,41	2,87	1 921 100,37	18,95
Outros proveitos e ganhos extraordinários	327 263,26	1 549 842,05	373,58	430 987,05	-72,19
Total	30 290 960,64	31 644 099,11	4,47	31 366 652,22	-0,88

Os proveitos totais evidenciam uma ligeira variação negativa em 0,9%, refletindo, essencialmente, a diminuição verificada nos proveitos e ganhos extraordinários (-871,5 mil euros). Em sentido inverso, salientam-se os aumentos, nos impostos e taxas

(+326,2 mil euros), nas vendas e prestações de serviços (+48,6 mil euros) e nas transferências e subsídios obtidos (+241,7 mil euros).

Vendas e Prestações de Serviços

Nesta conta são registadas todas as operações de venda, resultantes da atividade autárquica corrente. Complementarmente, registam-se ainda os proveitos referentes aos trabalhos e serviços prestados, que sejam próprios dos objetivos ou das finalidades principais da autarquia.

Estes proveitos ostentam um valor ligeiramente superior a 1,3 milhões de euros e assinalam uma variação positiva em 3,9%, face ao volume verificado no ano anterior.

Os proveitos de maior relevância neste âmbito são os relativos aos resíduos sólidos, os quais ascendem a um valor ligeiramente superior a 1,2 milhões de euros e os serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto, com um valor na ordem dos 17,5 mil euros.

Impostos e Taxas

Esta conta destina-se ao registo das operações respeitantes a impostos e taxas das autarquias locais, os quais são discriminados de acordo com a elencagem destas receitas definidas no regime financeiro das autarquias locais.

Os proveitos com impostos e taxas situaram-se na ordem dos 11,2 milhões de euros e evidenciam um aumento próximo de 3% (variação absoluta de 326,2 mil euros).

No âmbito dos impostos diretos regista-se um aumento no imposto único de circulação (+63,9 mil euros), no imposto municipal sobre transmissões (+95,9 mil euros) e na derrama (+65,7 mil euros). Em sentido inverso, denota-se uma quebra no imposto municipal sobre imóveis (-83,8 mil euros), assinalando uma variação absoluta negativa em 625,5 mil euros se efetuada comparação com o exercício de 2015.

Relativamente aos impostos indiretos e taxas, no seu cômputo denota-se uma variação positiva em 16,7%, influenciados pelos loteamentos e obras (+189,4 mil

euros) e o saneamento (+59,9 mil euros), permanecendo a tendência de quebra na área dos mercados e feiras e a reduzida representatividade dos proveitos com taxas de publicidade.

Proveitos Suplementares

Neste contexto, são registados os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos da autarquia.

Estes proveitos apresentam uma diminuição em aproximadamente 10,3%, face ao volume verificado no ano anterior. No seu cômputo geral estes proveitos situam-se próximos de 5,3 mil euros.

Transferências e subsídios obtidos

Nesta conta registam-se as transferências a que as autarquias têm direito, designadamente nos termos do regime financeiro das autarquias locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado respeitante a cada ano económico, que sejam de natureza corrente ou de capital, excecionando as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinados por lei, por protocolo ou por contrato-programa, as quais configuram um subsídio ao investimento.

O ano de 2017 denota um acréscimo em 1,7%, ou seja, verificando-se uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 241,7 mil euros.

Neste âmbito assumem particular preponderância os aumentos verificados no FEF (+405,4 mil euros) e apesar do FSM apresentar uma variação nula, face ao ano anterior. Serão de destacar as diminuições observadas na participação no IRS (-77,1 mil euros) e nas transferências de competências – educação (-82,3 mil euros).

No seu cômputo geral estes proveitos situam-se ligeiramente superiores a 14,6 milhões de euros.

Outros proveitos e ganhos operacionais

Nesta conta registam-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais da autarquia.

Em 2017 não se verifica a existência de qualquer proveito desta natureza.

Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica regista os trabalhos que a autarquia realiza para si mesma, sob a sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que sejam destinados ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios.

Relativamente a estes proveitos, verifica-se que, tal como em 2015 e 2016, 2017 não apresenta qualquer proveito neste capítulo.

Proveitos e ganhos financeiros

Nesta conta registam-se designadamente, os proveitos inerentes aos juros obtidos, aos ganhos em entidades participadas, aos rendimentos de imóveis, aos rendimentos de participações de capital, às diferenças de câmbio favoráveis, aos descontos de pronto pagamento obtidos e aos ganhos na alienação de aplicações de tesouraria.

Os proveitos totais apurados neste âmbito são ligeiramente superiores a 1,8 milhões de euros e denotam uma variação negativa, face ao volume verificado no ano anterior, em 1,2% (variação absoluta negativa em 21,8 mil euros).

Para a referida circunstância contribuiu a diminuição nos rendimentos de participações de capital (-52,3 mil euros) e apesar do aumento verificado no rendimentos de imóveis (+28,9 mil euros).

Os proveitos mais expressivos, neste âmbito, são os inerentes a imóveis (representam 98% do total dos proveitos desta natureza), assumindo particular relevo a renda de concessão da energia elétrica em baixa e média tensão à EDP.

Proveitos e ganhos extraordinários

Nesta conta são registados, nomeadamente, os proveitos relativos à restituição de impostos, à recuperação de dívidas, aos ganhos em existências, aos ganhos em imobilizações, aos benefícios de penalidades contratuais, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes proveitos manifestam um decréscimo em 26,7%, sofrendo a influência da variação absoluta ocorrida nos outros proveitos e ganhos extraordinários (-1,1 milhões de euros). Em sentido inverso, será de referir a variação absoluta positiva verificada nas transferências de capital (+306 mil euros).

Em suma, os proveitos e ganhos extraordinários, verificados em 2017, situaram-se num valor próximo de 2,4 milhões de euros.

7.1.3 Custos

7.1.3.1 Estrutura dos custos



Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem as amortizações e os fornecimentos e serviços externos, os quais representam, respetivamente, 31% e 30% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos com pessoal (19%) e os custos com transferências e subsídios correntes concedidos (8%).

7.1.3.2 Evolução dos custos

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes

Custos	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Custo das merc. vend. e mat. cons.	486 338,50	483 706,62	-0,54	455 732,11	-5,78
Fornecimentos e Serviços Externos	9 418 730,28	9 909 152,06	5,21	10 961 857,98	10,62
Eletricidade	1 856 923,73	1 807 922,79	-2,64	2 082 718,03	15,20
Combustíveis	61 461,40	87 394,73	42,19	62 282,52	-28,73
Água	54 190,99	167 992,92	210,00	236 416,50	40,73
Material de Escritório	37 072,41	42 199,83	13,83	43 428,11	2,91
Rendas e Alugueres	40 283,93	67 951,56	68,68	116 547,99	71,52
Comunicação	59 793,81	62 360,40	4,29	67 945,53	8,96
Seguros	39 144,76	35 341,85	-9,71	36 504,89	3,29
Deslocações e Estadas	15 839,68	30 463,25	92,32	50 279,01	65,05
Patrocínio Jurídico/pareceres jurídicos	128 652,70	148 373,39	15,33	178 416,67	20,25
Conservação e reparação	642 203,74	700 814,44	9,13	701 132,67	0,05
Publicidade e propaganda	21 763,81	77 334,46	255,34	71 016,18	-8,17
Limpeza, Higiene e Conforto	116 085,56	123 421,96	6,32	131 711,19	6,72
Vigilância e Segurança	165 390,91	171 692,77	3,81	177 488,50	3,38
Trabalhos Especializados	370 650,75	631 734,73	70,44	648 363,40	2,63
Exploração e Manutenção de ETAR's	587 452,59	575 034,36	-2,11	614 269,45	6,82
Encargos de Cobrança	69 508,49	241 505,78	247,45	239 815,91	-0,70

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

Custos	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1 429 415,68	1 458 232,59	2,02	1 418 171,96	-2,75
Transportes Escolares	1 044 800,49	1 033 741,96	-1,06	1 031 684,96	-0,20
Manutenção de espaços verdes	548 141,05	593 322,10	8,24	600 559,29	1,22
Limpeza Urbana	371 894,99	372 071,90	0,05	379 986,98	2,13
Fornecimento de refeições	489 604,68	54 422,76	-88,88	105 926,70	94,64
Atividades educativas	490 404,23	511 063,09	4,21	533 020,03	4,30
Acordos de prolongamento de horários	140 086,53	0,00	-100,00	0,00	--
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	637 963,37	914 758,44	43,39	1 434 171,51	56,78
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	1 759 036,00	3 290 220,77	87,05	2 819 644,68	-14,30
Transferências Correntes Conced.	1 054 430,37	2 546 996,14	141,55	2 073 533,07	-18,59
Freguesias	634 394,03	1 425 824,97	125,99	807 115,46	-43,39
Associações de Municípios	0,00	7 855,78	--	5 491,83	-30,09
Instituições s/fins lucrativos	401 711,44	484 734,67	20,67	590 152,31	21,75
Famílias	18 324,90	628 580,72	3330,20	670 773,47	6,71
Outras transferências correntes concedidas	0,00	147 610,39	--	0,00	-100,00
Subsídios Correntes Concedidos	704 605,63	743 224,63	5,48	746 111,61	0,39
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	704 605,63	743 224,63	5,48	746 111,61	0,39
Custos com o Pessoal	6 585 121,17	6 819 699,98	3,56	7 127 525,56	4,51
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	275 578,55	313 930,64	13,92	326 317,10	3,95
Remunerações do pessoal	4 995 286,44	5 002 365,51	0,14	5 318 732,80	6,32
Pensões	3 657,23	3 787,90	3,57	2 088,43	-44,87
Encargos sobre remunerações	1 036 472,57	1 153 994,91	11,34	1 245 045,99	7,89
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	36 849,05	48 504,00	31,63	50 642,11	4,41
Outros custos com pessoal	237 277,33	297 117,02	25,22	184 699,13	-37,84
Outros custos e perdas operacionais	180 243,04	169 038,91	-6,22	271 104,56	60,38
Amortizações do exercício	11 411 860,33	11 298 182,92	-1,00	11 400 356,13	0,90
Provisões do Exercício	237 227,17	0,00	-100,00	802 348,90	--

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

Custos	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)	uni: Euro
Custos e perdas financeiros	200 707,52	124 958,42	37,74	165 158,85	32,17	
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	120 131,58	95 579,25	-20,44	80 831,97	-15,43	
Outros custos e perdas financeiros	80 575,94	29 379,17	-63,54	84 326,88	187,03	
Custos e Perdas Extraordinários	1 990 929,27	3 048 414,46	53,12	1 760 452,08	-42,25	
Transf. de capital concedidas	904 625,98	1 204 153,50	33,11	1 444 489,37	19,96	
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	--	0,00	--	
Freguesias	115 211,53	303 705,61	163,61	634 956,29	109,07	
Associações de Municípios	78 325,30	0,00	100,00	0,00	--	
Instituições s/fins lucrativos	711 089,15	900 447,89	26,63	809 533,08	-10,10	
Outras transferências de capital concedidas	0,00	0,00	--	0,00	--	
Outros custos e perdas extraord.	1 086 303,29	1 844 260,96	69,77	315 962,71	-82,87	
Total	32 270 193,28	35 143 374,14	8,90	35 764 180,85	1,77	
Total (s/amortizações)	20 858 332,95	23 845 191,22	14,32	24 363 824,72	2,18	

Os custos totais apresentam um aumento em 1,8%, significando, em volume monetário, um valor na ordem dos 35,8 milhões de euros, ou seja, denotando uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 620,8 mil euros. Extraindo dos custos totais os custos relacionados com as amortizações, a variação ocorrida terá sido positiva em 2,2%.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Esta conta serve de registo das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou consumo (integração no processo produtivo).

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas refletem uma diminuição em 5,8% e estão relacionadas, com a quebra nas matérias-primas e subsidiárias consumidas durante o período em análise, quando efetuada comparação com o ano anterior.

Fornecimentos e serviços externos

Nesta conta registam-se todos os custos incorridos com a aquisição de bens de consumo corrente (não armazenáveis) e/ou de serviços prestados por terceiros.

Os custos desta natureza sofreram um aumento em 10,8%, que em termos absolutos representa uma variação absoluta positiva próxima de 1,1 milhões de euros, atingindo no seu cômputo um valor na ordem de 11 milhões de euros. Os custos com eletricidade, recolha, tratamento e transporte de RSU's, transportes escolares e conservação e reparação são os mais representativos, significando 53,2% do total destes fornecimentos e serviços externos.

No âmbito das variações positivas, salientam-se os relativos à eletricidade (+274,8 mil euros), água (+68,4 mil euros), rendas e alugueres (+48,6 mil euros), patrocínio jurídico/pareceres jurídicos (+30 mil euros), exploração e manutenção de ETAR's (+39,2 mil euros), fornecimento de refeições (+51,5 mil euros), bem como outros fornecimentos e serviços externos (+542,5 mil euros),

Com quebras, importa salientar os combustíveis (-25,1 mil euros) e a recolha, transporte e tratamento de RSU's (-40,1 mil euros),

Relativamente aos combustíveis, será de observar os registo inerentes às saídas de armazém, pelo que os custos totais nesta área, em 2017, ascenderam a 229,1 mil euros (236,7 mil euros em 2016), pelo que evidenciam um decréscimo em 7,6 mil euros, face ao volume verificado no ano anterior.

Transferências e subsídios correntes concedidos

Nesta conta são registadas as transferências correntes concedidas às unidades institucionais, ou seja, as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador. Complementarmente incluem-se, ainda, os subsídios concedidos com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção, sem

contrapartida a unidades produtivas, como é o caso das empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas.

Os custos desta natureza ostentam um decréscimo em 14,3%, o que representa uma variação absoluta negativa em 470,6 mil euros, atingindo no seu cômputo, um valor ligeiramente superior a 2,8 milhões de euros.

Neste âmbito, no que concerne às transferências correntes concedidas, salientam-se as quebras nas transferências para as freguesias (-618,7 mil euros), significando, no ano em causa, um valor na ordem dos 807,1 mil euros. Em sentido inverso, ou seja, evidenciando um aumento, salientam-se as transferências para instituições sem fins lucrativos (+105,4 mil euros) e para as famílias (+42,2 mil euros).

No que concerne aos subsídios correntes concedidos, essencialmente decorrentes da prática de preços sociais nos serviços prestados pelas empresas municipais (o valor total atribuído às empresas municipais sob a forma de indemnização compensatória ascendeu a um valor na ordem dos 746,1 mil euros), assinalando uma variação absoluta positiva em 2,9 mil euros.

Custos com pessoal

Nesta conta registam-se as remunerações ilíquidas de todo o pessoal afeto ao Município, bem como todos os encargos patronais associados, designadamente: subsídio de refeição; abono para falhas; ajudas de custo; vestuário e artigos pessoais; prestações sociais diretas e a ADSE.

Estes custos denotam um aumento em 4,5% (+307,8 mil euros), resultante do aumento observado nos custos inerentes à remuneração dos membros dos órgãos autárquicos (+12,4 mil euros), remunerações do pessoal (+316,4 mil euros) e encargos sobre remunerações (+91,1 mil euros).

Deste modo, os custos totais com pessoal situaram-se num valor ligeiramente superior a 7,1 milhões de euros.

Outros custos e perdas operacionais

Esta conta de caráter residual regista um aumento em 60,4% (+102,1 mil euros). Em termos globais, estes custos situaram-se na ordem dos 271,1 mil euros.

Ao nível destes custos, assumem particular relevância os encargos com a taxa de recursos hídricos (106 mil euros) e as quotizações (115,2 mil euros).

Amortizações do exercício

Esta conta destina-se ao registo da depreciação das imobilizações corpóreas (exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens do domínio público, atribuída ao exercício, e desde que não tenham caráter extraordinário. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Estes custos denotam uma ligeira variação positiva em 0,9%, ascendendo a um valor total na ordem dos 11,4 milhões de euros.

Provisões do exercício

Esta conta regista, de forma global, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos, em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos que tiver características de custo operacional.

Estes custos, em 2017 assinalam um valor ligeiramente superior a 802,3 mil euros.

Neste contexto, será de referir uma provisão na ordem de 1,3 milhões de euros, relativos a uma dívida que a Simlis reclama, no âmbito da elaboração de projetos de saneamento, os quais nunca foram aceites pelo município, porquanto nunca foram formalmente requeridos, salientando-se, ainda, que os valores em causa estão extraordinariamente desfasados com os preços de mercado praticados para a elaboração de serviços desta natureza. Apesar do exposto, decidiu-se constituir a provisão referente ao valor requerido pela Simlis, sendo relevado em resultados

transitados, porquanto se reporta a 2011, sendo de grande significado e consequentemente deverá afetar o património e não o resultado do exercício.

Complementarmente, será ainda de referir a constituição de diversas provisões decorrentes de processos judiciais em curso, conforme se expõe na nota 27 das notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Custos e perdas financeiras

Nesta conta registam-se designadamente, os custos inerentes aos juros suportados, perdas em entidades participadas, amortizações de investimentos em imóveis, provisões para aplicações financeiras, diferenças de câmbio desfavoráveis e perdas na alienação de aplicações de tesouraria

Os custos totais apurados neste âmbito são na ordem de 165 mil euros e denotam um acréscimo, face ao volume verificado no ano anterior, em 32,2% (variação absoluta positiva em 40,2 mil euros).

Custos e perdas extraordinárias

Nesta conta são registados, nomeadamente, os custos relativos às transferências de capital concedidas, às dívidas incobráveis, às perdas em existências, às perdas em imobilizações, às multas e penalidades, aos aumentos de amortizações e de provisões, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes custos manifestam uma quebra absoluta próxima de 1,3 milhões de euros, refletindo o decréscimo verificado nas transferências de capital para instituições sem fins lucrativos (-90,9 mil euros) e outros custos e perdas extraordinárias (-1,5 milhões de euros). Note-se que os outros custos e perdas extraordinárias, referentes a 2016, sofreram uma influência materialmente relevante, decorrente do acordo arbitral ocorrido com a SUMA e na correção dos acréscimos de proveitos registados em 2015 relativos ao IMI, em resultado da quebra verificada.

7.1.4 Resultados

7.1.4.1 Resultado operacional

O resultado operacional apresentou um aumento da sua negatividade em aproximadamente 23,1%. Desta forma, o resultado negativo apurado, situou-se num valor próximo de 6,7 milhões de euros.

Quadro – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro

Resultado Operacional	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Total	-3 475 839,25	-5 419 686,85	55,92	-6 672 355,75	23,11

7.1.4.2 Resultado financeiro

Este indicador denota uma diminuição deste resultado em 3,7%, atingindo um valor ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros.

Quadro – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Total	1 495 393,71	1 700 467,27	13,71	1 638 442,34	-3,65

7.1.4.3 Resultado corrente

Quadro – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

uni: Euro

Resultado Corrente	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Total	-1 980 445,54	-3 719 219,58	87,80	-5 033 913,41	35,35

O quadro apresentado demonstra que o resultado corrente sofreu um aumento da dimensão da sua negatividade em 35,4%, ou seja, uma deterioração ligeiramente

superior a 1,3 milhões de euros, assinalando agora um valor na ordem de 5 milhões de euros.

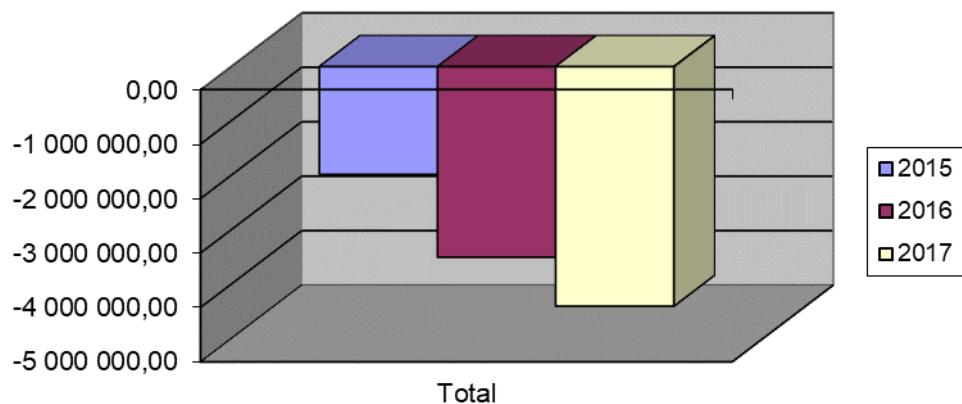
7.1.4.4 Resultado Líquido do Exercício

Quadro – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

uni: Euro

Resultado Líquido do Exercício	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Total	-1 979 232,64	-3 499 275,03	76,80	-4 397 528,63	25,67

Gráfico - Resultado Líquido do Exercício



Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo, quer com os objetivos das autarquias locais, quer sob a ótica conceitual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos municípios, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efetuada com base nos conceitos vigentes para o setor privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina, que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o setor privado.

Porém, será importante constatar que esta autarquia apresenta um valor negativo, próximo de 4,4 milhões de euros.

Quadro – Comparação entre alguns municípios (dados de 2016)

Municípios	Custos com Amortizações	Valor do Ativo Bruto
Abrantes	6 684 833 €	256 897 502 €
Ourém	11 298 183 €	293 318 643 €
Pombal	10 250 153 €	273 568 826 €
Santarém	8 872 160 €	276 022 204 €
Tomar	4 596 480 €	169 588 342 €
Torres Novas	6 039 708 €	207 183 756 €

Será ainda de referenciar a dimensão dos custos com amortizações verificados em 2017 (11,4 milhões de euros), os quais se julgam que estão a influenciar a comparabilidade deste indicador com outras autarquias locais, veja-se, por exemplo o quadro acima apresentado (dados extraídos do website da DGAL referentes ao ano económico de 2016). Note-se que nos dados referentes ao ano em causa, persistem dois municípios do panorama português que não apresentam quaisquer custos com amortizações. Consequentemente, poderão estar em causa os seguintes aspetos que tenderão a serem cumulativos (hipóteses não avaliadas e consequentemente não demonstradas):

- a comparabilidade dos dados entre municípios está comprometida, por eventual ausência de fiabilidade nos reportes apresentados por algumas autarquias;
- a excessiva dispersão dos aglomerados populacionais terá induzido?
 - o Município de Ourém a dispor de uma duplicação de equipamentos e infraestruturas com uma utilização manifestamente aquém do seu

efetivo potencial, circunstância que se reflete na existência de um ativo imobilizado manifestamente expressivo;

- A representatividade de infraestruturas, cuja vida útil é mais reduzida, apresenta-se mais expressiva, na composição do imobilizado do Município de Ourém, designadamente, rede viária, saneamento, iluminação pública, entre outros. Note-se que, segundo o CIBE, uma rede viária terá um período de vida útil máximo de 20 anos, enquanto um edifício (ex. centro escolar), o período de vida útil mínimo se situa nos 60 anos.

Efetivamente, não obstante a problemática inerente à comparabilidade dos dados apresentados pelos diferentes municípios, parece notória e marcante, a conclusão de que o modelo de sustentabilidade do Município de Ourém carecer de uma cuidada e aprofundada reflexão, considerando que os rendimentos atualmente gerados não são suficientes para garantir a continuidade dos ativos existentes e, consequentemente, do nível de serviços que atualmente são prestados aos cidadãos.

A forte pressão gerada pela atual configuração territorial, será o principal desequilíbrio estrutural que induz uma pressão substancial num conjunto significativo de custos, em áreas tão díspares como a educação, o ambiente, os transportes, entre muitos outros.

A alteração deste paradigma, se reconhecida a problemática inerente à gestão territorial subjacente, será uma tarefa hercúlea a desenvolver, certamente, durante décadas.

7.2 Análise da Situação Financeira

7.2.1 Condições Financeiras

Quadro – Mapa de condições financeiras

Designações	Exercícios	
	2017	2016
(Fundo de Maneio)	4 945 872,85 €	7 718 549,51 €
(Cash Flow Estático (MLL))	7 805 176,40 €	7 798 907,89 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	4,07	4,16
1.2 Autonomia	0,75	0,76
1.3 Estabilidade (s.r.)	3,07	3,16
2. Estrutura do Ativo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,75	0,76
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,79	0,81
2.3 Peso Relativo do A.I. no Ativo Total	91,35%	90,54%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	1,84	2,49
3.2 Liquidez Reduzida	1,78	2,43
3.2 Participação - Existências no Ativo Corrente	3,22%	2,36%
3.4 Financiamento do Ativo Corrente	0,46	0,60
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,33	0,32
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	0,00	0,00
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	23,13	27,45
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,10	0,09
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,04	0,05
4.6 Rácio de envelhecimento do Imobilizado	0,46	0,43

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadênciа de transformação de ativos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da

exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afetar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente se encontra coberto pelo ativo corrente. Desta forma, o fundo de maneio reflete-se num valor positivo ligeiramente superior a 4,9 milhões de euros, significando uma deterioração deste indicador num valor na ordem dos 3,2 milhões de euros.

Cash Flow Estático

O *cash flow* revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquidez, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2017 denota uma ligeiríssima variação positiva deste indicador, o qual se situa ligeiramente superior a 7,8 milhões de euros.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Ativo

No que diz respeito à estrutura do ativo, regista-se um aumento da cobertura do ativo imobilizado em capitais permanentes. O peso relativo do ativo imobilizado no ativo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 91,4%.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados continuam a demonstrar uma melhoria continuada destes indicadores, denotando valores que demonstram uma boa capacidade da entidade em satisfazer os seus compromissos de curto prazo, embora tenham sofrido uma deterioração, face a 2016.

A representatividade das existências no total do ativo corrente registou uma pequena variação, significando, em 31 de dezembro, 3,2% deste total.

O financiamento do ativo corrente denota um valor positivo, refletindo a deterioração observada no que concerne ao fundo de maneio obtido.

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida no regime financeiro das autarquias locais, pelo que, para melhor compreensão, se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O grau de dependência do ativo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo reflete que 5% do ativo líquido total se deve a financiamento externo.

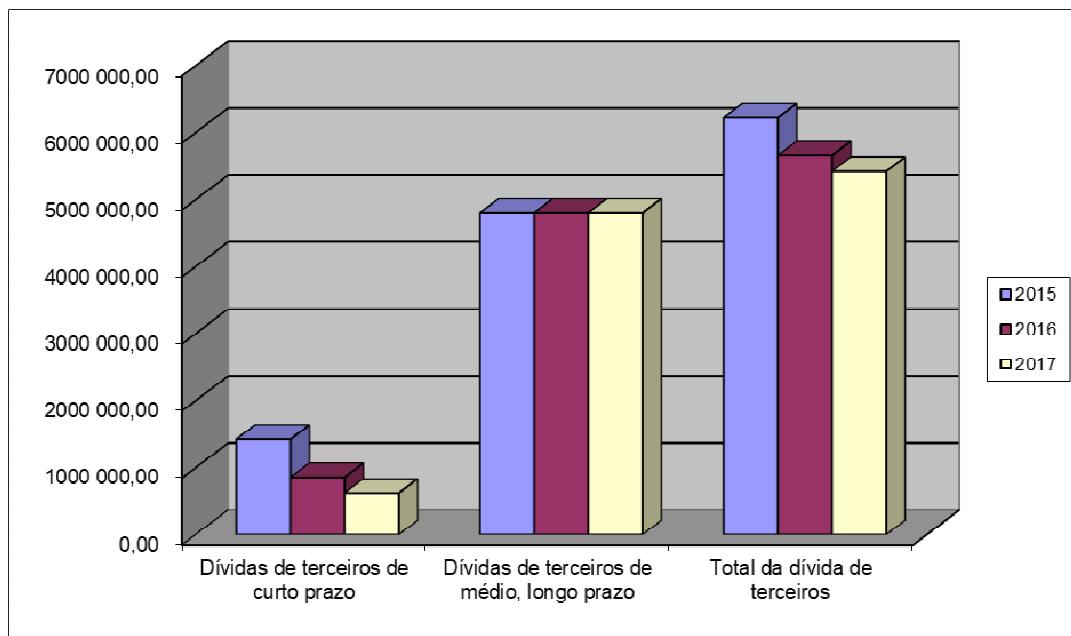
A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor razoável, indicando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

7.2.2 Dívidas de terceiros

Quadro – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

Dívidas de terceiros	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	1 421 904,73	855 408,90	-39,84	618 226,38	-27,73
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes c/c	175,43	22 454,25	12699,55	6 837,65	-69,55
Contribuintes c/c	172 296,56	151 063,50	-12,32	159 936,44	5,87
Utentes, c/c	195 365,32	194 660,36	-0,36	183 708,18	-5,63
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	159 183,81	172 407,84	8,31	100 238,20	-41,86
Administração autárquica	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros Devedores	894 883,61	314 822,95	-64,82	167 505,91	-46,79
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4 801 500,00	4 801 500,00	0,00	4 801 500,00	0,00
Total da dívida de terceiros	6 223 404,73	5 656 908,90	-9,10	5 419 726,38	-4,19

Gráfico – Evolução das dívidas de terceiros



No que concerne a dívidas de terceiros de curto prazo, estas situam-se em 618,2 mil euros, tendo sofrido uma diminuição em 27,7%. Neste âmbito assumem particular relevo as dívidas referentes a utentes.

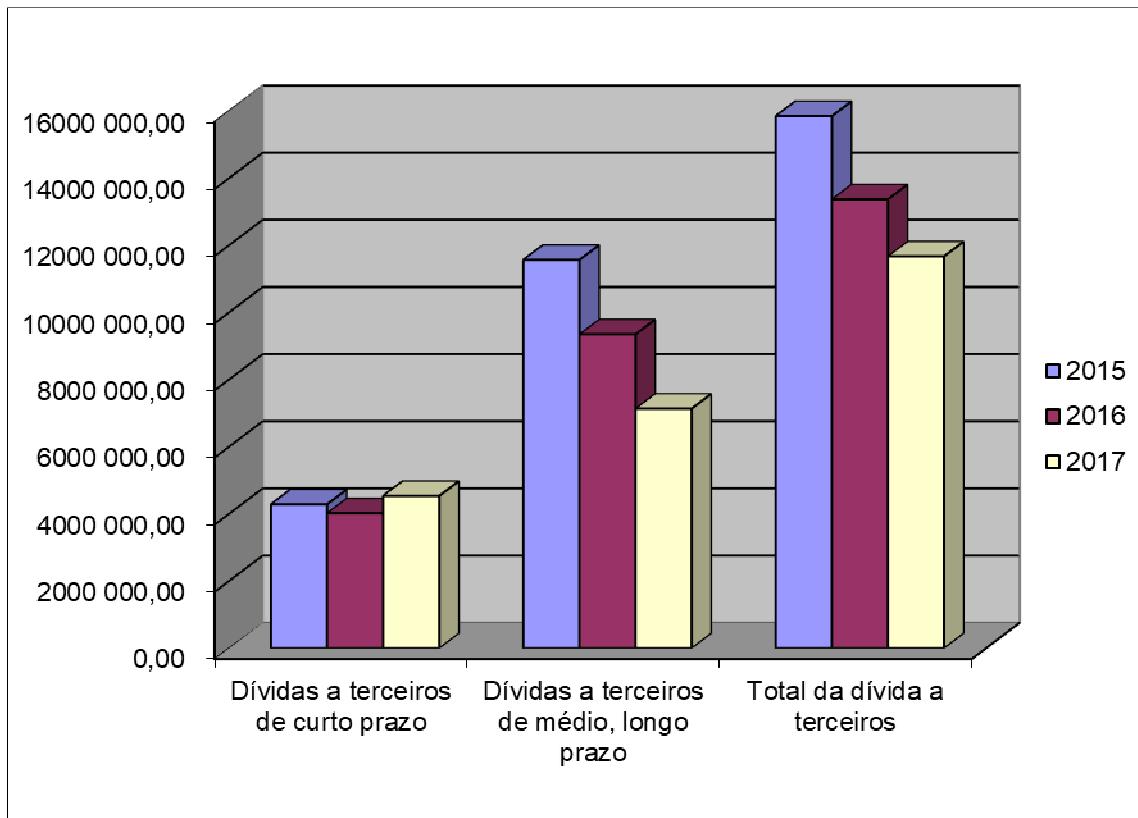
O volume total das dívidas de terceiros ascendeu a um valor ligeiramente superior a 5,4 milhões de euros, apresentando, em termos absolutos, uma variação negativa em 237,2 mil euros.

7.2.3 Dívidas a terceiros

Quadro – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

Dividas a Terceiros	2015	2016	var. (%)	2017	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	4 283 305,93	4 020 001,80	-6,15	4 534 535,12	12,80
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos de m/l prazo (amort. prox. 12 meses)	2 219 101,61	1 993 212,31	-10,18	1 994 449,37	0,06
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores, c/c	46 057,89	71 338,00	54,89	188 298,25	163,95
Fornecedores, c/c - Faturas em receção e conferência	972 028,39	1 055 566,88	8,59	890 699,16	-15,62
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes e utentes c/cauções	53 855,97	136 983,24	154,35	121 457,07	-11,33
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	125 000,00	5 780,52	-95,38	23 483,16	306,25
Estado e outros entes públicos	84 401,57	93 055,15	10,25	99 097,95	6,49
Administração autárquica	0,00	0,00	--	17 124,00	--
Outros Credores	469 308,18	308 504,34	-34,26	359 632,75	16,57
Fornecedores de imobilizado - Fat. em receção e conferência	93 493,32	135 502,36	44,93	620 234,41	357,73
FAM - Fundo de Apoio Municipal	220 059,00	220 059,00	--	220 059,00	0,00
Dívidas a terceiros de médio, longo prazo	11 564 334,00	9 348 640,28	-19,16	7 133 886,95	-23,69
Dívidas a instituições de crédito	10 464 039,02	8 468 404,30	-19,07	6 473 709,97	-23,55
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	0,00	0,00	--	0,00	--
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	0,00	0,00	--	0,00	--
FAM - Fundo de Apoio Municipal - mlp	1 100 294,98	880 235,98	--	660 176,98	-25,00
Total da dívida a terceiros	15 847 639,93	13 368 642,08	-15,64	11 668 422,07	-12,72

Gráfico – Evolução das dívidas a terceiros



No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, verificou-se um aumento em 12,7%, ascendendo a um valor ligeiramente superior a 4,5 milhões de euros, evidenciando um aumento absoluto em 514,5 mil euros. Se excluído o montante reportado referente à amortização de empréstimos de médio longo prazo, que irá ocorrer nos próximos 12 meses (pelo que transita a sua influência para o curto prazo,) e participação no FAM que ocorrerá nos próximos 12 meses, teremos uma dívida a terceiros de curto prazo na ordem de 2,3 milhões de euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em 23,7% que, em termos absolutos, significou uma quebra ligeiramente superior a 2,2 milhões de euros. No cômputo geral, as dívidas desta natureza situam-se em 7,1 milhões de euros (9,3 milhões se acrescido o montante em dívida de empréstimos de médio e longo prazo que serão amortizados nos próximos 12 meses, razão pela qual surgem

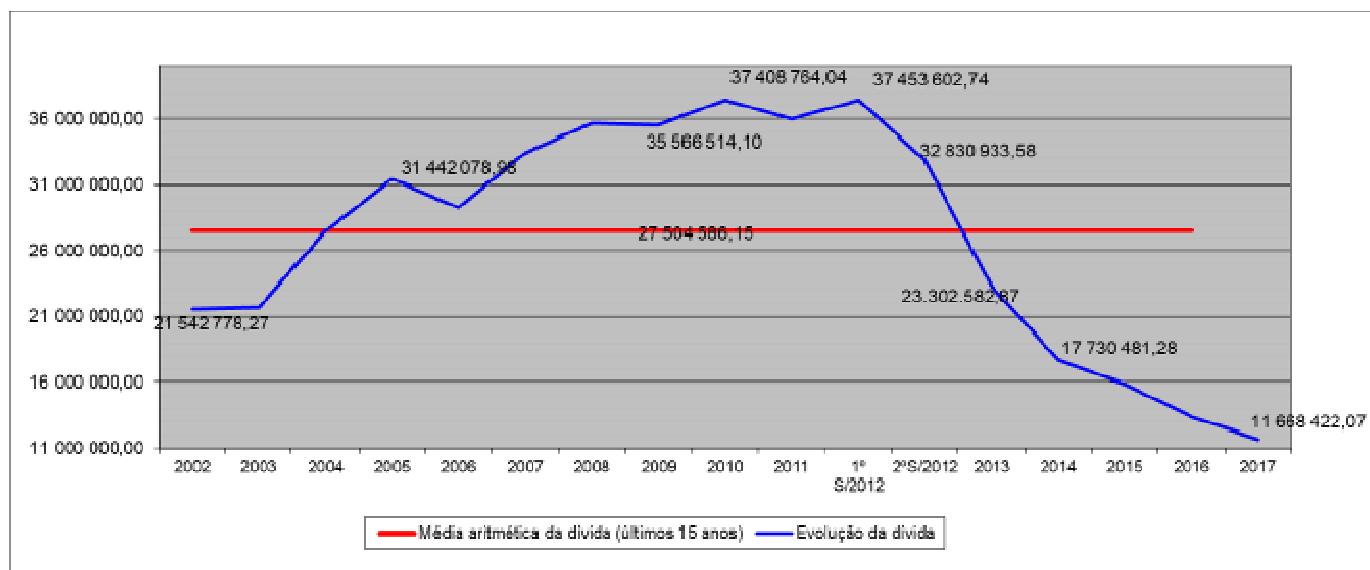
expostos nas dívidas a terceiros de curto prazo e se excluído o impacto decorrente da participação no FAM).

O valor total das dívidas a terceiros apurado situa-se num valor próximo de 11,7 milhões de euros apresentando uma diminuição em 12,7%, face ao valor registado em 2016 (quebra absoluta na ordem de 1,7 milhões de euros).

Se efetuada comparação com a dívida total existente na data de referência à aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro (junho de 2012: dívida total de 37,7 milhões de euros), verifica-se uma diminuição da dívida total, no decurso do PAF (em 76 meses), na ordem dos 26 milhões de euros (-26,8 milhões de euros se excluído o impacto originado pela participação no FAM).

Importa salientar que a dívida total apurada, apresenta o seu valor mais baixo (11,7 milhões de euros), quando efetuada análise a todo o período comparável. Note-se que, em 2002, o valor da dívida total se situava na ordem dos 21,5 milhões de euros. Se efetuada comparação à média aritmética dos últimos 15 anos (27,5 milhões de euros), verifica-se que em 31 de dezembro de 2017, a dívida se situa inferior à média num montante ligeiramente superior a 15,8 milhões de euros.

Gráfico – Evolução das dívidas a terceiros no período comparável (2002/2017)



8. Contabilidade de custos

Enquadramento

No cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do DL 54-A/99 de 22/2 - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) o Município de Ourém, continuou o trabalho desenvolvido no âmbito da Contabilidade de Custos (CC).

A implementação da Contabilidade de Custos no Município de Ourém ocorreu no ano 2009, pelo que este foi o oitavo ano em que se dispôs de tão importante instrumento de gestão.

Atendendo ao disposto na Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro, a informação obtida na Contabilidade de Custos contribuirá de forma decisiva para a fixação de Taxas, Tarifas e Preços, dos bens e serviços produzidos e prestados pelo Município de Ourém.

Todos os custos (ótica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

O Município de Ourém tratou também os proveitos, embora o POCAL não exija o seu registo. Os proveitos são reconhecidos quando estes são obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeira.

A imputação dos custos indiretos foi efetuada, após o apuramento dos custos diretos por função através de coeficientes. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções.

O coeficiente de imputação dos custos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

Os custos indiretos de cada função resultam da aplicação do respetivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indiretos apurados. Os custos indiretos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indireto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente coeficiente de imputação dos custos indiretos.

Apuramento de resultados da Contabilidade de Custos

Através da análise dos resultados finais produzidos pela aplicação AIRC/SCA relativa aos quadros CC7 – apuramento de custos por bens, serviços e CC9 – apuramento de custos por funções e relação de movimentos, procedemos à construção de alguns mapas que consideramos mais relevantes na atividade do município.

É de referir que da análise do resultado dos mapas CC's atrás referidos, não foram incluídos os custos indiretos, pelo facto destes, nalgumas funções, serem elevados e poderem vir a desvirtuar a análise dos dados. No entanto, tem-se trabalhado no sentido de diminuir ao máximo os custos indiretos.

Função Administração Geral

A Função Administração Geral comprehende os custos com as atividades de âmbito geral do município.

No decurso de 2017, e no que à função 111 diz respeito, verifica-se uma variação negativa na Divisão de Gestão Financeira, provocada pelo impacto da prestação de serviços efetuada em 2016 pela em Delloite, SA, no âmbito do pedido de reembolso de IVA junto da Autoridade Tributária.

A redução dos Gastos Gerais da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo prede-se essencialmente com o fato dos gastos promovidos por esta Divisão serem imputados diretamente ao Centenário das Aparições.

Quadro – Apuramento de custos da função Administração Geral

	Administração Geral				
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Atas	14 713,18 €	14 812,51 €	0,67	15 300,84 €	3,19
Apoio utilizadores int. e manutenção de HW e SW	29 374,43 €	23 168,32 €	-26,79	12 694,61 €	-82,51
Receção e registo de correspondência	24 073,12 €	23 459,96 €	-2,61	23 115,75 €	-1,49
Formação de Pessoal	1 983,08 €	10 524,49 €	81,16	4 708,92 €	-123,50
Reparação/Manutenção de edifícios Municipais	150 694,87 €	185 386,97 €	18,71	169 848,13 €	-9,15
Limpeza de Instalações Municipais	62 031,82 €	62 905,88 €	1,39	63 289,97 €	0,61
Verificação Metrológica	1 671,99 €	2 199,87 €	24,00	2 374,40 €	7,35
Patrocínio Jurídico	122 671,74 €	159 551,13 €	23,11	176 040,94 €	9,37
Gastos Gerais da Assembleia Municipal	751,33 €	806,94 €	6,89	1 422,08 €	43,26
Gastos Gerais do Executivo e Gab. de Apoio	65 980,96 €	66 146,94 €	0,25	61 182,40 €	-8,11
Gastos Gerais da Divisão de Gestão Urbanística	12 542,70 €	7 440,97 €	-68,56	6 865,67 €	-8,38
Gastos Gerais da Divisão de Gestão Financeira	45 681,49 €	115 469,57 €	60,44	44 784,66 €	-157,83
Gastos Gerais da Divisão de Atendimento ao Município Ativos Humanos	41 037,19 €	28 567,22 €	-43,65	16 417,21 €	-74,01
Gastos Gerais da Sub.Org. 3º Grau Fiscalidade e Contencioso	9 514,16 €	8 775,57 €	-8,42	5 891,35 €	-48,96
Gastos Gerais da Divisão de Gestão do Território	44 547,09 €	50 319,12 €	11,47	67 559,30 €	25,52
Gastos Gerais da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo	0,00 €	25 235,64 €	-----	4 195,56 €	-501,48
Gastos Gerais da Divisão de Obras Municipais	43 726,01 €	36 668,95 €	-19,25	75 740,34 €	51,59
Gastos Gerais da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	32 903,11 €	63 727,13 €	48,37	56 161,27 €	-13,47
Gastos Gerais da Divisão de Educação e Ação Social	18 251,33 €	23 714,15 €	23,04	27 731,44 €	14,49
Gastos Gerais da Divisão de Ação Cultural	13 657,23 €	18 657,29 €	26,80	15 830,93 €	-17,85
Gastos Gerais da Sub.Org. 3º Grau Rel. Institucionais e Comunicação	0,00 €	4 524,31 €	-----	18 776,86 €	75,90
Gastos Gerais da Sub.Org. 3º Grau Licenciamentos Não Urbanísticos	0,00 €	686,22 €	-----	3 567,37 €	80,76
Promoção e Imagem do Município	9 009,78 €	109 035,40 €	91,74	84 397,53 €	-29,19
Encargos com Frota	41 885,14 €	51 351,65 €	18,43	26 913,43 €	-90,80
Comunicação e imagem	62 979,84 €	69 027,92 €	8,76	64 362,96 €	-7,25
Gestão Centro de Negócios	80 886,00 €	81 963,18 €	1,31	87 974,99 €	6,83

Função proteção civil e luta contra incêndios

Quadro – Apuramento de custos da função proteção civil e luta contra incêndios

Proteção civil e luta contra incêndios					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Caxarias	56 051,85 €	55 634,68 €	-0,74984	68 668,28 €	18,98
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Fátima	40 808,45 €	37 850,96 €	-7,81351	39 570,93 €	4,35
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém	190 845,89 €	145 891,80 €	-30,81	129 713,97 €	-12,47
Construção e Beneficiação de Pontos de Água	12 260,00 €	20 130,36 €	39,10	10 209,69 €	-97,17
Construção/ Manutenção Bocas de Incêndio	1 786,51 €	8 950,45 €	80,04	6 408,26 €	-39,67
Combate a catástrofes e situações de emergência	2 430,92 €	366,87 €	-562,61	8 196,18 €	95,52
Equipa de Intervenção Permanente	27 353,92 €	29 642,12 €	7,72	26 348,35 €	-12,50
Centro Municipal Proteção Civil	55 333,00 €	59 760,70 €	7,41	56 735,77 €	-5,33

A função proteção civil e luta contra incêndios compreende os serviços de prevenção, combate a incêndios e socorro às populações, bem como subsídios concedidos às instituições que prosseguem tais objetivos.

Função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino

A função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino reúne todos os apoios a estudantes em matéria de transportes escolares, bem como a recuperação, conservação e manutenção dos edifícios escolares.

Quadro – Apuramento de custos da função ensino não superior / serviços auxiliares de ensino

Ensino não superior/Serviços auxiliares de ensino	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Prolongamento de horário	177 722,83 €	178 126,46 €	0,23	204 709,59 €	12,99
Fornecimento de refeições pré escolar	261 710,48 €	253 555,89 €	-3,22	260 389,42 €	2,62
Atividades de enriquecimento escolar	68 662,28 €	70 125,00 €	2,09	61 808,33 €	-13,46
Enriquecimento Curricular áreas inic. ao desp. e artes	163 699,33 €	134 393,27 €	-21,81	133 941,06 €	-0,34
Fornecimento de refeições Ensino Básico	373 974,94 €	374 167,67 €	0,05	380 306,64 €	1,61
Transporte de alunos p/refeições	20 381,16 €	15 468,42 €	-31,76	13 837,51 €	-11,79
Transporte pré-escolar e 1º CEB e Vigilantes	644 534,42 €	652 125,40 €	1,16	724 014,42 €	9,93
Transportes alunos p/ piscinas - 1º CEB	15 900,83 €	16 680,27 €	4,67	17 639,92 €	5,44
Transportes alunos p/ piscinas - Pré-escolar	5 346,11 €	5 895,44 €	9,32	6 733,11 €	12,44
Transporte escolar 2º e 3º ciclos	437 476,06 €	442 998,98 €	1,25	367 217,11 €	-20,64
Transporte escolar Secundário e Profissional	117 129,60 €	64 447,54 €	-81,74	75 257,89 €	14,36
Vigilantes escolares - Auxiliares	255 691,56 €	302 659,81 €	15,52	322 690,99 €	6,21
Visitas de Estudo	3 069,02 €	21 421,73 €	85,67	21 643,49 €	1,02
Manutenção de espaços verdes nas escolas	85 920,36 €	82 494,54 €	-4,15	141 402,12 €	41,66
Reparação e Manutenção das escolas e Jardins de Inf.	182 023,59 €	184 074,85 €	1,11	194 455,84 €	5,34
Aquecimento das escolas	48 403,54 €	67 454,69 €	28,24	73 142,78 €	7,78
Recolha de efluentes e limpeza de fossas das Escolas	16 341,36 €	16 529,40 €	1,14	16 715,28 €	1,11
Conservação Equipamentos Educativos EB 2/3	60 719,52 €	61 732,29 €	1,64	62 054,28 €	0,52
Ação Social Escolar	18 053,41 €	14 327,10 €	-26,01	16 300,94 €	12,11
Encargos com instalações escolares	183 654,41 €	221 891,66 €	17,23	208 302,94 €	-6,52

Função ação social

A função ação social absorve designadamente subsídios a infantários, terceira idade, deficientes e a outras instituições de assistência e de solidariedade social. Importa referir que o centro de custo Contratos-programa com IPSS's se refere a apoios financeiros para construção de infraestruturas de âmbito social.

Quadro – Apuramento de custos da função ação social

Ação Social					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Contratos-programa com IPSS	476 114,28 €	562 782,94 €	15,40	297 509,08 €	-89,16
Ação Social	91 366,48 €	95 549,79 €	4,38	102 996,92 €	7,23
Comissão de Proteção de Menores	13 192,60 €	17 890,01 €	26,26	13 359,95 €	-33,91
Centro Comunitário- Banco de Ajudas	1 127,21 €	1 682,97 €	33,02	2 871,68 €	41,39
Manutenção de Instalações de âmbito Social	85 259,88 €	86 462,94 €	1,39	87 140,64 €	0,78

Função saneamento

Quadro – Apuramento de custos da função saneamento

Saneamento					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Exploração e manutenção de Etar's	594 165,97 €	591 123,73 €	-0,51	663 138,45 €	10,86
Manutenção das redes e sistemas de saneamento	79 621,01 €	104 771,42 €	24,01	89 321,55 €	-17,30
Manutenção (limpeza/sedob. desratização)	0,00 €	14 734,00 €	----	15 101,07 €	2,43
Ampliação e Remodelação sistema de águas residuais	17 338,17 €	49 683,36 €	65,10	51 724,88 €	3,95
Ramais Domiciliários de Esgotos	6 021,69 €	22 880,84 €	73,68	49 246,77 €	53,54
Higiene Pública					
Recolha de animais abandonados/ Canil e Gatil Municipal	4 763,63 €	9 667,48 €	50,73	5 739,20 €	-68,45
Sanitários públicos	14 726,47 €	17 919,60 €	17,82	20 487,19 €	12,53

A função saneamento comprehende todo o sistema de drenagem de águas residuais.

Função resíduos sólidos

Na função resíduos sólidos está representada a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos.

Quadro – Apuramento de custos da função resíduos sólidos

Resíduos Sólidos					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1 424 818,46 €	1 453 208,40 €	1,95	1 406 557,41 €	-3,32
Recolha e transporte Resíduos Sólidos Volumosos	4 699,32 €	4 756,08 €	1,19	4 988,86 €	4,67
Recolha e transporte Resíduos de Obras e Outros	0,00 €	4 756,08 €	100,00	13 229,68 €	64,05
Manutenção de Cemitérios	4 541,17 €	2 873,51 €	-58,04	3 644,85 €	21,16

Função proteção do meio ambiente e conservação da natureza

A função proteção do meio ambiente e conservação da natureza compreende a higiene pública, cemitérios e a proteção, conservação e valorização do património natural.

Quadro – Apuramento de custos da função proteção do meio ambiente e conservação da natureza

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Limpeza Urbana					
Fátima	193 646,84 €	192 062,62 €	-0,82	197 681,19 €	2,84
Ourém	129 164,98 €	130 668,76 €	1,15	131 637,80 €	0,74
Sedes de Freguesia	49 194,19 €	49 359,14 €	0,33	50 705,23 €	2,65
Defesa do meio ambiente					
Manutenção de espaços verdes públicos	412 099,11 €	393 131,19 €	-4,82	246 538,70 €	-59,46
Vigilância de espaços verdes públicos	33 314,95 €	33 604,60 €	0,86	34 049,24 €	1,31
Limpeza de terrenos e lixeiras ilegais	39 178,32 €	81 092,57 €	51,69	45 631,02 €	-77,71
Limpeza de Linhas de Água	4 216,89 €	18 590,71 €	77,32	23 709,57 €	21,59
Equipa de Sapadores Florestais	23 225,13 €	24 027,58 €	3,34	23 259,77 €	-3,30
Gabinete Técnico Florestal	72 578,79 €	73 180,56 €	0,82	74 171,04 €	1,34
Gestão do Agroal / Parque Aventura Agroal	52 940,70 €	53 766,21 €	1,54	44 877,81 €	-19,81
Gestão da Mata Municipal	17 142,96 €	17 642,04 €	2,83	19 763,28 €	10,73
Gestão e Promoção e Desenvolvimento Rural	64 799,88 €	65 445,60 €	0,99	66 230,40 €	1,18
Parques, jardins e outros espaços verdes públicos	142 309,18 €	220 080,78 €	35,34	411 603,59 €	46,53

Função cultura

Quadro – Apuramento de custos da função cultura

Cultura					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Festas de Ourém	41 875,54 €	49 063,00 €	14,65	110 105,77 €	55,44
Via-sacra	5 009,08 €	14 229,95 €	64,80	15 041,39 €	5,39
Passeio dos Idosos	19 318,79 €	14 955,02 €	-29,18	34 548,68 €	56,71
Ações coop. c/cidades geminadas e territórios congénères	6 199,57 €	22 177,83 €	72,05	77 192,34 €	71,27
Centenário das Aparições 2017	10 143,63 €	138 700,19 €	92,69	679 431,00 €	79,59
Comemoração Dia da Criança	8 541,63 €	8 501,94 €	-0,47	13 697,48 €	37,93
Comemoração 25 de abril	1 542,80 €	3 531,63 €	56,31	25 646,59 €	86,23
Festival de Setembro	23 717,64 €	51 084,93 €	53,57	70 505,94 €	27,55
Agenda Cultural	4 273,52 €	16 701,69 €	74,41	114 591,78 €	85,43
Natal Ourém/Fátima	91,28 €	13 684,90 €	99,33	28 249,74 €	51,56
Eventos animação e desporto	55 758,72 €	56 481,11 €	1,28	57 079,04 €	1,05
Manutenção Instalações âmbito Cultural	39 408,24 €	40 171,02 €	1,90	40 276,44 €	0,26
Apoio ao Associativismo Cultural	57 342,36 €	90 028,46 €	36,31	105 162,56 €	14,39
Atividades Desportivas	1 699,57 €	15 244,09 €	88,85	28 621,56 €	46,74
Oficina do Património	29 208,80 €	28 199,31 €	-3,58	29 883,31 €	5,64
Fontenários	13 065,79 €	49 679,72 €	73,70	66 766,19 €	25,59
Biblioteca Municipal e Arquivo histórico	44 110,12 €	49 878,25 €	11,56	53 280,99 €	6,39
Galeria Municipal	28 271,32 €	29 678,70 €	4,74	30 042,04 €	1,21
Castelo e Paço do Conde (Inclui Vila Medieval)	782,40 €	3 418,40 €	77,11	11 454,42 €	70,16
Gestão do Cine-Teatro	22 248,00 €	45 156,00 €	50,73	47 676,52 €	5,29

Função turismo

Quadro – Apuramento de custos da função turismo

Turismo					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Apoio à Internacionalização	50 933,72 €	55 155,82 €	7,65	69 789,00 €	20,97
Museu Municipal de Ourém	53 607,15 €	50 086,43 €	-7,03	51 111,87 €	2,01
Ucharia do Conde	26 553,40 €	30 529,54 €	13,02	28 590,74 €	-6,78
Piscina do Agroal	81 516,19 €	90 457,20 €	9,88	90 924,45 €	0,51

Função desporto

Quadro – Apuramento de custos da função desporto

Desporto					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Parques Infantis	30 305,44 €	30 775,20 €	1,53	50 568,62 €	39,14
Apoio ao Associativismo Desportivo	205 453,37 €	359 935,34 €	42,92	471 306,87 €	23,63
Piscinas Municipais	280 202,10 €	294 602,12 €	4,89	301 824,55 €	2,39
Pavilhões Gimnodesportivos	88 239,98 €	97 616,69 €	9,61	155 460,97 €	37,21
Estádios Municipais	44 034,93 €	121 847,05 €	63,86	130 947,18 €	6,95

Funcão transportes rodoviários

Quadro – Apuramento de custos da função transportes rodoviários

Comunicações e transporte					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Rede Viária					
Freguesia de Alburitel	5 568,11 €	14 540,83 €	61,71	12 416,49 €	-17,11
Freguesia de Atouguia	32 701,07 €	41 314,68 €	20,85	16 557,06 €	-149,53
Freguesia de Caxarias	39 908,87 €	21 078,59 €	-89,33	19 646,25 €	-7,29
Freguesia de Espite	16 261,72 €	24 685,89 €	34,13	18 782,74 €	-31,43
Freguesia de Fátima	8 260,91 €	32 246,23 €	74,38	15 798,62 €	-104,11
Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	13 420,61 €	37 285,15 €	64,01	40 708,45 €	8,41
Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	44 880,56 €	47 864,28 €	6,23	20 015,83 €	-139,13
Freguesia de Seiça	29 221,99 €	26 989,25 €	-8,27	12 294,91 €	-119,52
Freguesia de Urqueira	22 867,71 €	32 942,51 €	30,58	23 226,41 €	-41,83
União de Freg. Freixianda, Rib. Fárrio e Formigais	47 083,38 €	40 623,28 €	-15,90	63 296,30 €	35,82
União de Freg. Gondemaria e Olival	50 648,30 €	37 210,37 €	-36,11	20 215,65 €	-84,07
União de Freg. Matas e Cercal	33 016,44 €	39 649,52 €	16,73	22 890,91 €	-73,21
União de Freg. Rio de Couros e Casal Bernardos	35 024,99 €	38 092,91 €	8,05	26 812,18 €	-42,07
Construção e/ou Beneficiação Pontes e Pontões	28 344,96 €	32 459,40 €	12,68	25 847,42 €	-25,58
Construção e Beneficiação de Abrigos de Passageiros	8 300,04 €	8 189,14 €	-1,35	15 707,86 €	47,87
Sinalização Viária do Concelho					
Sinalização semafórica	35 417,00 €	34 617,13 €	-2,31	40 021,05 €	13,50
Sinalização vertical diversa	31 433,28 €	101 510,27 €	69,03	154 220,13 €	34,18
Sinalização horizontal	8 326,74 €	10 885,96 €	23,51	8 126,49 €	-33,96

O quadro acima apresentado, indica a imputação dos custos dos bens da função 331 – Transportes Rodoviários, cujas obras foram efetuadas por administração direta e que dizem respeito a pequenas intervenções realizadas em diversas estradas e caminhos municipais.

Ainda no âmbito da rede viária, apresentamos os apoios concedidos às juntas de freguesia com as quais foram estabelecidos protocolos com o objetivo da gestão operacional das brigadas de intervenção.

Apoio às Freguesias

Quadro – Apuramento de custos no apoio ás freguesias

Apoio às Freguesias					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Rede Viária					
Freguesia de Alburitel	24 929,13 €	49 303,36 €	49,44	24 689,02 €	-99,70
Freguesia de Atouguia	31 439,36 €	82 284,56 €	61,79	41 849,43 €	-96,62
Freguesia de Caxarias	33 352,55	76 614,38	56,47	38 307,19	-100,00
Freguesia de Espite	29 829,61	59 659,22	50,00	30 585,21	-95,06
Freguesia de Fátima	135 253,77	269 730,77	49,86	143 307,75	-88,22
Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	34 462,38	170 785,87	79,82	79 114,53	-115,87
Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	85 454,44	162 279,66	47,34	81 982,77	-97,94
Freguesia de Seiça	40 089,14	111 310,04	63,98	60 820,33	-83,01
Freguesia de Urqueira	18 421,82	66 766,24	72,41	33 502,72	-99,29
União de Freg. Freixianda, Rib. Fárrio e Formigais	66 179,56	95 992,38	31,06	98 015,96	2,06
União de Freg. Gondemaria e Olival	27 695,58	110 310,04	74,89	83 148,75	-32,67
União de Freg. Matas e Cercal	30 485,60	77 165,86	60,49	4 974,85	-1451,12
União de Freg. Rio de Couros e Casal Bernardos	60 083,54	109 395,82	45,08	58 407,91	-87,30
Apoios de Investimento					
Apoio á Const. Parques de Lazer Sedes de Freguesia	70 441,22	23 993,55	-193,58	7 500,00	-219,91
Apoio á Const. e/ou benef. Sedes de Freguesia	4 490,85	96 124,16	95,33	189 805,50	49,36
Apoio á Const. e/ou benef. de Cemitérios	20 477,05	1 699,08	-1105,18	213 821,14	99,21
Apoio á Const. e/ou benef. de Casas Mortuárias	0,00	125 388,00	-----	164 105,71	23,59

A variação negativa face a 2016, deve-se ao facto de ter havido nesse ano uma adenda aos protocolos da rede viária, facto que não se verificou em 2017.

Há ainda a referenciar que a União de Freguesias Matas e Cercal apresenta uma variação negativa pelo fato de não ter dado cumprimento ao protocolo estabelecido, não havendo condições para efetuar o pagamento.

Função ordenamento do território

Quadro – Apuramento de custos da função ordenamento do território

Ordenamento do Território					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Urbanização					
Sede do Município	82 609,71 €	56 015,94 €	-47,48	46 346,22 €	-20,86
Cidade de Fátima	51 814,12 €	67 125,24 €	22,81	65 822,93 €	-1,98
Urbanização Sedes de Freguesia	2 208,92 €	17 042,54 €	87,04	480,16 €	-3449,35
Arranjos Espaços Públicos	23 487,80 €	16 180,41 €	-45,16	19 401,44 €	16,60

Função mercados e feiras

Quadro – Apuramento de custos da função mercado municipal

Mercados e Feiras					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Mercado Municipal	160 220,18 €	171 050,52 €	6,33 €	166 709,60 €	-2,60

Relativamente à função mercados e feiras, salientamos o serviço de Conservação e Manutenção do Mercado Municipal, por ser a atividade mais relevantes da função.

Função energia

Quadro – Apuramento de custos da função energia

Energia					
	2015	2016	Var. (%)	2017	Var. (%)
Iluminação Pública	1 336 282,99 €	1 340 547,78 €	0,32	1 586 447,78 €	15,50
Iluminação de Natal	18 623,00 €	22 170,43 €	16,00	10 149,12 €	-118,45

Relativamente à indústria e energia, salientamos o serviço de iluminação pública, por ser a atividade mais relevantes da função.

Análise da Distribuição dos Custos

O POCAL não obriga à apresentação da demonstração de resultados por funções, no entanto, esta permite analisar comparativamente o peso da cada função do Município, pelo que optamos pela sua apresentação.

A análise é efetuada de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das funções tem na distribuição dos custos municipais.

Quadro – Demonstração de Resultados por Funções

Função	2015		2016		Var.	2017		Variação Absoluta	Var. %
	Custos p/ função	%	Custos p/ função	%		Custos p/ função	%		
1 Funções Gerais	1 520 630,02 €	5,67	1 984 035,78 €	6,89	23,36	2 018 622,16 €	6,53	34 586,38 €	1,74
110 Serviços gerais de administração pública									
111 Administração geral	1 118 728,70 €	4,17	1 526 863,69 €	5,30	26,73	1 607 603,16 €	5,20	80 739,47 €	5,29
120 Segurança e ordem públicas									
121 Proteção civil e luta contra incêndios	401 901,32 €	1,50	457 172,09 €	1,59	12,09	411 019,00 €	1,33	-46 153,09 €	-10,10
122 Polícia Municipal	0,00 €		0,00 €			0,00 €		0,00 €	--
2 Funções Sociais	15 127 330,67 €	56,37	16 007 072,63 €	55,55	5,50	18 474 917,34 €	59,78	2 467 844,71 €	15,42
210 Educação									
211 Ensino não superior	4 511 229,98 €	16,81	4 490 087,70 €	15,58	-0,47	5 455 686,96 €	17,65	965 599,26 €	21,51
212 Serviços auxiliares de ensino	1 371 097,40 €	5,11	1 418 626,51 €	4,92	3,35	1 435 784,62 €	4,65	17 158,11 €	1,21
220 Saúde	10 173,50 €	0,04	10 670,10 €	0,04	4,65		0,00	-10 670,10 €	-100,00
221 Serviços individuais de saúde	42 667,03 €	0,16	46 483,46 €	0,16	9,06	87 101,40 €	0,28	0,00 €	0,00
230 Segurança e ação sociais									
231 Segurança Social	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00		0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
232 Ação social	780 956,49 €	2,91	845 998,04 €	2,94	7,69	562 706,73 €	1,82	-283 291,31 €	-33,49
240 Habitação e serviços coletivos	25 268,87 €	0,09	52 290,92 €	0,18	51,68	40 259,58 €	0,13	-12 031,34	-23,01
241 Habitação									
242 Ordenamento do território	309 019,84 €	1,15	286 683,95 €	0,99	-7,79	268 747,04 €	0,87	-17 936,91	-6,26
243 Saneamento	1 795 169,17 €	6,69	1 736 328,32 €	6,03	-3,39	1 861 760,10 €	6,02	125 431,78	7,22
244 Abastecimento de água	1 693 661,63 €	6,31	1 683 467,42 €	5,84	-0,61	1 719 485,65 €	5,56	36 018,23	2,14
245 Resíduos Sólidos	1 492 083,71 €	5,56	1 634 770,18 €	5,67	8,73	1 853 224,27 €	6,00	218 454,09	13,36
246 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	1 348 288,49 €	5,02	1 433 643,56 €	4,98	5,95	1 580 127,41 €	5,11	146 483,85	10,22
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos									
251 Cultura	562 214,99 €	2,09	980 053,49 €	3,40	42,63	1 880 033,96 €	6,08	899 980,47 €	91,83
252 Desporto, recreio e lazer	1 168 987,77 €	4,36	1 378 583,44 €	4,78	15,20	1 602 517,39 €	5,19	223 933,95 €	16,24
253 Outras atividades cívicas e religiosas	16 511,80 €	0,06	9 385,54 €	0,03	-75,93	127 482,23 €	0,41	118 096,69 €	1258,28
3 Funções Económicas	10 108 603,28 €	37,67	10 742 405,99 €	37,28	5,90	10 331 634,26 €	33,43	-410 771,73 €	-3,82
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00		0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
320 Indústria e energia	1 378 366,87 €	5,14	1 393 186,51 €	4,84	1,06	1 626 840,98 €	5,26	233 654,47 €	16,77
330 Transporte e comunicações									
331 Transportes rodoviários	8 279 742,49 €	30,85	8 849 799,03 €	30,71	6,44	8 157 044,66 €	26,39	-692 754,37 €	-7,83
332 Transportes aéreos	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	--	0,00 €	0,00	0,00 €	--
333 Transportes fluviais	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00		0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
340 Comércio e turismo									
341 Mercados e Feiras	163 013,76 €	0,61	189 545,82 €	0,66	14,00	175 788,65 €	0,57	-13 757,17 €	-7,26
342 Turismo	224 812,13 €	0,84	237 442,14 €	0,82	5,32	254 978,84 €	0,83	17 536,70 €	7,39
350 Outras funções económicas	62 668,03 €	0,23	72 432,49 €	0,25	13,48	116 981,13 €	0,38	44 548,64 €	61,50
4 Outras funções	79 837,85 €	0,30	80 893,61 €	0,28	1,31	81 119,76 €	0,26	226,15 €	0,28
410 Operações da dívida autárquica	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00		0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
420 Transferências entre administrações	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00		0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
430 Diversas não especificadas	79 837,85 €	0,30	80 893,61 €	0,28	1,31	81 119,76 €	0,26	226,15 €	0,28
TOTAL	26 836 401,82 €	94,89	28 814 408,01 €	100,00	6,86	30 906 293,52 €	100,00	2 091 885,51 €	7,26

Da análise da demonstração de resultados por funções, verifica-se que em relação a 2016 houve um aumento dos custos em termos absolutos, em cerca dos 2 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores são as funções sociais que absorvem maior volume de recursos municipais, representando cerca de 60% dos custos do Município. No entanto, é a função 331 – Transportes Rodoviários (que abrange viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais) que maior peso tem nos custos totais do município, seguida da função 211 – Ensino não Superior, que compreende toda a atividade relacionada com o ensino pré-escolar, básico, secundário.

Considerações complementares - contabilidade de custos

Não obstante a Contabilidade de Custos estar implementada no Município de Ourém há cerca de nove anos, continuamos a verificar inúmeras resistências à colaboração atempada e completa de registos, nomeadamente, por parte de alguns colaboradores do município, o que dificulta a análise e a fiabilidade desta informação, a qual se constitui como um importante instrumento de gestão.

Perante o acréscimo das competências dos Municípios e da necessidade constante de prestação de informação a entidades externas, a Contabilidade de Custos assume aí um papel preponderante, pelo que seria fundamental, um maior empenho de toda a estrutura organizacional, no desenvolvimento desta valência.

9. Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro

Em 28 de setembro de 2012, o órgão deliberativo do Município de Ourém autorizou a adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no âmbito do Programa II, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

No contexto do referido programa, foi disposto um quadro (Quadro – VI), com a lista de pagamentos em atraso, a financiar com o empréstimo a contratar, tendo por referência a data de 31 de março de 2012, nos termos da Portaria 281-A/2012, de 14 de setembro.

Consequentemente, em 16 de novembro de 2012 foi celebrado o contrato de empréstimo inerente ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), com o Estado Português (representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças), no valor de 3.487.457,23 euros.

Considerando que a interpretação do Tribunal de Contas, em sede de submissão do processo de empréstimo a fiscalização prévia, foi divergente da anteriormente preconizada pela Direção Geral das Autarquias Locais e da Direção Geral do Tesouro e Finanças, tornou-se imperativo excluir as faturas posteriores a 30 de novembro de 2011, pelo que, em 30 de janeiro de 2013, foi celebrado um aditamento ao contrato, estabelecendo um empréstimo do Estado Português, no valor de 3.365.329,77 euros, alterando-se, para o efeito, o Quadro-VI previsto no PAEL.

Finalmente, em 11 de março de 2013, o processo de empréstimo celebrado entre o Município de Ourém e o Estado Português, obteve visto do Tribunal de Contas, tendo a primeira tranche sido transferida para o Município de Ourém, em 18 de abril de 2013 e a segunda e última, em 30 de setembro de 2013.

Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro

Identificação das medidas

Quadro – Identificação das medidas do PAF

Ano 2017			
Medidas	Execução		Observações
	Implementada	Não implementada	
B.1 Aumento da receita			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita			
3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI	X		Todos os imóveis foram avaliados nos termos do CIMI
3.2 Concessão do Saneamento		X	O processo de concessão do saneamento foi revogado.
B.2 Redução da despesa			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais			
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa			
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014 e efeito nulo nos seguintes	X		Em 2017, encetaram-se diversos procedimentos de recrutamento de pessoal. Esta área permaneceu objeto de controlo, tendo em vista o cumprimento das metas estabelecidas, salientando-se que a meta foi cumprida.
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	X		Meta cumprida
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	X		Meta cumprida
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	X		Meta cumprida.
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição e utilização de matérias-primas, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens. Contudo, a poupança obtida situou-se inferior à estabelecida no plano em 43,6 mil euros.
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.

5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes bens. Contudo, a poupança obtida situou-se inferior à estabelecida em plano em 2,9 mil euros.
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano.
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano em 378 euros.
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Desde 1 de janeiro de 2013 que não foram atribuídos quaisquer novos apoios correntes a Freguesias. Em 2014, verificou-se a assunção de acordos de execução, em observância à Lei 75/2013, circunstância que induziu um desvio na ordem de 781,5 mil euros e que influenciou o cumprimento do objetivo final.
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Conforme previsto, em 2015 restabeleceu-se o apoio às instituições sem fins lucrativos, tendo-se superado as metas estabelecidas em 63,7 mil euros.
5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificaram-se poupanças em conformidade com os valores estabelecidos em plano.
5.17 Redução nas infraestruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		

5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificaram-se poupanças em conformidade com os valores estabelecidos em plano.
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Foram implementadas medidas de racionalização no âmbito destas despesas. Contudo, a poupança obtida situou-se inferior à estabelecida no plano em 87,7 mil euros.
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Foram estabelecidas medidas de racionalização destas despesas, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano em 166,3 mil euros.
5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa	X		Foram implementadas medidas de racionalização na aquisição destes serviços, tendo a poupança superado a previsão estabelecida no plano em 44,8 mil euros.
5.27 Concessão do saneamento			
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento		X	O processo de concessão do saneamento foi revogado.
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento		X	
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)		X	

Apuramento dos desvios nas medidas do PAF

O impacto positivo esperado em 2017, no âmbito das medidas do PAF, em resultado do aumento da receita da poupança gerada, seria de aproximadamente 4,4 milhões de euros.

Conforme se pode verificar no quadro seguidamente apresentado, o impacto positivo obtido situou-se próximo de 3,6 milhões de euros, pelo que, no que respeita às medidas previstas implementar, o Município de Ourém, evidencia um desvio negativo em 792 mil euros.

Contudo, importa verificar a influência decorrente da delegação de competências para as Freguesias, no domínio da rede viária efetuada nos termos da Lei 75/2013 (700 mil euros em 2017), ou seja, tendo por base legislação posterior à definição do PAF, pelo que, excluindo o efeito decorrente do mencionado ato, verificar-se-ia um desvio negativo face à meta de 92 mil euros.

Mapa – Apuramento de desvios nas medidas do PAF

(euros)

Descrição das medidas	Valores Previstos - Ano económico de 2017		
	Previsão variação no PA: aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (1)	Variação executada no Orçamento (2011 - ano de referência no PAF/2017): Aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (2)	Desvio (3) = (2) - (1)
B.1 Aumento da receita			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	450 000	0	-450 000
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	50 000	0	-50 000
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita	0	0	0
<i>3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI</i>	1 250 000	2 138 703	888 703
<i>3.2 Concessão do saneamento - retribuição do concessionário</i>	800 000	0	-800 000
<i>3.3 Inexistência de captação das taxas e tarifas associadas</i>	-936 500	-38 629	897 871
Total de Aumento da receita (B.1)	1 613 500	2 100 074	486 574
B.2 Redução da despesa			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	0		0

5. Outras medidas com impacte na redução da despesa			0
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014, efeito nulo nos seguintes	0	708 230	708 230
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	20 000	38 317	18 317
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	25 000	72 241	47 241
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	0	12 799	12 799
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	17 500	202 864	185 364
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas	1 250	-43 589	-44 839
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	3 750	27 613	23 863
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	37 500	190 356	152 856
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	7 500	-2 896	-10 396
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	4 500	16 275	11 775
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	2 500	378	-2 122
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	200 000	-113 544	-313 544
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	6 000	-20 148	-26 148
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	2 000	-781 525	-783 525

<i>5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)</i>	50 000	63 789	13 789
<i>5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)</i>			
<i>5.17 Redução nas infraestruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)</i>			
<i>5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)</i>			
<i>5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)</i>	258 500	380 716	122 216
<i>5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)</i>			
<i>5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)</i>			
<i>5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)</i>			
<i>5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)</i>	7 000	98 446	91 446
<i>5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)</i>	250 000	-98 735	-348 735
<i>5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)</i>	350 000	166 338	-183 662
<i>5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa</i>	75 000	30 165	-44 835
<i>5.27 Concessão do saneamento</i>			0
<i>5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento</i>	998 916	173 499	-825 417
<i>5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento</i>	455 853	372 534	-83 319
<i>5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)</i>	0	0	0
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)	2 772 769	1 494 123	-1 278 646
B.3 Outras medidas			
<i>6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)</i>			0
<i>7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacte financeiro para o município b)</i>			0
<i>8. Outras medidas b)</i>			0
<i>... discriminar cada medida numa linha</i>			0
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)	0	0	0
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)	4 386 269	3 594 197	-792 072
Impacto da Delegação de Competências (Domínio da Rede Viária - Lei 75/2013)			700 000
Apuramento da meta (excluindo o impacto da Delegação de Competências)			-92 072

Evolução da dívida a terceiros

O PAF aprovado estabelece uma meta da dívida total, em 2017, em 10.116.429 euros. Observando o quadro exposto na página seguinte, verifica-se que a dívida total de natureza orçamental se situou em 11.402.415, ou seja, situando-se superior à meta definida em 1.285.986 euros.

Sobre este assunto, importa ainda observar que se deverá excluir a dívida referente à participação do Município de Ourém no FAM, conforme indicações na DGAL, sendo evidente que se trata de circunstância não prevista aquando da elaboração do Plano de Ajustamento Financeiro. Deste modo, verifica-se que a meta estabelecida não é atingida, face a um desvio em 405.750 euros.

Complementarmente ao disposto, será de salientar que esta autarquia transitou de ano económico com um montante em disponibilidades de 2.616.514 euros.

Consequentemente, caso a autarquia tivesse utilizado a totalidade do montante disponível em instituições financeiras e caixa para abater parte da dívida existente, a dívida total (excluída do FAM) situar-se-ia em 7.905.665 euros, ou seja, o Município de Ourém evidencia uma superação da meta definida no PAF, no âmbito da dívida, ligeiramente superior a 2,2 milhões de euros.

Quadro – Evolução da dívida a terceiros face à previsão estabelecida no PAF

PAF - EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO						
Descrição	2011	1.º sem. 2012	2.º sem. 2012	2017 (previsto)	2017 (apurado)	Desvio obtido em 2017
Dívida de Curto prazo						
Empréstimos de CP	0	500 000	0	0	0	0
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	3 081 379	3 351 115	3 351 351	1 442 448	1 994 449	552 001
Outra	11 839 064	14 442 141	12 316 536	1 026 432	2 540 086	1 293 595
Fornecedores c/c	5 124 210	5 862 208	6 581 091	182 250	1 078 997	896 747
Fornecedores de imobilizado c/c	3 340 119	3 216 935	2 823 239	546 750	643 718	96 968
Estado e Outros Entes Públicos	149 776	131 261	163 045	36 450	99 098	62 648
Clientes, contribuintes e utentes	26 830	33 847	34 558	24 057	121 457	97 400
Administração autárquica	265 045	586 097	450 814	54 675	17 124	-37 551

Outros credores	2 933 085	4 611 793	2 263 789	182 250	359 633	177 383
Participação no FAM	0	0	0	0	220 059	220 059
Subtotal Curto prazo	14 920 444	18 293 256	15 667 888	2 468 880	4 534 535	2 065 655
Dívida de Médio e longo prazo						
Empréstimos	19 367 903	17 938 621	15 998 046	7 797 549	6 473 710	-1 323 839
No âmbito do PAEL			0	2 474 877	2 032 807	-442 070
Outros empréstimos de médio/longo prazo	19 367 903	17 938 621	15 998 046	5 322 672	4 440 903	-881 769
Outra	1 718 391	1 491 461	1 165 000	0	660 177	659 915
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	1 718 391	1 491 461	1 165 000	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outros credores	0	0	0	0	0	0
Participação no FAM	0	0	0	0	660 177	695 915
Subtotal Médio e longo prazo	21 086 294	19 430 082	17 163 046	7 797 549	7 133 887	-663 924
Total da dívida	36 006 737	37 723 338	32 830 934	10 266 429	11 668 442	1 401 731
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	45 338	45 338	135 441	150 000	266 007	116 007
Total da Dívida de natureza orçamental	35 961 399	37 678 000	32 695 493	10 116 429	11 402 415	1 285 986
Exclusão da dívida resultante da participação no FAM				10 116 429	10 522 179	405 750
Valor de disponibilidades existentes em 31/12/2017						2 616 514
Apuramento final considerando o impacto potencial das disponibilidades existentes						-2 210 764

Em suma, a evolução da dívida a terceiros encontra-se superada, face às metas delineadas no PAF, sendo de realçar que, com a implementação do referido plano (dívida no início do PAF: ± 37,7 milhões de euros, em 30/06/2012), o Município de Ourém assinala, à data de 31/12/2017, uma diminuição expressiva da dívida a terceiros total que, em termos absolutos, representou uma quebra na ordem dos 26,1 milhões de euros (-69,1%).

Se excluída a influência decorrente da participação no FAM e o impacto potencial das disponibilidades, a quebra ocorrida face ao volume existente no início do PAF, será próxima de 29,8 milhões de euros.

10. Consolidação das contas do município com o grupo autárquico municipal

O n.º 3 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro vem estabelecer que, para efeitos de consolidação de contas, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. Neste contexto, importa ainda observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do referido artigo os quais concetualizam a existência ou presunção de controlo.

Relativamente aos prazos para a apreciação das contas consolidadas, refere o n.º 2 do artigo 76.º da Lei 73/2013, que a sua apreciação pelo órgão deliberativo deverá ocorrer durante a sessão ordinária do mês de junho, ou seja, após a aprovação das contas individuais das entidades que compõem o grupo autárquico, a qual se verifica no mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, conforme disposto no n.º 1 do referido artigo.

Deste modo, as contas consolidadas apenas serão apreciadas posteriormente, razão pela qual não integram, neste momento, o presente relatório.

11. Outras disposições

11.1 Proposta de aplicação de resultados

Atendendo aos pontos 2.7.3.1 e 2.7.3.2 do POCAL, propomos que o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ourém, referente a 2017, no montante negativo de 4.397.528,63€, seja transferido para os “Resultados Transitados”.

11.2 Evolução previsível da atividade

A evolução previsível da atividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico e, em particular, no Orçamento para 2018 e Opções do Plano para o quadriénio 2018-2021.

11.3 Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Em 27 dezembro de 2017, a assembleia municipal deliberou a dissolução da empresa do setor empresarial local OurémViva, tendo por referência o disposto na recomendação do Tribunal de Contas, constante no seu relatório de auditoria n.º 2/2016 – 1.ª Secção e em observância ao n.º 2, do artigo 61.º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais).

Neste âmbito, salienta-se que a implementação das áreas previstas na 1.ª fase, ocorreu no dia 1 de março de 2018, estando em curso a preparação da 2.ª fase, que deverá ocorrer em 1 de junho.

Complementarmente, conclui-se que, neste momento, não será oportuna a criação de uma nova empresa municipal.